



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 11

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos do Senado Federal nº 1371, de 2021 e 1372, de 2021, para "apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios."

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues

RELATOR: Senador Renan Calheiros

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Humberto Costa e Rogério Carvalho, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Soraya Thronicke e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Daniella Ribeiro, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Telmário Mota, Giordano, Rose de Freitas e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada.** Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 293 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Rogério Rosso, diretor de negócios internacionais da União Química." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 311 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Rogério Rosso." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 349 de 2021** que : "Requer a convocação de Robson Santos da Silva, Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 531 de 2021** que : "Convoca Túlio Silveira, representante da Precisa Medicamentos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 532 de 2021** que : "Convoca Emanuela Medrades, diretora técnica da Precisa Medicamentos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 731 de 2021** que : "Convoca o médico Antonio Jordão de Oliveira Neto para prestar depoimento em conjunto com Paolo Zanotto." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 938 de 2021** que : "Convoca Antônio José Barreto de Araújo Júnior, ex-secretário-executivo do Ministério da Cidadania." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 945 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. MARCELO BENTO PIRES, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 964 de 2021** que : "Requer a convocação da Sra. Regina Célia Silva Oliveira." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 988 de 2021** que : "Requer seja convocada a Sra. Regina Célia Silva Oliveira para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 965 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Roberto Ferreira Dias, Diretor do Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 976 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Ricardo Barros, deputado federal e líder do Governo na Câmara dos Deputados, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 979 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Roberto Ferreira Dias, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 982 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Thiago Fernandes da Costa, servidor do Ministério da Saúde e um dos gestores que atuou no contrato celebrado entre a União e a Bharat Biotech Limited International, representada pela empresa brasileira PRECISA MEDICAMENTOS, para fornecimento de 20 milhões de doses da vacina Covaxim, para prestar depoimento como testemunha perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 984 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Rodrigo de Lima, funcionário terceirizado lotado no Ministério da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 985 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Danilo Berndt Trento para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 986 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Emanuel Catori, um dos sócios da Belcher Farmacêutica, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 994 de 2021** que : "Requer a convocação do Exmo. Sr. André Aranha Corrêa do Lago, Embaixador do Brasil em Nova Delhi, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 611 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Cefa-3 e Lled Soluções." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 621 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Cefa-3 e Lled Soluções." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 612 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de LENEIR DOS SANTOS OLIVEIRA, bem como do sigilo bancário e fiscal da empresa da qual é sócio, S P SERVICOS E LOCACAO LTDA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 613 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de JEAN DOS SANTOS OLIVEIRA, bem como do sigilo bancário e fiscal da empresa por ele administrada, S P SERVICOS E LOCACAO LTDA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 614 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Eduardo Pazuello." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 615 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de GEORGE DA SILVA DIVERIO." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 617 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de CELSO FERNANDES DE MATTOS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 618 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de FÁBIO REZENDE TONASSI." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 619 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Leneir Oliveira."



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 620 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de JEAN DOS SANTOS OLIVEIRA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 734 de 2021** que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marcos Eraldo Arnoud." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 759 de 2021** que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Emanuela Medrades." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 830 de 2021** que : "Requer informações ao Ministério da Economia" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 861 de 2021** que : "Requer informações ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe: 1. Inteiro teor do processo de auditoria especial do contrato emergencial firmado pela Prefeitura de Aracaju para administrar e suprir a escala de médicos da Unidade de Pronto Atendimento Nestor Piva. 2. Relatório preliminar da referida auditoria." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 936 de 2021** que : "Reque informações sobre solicitações à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do Sistema Única de Saúde (CONITEC) acerca de incorporação de tecnologias ou elaboração de Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas relativas ao tratamento para COVID-19" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 942 de 2021** que : "Requer informação ao Ministério da Saúde para que decline todos os detalhes acerca da comunicação da Pasta com a empresa Madison Biotech PTE. Ltd (discriminando os envolvidos nas negociações), da frequência dos contatos, da justificativa para potencial assinatura de documento acerca de pagamento antecipado pela entrega de doses em quantitativo sensivelmente menor que o estipulado, dos contratos entabulados com a Precisa Medicamentos, Bharat Biotech e Madison Biotech PTE. Ltd" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 951 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente Executivo da Unimed Fortaleza, Elias Leite, informações sobre o atendimento a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela Operadora de Plano de Saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 953 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente Executivo da Hapvida Participações e Investimentos S.A., Jorge Pinheiro Koren de Lima, informações sobre o atendimento a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela Operadora de Plano de Saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 954 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Prevent Senior Private Operadora de Saúde LTDA, Fernando Parrilo, informações sobre o atendimento a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela Operadora de Plano de Saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 957 de 2021** que : "Requisita da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados as informações referentes à tramitação da Medida Provisória nº 1.015." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 959 de 2021** que : "Requisita informações do Ministério da Saúde: a) todos os documentos relacionados à licença de importação solicitada pelo Ministério da Saúde à ANVISA, inclusive comunicações entre o Ministério, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ANVISA e a empresa Precisa Medicamentos; b) todos os documentos e a íntegra dos processos administrativos em que figurem referidos órgãos e empresa e; c) a íntegra dos processos administrativos em que a Madison Biotech é mencionada." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 966 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico O ESTADO DE MINAS, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o “Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil”." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 967 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico FOLHA DE SÃO PAULO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o “Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil”." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 968 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico JORNAL DO COMMERCIO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o “Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil”." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 969 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico JORNAL DO CORREIO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o “Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil”." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 970 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico O ESTADO DE PERNAMBUCO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o “Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil”." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 971 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico O ESTADO DE SÃO PAULO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o “Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil”." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 972 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico O GLOBO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o “Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil”." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 973 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico ZERO HORA, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o “Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil”." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 980 de 2021** que : "Requer sejam prestadas informações pelo Ministério da Saúde a respeito de todos os detalhes das negociações para aquisição da vacina chinesa Convidecia, do laboratório Cansino, por intermediação da Belcher Farmacêutica, incluindo todas as comunicações realizadas, minutas de contratos e documentos intercambiados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 981 de 2021** que : "Requer sejam prestadas informações pela Belcher Farmacêutica, com detalhes acerca das negociações para venda da vacina chinesa Convidecia, do laboratório Cansino, incluindo todas as comunicações realizadas, minutas de contratos e documentos intercambiados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 50 -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 983 de 2021 que : "Requer sejam solicitadas à ANVISA informações a respeito dos procedimentos administrativos relacionados à vacina chinesa Convidecia, do laboratório Cansino, por intermediação da Belcher Farmacêutica, incluindo todas as comunicações realizadas e documentos intercambiados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 991 de 2021** que : "Requer, com fundamento no artigo 58, § 3º, da Constituição Federal e no artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam requisitados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informações e documentos em formato eletrônico sobre a autorização para uso da vacina Convidecia, do laboratório CanSino." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 992 de 2021** que : "Requer, com fundamento no artigo 58, § 3º, da Constituição Federal e no artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam requisitados ao Ministério da Saúde informações e documentos em formato eletrônico sobre negociação realizada pelo mencionado Ministério para a aquisição de testes para detecção de covid-19 e a compra de 60 milhões de doses da vacina Convidecia, do laboratório CanSino, com intermediação do Laboratório Belcher." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 993 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre o bloqueio de informações do servidor Luis Ricardo Miranda." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 713 de 2021** que : "Requer à CGU a disponibilização dos dados de investigação acerca de recursos federais repassados ao Estado de Sergipe para fins de combate à pandemia" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 929 de 2021** que : "Requer à Polícia Federal o detalhamento acerca da Operação Transparência, realizada na manhã do dia 22 de junho do corrente ano, para investigação de potenciais irregularidades em contratações com dispensa de licitação promovidas pela Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe e financiadas com verbas federais, disponibilizando-se a esta Comissão os indícios em que se amparou a Operação, detalhando-se igualmente os agentes públicos e privados envolvidos, bem como o montante de recursos públicos. empregados" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 939 de 2021** que : "Requer que sejam solicitadas à Procuradoria Regional da República no Distrito Federal cópias de todos os procedimentos e inquéritos, civis ou criminais, onde constem como interessados ALEX LIAL MARINHO e/ou a empresa PRECISA MEDICAMENTOS e cujo objeto tenha qualquer relação com a aquisição, pela Administração Pública Federal, da vacina denominada COVAXIN." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 956 de 2021** que : "Requer a notificação do Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria-Geral da República, para que forneça a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a relação de procedimentos e processos instaurados, sob quaisquer títulos, em desfavor do Senhor RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS, Deputado Federal, bem como as respectivas cópias integrais dos autos eventualmente existentes." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 974 de 2021** que : "Requer a determinação de apresentação de relatório contendo análise fiscal com base em todas as informações disponíveis nas bases de dados da Receita Federal." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 975 de 2021** que : "Requer seja solicitado ao Tribunal de Contas da União (TCU), em caráter de urgência, a realização auditoria no Contrato nº



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

316/2020 (Processo nº 25000.002337/2020-34), firmado entre o Ministério da Saúde, por meio do DEPARTAMENTO DE LOGISTICA EM SAUDE – DLOG, com a PRECISA - COMERCIALIZACAO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 03.394.819/0001-79)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 998 de 2021** que : "Requer informações relativas ao acesso a sistemas pelo servidor" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 999 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Marcelo Batista Costa." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **2ª Parte - Oitava. Finalidade:** Depoimento. Oitava do Fausto Vieira dos Santos Junior, em atendimento ao requerimento 859/2021. **Resultado:** Oitava realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, **juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/06/29>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 371 e 372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à apreciação do requerimento que não será apreciado hoje – o requerimento será apreciado só amanhã – e ao depoimento do Deputado Estadual do Amazonas Fausto Vieira dos Santos Junior, em atendimento ao requerimento do Senador Marcos Rogério.

A presença do Deputado Fausto Junior se dá aqui... E o escopo da CPI é muito claro em relação às primeiras investigações, que é em relação à omissão do Governo e aos fatos decorrentes no Estado do Amazonas – cita literalmente o Estado do Amazonas – pelos problemas que nós tivemos tanto na primeira onda, como na segunda onda da pandemia. E o Deputado Fausto Junior foi o Relator da CPI que investigou, do ano de 2011 até 2020, a saúde no Estado do Amazonas.

Coincidentemente, em 2011, eu era Governador; em 2012, eu era Governador; e em 2013. Saí do Governo em março de 2014.

Eu pergunto ao Relator se ele tem alguma coisa a falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Sobre, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sobre nada. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Então, Presidente, me permita um "pela ordem", me permita um "pela ordem".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nada, nada... Então, nada, nada. (*Risos.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - É um peixe.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) - Presidente, me permita aqui um "pela ordem", para, primeiro, cumprimentar V. Exa. e dizer que, ainda há pouco, conversávamos, e V. Exa. me apresentava as razões necessárias para que seja apresentado o requerimento de prorrogação de CPI.

E eu quero aqui comunicar que não apenas como Senador, mas como Líder do MDB, estou, neste momento, apostando a minha assinatura de apoio à prorrogação da CPI.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar hoje algo que está acontecendo, neste momento, na Agência Nacional de Energia Elétrica. Veja, Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, pelo fato de o Governo não ter ligado as térmicas três, quatro meses atrás, nós estamos diante, hoje, de uma decisão da Aneel que penalizará, com um pênalti adicional na bandeira vermelha, todos os brasileiros. Acabei de dizer a técnicos da Aneel que isso é um absurdo, que o Governo deveria, através da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ONS, através da EPE, tomar as suas providências, e não penalizar o povo com um pênalti adicional, para que o povo, com medo do preço da energia elétrica, não consuma energia para não haver racionamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo, não lhe interrompendo, mas... Para quem está nos vendo, o que é pênalti adicional?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - É o seguinte: se a bandeira vermelha, que já era para ser ligada em momentos críticos, custaria nove, estão querendo cobrar onze, e esses onze são para pagar pela negligência de não terem ligado as térmicas três, quatro meses atrás, para que nós pudéssemos ter um planejamento nos reservatórios de água, portanto, energia suficiente.

Eu quero aqui fazer esse alerta, porque, mais tarde, falaremos sobre isso na sessão deliberativa do Senado, mas esse é um caso grave, crítico, que pressionará a inflação para cima e prejudicará milhões de brasileiros.

Por fim, Sr. Presidente, o meu pela ordem é para saudar o Deputado Fausto, Deputado do Estado do Amazonas, Deputado do MDB, Relator da CPI da Assembleia Legislativa que tratou da questão do Covid. Todos nós, aqui nesta Comissão, Sr. Presidente, ficamos, como o resto do Brasil, penalizados com aquilo a que assistimos no Amazonas. Lamentavelmente, o nosso Governador não nos deu a oportunidade de vir à CPI responder aos amazonenses e aos brasileiros o que levou à falta de oxigênio no Amazonas, o que levou à compra de ventiladores em lojas de vinho no Amazonas e o que o levou a, mesmo tendo dinheiro, não aplicar esses recursos para salvar vidas. Mas, hoje, esperamos que, com a presença do Relator da CPI, nós tenhamos mais informações e que fique cada vez mais claro que, no Amazonas, nós vivemos, meu querido Presidente Omar, uma tragédia pela falta de competência, pela inépcia e pela irresponsabilidade daqueles que nos governam, além, obviamente, de pelos equívocos, negacionismo e tantas coisas que nós temos visto de crimes contra a saúde pública praticados pelo Ministério da Saúde.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, a CPI convocou o Governador do Estado do Amazonas e, por uma decisão da Justiça, que nós respeitamos, mas recorreremos da decisão...

Esta CPI recorreu da decisão, e a gente aguarda uma decisão sobre o que nós recorreremos, para ter a presença aqui do Governador do Amazonas, para que ele possa esclarecer fatos decorrentes do que aconteceu no Estado do Amazonas.

É importante ressaltar que a presença dele, aqui, seria uma oportunidade única que ele teria na vida, para explicar o que realmente se passou, e não ficar protegendo pessoas que levaram programas, lá, do Governo Federal que, em vez de ajudar, mataram amazonenses, como o TraTecov, o tratamento precoce e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras coisas mais, em vez de terem colocado oxigênio e terem realmente se mobilizado, Governo Estadual e Federal, para trazer oxigênio para o Estado do Amazonas.

Eu...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, quero saudar a todos vocês que estão iniciando, aqui, mais uma semana. Que sejamos serenos, iluminados, para buscar a verdade, toda a verdade, e não apenas uma parte da verdade!

Queria fazer referência ao que o senhor acabou de dizer; eu acho que isso transcende quem seja contra ou a favor de Governo. O senhor repete, sempre, aqui nesta CPI, algo sobre o que eu tenho que fazer um esclarecimento, porque essa narrativa é algo em que a gente tem que ter serenidade, no momento em que os nervos estão tão a flor da pele, que é dizendo que tratamento precoce mata gente. Então, isso eu acredito que não é uma verdade; pelo menos, os médicos que estiveram aqui, cientistas, especialistas disseram uma outra coisa, trouxeram dados. Infelizmente, uma boa parte dos Senadores que sempre participam da sessão deram as costas e sequer ouviram. Então, eu acho que não podem, de maneira nenhuma, fazer um prejulgamento sobre isso se nem sequer ouviram os especialistas. Eu digo: isso transcende ser contra, a favor de Governo.

Eu queria só lhe pedir – eu sei que o senhor já retirou da pauta, passou para amanhã os requerimentos que estavam previstos para hoje –; então, eu queria só pedir ao senhor para que a gente, amanhã, porque há uma expectativa enorme... Eu estive no Rio Grande do Sul, na terra do Senador Heinze, esse final de semana, e conversei com o ex-Senador Pedro Simon, uma reserva moral deste País, para ouvir, num momento tão delicado, Senador Marcos Rogério, que a gente vive na Nação, para ouvir conselhos, procurar ter uma linha. E eu acho que a expectativa de todos os brasileiros é de que a gente possa rastrear corrupção, seja no Governo Federal, seja nos Estados, seja nos Municípios, porque dinheiro não faltou para nenhum deles, mas sobraram – pelo menos, a Polícia Federal já definiu – escândalos, especialmente nos Estados e Municípios.

Então, sobre o Consórcio Nordeste – que é algo que vai do Oiapoque ao Chuí; hoje em dia, não é uma coisa só mais do Nordeste –, o povo brasileiro, gaúcho, nas ruas, me perguntou se isso ia ser votado. E eu disse que vai, que o senhor tinha se comprometido e que, amanhã, nós vamos votar a vinda ou não do ex-Chefe da Casa Civil Bruno Dauster, que foi exonerado por causa desse escândalo; e também da dona da empresa Hemptcare, que é Cristina Prestes, que recebeu o dinheiro do Consórcio Nordeste, e não comprou, não entregou os respiradores, foram quase R\$50 milhões. E a gente gostaria muito que, amanhã, a gente pudesse realmente votar isso aí. E todo o empenho, todos os discursos dos Senadores,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, na semana passada, contra a corrupção, que são válidos – totalmente válidos! –, que a gente tenha também, por coerência, para buscar, em Estados e Municípios, que eu acho que é importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só... Nós recebemos... Eu recebi, o Relator também recebeu um documento do Sr. José Alves Filho. Ele pede pra que o nome dele seja trocado pelo Sr. Jailton Batista. Ele não é a pessoa que gerencia, e quem tem o conhecimento sobre a Apsen é o Sr. Jailton Batista. Ele faz alegações aqui; é importante a gente ter informações sobre a Apsen. E eu vou, amanhã, colocar em votação esse requerimento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – O que é a Apsen, Sr. Presidente, só por favor. Apsen.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Apsen produz medicamentos. É um laboratório que produz...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Não é a Vitamedic?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, é Vitamedic. Vitamedic. É Vitamedic. Aliás, não é Apsen; é Vitamedic. Desculpa. É Vitamedic Indústria Farmacêutica Ltda., fabricante do fármaco "ivermecticina".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ivermectina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ivermectina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Posso dar uma opinião aqui, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que amanhã a gente discute isso, Senador Humberto, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só recebi e tenho que comunicar, até porque quem aprovou o nome dele foi a Comissão, e eu não tenho poderes de monocraticamente tomar uma decisão dessas. Quem tem que tomar é o Colegiado aqui, da CPI. Por isso que eu estou falando que eu estou colocando esse requerimento para ser votado amanhã.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) - Qual é o objeto do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É o Sr. José Alves filho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) - Ele pede o quê, no requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Que ele não tem o conhecimento de todos os trâmites, porque ele não é o presidente da empresa; ele é o... Eu acho que ele é do conselho, presidente do conselho, alguma coisa... E quem gerencia, quem realmente toca é uma outra pessoa, que ele dá o nome aqui. Por isso, aí é uma determinação de V. Exas., porque se trouxer uma pessoa aqui pra dizer: "Não, tem que consultar fulano, consultar sicrano...". Essa é uma decisão que V. Exas. vão tomar amanhã.

Senador, pode passar isso à Mesa, para a gente colocar isso em votação amanhã, por favor?

Deputado Fausto Junior, como é de costume, V. Exa. está aqui como testemunha. Então, eu vou pedir para que V. Exa. responda aqui o juramento que é feito aqui.

V. Exa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A partir deste momento, V. Exa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal. Se assim V. Exa. quiser, V. Exa. teria 15 minutos pra expor as suas primeiras palavras aqui, nesta CPI.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Agradeço, Sr. Presidente. Um bom dia a todas e a todos.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar o Exmo. Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Omar Aziz; o Exmo. Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, que ainda não está; Exmo. Sr. Relator Renan Calheiros; Exmo. Sr. Senador Marcos Rogério, autor do requerimento de convocação; demais Senadores e Senadoras, membros, suplentes e presentes no dia de hoje.

Antes de mais nada, quero prestar minha solidariedade a todas as vítimas da Covid-19 e também registrar o meu agradecimento aos verdadeiros heróis: todos os profissionais da saúde que estão envolvidos direta ou indiretamente no combate à pandemia. A essas pessoas quero citar um trecho do Salmo 30, versículo 5, que diz: "No seu favor está a vida. O choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã". Tenho fé em Deus e tenho a certeza de que vamos vencer essa pandemia através da vacina, através do uso de máscara, através do distanciamento social e do álcool em gel.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero reiterar o meu compromisso em contribuir com esta Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado para esclarecer todos os fatos investigados na CPI da Saúde instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, da qual fui Relator.

Meu nome é Fausto Vieira dos Santos Junior, tenho 28 anos, sou o Deputado Estadual mais jovem do Parlamento estadual, eleito por unanimidade como Relator da denominada CPI da Saúde do Amazonas, ocorrida entre os dias 26 de maio de 2020 e 29 de setembro de 2020, na Assembleia Legislativa do Amazonas.

Srs. Senadores, como é de conhecimento dos senhores, fomos o epicentro da primeira onda no Brasil, e, diante do crescimento exponencial do vírus no Amazonas, viramos destaque nacional e mundial. Vivemos cenas de terror, sofremos com a falta de leitos e equipamentos, tais como respiradores e EPIs, tivemos corpos amontoados em câmaras frigoríficas e vivenciamos enterros coletivos. Não tenham dúvida, Srs. Senadores, de que esse foi um dos momentos mais difíceis da história do Amazonas. Mas é preciso ficar claro que a CPI da Saúde no Amazonas não nasceu apenas por conta da pandemia do novo coronavírus: já existia um gravíssimo problema na saúde pública do meu Estado, vindo de muitos anos e herdado de gestões passadas. A pandemia foi apenas um estopim dessa bomba-relógio.

É preciso ressaltar que essa foi a primeira CPI da história do Amazonas que investigou a saúde.

A CPI do Amazonas teve como principal linha de investigação irregularidades em contratos da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas no período de 2011 a 2020. A presente CPI da Saúde no Amazonas teve como finalidade precípua o combate à corrupção, apurando fatos, e com foco na análise dos contratos firmados perante a administração pública. A investigação se aprofundou em como os recursos públicos eram gastos, se os serviços eram prestados de forma adequada e apontando os caminhos para solucionar as problemáticas.

Mesmo com curto prazo de duração de 120 dias, de acordo com o art. 52 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e do extenso lapso temporal que veio a ser o objeto das investigações, nesse caso de 2011 a 2020, a CPI conseguiu identificar uma série de irregularidades estorcedoras cometidas em diversas gestões governamentais e também durante a pandemia da Covid-19 no Estado do Amazonas, encaminhando o relatório final, com tudo que foi apurado, para a Polícia Federal, para o Ministério Público do Estado do Amazonas, para o Ministério Público Federal, para o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e para o Tribunal de Contas da União.

Durante os quatro meses de intenso trabalho e dedicação, a CPI da Saúde no Amazonas identificou, em mais de 40 reuniões ordinárias e 41 oitivas, onde colhemos depoimentos de secretários de Estado, empresários, servidores públicos e possíveis lobistas, R\$1,5 bilhão de pagamentos indenizatórios na saúde, detectados com indícios de corrupção no período de 2011 a 2020, e, deste valor, R\$407 milhões em pagamentos indenizatórios detectados com esses indícios de corrupção tão somente no atual Governo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até a conclusão da CPI. Ao todo, foram 271 ofícios expedidos, 149 empresas investigadas, 104 requerimentos apresentados e 92 memorandos.

Encaminhamos um total de nove recomendações, sendo cinco recomendações à Secretaria de Saúde do Amazonas, cabendo destacar uma delas, que ocorreu no dia 5 de junho de 2020, ao então Secretário interino à época, Marcellus Campêlo, em que foi recomendada a suspensão dos contratos indenizatórios; uma ao Governador do Estado, Wilson Lima, recomendando a exoneração dos servidores envolvidos na compra dos respiradores superfaturados; uma recomendação ao TCE e uma recomendação ao Ministério Público do Estado, ambas no sentido de requerer uma investigação mais aprofundada dos atos praticados por secretários de saúde no período de 2011 a 2020; e uma recomendação à Central de Medicamentos do Amazonas.

Efetuamos cinco inspeções técnicas, duas no Hospital de Campanha Nilton Lins, uma na Secretaria de Saúde do Amazonas, uma no Hospital Delphina Aziz e uma no Hospital Francisca Mendes. Detectamos mais de 17 crimes, entre eles, peculato, fraude em licitação, organização criminosa, lavagem de dinheiro, ocultação de bens, violação do sigilo de proposta de concorrência, inserção de dados falsos em sistema de informações, dispensa indevida de licitação, frustração do caráter competitivo da licitação, advocacia administrativa, falsidade ideológica, estelionato, falsificação de documento público, falsificação de selo ou sinal público, falso testemunho, usurpação do exercício da função pública, tráfico de influência, além de ato de improbidade administrativa.

Foram 50 pedidos de indiciamento, ressaltando que, desses 50, 14 pessoas foram presas nas três operações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, entre secretários, empresários e servidores públicos.

Apresentamos também quatro projetos de lei, sendo três deles ainda em andamento no âmbito legislativo e um aprovado e transformado na Lei Ordinária 5.311, de 26 de novembro de 2020, que proíbe a contratação dos serviços e empresas de cônjuges e parentes até terceiro grau de secretários de Estado. Vale lembrar que esse normativo só foi promulgado após a Assembleia Legislativa derrubar o veto do Governo.

Vale ressaltar que todos os encaminhamentos da CPI da Saúde no Amazonas, como pedidos de informações e esclarecimentos para o Governo do Estado e suas respectivas secretarias, para os quais não obtivemos respostas até o final dos trabalhos da Comissão, foram anexados ao relatório final, para que os órgãos de controle e fiscalização dessem prosseguimento a esses pedidos de informação e apurassem possíveis irregularidades.

Vale ressaltar também que foram regularizados diversos pagamentos atrasados para os profissionais da saúde após pedido dos membros da CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso culminou em projetos de lei e medidas judiciais, sendo cruciais para o sucesso das investigações que desencadearam a Operação Sangria, da Polícia Federal, revelando à sociedade diversos esquemas de corrupção que impediram, de maneira estrutural e sistemática, o adequado funcionamento dos serviços públicos de saúde no Amazonas, o que, inevitavelmente, Srs. Senadores, foi uma das razões pela perda de tantas vidas.

Merece especial destaque o fato de que a Comissão revelou não apenas o esquema de corrupção, como as irregularidades na compra dos respiradores em uma loja de vinhos, mas também demonstrou que o *modus operandi* da Secretaria de Estado de Saúde era absolutamente temerário, uma vez que os serviços eram prestados de maneira informal e com favorecimento financeiro a diversas empresas.

Foi revelada, ainda, a falta de fiscalização, que acarretou gastos excessivos e serviços mal ou não prestados. Nesse contexto, destaca-se que a má gestão dos recursos públicos permitiu que o Hospital Delphina Aziz, que foi designado como hospital de referência para os casos de Covid-19, não operasse em sua capacidade máxima, havendo diversos andares vazios e leitos inoperantes, mesmo o Estado enfrentando uma situação de calamidade. Como consequência, centenas de pessoas naquele momento morreram em casa sem tratamento algum.

No que tange à visita ao hospital de campanha Nilton Lins, cabe mencionar que nenhum dos serviços que seriam prestados naquele hospital possuía cobertura contratual, havendo casos de superfaturamento de até 10.000% - isso em apenas um dos contratos analisados na CPI.

Essa promiscua mistura de corrupção e incompetência fez com que o Estado do Amazonas possuísse um dos piores serviços de saúde do País, mesmo sendo um dos Estados com um dos maiores investimentos *per capita* nessa área.

Conforme detalhamos no relatório entregue aos ilustres Senadores e Senadoras, procuramos estabelecer um novo paradigma para a gestão pública na saúde do Amazonas, evitando erros administrativos antigos e novas fraudes, de modo que o dinheiro que saia das mãos do contribuinte possa ser empregado com eficiência, honestidade e transparência. Essa é e sempre foi a luta dos membros na CPI da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Dessa forma, a CPI da Saúde, de fato, foi um marco inicial na luta contra a corrupção no âmbito da saúde do Estado do Amazonas.

Não se teve notícias no meu Estado de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tenha funcionado de maneira tão eficiente. Os dados obtidos no procedimento e reunidos nas centenas de páginas do relatório final serviram de fonte de informação para os órgãos de controle, em especial a própria Polícia Federal no encaminhamento das suas investigações.

É inequívoco que a CPI da Saúde foi marcada por resultados positivos, sem que houvesse um único centavo de gasto aos cofres públicos, tendo em vista que seus proponentes abriram mão da verba de custeio assegurada pelo art. 52 da Assembleia Legislativa, ou seja, zero de custo ao contribuinte e uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia de bilhões de reais aos cofres públicos do Amazonas e do Governo Federal. Sem dúvida, foi uma grande conquista à sociedade amazonense e ao Brasil como um todo.

Também quero frisar que a minha convocação para esta Comissão já está gerando resultados positivos para o Amazonas. Logo após começar a circular a informação sobre a minha convocação para a CPI da Covid no Senado, a Secretaria de Estado do Amazonas publicou a Portaria nº 323, de 2021, determinando a eliminação dos contratos indenizatórios, até setembro de 2021, de todos os serviços sem cobertura contratual. A portaria também proíbe a abertura de novos processos nessa modalidade.

Essa foi uma das nossas lutas na CPI da Saúde no Amazonas, que, após quase dez meses dessa recomendação, foi acatada pelo Governo do Amazonas. E tenho certeza de que os Srs. Senadores e Senadoras contribuirão para que essa conquista no combate à corrupção se estenda ao Brasil.

É com base nesta breve introdução que me coloco à disposição desta CPI aqui no Senado Federal a fim de somar e contribuir para o combate à corrupção no sistema público de saúde do Amazonas e de todo o Brasil, esclarecendo todos os fatos e questionamentos pertinentes para o bom andamento das investigações desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Omar Aziz; Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Srs. Líderes; Sras. Senadoras; Srs. Senadores; Deputado Fausto Junior, Relator da CPI da Saúde no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, eu queria lembrar a todos que o colapso na saúde do Amazonas é um fato determinado desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, é importantíssimo – já ouvimos aqui algumas pessoas – que possamos ouvir outras, de modo a avançar no aprofundamento dessa investigação.

Dentro desse propósito, também é muito importante que possamos ouvir o Deputado Fausto Junior sobre o que, na verdade, aconteceu naquele querido Estado da Federação. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai ampliar o seu prazo de duração porque, a partir de agora, nós já começamos a acessar informações gravíssimas com relação à possibilidade de desvio de dinheiro público no âmbito da administração federal. Fizemos, na sexta-feira passada, uma grande reunião aqui nesta Comissão que contou com a presença dos irmãos Miranda e, nessa reunião, avançamos bastante com relação a algumas informações que procurávamos.

Já estão coletadas todas as assinaturas para a prorrogação dos nossos trabalhos. Nós já adentramos em uma nova fase da investigação. As fases que ficaram para trás restam comprovadas por depoimentos, por informações, por confissões, e nós estamos também, paralelamente, fazendo a transferência dos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sigilos e nos detalhando com relação a essa problemática que esta Comissão Parlamentar de Inquérito reúne.

Eu queria começar perguntando ao Deputado Fausto Junior quais foram os principais problemas detectados já em 2020, depois da primeira onda da doença, a respeito do sistema de saúde do Estado do Amazonas.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Bom dia, Senador Renan Calheiros. Quero cumprimentá-lo e parabenizar pela coleta de assinaturas de prorrogação, uma vez que nós não conseguimos essa prorrogação no âmbito da CPI da Saúde do Amazonas e certamente poderíamos ter contribuído muito com o nosso Estado.

Senador, é importante deixar claro que essa não foi uma CPI somente da Covid no Amazonas, e sim uma CPI da Saúde. Nosso Estado, lamentavelmente, possuía um dos piores sistema de saúde do Brasil, mesmo tendo um dos maiores investimentos *per capita* no nosso Estado. E certamente essa fragilidade era muito clara, uma vez que nós tínhamos profissionais da saúde com meses de salários atrasados, desabastecimento das unidades de saúde no que se refere a insumos básicos, como medicamentos e materiais cirúrgicos, sem falar da falta de oferta de leitos. Então, a CPI foi criada justamente com essa sensibilidade.

Nós já tínhamos um sistema à beira do colapso. Como é que nós iríamos receber a pandemia, com a intensidade que todo o Brasil e todo o mundo viu no nosso Estado, com um sistema de saúde tão frágil? Então, realmente foi uma tragédia que estava anunciada. Lamentavelmente, perdemos muitas vidas. Eu, como amazonense, sei do sofrimento de tantas famílias que perderam seus entes queridos, e o nosso papel na CPI era de contribuir para que esse cenário mudasse, para que nosso sistema de saúde pudesse oferecer um serviço de qualidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais foram as medidas que o governo estadual tomou para o fortalecimento do sistema de saúde local?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então... Naquele momento, foi designado o Hospital Delphina Aziz como hospital de referência para a Covid-19 e foi aberto um hospital de campanha onde funcionava, num outro momento, um hospital privado. Esse hospital a que me refiro é o hospital da Nilton Lins. Lamentavelmente, o *modus operandi* adotado pela Secretaria de Saúde era um *modus operandi* absolutamente temerário, no sentido da fiscalização da coisa pública. Era feito, praticamente ele todo, através da contratação por meio de processos indenizatórios, que eram processos sem qualquer tipo de cobertura contratual, sem qualquer tipo de avaliação por meio da Lei 8.666, que é a Lei das Licitações, e, dessa forma, também sem qualquer tipo de fiscalização. Então, lamentavelmente, nós tínhamos muitas dúvidas se os serviços contratados foram prestados ou prestados com qualidade – se foram sequer prestados, na verdade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, realmente, foi uma administração temerária naquele momento da primeira onda, e eu não tenho dúvida de que isso fez com que muitas vidas fossem perdidas. Como eu já disse na minha fala inicial, muitas famílias tiveram pessoas que perderam suas vidas em casa, sem acesso a tratamento algum. E foi nesse sentido que a CPI atuou, de fiscalizar, para tentar solucionar essas problemáticas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - As preocupantes deficiências da saúde pública amazonense foram, de algum modo, acompanhadas pelo Governo Federal?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, nós, enquanto Assembleia Legislativa, não temos a competência de fiscalizar a fundo as ações do Governo Federal. Nós vimos que houve envio de recursos ao nosso Estado e que o Governo do Estado tinha autonomia para definir as ações, as políticas de combate à pandemia. O foco da CPI realmente foi avaliar se essas ações tiveram a eficiência necessária, se havia probidade nos atos administrativos. Foi dessa forma que nós atuamos na CPI, limitando-nos à nossa competência constitucional, que seria fiscalizar o Governo do Estado do Amazonas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu perguntei anteriormente, Deputado Fausto Junior, quais foram as medidas que o governo estadual tomou para o fortalecimento do sistema local. Se V. Exa. pudesse precisar exatamente que medidas o Governo Estadual encaminhou, em função daqueles fatos detectados no colapso, seria bom para a ênfase necessária que nós gostaríamos no seu depoimento.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A medida que foi apresentada para a sociedade foi a abertura do hospital de campanha da Nilton Lins, uma compra de respiradores que foi lamentável - posteriormente nós vamos citar -, e a designação do Hospital Delphina Aziz com um hospital de referência. Mas o que aconteceu, na verdade, foi que todos os hospitais, diante da demanda que se viu no nosso Estado, atuaram no combate à Covid. Mas a medida de diferente do que já existia realmente foi a abertura do hospital de campanha e a designação do Hospital Delphina Aziz como hospital de referência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Aí, na sequência, nós perguntamos se essas preocupantes deficiências da saúde pública amazonense foram de algum modo acompanhadas pelo Governo Federal.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Como eu já...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É uma pergunta específica.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, como eu já abordei anteriormente, a CPI não teve acesso a informações inerentes ao Governo Federal, limitando-se à nossa competência



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional, que é de fiscalizar o Governo do Estado. Se houve ou não, a CPI não teve acesso, porque não é da competência da CPI da Assembleia fiscalizar o Governo Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Havia recursos suficientes para enfrentar a pandemia no Amazonas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, nós dispúnhamos de um orçamento, em 2020, de R\$2,6 bilhões, sendo aproximadamente R\$1 bilhão de origem do Governo Federal. Então, eu acredito que havia, sim, recurso; a questão é como esse recurso foi empregado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E uma outra pergunta, em função da primeira: em que foram aplicados os recursos federais enviados para o Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, nunca ficou claro, de acordo com as informações da Secretaria de Saúde. Eu conto, inclusive, com esta CPI, que possa apurar essa informação, porque houve uma dificuldade enorme na obtenção de certas informações. Então, como o nosso foco, naquele momento, era realmente solucionar as problemáticas, nós estávamos no meio de uma situação de calamidade, em que vidas não podiam esperar, nós precisávamos encontrar meios para solucionar o problema do dia a dia. Então, devido, inclusive, ao lapso temporal a ser investigado pela CPI, de 2011 até 2020, eu não tenho dúvida de que muita coisa poderia ter sido mais aprofundada. Nós tivemos apenas 120 dias de duração da CPI. Então, em 120 dias você fiscalizar dez anos, realmente é algo que precisou selecionar bem o que deveria ser investigado, o que poderia contribuir para solucionar a situação daquele problema. Então, eu conto... Estou aqui no sentido de contribuir com esta Comissão, no sentido também que eu espero que esta Comissão, como tem um dos seus fatos geradores a questão do Amazonas, possa elucidar o que a Assembleia, dentro das suas limitações de estrutura... O Senado sem dúvida é muito maior do que a Assembleia. Poderá conseguir contribuir para o meu Estado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Assembleia Legislativa já realizou alguma apuração específica dos fatos relacionados à crise do oxigênio? E, efetivamente, o que se configurou a partir dessa apuração, dessa investigação?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Houve um pedido de instauração de uma nova CPI, que seria para abordar essa segunda crise. No entanto, esse pedido ficou sobrestado por uma questão de articulação política, por nós entendermos que, com a CPI do Senado, com a estrutura do Senado, a Assembleia fazer uma CPI com o mesmo objeto seria apenas um gasto de dinheiro público, já que a CPI do Senado está verificando exatamente a mesma problemática. Então, eu estou aqui, inclusive... Não estou aqui como Deputado Estadual Fausto Junior; estou aqui representando os meus pares, no sentido da nossa esperança de poder contribuir com esta CPI, que a gente consiga encontrar a verdade, consiga responsabilizar aqueles que falharam e também dar justiça às famílias que perderam



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus entes queridos e, dessa forma, contribuir, fazendo o meu papel como Deputado Estadual do Amazonas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Governo do Estado do Amazonas editou, em 23 de dezembro de 2020, o Decreto 43.234, que estabelecia medidas restritivas para conter o avanço da pandemia no período de festividades, mas, cinco dias depois, esse decreto foi revogado. Qual foi a posição do Legislativo amazonense em relação ao decreto citado e à sua revogação?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - O Legislativo não foi consultado. Essa foi uma decisão estritamente do Governo do Estado. É importante frisar nessa situação que havia uma negação da urgência dos casos da pandemia naquele momento. E o povo foi pego de surpresa. Isso que motivou a irritação das pessoas. A Assembleia Legislativa não foi consultada; então, não houve nenhuma participação na Assembleia Legislativa nesse movimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. pode nos informar de quem foi a responsabilidade pela aquisição e monitoramento do oxigênio empregado nos hospitais públicos circunscritos em Manaus que atendiam aos pacientes com Covid?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Então, Senador... A responsabilidade da distribuição dos oxigênios... Eu, como Deputado Estadual, gostaria, inclusive, de deixar claro que eu vim aqui pra relatar a questão do meu relatório, que foi anterior à questão da crise de oxigênio. Mas ficou... O Governo do Estado tem autonomia para tratar sobre as temáticas da saúde. Se essa autonomia foi interferida pelo Governo Federal, se não foi, realmente precisa de uma investigação mais aprofundada, e eu conto com o trabalho dos Srs. Senadores para que a gente possa elucidar esses casos, porque existem muitas dúvidas ainda e nós temos certeza de que essas dúvidas precisam ser esclarecidas. E eu estou aqui para contribuir com o que aconteceu na primeira onda.

Eu posso até tentar me estender, no sentido do contexto que existia, porque a saúde é só uma, não mudou a saúde depois do meu relatório, mas eu prefiro me restringir somente ao relatório, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É, então, no relatório não consta, por exemplo, de quem é a responsabilidade pela aquisição e monitoramento do oxigênio empregado nos hospitais públicos?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, Sr. Relator, porque o nosso relatório foi concluído em 29 de setembro e essa crise do oxigênio aconteceu em meados de janeiro de 2021. Então, foi anterior à crise.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas V. Exa., como Deputado, não tem conhecimento, Deputado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu não disse que eu não tinha conhecimento, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então responda ao Relator, por favor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu disse que eu não tenho conhecimento sobre dados aprofundados. Eu tenho conhecimento do que eu vi e do que todos que estávamos no Amazonas vimos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. é fiscal da lei e do Estado, como Deputado. V. Exa. responda ao que o Relator está lhe perguntando.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Presidente, uma questão de observação: eu estava vendo aqui esse livro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Bonito, né?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Bonito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não gastaram nada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Mas deixa eu falar uma coisa que me chamou atenção, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Dezesete crimes, R\$1,5 bilhão sob investigação de irregularidades. Nós vimos 50 pedidos de indiciamento, e o Governador não foi indiciado. Então, o que que significa isso? Eu não estou entendendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Posso responder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Pode.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pode responder. A pergunta específica foi o seguinte: de quem é a responsabilidade pela aquisição e monitoramento do oxigênio empregado nos hospitais públicos circunscritos em Manaus que atendiam aos pacientes com Covid?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A responsabilidade de todos os hospitais públicos do Amazonas cabe ao Governo do Estado. O Governo do Estado tem autonomia sobre toda a média e alta complexidade. Isso é uma questão inclusive constitucional, Senador Omar.

Respondendo à pergunta do ilustre Senador, nosso relatório serviu como base para três operações da Polícia Federal, que, sim, chegaram a encontrar casos que conectavam o Governador do Estado. Em nenhum momento, a CPI atuou no sentido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Deputado, o senhor permite? O senhor me permite? Veja, nós todos... Aqui todo mundo sabe qual é o papel de uma Comissão de Inquérito.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Numa Comissão de Inquérito, uma das conclusões lógicas é terminar com indiciamentos.

A pergunta direta e objetiva que o Senador Rogério fez e que eu quero reiterar: por que a CPI concluiu pelo não indiciamento do Governador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Porque os casos que conectavam o Governador do Estado no caso dos respiradores da loja de vinho foram encontrados pela Polícia Federal e não pela CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas não tinha responsabilidade nenhuma do Governo do Estado? Não tinha nenhuma responsabilidade do Governador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A responsabilidade que nós encontramos, vamos... Veja bem, Senador: a CPI foi feita de forma técnica e imparcial, sem nenhuma convicção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não... Deputado, essa parte a gente sabe. Não estamos questionando isso.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito. Então, a parte...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A gente está querendo saber o seguinte...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A parte técnica, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Por que, na conclusão... A pergunta do Senador Rogério, que nós queremos saber...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu gostaria de explicar o assunto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - E o seguinte: essa responsabilidade é da Assembleia Legislativa - é da Assembleia Legislativa. Se tem uma responsabilidade típica da Assembleia Legislativa é essa, em relação aos Governadores estaduais.

O que traz a curiosidade aqui, a atenção que foi chamada ao Senador Rogério e pra nós é por que o relatório final da CPI não concluiu pelo indiciamento do Governador.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, o Governador já estava indiciado pela PGR...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... baseado nas investigações que a CPI iniciou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor continuou não respondendo. Vamos lá. Vamos tentar mais uma vez. Vamos tentar mais uma vez: se o relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito apontar a responsabilidade de quem quer que seja, mesmo que indiciado e respondendo esteja, esta CPI tem a obrigação, sob risco de nós cairmos em prevaricação, de apontar a necessidade de indiciamento.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não houve prevaricação, Senador. Nós não tivemos acesso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eu nem estou dizendo...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... aos dados...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eu não estou nem dizendo isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Eu preciso fazer uma pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eu nem estou dizendo isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Senador Randolfe...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eu estou dizendo o seguinte: por que não teve indiciamento?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... me permita complementar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois não, pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) - ... a pergunta de V. Exa.

Na realidade, nós temos aqui, Sr. Presidente, a oportunidade de fazer várias perguntas. Primeiro: por que que o Governador Wilson Lima até hoje não foi julgado pelo STJ? Por que que o Governador Wilson Lima até hoje não foi responsabilizado por quem de direito pelos 12,8 mil amazonenses que morreram por falta de competência e de ação do Governo do Estado do Amazonas no combate à Covid?

Agora, eu acho que resta aqui uma pergunta muito clara. É: por que que a Assembleia Legislativa, diante da decisão do Supremo Tribunal Federal, que não permitiu esta Comissão investigar o Governador Wilson Lima - porque foi o Supremo que disse que a competência não era nossa -, por que que a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Senador Randolfe, neste momento, diante dos fatos, não abre uma nova investigação sobre o Governador Wilson Lima, se é que a vontade dos Deputados Estaduais do Amazonas é de esclarecer os fatos, porque essa CPI que o Relator Fausto Junior vem aqui relatar é uma CPI anterior à falta de oxigênio, anterior ao que nós assistimos de brasileiros amazonenses morrendo por falta de oxigênio. Agora, cabe à Assembleia Legislativa, diante da decisão do Supremo... Porque o Supremo disse ao Governador Wilson Lima: "Olha, se o senhor for a CPI... O senhor vai se quiser, mas, se o senhor for, não jure dizer a verdade. Se você for e não quiser responder às perguntas, você se levanta e vai embora". Então, o Governador Wilson Lima não veio. E a Assembleia Legislativa...

Esta é a pergunta: a Assembleia Legislativa está, neste momento, com algum requerimento, com alguma ação para investigar o Governador Wilson Lima?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Senador, esse é o nosso papel constitucional de fiscalizar o Governo do Estado. Isso tem sido feito. Agora, eu venho aqui, com toda a boa vontade, me coloquei à disposição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, V. Exa. não... Só um minutinho, Deputado. V. Exa. não se colocou à disposição. V. Exa. foi convocado pra estar aqui. O senhor não está fazendo favor, não. O senhor está fazendo sua obrigação aqui. Então, não se coloque aqui como se estivesse fazendo um favor pra nós, não. V. Exa. não respondeu à pergunta do Senador Renan, não respondeu ao questionamento do Senador Randolfe e não respondeu ao questionamento do Senador Rogério Carvalho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu não consegui responder, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou perguntar aqui literalmente.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu não consegui responder, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Só um minutinho.

V. Exa. teve a oportunidade, como Relator, de indiciar o Governador do Estado do Amazonas por prevaricação, por uso de verba. Por que V. Exa... O senhor está sob juramento, Deputado Fausto Junior. Se V. Exa. não explicar agora por que, eu ainda tenho muitas coisas a lhe perguntar até o final desta CPI, porque ela vai ser longa e nós teremos oportunidade de V. Exa. responder a muitas coisas que são a dúvida do povo amazonense. O povo do Amazonas que está escutando queria saber por que o Deputado Fausto Junior, Relator... Porque V. Exa., Senador Renan Calheiros, não ouse não indiciar aqueles que são responsáveis pelas mortes no Brasil, não ouse fazer isso com esta CPI, não vá fazer que nem o Relator no Amazonas. Então, me diga, Senador... A pergunta é deles, não era minha. Agora, eu estou perguntando pra V. Exa.: por que V. Exa. não indiciou o Governador do Estado do Amazonas na CPI da Saúde?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Senador, o relatório não é meu, o relatório é da CPI, o relatório é votado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. propôs isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Isso é regimental, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não. V. Exa...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Isso é regimental, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Veja bem, o Senador Renan vai apresentar um relatório aqui e tem algumas coisas em que alguns Senadores vão dizer: "Vamos retirar". Mas ele vai propor à CPI, quem vai decidir é o Colegiado. Quem decidiu não foi o Colegiado, o Colegiado era de cinco, se eu não me engano. Agora, quem propõe ou não o indiciamento de pessoas é o Relator. V. Exa., Deputado Fausto Junior, mais uma vez... O senhor está sob juramento aqui. V. Exa. não indiciou o Governador? V. Exa. sugeriu o indiciamento do Governador e os Deputados, na votação, retiraram o nome do Governador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, o problema da saúde do Estado do Amazonas, já que o senhor fala em prevaricação do Governador, no caso do Governador Wilson Lima...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, eu não falei, não, eu não falei nada. Eu estou perguntando...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - O senhor está perguntando por que eu não indiciiei o Governador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O seu relatório fala...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Mas o senhor me perguntou claramente por que eu não indiciiei o Governador por prevaricação. O senhor concorda? É essa a pergunta? Eu quero entender.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Deputado, Deputado...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu quero entender a pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Deixe-me procurar ser didático aqui. Vamos lá, mais uma vez. Mais uma vez, vamos tentar.

A função mais importante de uma comissão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É, vamos tentar, vamos lá, vamos, vamos lá.

A função mais importante de uma Comissão Parlamentar de Inquérito é a do Relator - Relator. O Relator propõe indiciamento... Eu vou lhe dizer uma coisa: o Senador Renan, há duas semanas, sugeriu, indicou as primeiras pessoas a serem investigadas nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu entendo a função do Relator, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente, então, o senhor entende.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu entendo. Eu estou explicando, eu estou explicando objetivamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Objetivamente, a pergunta: quais as pessoas que foram indicadas para serem investigadas por V. Exa.? E, entre essas pessoas, foi indicada a investigação do Governador do Estado do Amazonas? E, ao final, se ele não foi investigado, nem indiciado, por que não o foi? O.k., agora?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito, estou tentando responder, estou tentando responder...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só para um reposicionamento de fato, se tiver mais uma CPI lá, não tome o exemplo desta CPI, porque aqui o Relator nominou lista de investigados antes de submeter ao Colegiado, e isso ofende o princípio da legalidade.

Agora, as questões que estão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deputado, não ouça o Senador Marcos Rogério.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Prof. Randolfê...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Prof. Randolfê é o especialista em todos os assuntos. Por isso ele fala desse jeito. Fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, as perguntas que estão sendo feitas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Deputado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... em relação ao indiciamento das autoridades, eu acho que é importante que seja realmente esclarecido.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só para uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para questão de ordem.) – Para efeito da ordem dos trabalhos – todos nós nos inscrevemos pra falar, e eu fui um dos que primeiro chegou aqui –, eu sugeriria que o Relator concluísse o seu interrogatório, e depois nós seguíssemos a lista que está ali, pra que todos tivessem a oportunidade de perguntar. Eu também estou aqui ansioso pra fazer algumas perguntas ao Deputado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só pra contribuir com o Relator, eu estava olhando aqui o relatório, na página 190, que se refere ao Governador exclusivamente com este texto. "No que tange ao envolvimento de supostos atos ilícitos praticados pelo Sr. Governador do Estado, Wilson Miranda Lima, cientes dos limites impostos pela lei [ou seja, a lei impede uma assembleia de investigar o Governador, isso não existe], e considerando as evidências apontadas por esse



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório, tem-se que os encaminhamentos necessários já estão em curso no âmbito do Superior Tribunal de Justiça".

Ou seja, não é porque está no Superior Tribunal de Justiça que a assembleia não pode investigar. Então, isso aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Até porque é através disso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - ... é a maior desculpa esfarrapada que já teve numa assembleia legislativa, colocada por um Relator de CPI. Absolutamente, aqui é o jeitinho pra não botar o Governador na linha de tiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É o principal esporte em prática hoje no Brasil, que é a transferência da responsabilidade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Da responsabilidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Mas eu queria, Presidente, voltando agora a fazer as perguntas, aproveitar a presença do Deputado Fausto Junior para tentarmos obter algumas informações com relação ao colapso da saúde e à crise do oxigênio, se é que Deputado as têm. Nós não queremos, evidentemente, que V. Exa. produza e entregue-nos informação que não conhece, evidentemente. Não é isso.

Eu volto a fazer algumas perguntas sobre a crise especificamente. Qual foi a cronologia da crise ocorrida no Amazonas em janeiro de 2021?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - V. Exa. fala da crise de oxigênio? Especificamente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim, crise de oxigênio.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Então, Senador, eu vim aqui com todas as informações inerentes ao relatório da CPI. No momento da crise de oxigênio, o relatório já havia sido concluído. As informações que nós temos são informações que nós vimos no decorrer do nosso dia a dia enquanto Deputados estaduais, mas informações inerentes ao Governo Federal a Assembleia Legislativa não tem, porque não é da competência da Assembleia Legislativa fiscalizar o Governo Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, mas não tem informações que possam agregar aos nossos trabalhos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – As informações que nós temos são que o Governo do Estado, como já havia respondido anteriormente, que o Governo do Estado estava coordenando a distribuição do oxigênio no âmbito das unidades de saúde...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Renan... Senador Renan...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... e que isso foi insuficiente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Só para esclarecer, porque eu acho que está havendo aqui uma confusão.

Em que data encerrou a CPI que foi relatada?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Em 29 de setembro de 2020.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Em 29 de setembro de 2020, a CPI encerrou os seus trabalhos. A crise de oxigênio, Senador Renan, começou em janeiro de 2021.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E como ele está convocado na condição de Relator da CPI que se encerrou em setembro de 2020, portanto, creio que o Deputado Fausto não tem as informações, aqui, pertinentes à crise de oxigênio, mas todo o povo amazonense e os Senadores daqui desta Comissão já tiveram acesso a essas informações quando sabatinamos e ouvimos aqui o depoimento do Ministro Pazuello, do Secretário-Executivo do Ministério, da Dra. Mayra, do Secretário de Saúde do Estado do Amazonas. Todos eles tiveram que relatar com relação à questão do oxigênio. A falta de oxigênio no Amazonas, na minha modesta opinião, foi pela incompetência, pela inépcia do Governador Wilson Lima, que não tomou as providências necessárias, tendo tido tempo e dinheiro para fazê-lo, para salvar o povo do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, ninguém está isentando aqui a culpa de Governador do Estado do Amazonas, não. Pelo contrário. Nós questionamos por que o Governador não foi indiciado na primeira crise da saúde, e ele não respondeu. Ele veio, tangenciou aqui...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu não consegui responder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não V. Exa., não...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não consegui responder. V. Exas. interrompem, V. Exas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o relatório responde por V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - V. Exa. prejulga, e não me deixa explicar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O relatório responde por V. Exa.

Segunda coisa: como Deputado estadual - V. Exa. foi Deputado estadual, eu fui Deputado estadual -, V. Exa. dizer que um Deputado estadual não tem conhecimento do que se passou no Estado do Amazonas porque não era... Na época, ele foi convocado... Aí, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...
Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Presidente, me perdoe. Não coloque essas palavras na minha boca. Não é isso que estou dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, V. Exa. disse o seguinte...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - O que eu estou dizendo é que ele foi convocado na condição de Relator de uma CPI e que, como Relator dessa CPI, ele tem que prestar informações sobre o relatório. A pergunta do eminente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, vou chamar... Vou chamar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... do eminente Senador Renan Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Renan Calheiros...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... trata da questão do oxigênio, que não era alvo da investigação da CPI em setembro de 2020.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Continue Senador Renan. Vamos deixar, vamos passar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Só para, Senador Renan, apenas para tentar contribuir, o que o Senador Eduardo Braga está falando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nós entendemos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... é verdadeiro. Ele está convocado na condição de Relator da CPI. Agora, obviamente que, na condição de Deputado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estadual, ele tem conhecimento sobre todos os fatos, até pelo dever de ofício que tem, de ser legislador e também fiscal que exerce o poder de controle político da administração. Agora, sobre esses fatos para além do relatório, ele não é obrigado a declinar; agora, saber sobre esses fatos, obviamente, na condição de Deputado, sim.

O apelo que faço a V. Exa. é que ele está reclamando, o tempo todo, que não teve condições de responder: assegure a palavra, e ele responde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está assegurada a palavra para Deputado Fausto Junior, Relator da CPI.

As perguntas feitas pelo Senador Randolfe, pelo Senador Otto, pelo Senador Rogério Carvalho, pelo Senador Humberto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Eu ainda nem fiz, ainda vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vai fazer.

Por que o Governador do Estado do Amazonas...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) - E do Senador Jorginho também. Presidente, é só para ajudar. Ele é Deputado Estadual, ele foi Relator de uma CPI. Ele, então, tem que explicar aqui por que, por qual motivo ele não enquadrou, não inquiriu, não denunciou o Governador. Se ele achou que, com o Governador, estava tudo perfeito, ele tem que ter uma justificativa, porque o relatório dele isentou, não teve conclusão. Ele não é obrigado - ele não é obrigado! - a denunciar, obrigatoriamente. Então, ele tem que ter um convencimento, e esse convencimento ele tem que nos dizer aqui: "Eu não denunciei o Governador, no meu relatório, porque eu acho que o homem agiu certo, isso, isso, isso e isso"; é isso que ele tem que dizer.

É só para contribuir.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Senador Randolfe, o Senador Randolfe e o Senador Alessandro fizeram praticamente a mesma pergunta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Rogério.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Fez.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Rogério.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perdão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perdão.

Para responder as perguntas dos Srs. Senadores, o relatório foi construído por todos os membros da CPI; eu apenas descrevi todo o trabalho que foi feito na CPI da Saúde do Amazonas. Nós, quando descobrimos o escândalo dos respiradores na loja de vinhos, esse escândalo foi iniciado pela CPI. No decorrer da investigação da CPI, houve uma operação da Polícia Federal. Essa operação estava em sigilo - em sigilo -, em segredo de justiça. E, obviamente, a CPI não tinha conhecimento de que havia uma investigação em curso do Ministério Público Federal.

É importante deixar claro que o papel que foi adotado pela CPI foi o de subsidiar os órgãos de controle, uma vez que a CPI tinha 120 dias, Senador Randolfe, para investigar de 2011 a 2020. Isso é impossível! Nós pensamos os problemas mais sensíveis que estavam afetando aquele momento para tentarmos dar um encaminhamento e, dessa forma, solucionar. A investigação mais aprofundada tem que ser feita através dos órgãos de controle, porque essa é a função deles.

Agora, respondendo a pergunta de V. Exa., peço, por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... que me garanta em relação à indagação do Senador Omar Aziz. Todos os Governadores investigados pela CPI mereciam ser indiciados, mereciam ser indiciados! Eu propus isso, no âmbito da Comissão, e não foi aceito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpellar.) - Ah, o senhor propôs o indiciamento do Governador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Propus, e não foi aceito. O relatório é votado, foi construído...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, eu entendi...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... através de todas as mãos. O certo era para ser indiciado, inclusive, o ex-Governador Omar Aziz, pela gestão dele na saúde - inclusive o ex-Governador Omar Aziz! -, e não somente o Governador Wilson Lima; todos têm participação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espere aí, só um minutinho! O senhor pode me indiciar 50 vezes. Eu tenho, eu não tenho...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Até porque nós não indicamos; nós pedimos o indiciamento. Quem indicia são os órgãos de controle.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor pediu o indiciamento, então?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, não foi aprovado pela Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas o senhor pediu?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, não foi aprovado pela Comissão, não foi feito de forma oficial; foi feito através de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, o senhor pediu? O senhor, como Relator, pediu?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A CPI é a dona do relatório; eu não sou dono do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, peraf. Vamos lá, vamos tentar mais uma vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, mas ele não está perguntando exatamente isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor pediu indiciamento ou não?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não pedi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não pediu?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não pedi.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A CPI não... A assinatura é votada, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Presidente...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu não sou dono do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, não, perfeito.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu estou aqui representando, apenas, a CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente... Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A CPI não pediu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senador Randolfe.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A CPI não pediu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor não pediu?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A CPI não pediu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor é o Relator; o senhor propõe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É uma pergunta específica: o senhor pediu ou não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É, o senhor pediu ou não?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, não pedi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ótimo, é isso. Respondido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, respondeu a pergunta - respondeu a pergunta.

A sua presença aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, só um minutinho. V. Exa. não vai agora me impedir de fazer um questionamento, até porque ele citou o meu nome, art. 14.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, esteja à vontade, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpellar.) - Art. 14.

O art. 14... Ele falou um assunto aqui. Até o Senador Luis Carlos Heinze deu uma gargalhada, como se tivesse feito um gol. Fez um gol contra, Senador - fez um gol contra. Deputado, V. Exa. investigou, a CPI investigou de 2011 a 2020, correto?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O que você encontrou em 2011?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, nós pedimos uma cópia na Polícia Federal sobre uma investigação da Operação Novos Caminhos, da operação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, tudo bem. Vamos lá. Bom, eu estou lhe perguntando aqui. Vou lhe fazer perguntas objetivas, e V. Exa. vai chegar na Operação Novos Caminhos, o que é bom, até porque o Amazonas está assistindo; nós vamos discutir a Operação Novos Caminhos.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos lá.

Dois mil e onze: o que você achou do meu Governo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, nós precisávamos resolver...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - "Senador"... Meu Deus do céu! Eu só estou te fazendo uma pergunta tão simples...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Dois mil e onze; V. Exa. é Relator. Veja bem, se você faz uma investigação de 2011 a 2020 - entendeu, Senador Luis Carlos Heinze? -, nove anos. Ele tem que saber e tem que estar no relatório. Em qual...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, V. Exa. pagou R\$50 milhões em processos indenizatórios, Senador, processos absolutamente irregulares.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um... Pegue o relatório... Só um... Não, não, não. Não fui eu, não, quem pagou. Só um minutinho. Não, o senhor não veio aqui pra me acusar...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor está aqui como testemunha e o senhor se comporte.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Por isso que eu estou lhe perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Se comporte.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Estou lhe respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Se comporte.

Não, perafá, só um minutinho, Deputado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Estou lhe respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deputado, não fique nervoso. Calma!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, não estou nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Calma, Deputado. Calma. Nós vamos chegar ainda em 50 milhões. Nós vamos chegar lá. Eu só quero saber... Aliás, todos os Senadores e quem está me vendo agora, o que você achou do meu Governo em 2011. Cadê, no relatório? Pegue o seu relatório e leia, procure 2011, o que o senhor escreveu?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, foram pagos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não. Pelo amor de Deus!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu tenho que responder sua pergunta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor está sob juramento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - O senhor não deixa eu responder - o senhor não deixa eu responder.

Foram pagos R\$1,5 bilhão em processos indenizatórios. Esse é um problema que vem desde 2011.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não. Isso é da época do Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) - Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Eduardo pagava também.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) - No meu Governo não teve indenização.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É, o teu secretário de saúde era o mesmo meu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Não, não, não. Não, não, não, Omar, por favor - por favor. Não, não, não. No meu Governo não houve pagamento de verba indenizatória. Não havia pagamento de verba indenizatória. Pode mandar fazer a consulta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Agora, está bom. Foi pago um bilhão e tal, tudo bem, de processo indenizatório. Onde está no relatório isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Está na página...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, isso aí é um relatório, e o que...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Está nas páginas 103 e 104 do relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O que é?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Consta o pagamento que V. Exa. está me perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, tudo bem, mas deixe-me eu só te explicar... No relatório, V. Exa. fala no relatório sobre 2011, 2012, 2013?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Falo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Onde está?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Na p.103 e 104...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Do relatório.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Do relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só fala sobre pagamento indenizatório?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Só.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.

Não fala mais nada?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, nessa página. O senhor está me perguntando onde está: a página eu estou lhe respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - De 2012?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Também consta.

De 2011 até 2020, todos os pagamentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está certo.

E 2010 não teve nenhum?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Porque não é o âmbito da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - O objeto da CPI é desde...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então o crime é o pagamento indenizatório. É isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - É uma irregularidade que afetou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Afetou até os dias atuais, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, o senhor sabe o que é um processo indenizatório?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sei, sei, Deputado. Sei sim.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - O processo indenizatório, Senador Marcos Rogério... Imagine que V. Exa. vai construir um muro na sua casa; V. Exa. contrata um pedreiro, e o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedreiro vai falar: "Depois, depois eu lhe cobro"; aí daqui a pouco, o pedreiro lhe fala: "Foi R\$1 milhão o muro, porque eu usei uma máquina, eu usei mil homens". Ele não tem como lhe comprovar nada disso e você é obrigado a pagar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Veja bem...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Dessa forma é que é pago o processo indenizatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

Quem faz o processo indenizatório...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Sem licitação, sem capacidade técnica, sem nada. Confissão de dívida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Deputado Fausto.

Quem faz o processo indenizatório não é o Governador do Estado: quem faz isso são as secretarias.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Foi por isso que V. Exa. não foi indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois é, porque eu não tenho culpa, primeiro. Segundo...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Nem o Governador Wilson Lima também foi indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, só um minutinho.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu estou respondendo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. pode deixar eu falar?

Os processos indenizatórios foram apreciados pelo Tribunal de Contas do Estado, não foram?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu não tenho prerrogativa de falar em nome do Tribunal de Contas do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, mas você tem prerrogativa como Deputado Estadual de saber quem é que aprova ou reprovava as contas de Governador e de secretário.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não tenho essa prerrogativa, Senador. Não faço parte daquele Poder.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas o Poder, o Tribunal de Contas, é um órgão auxiliar da Assembleia, rapaz!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Mas tem a sua autonomia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não tem, não. Ele é um órgão auxiliar da Assembleia. Quem aprova isso é o Tribunal de Contas do Estado, no qual a sua genitora é Conselheira e aprovou essas contas. Ou é mentira minha também?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu não tenho poder de falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, V. Exa. está falando como se processo indenizatório fosse o maior crime do mundo!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Mas é, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O maior crime não é, mas que é uma prática absolutamente condenável é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É uma prática condenável se aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas de que não era?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Aliás, na fala do Secretário de Saúde que esteve aqui, nós cobramos ele sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Isso é uma prática absolutamente equivocada que tem que ser banida da administração pública.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério, eu entendo bem sobre isso porque eu governei o meu Estado. Agora, deixe eu lhe dizer uma coisa: é uma prática que tem que ser abolida, mas que não tem... Você tem que provar se tem crime. O Tribunal de Contas do Estado aprovou esses pagamentos indenizatórios, inclusive do meu Governo, que não era eu, veja bem, o ordenador de despesa. Isso é claro, Deputado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente, teve parecer do Procurador-Geral do Estado a respeito?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tem, lógico que tem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Tem autorizando o pagamento?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Deve ter.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Então, pronto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deve ter. Isso aí não é uma coisa que você coloca e diz, joga no ar, que pagaram 50 milhões. O senhor disse que eu paguei, que o meu Governo pagou 50 milhões... No meu Governo foi 50.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Em 2011 foi 50.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim. E 2012?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Só um minuto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Foram aprovadas essas contas no Tribunal de Contas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu não posso falar em nome do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não sabe. Então, vamos perguntar para...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não é questão de eu não saber: eu não tenho prerrogativa de falar em nome de outro Poder, Senador. De 2012... (*Pausa.*)

Senador, me permita uma correção: foram em 2014 54 milhões; em 2011, 10 milhões; em 2012, 16; em 2013, 35; em 2014, 54; aí em 2015, 200; em 2016, 190; e somente no atual Governo, Senador Marcos Rogério, R\$407 milhões. Isso é só do exercício atual, fora os atrasados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pergunte, Senador Marcos Rogério, qual...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Isso é um crime!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espere só um minutinho, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Por isso, tem pedido de prisão contra o Governador do teu Estado, pedido de afastamento dele do cargo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério, pergunte qual foi o meu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É preciso aprofundar, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, o meu tempo de Governo. Mande perguntar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) - Está ali no mapa. Olhe lá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim! Veja lá: 2011...

Aliás, quem mandou colocar isso? (*Pausa.*)

Pode deixar! Pode deixar!

Foi V. Exa., Senador Eduardo Braga, que mandou?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está o.k.!

Coloque aí, por favor. (*Pausa.*)

Coloque aí, por favor.

Em 2010... Em 2011, R\$10 milhões; em 2012, R\$16 milhões; em 2013, R\$35...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, me permita uma contribuição? Os R\$10 milhões são somente na saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - O restante... Foi o objeto da CPI. O restante foi o total do Executivo. Então, foram pagos R\$100 milhões e R\$216 milhões em outras áreas, em outras secretarias. Mas a CPI se ateve somente à saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Processo indenizatório... Eu tenho que verificar isso no Tribunal de Contas para saber se V. Exa. está falando a verdade ou não. Agora, em 2013, em 2014... Eu saí em março de 2014. Está certo? Eu praticamente não fui o Governador em 2014.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, só mais uma contribuição... Eu estou justificando. Eu concordo com V. Exa., V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não! V. Exa. não me indiciou por causa disso que V. Exa. disse.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. disse aqui...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Falou: "Olha, eu teria que ter indiciado o ex-Governador Omar Aziz".

Agora, eu não vejo... O que estou vendo aí é o seguinte: esses processos indenizatórios... É simples: o Tribunal de Contas aprovou esses processos indenizatórios. E aí eu, como Governador, tenho responsabilidade zero nesses processos indenizatórios, porque não sou ordenador de despesas das pastas. Esse é um ponto.

Segundo, V. Exa. pega e fala lá: em 2015, 200; em 2016, 190. Já não era mais meu Governo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para depor.) - Explique melhor como é esse pagamento indenizatório. Podia explicar, Deputado? Como é o pagamento indenizatório? É só para a gente conhecer melhor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Então, de uma forma bem simples, até para a população que está nos assistindo entender, é um contrato onde a empresa é chamada pela Secretaria de Saúde para prestar determinado serviço. A empresa, primeiro, presta o serviço e depois vai levar a fatura para o Governo do Estado pagar, sem qualquer tipo de licitação, sem qualquer tipo de fiscalização, muitas vezes, se o serviço foi executado de forma adequada ou se ele foi sequer executado. E o Governo paga, é obrigado a pagar. Por uma questão de enriquecimento ilícito... Ele é obrigado a pagar aquele valor, muitas vezes sem qualquer tipo de auditoria. Então, é um caso que está previsto na administração pública, mas de uma forma excepcionalíssima, em casos em que há claro perigo de descontinuidade do serviço público. E a gente viu que não foi dessa forma que foi atuado. Virou via de regra, e não uma exceção.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Nesse caso, a CPI não fez o indiciamento do ordenador de despesa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, eu queria...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não entendi a pergunta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu queria...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É que o Senador Omar...

É só para concluir o raciocínio, Senador Renan.

É que o Senador Omar disse que, no caso dele, como Governador, ele não era o ordenador de despesa e, portanto, não teria que ser indiciado, como outros também em outras circunstâncias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E mais, Senador Marcos Rogério: a genitora dele aprovou as minhas contas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não, a questão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É sim, sim, sim!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - A questão lógica aqui é o fato de que quem é o ordenador despesa ou não. V. Exa. disse que não foi o ordenador de despesa. A mesma lógica que ele sustenta aqui na CPI não vale para o Presidente da República. No caso do Presidente da República, querem atribuir a ele a responsabilidade de tudo que acontece nas minúcias do Ministério da Saúde. Veja que hoje está sendo um dia muito importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Presidente, eu queria dizer a V. Exa. e dizer aos Senadores que, como Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, cabe-me fazer qualquer pergunta sobre o período do enfrentamento da pandemia. E, no caso do Amazonas, especificamente, eu tinha feito um elenco de perguntas. A esta altura, eu vou prejudicar todas as perguntas, porque nós estamos aqui, incrivelmente, discutindo 2011. Quer dizer, efetivamente esse não é o meu papel como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Está exercendo o papel dele aqui a mando do Eduardo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Esse não é o meu papel como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - A gente vai chegar lá no final e vocês vão ver quem é quem aqui. Calma!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - De modo que eu me considero satisfeito, e V. Exa. chama o próximo inscrito.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu estou sendo ameaçado? Eu estou sendo ameaçado, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, estou sendo ameaçado. Estou sendo ameaçado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só fica um advogado aqui, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um, não precisa de dois. A outra pode se sentar ali, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Estou sendo ameaçado, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu acabei de chegar aqui, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não chega a tanto. V. Exa. agiu com toda a tolerância em relação aos outros depoimentos.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu falo do seu Governo, e V. Exa. me ameaça de prisão, Senador? É isso que o senhor está dizendo para o Brasil todo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor... É você ou ele, por favor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, estou falando a verdade. Acho que esse que é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não é verdade isso, mas tudo bem, Deputado, vamos lá, vamos tocar. V. Exa. está bem protegido.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - V. Exa. está me ameaçando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não estou lhe ameaçando. Fique tranquilo.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, V. Exa. acabou... "Vai sair daqui preso". Foram essas as palavras que V. Exa. usou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, fique tranquilo, fique tranquilo. Você vai ficar aqui até o final.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu vim aqui para falar a verdade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É a verdade que eu quero de você. Você poder falar a verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Vamos seguir, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Eu estava...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Não, não, não. É uma questão de ordem. Regimentalmente eu tenho direito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor, Senador Eduardo Braga.

Senador Eduardo Braga, por favor!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Art. 14. V. Exa. me citou. Eu estava ausente. Eu estava ausente da Comissão, e V. Exa. me citou.

E eu queria entender, agora que estou presente na sala, qual é a citação que V. Exa. fez sobre meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Eu queria entender qual foi a citação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu disse que não precisa da ajuda para a defesa do Senador Eduardo Braga. V. Exa. veio ao auxílio para ele defender, para ele responder às perguntas duas vezes, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) - Não, não. Eu vim aqui para repor a posição verdadeira. Como disse o Senador Relator, Renan Calheiros, esta CPI é para que nós possamos avaliar problemas da pandemia da Covid-19, e o principal responsável no Amazonas, comprovado por uma CPI, comprovado por investigação da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e que aguarda julgamento do STJ tem nome e sobrenome: Wilson Lima, Governador do Estado do Amazonas.

Portanto, eu estou aqui na função de Senador, de membro da CPI para debater sobre isso. Questúnculas políticas locais não fazem parte do meu debate. Não estou aqui para socorrer o Deputado Fausto Junior, que é maior de idade, é Deputado e está aqui na condição de Relator de uma CPI e não de investigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - O Deputado Fausto Junior está aqui na condição de Deputado Estadual e de Relator da CPI do Amazonas e não na condição de investigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Ele foi convocado ou convidado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Convocado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Então ele veio na condição de testemunha?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - De testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Testemunha.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Sim, mas ele veio na condição de Deputado Estadual Relator da CPI do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, mas como testemunha dos fatos ocorridos, como testemunha dos fatos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ele é testemunha dos fatos relativos à CPI do Estado do Amazonas, esse é o objeto do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo Braga, Senador Fernando Bezerra e Senador Marcos Rogério, eu tenho conduzido esta CPI não usando má-fé nem nas perguntas nem nas respostas. Meu comportamento tem sido muito transparente. A má-fé em insinuar que, porque pagou o processo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas de minha parte?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, Senador, do Deputado. A má-fé em usar números, jogar números aí e dizer que porque se pagou processo indenizatório há corrupção, aí é uma coisa para quê? Para tentar... Aí o Senador Luis Carlos Heinze queria saber o que era, já foi explicado pelo Deputado, os outros Deputados... Então, veja bem: não é de ilações que nós estamos precisando. Nem aqui as pessoas que vêm armadas contra qualquer membro desta CPI, eu não permiti que isso fosse feito contra o Senador Jorginho, não permiti que fosse feito contra ninguém, mas achei que o Senador Marcos Rogério, o Senador Eduardo Girão, o Senador Luis Carlos Heinze acharam bom isso. V. Exa. saiu duas vezes...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Porque, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... em auxílio ao Deputado. Só um minutinho, eu estou com a palavra, Senador Eduardo Braga. Eu ouvi V. Exa. e fiquei quieto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Na verdade, eu saí para conversar com...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não, em auxílio a ele nas respostas, duas vezes. Uma pergunta simples: por que não indiciou o Governador, e até hoje não respondeu. Aí ele traz: senão teria que ter te indiciado também...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Ah, eu nem estava aqui na sala...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Baseado na vossa indagação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Como é que é?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu complementei baseado na vossa indagação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas baseado... Veja bem: você iria me indiciar porque foi feito processo indenizatório? Só isso, Senador? V. Exa. é o seguinte: nas entrevistas...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Veja, eu não disse isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho. Nós vamos conduzir isso aqui de uma forma bastante equilibrada para não perder o foco.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, V. Exa., eu, nesse ponto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu estou falando, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O.k, Presidente, V. Exa. está falando faz tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu posso falar a hora em que eu quiser, eu sou o Presidente da Comissão. V. Exa. peça pela ordem e, na hora em que eu quiser, eu lhe dou. V. Exa. não interrompa!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. está nervoso, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Estou não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não precisa ficar nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. vai ver quem é que vai ficar nervoso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ninguém está julgando V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. vai ver quem vai ficar nervoso no final da CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. não precisa de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Fale, Senador, estou dizendo, fale, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Dizer, Presidente, V. Exa. não está sendo julgado por seus pares. V. Exa.... Houve uma pergunta a ele, ele respondeu de uma maneira que causou estranheza a V. Exa.; mas, veja, a questão das indenizações, V. Exa. disse aqui: não há crime, mesmo tendo sido pagas. No caso do Presidente da República sequer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só há crime, só há crime, só há crime... Só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... foi pago um centavo sobre um processo de aquisição de vacinas que não houve, e a acusação é de que estamos diante do maior crime...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, V. Exa. não... Eu vou lhe cortar a palavra porque V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas, Presidente, V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Não tem nada a ver, uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Uma coisa não tem nada a ver com a outra, Senador, por favor. V. Exa. está sendo indelicado comigo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Muito indelicado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não estou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Muito, muito indelicado. V. Exa. está sendo muito indelicado, sabe por quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não estou não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque V. Exa. faz a ilação de uma coisa com outra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não estou fazendo ilação, estou fazendo aqui apenas um comparativo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, você está... Você usa da sua...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... suas palavras para fazer umas ilações...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Presidente, não é ilação!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não faça isso! Não compare o que ele falou ao que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O caso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O caso, qualquer outro caso, é uma outra coisa. V. Exa. não pode dizer, ninguém pode afirmar, nem ele afirma, porque, se ele tivesse afirmado isso, ele investigou... Ele só disse que isso foi pago, como se isso fosse um crime e tivesse roubo. O que ele deveria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas V. Exa. teve oportunidade de investigar, Deputado! V. Exa. não investigou porque prevaricou!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não! Estou sendo acusado de crime, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, só um minutinho. V. Exa. fique agora... Só um minutinho, o senhor vai ter oportunidade de falar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se um relator investiga e acha que tem indícios de irregularidades e não coloca no relatório, só bota os números frios para mostrar para a população que tinha um valor... V. Exa. não pode dizer que eu teria que ter sido indiciado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, V. Exa. não pode dizer que eu teria que ser indiciado porque...

Só um minutinho, amigo, filho do Paulo Castro. Só um minutinho!

V. Exa. não pode fazer uma insinuação dessas sem ter investigado, e teve oportunidade de investigar, teve oportunidade de ter visto todos esses pagamentos, ao longo dos nove anos, indenizatórios e ter dito "olha, teve corrupção aqui, teve corrupção ali, teve corrupção ali" e indiciar, inclusive, a mim se eu tivesse responsabilidade. Agora, o senhor não pode chegar aqui na CPI e dizer "não, eu teria que indiciá-lo", comparando o problema que o Amazonas está sofrendo por falta de oxigênio a pagamento indenizatório, Deputado! Isso é diferente! É só isso que eu estou dizendo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, V. Exa. poderia ter feito isso no seu relatório, que seria até bonito ter dito: "Olha, tem aqui indícios, graves, e nós temos que investigar esses pagamentos indenizatórios." O senhor colocou no seu relatório os valores que foram pagos, mas não tem absolutamente nada escrito em relação a isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pela ordem, Sr. Presidente! *(Pausa.)*

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, gostaria de formular a presente questão de ordem, nos termos regimentais, acerca do suposto crime de prevaricação do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu pediria para V. Exa. fazer isso após...

O senhor já concluiu, Senador Renan?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Depois que nós terminarmos a sessão de...

Senador Otto Alencar...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, V. Exa. vai ler um textão aí, vai demorar meia hora!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Presidente, o senhor me citou! O senhor me citou!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não citei não!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor citou, o senhor falou há pouco tempo que eu estaria satisfeito com essa situação de constrangimento que houve aqui. Eu queria entender por que o senhor me citou e disse que eu estaria satisfeito com essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, foi um equívoco, Senador, eu errei quando falei o seu nome: eu ia falar no Senador Luis Carlos Heinze e coloquei o senhor no meio. Desculpe!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente, me perdoe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Otto Alencar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ...V. Exa. está me tirando o direito de formular uma questão de ordem! É uma questão importante! É uma questão de ordem importante, e eu tenho direito à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Qual é o artigo que V. Exa. está pedindo na questão de ordem?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É porque, pelas declarações de V. Exa. e do Relator, se anuncia para a imprensa e para todo o Brasil que se inicia um processo de investigação de um crime de prevaricação por parte do Presidente da República...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas eu dei essa declaração?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Está na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Está na imprensa!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... o senhor tem que perguntar ao Senador Randolfe porque foi ele que entrou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, talvez eu possa esclarecer ao Líder do Governo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não. Eu gostaria de formular a minha questão de ordem. Não estou pedindo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas não cabe questão de ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu não estou precisando de esclarecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não tem isso na CPI.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Na realidade, eu nunca vi... A gente não consegue aqui ter direito ao espaço da fala...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, assegure a palavra ao Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... ao espaço da fala! Eu queria só a compreensão da Presidência e dos meus pares.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) - Eu queria uma questão de ordem. Vamos seguir a sequência de inscritos, conforme está estabelecido no funcionamento da CPI.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Claro, mas a questão de ordem prevalece. Eu preciso formular. Vou tomar três minutos. Eu queria a compreensão do Relator e do Presidente para formular a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por três minutos, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para questão de ordem.) - Diante do encontro relatado pelo Deputado Federal Luis Miranda, o Presidente da República entrou em contato com o então Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, no dia 22 de março de 2021, segunda-feira, a fim de solicitar a realização de uma apuração preliminar acerca dos fatos relatados quanto ao contrato de compra da vacina Covaxin.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No regular exercício do poder de autotutela da administração pública – ato contínuo após a ordem do Presidente da República –, o Ministro determinou que o então Secretário-Executivo, Elcio Franco, realizasse uma averiguação prévia dos indícios de irregularidades e ilicitudes apontados.

Compete destacar que o Secretário-Executivo Elcio foi responsável pela negociação, contratação e aquisição, até 20 de março de 2021, de todas as vacinas pelo Ministério da Saúde. Por isso, o agente público com maior *expertise* para apreciar eventual não conformidade contratual quanto às vacinas era o Secretário-Executivo.

Após a devida conferência, foi verificado que não existiram irregularidades contratuais, conforme já previamente manifestado, inclusive pela Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde.

Ressalta-se que é prerrogativa legal da administração pública – no exercício do poder-dever de autotutela administrativa – realizar averiguação prévia sobre os seus atos, sem a necessidade de encaminhar para outras instâncias investigativas, conforme o Enunciado Sumular nº 476, do Supremo Tribunal Federal, abro aspas: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial", fecho aspas.

Portanto, conclui-se que a notícia crime ora em análise não detém aptidão mínima nem justa causa idônea para o seu devido prosseguimento, uma vez que foi realizada uma avaliação cautelosa e criteriosa do Secretário-Executivo Elcio Franco acerca da denúncia de irregularidade contratual apresentada pelo Parlamentar Luis Miranda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Presidente, se V. Exa. me permite, pela ordem – aí é pela ordem dos trabalhos.

Em primeiro lugar, Presidente, veja, não existe nenhuma proposição sequer de que esta CPI antecipe algum aspecto do relatório do Relator Renan Calheiros. O que ocorreu foi uma iniciativa individual de Senadores, à luz dos acontecimentos de sexta-feira, de oferecer uma notícia-crime ao Supremo Tribunal Federal. Repito: foi uma iniciativa individual de Senadores, não é uma iniciativa desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, o primeiro aspecto que esta, abre aspas... Com toda vênia, respeito, acatamento e consideração a S. Exa. o Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, não procede a questão de ordem, porque não tem esse debate neste momento na CPI. Não está se debatendo antecipação do relatório do Senador Renan Calheiros.

Em segundo lugar, se V. Exa. me permite, na condição humilde de auxiliar de V. Exa. na Presidência, atribuição que me cumpre, seria importante, a partir de agora, adotar o procedimento do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regimento para questões de ordem e pela ordem. A questão de ordem está estirada no art. 413 do Regimento Interno.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Sr. Presidente, é porque, quando é com relação a outros Parlamentares, tem intervenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - E a questão de ordem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Como é que é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É claro que a Mesa que decide.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - E a questão de ordem... Conforme o 403, tem que ser declinado o dispositivo do Regimento Interno. E a questão de ordem ocorre claramente, pelo dito no Regimento Interno, quando existe uma ofensa à ordem dos trabalhos. O pela ordem nós convencionamos que é para a organização dos trabalhos.

Então, só para nós adotarmos esse procedimento, a partir de agora, na organização dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu queria pedir a V. Exa... Esse assunto aí não diz respeito à CPI. Isso foi uma iniciativa do Senador Randolfe, individualmente, juntamente com outros dois Senadores. E qualquer cidadão brasileiro, tendo em vista os fatos que foram apresentados aqui pelo Deputado Luis Miranda em relação à prevaricação, poderia entrar com uma ação de prevaricação de qualquer uma pessoa. Então, isso não cabe à gente estar discutindo. A sua questão de ordem não é para cá, é para outro ambiente, não na CPI.

Não foi o Relator, nem eu. Foi uma decisão do Senador Randolfe, do Senador Kajuru, que não faz nem parte da CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Só que é o Vice-Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, mas o Kajuru não é nem membro da CPI.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, não, o Senador Randolfe é Vice-Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, de qualquer forma, eu fico feliz em ouvir o testemunho do Senador Randolfe, com a iniciativa individual dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - E não da CPI, não do Relator, não do Presidente, porque não existem elementos para poder iniciar...

(Tumulto no recinto.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Porque sobre isso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - O Renan quer abrir um debate aqui. Vamos abrir o debate!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu queria só lembrar ao Senador Fernando Bezerra e a todos, Presidente, que, com relação a essa questão, é muito mais grave o que envolve o Presidente da República. É muito mais grave, porque ele não só teve conhecimento, ele participou em todos os momentos. Deixa eu só lembrar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Desculpa, Senador Renan. V. Exa. Está fazendo afirmação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Deixa eu só lembrar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Nó estamos ainda investigando, levantando. V. Exa. se refere...

(Tumulto no recinto.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Deixa eu falar! Deixa eu falar! No dia 8 de janeiro, 8 de janeiro... O Presidente da República, que é um contumaz veiculador de *fake news*, agora está com a amnésia. Seria o caso, eu disse ontem, respondendo a uma pergunta...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Desculpa, Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou falando!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Esse officio a que V. Exa. se refere...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou falando! Eu lhe ouvi, rapaz! Eu lhe ouvi! Eu estou falando!

Seria o caso desse contumaz e compulsivo veiculador de *fake news*... Seria o caso de ele recuperar um pouco a sua memória. Eu até disse ontem: eu recomendaria até ao Otto Alencar, que é o nosso médico credenciado, passar um "memorial" para ele, porque, no dia 8 de janeiro - 8 de janeiro -, ele mandou uma carta para o Primeiro-Ministro da Índia...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Para acelerar a entrega das vacinas compradas no âmbito do Covax Facility.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Fernando, querido, deixa eu falar! É importante que as pessoas saibam disto: no dia 8 de janeiro, ele mandou uma carta pedindo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Deixa eu falar! ... pedindo para comprar 20 milhões de doses de vacina, no mesmo momento em que ele tinha recusado 170 milhões de doses da Pfizer, do Butantan e da OMS, que assinou os 10%, largando 46 milhões de doses - no mesmo momento.

No dia 25 de fevereiro, no dia 25 de fevereiro, o Presidente da República... O acordo foi fechado. O acordo pedido no dia 8 de janeiro foi fechado no dia 25 de fevereiro. No dia 10 de março, Senador Fernando Bezerra, o Presidente da República sancionou a medida provisória na qual o Deputado Ricardo Barros incluiu a emenda autorizando a compra da Covaxin. Quando o Deputado Luis Miranda foi falar com ele, foram dez dias depois, no dia 20 de março.

Eu perguntei aqui ao Deputado: "Neste dia, o senhor já teve a informação de que ele sabia?". O Deputado respondeu aqui para todos: "Sabia detalhes, pormenorizadamente..."

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Senador Renan...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... a acusação contra ele proposta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A palavra está garantida ao Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... é de que ele participou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Apenas para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele participou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Apenas para complementar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sobre a as emendas apresentadas nesse tema, também apresentou emenda, nessa mesma direção, com esse mesmo conteúdo, o Deputado Renildo Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu apresentei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... o Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, mas eu não vejo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Apresentou o Deputado Orlando Silva...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espera aí, espera aí, espera aí.

Nós apresentamos emenda e apresentamos emenda para facilitar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... com a vinculação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... a vinda de vacinas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... que V. Exa. está fazendo aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Todos apresentaram a mesma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não tem nada a ver. Não tem nada a ver. Então...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A questão não é a emenda. A questão é outra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - A questão é que ele sabia...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Ele sabia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, não, por favor.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Tenho a impressão de que a questão não é a emenda, é o soneto. É pior que a emenda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Exatamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, como falou aí o Senador Renan Calheiros, é claro que esta CPI existe exatamente porque a crise do Amazonas chamou a atenção de todo o País, todo o Brasil. Inclusive, o primeiro requerimento é um requerimento específico para investigar os fatos ocorridos no Amazonas por falta de oxigênio, de insumos, *kit* intubação, experiência incorreta, anticientífica e sem orientação médica do uso indiscriminado da hidroxiquina e do laboratório feito em Manaus para estimular a imunidade de rebanho. E isso levou a uma condição muito ruim para a capital do Estado do Amazonas, que tem a maior letalidade de todo o País, porque se estimulou muito a imunidade de rebanho, uma coisa criminosa, sem dúvida nenhuma.

E o interessante é que todos os que vieram aqui e que estimularam a imunidade de rebanho depois voltaram atrás, inclusive a Dra. Nise Yamaguchi, o Osmar Terra, todos eles.

Portanto, não há como se achar, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Deputado Fausto, não há como se achar que uma Comissão Parlamentar de Inquérito feita no ambiente da Assembleia Legislativa, que é o Colegiado correto para investigar Governadores, não é este Colegiado aqui do Senado... Inclusive, a legislação é muito clara, o art. 146 do Regimento Interno diz isto com muita clareza: o Colegiado para investigar o Governador é a Assembleia Legislativa, sem dúvida nenhuma. Portanto, quando, aqui nesse relatório, V. Exa. coloca que não estendeu, não aprofundou a investigação do Governador, porque o fato já corre no Superior Tribunal de Justiça, existe aí um equívoco muito grande, poderia muito bem estar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu fui mal interpretado, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não me interrompa, por favor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Me desculpe.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Quando eu der a palavra a V. Exa., V. Exa. fala. Está certo? Vamos fazer aqui um tratado para ter as coisas bem claras.

Então, nada impediria que a Assembleia aprofundasse a investigação sobre o Governador porque está correndo no Superior Tribunal de Justiça a investigação. É claro isso, para V. Exa.?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Com certeza, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Uma coisa não invalida a outra, certo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Com certeza.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Mas V. Exa. não aprofundou a investigação, como Relator.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Posso responder?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Daqui a pouco.

V. Exa. não aprofundou a investigação, como Relator, e deveria ter feito. Deveria fazê-lo de forma correta como está preestabelecido na Constituição Estadual do Estado do Amazonas, que rege essa matéria, como qualquer outra Assembleia Legislativa. Eu fui Presidente de Assembleia, conheço perfeitamente como funciona e sei o que é ser Relator. O Relator é o que conduz os atos todos de investigação para que os membros da Assembleia possam discordar ou concordar. Certo isso? Não é isso? Então, uma coisa não invalida a outra.

Então, esse relatório aqui, que traz, na p. 130, não investigar o Governador, porque corria no Superior Tribunal de Justiça uma investigação, não tem sustentação jurídica absolutamente nenhuma, mas nenhuma mesmo. Poderia perfeitamente investigar o Governador. Se não foi feito, é exatamente porque não quiseram fazer ou se aprofundar. Essa é uma relação que precisa ser explicada.

E, como falou o Senador Eduardo Braga, é importante que, Senador Eduardo Braga, se pudesse instalar uma outra Comissão Parlamentar de inquérito, já que essa se extinguiu em setembro de 2020, no auge da crise sanitária, quando as pessoas no Amazonas morriam por falta de oxigênio e eram enterradas em vala comum. Então, não tinha por que não fazer a investigação e aprofundar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repetindo, o Colegiado para a investigação do Governador ou dos Governadores chama-se Assembleia Legislativa dos Estados – no caso aí, a do Estado do Amazonas. V. Exa. concorda com isso? Não é este Colegiado aqui do Senado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Independente de CPI, essa é a nossa função constitucional, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Pois é. Então, não é este Colegiado aqui, Senado Federal, é a Assembleia Legislativa. Quando se fala em trazer Governador para aqui, se fala sabendo que a lei não permite, tanto é que o Supremo fez isso, muito mais por politicagem e promoção individual do que realmente ter cumprimento da legislação, não só do Regimento Interno, como da Constituição Federal.

Mas eu vou às perguntas a V. Exa., até porque o Senador Renan Calheiros não teve oportunidade de fazer as perguntas.

Eu queria começar pelo seguinte: o senhor, que é Deputado Estadual, foi Relator. A sua família, que tem muito poder, até porque tem poder no Tribunal de Contas do Estado, tem indicações na administração do Governador Wilson Lima?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Com o meu consentimento e do meu conhecimento, não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não, não foi isso que eu perguntei.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, mas eu estou lhe respondendo a verdade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Mas eu estou perguntando se tem ou não tem?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu não conheço.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor não sabe responder, por exemplo, do seu pai, por exemplo, se ele tem indicação?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Meu pai não ocupa nenhum cargo público.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Mas não indicou ninguém?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor também não indicou ninguém?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não indiquei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor não indicou ninguém na estrutura do Governo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não indiquei.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Deputado...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu estou sob juramento, eu sei disso. Não indiquei.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - E ninguém da sua família também indicou?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, Senador, não posso falar pela minha família. Posso falar por mim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Aí o senhor está tergiversando, está fugindo da pergunta.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor conhece, claro, a Conselheira Yara Lins?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Minha mãe.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sua mãe. Foi ela que julgou as contas do então Governador Omar Aziz?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu não posso falar em nome do TCE.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Mas, se ela é Conselheira, como é que ela não julgou?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu não posso falar em nome do TCE. Não estou falando que julgou, não julgou... Não posso falar em nome dela.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Quer dizer, o senhor conversa com a senhora sua mãe... Com muito respeito, eu quero me dirigir a ela, claro...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, deixe eu lhe falar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - ... porque é até Conselheira em um colegiado difícil de uma mulher chegar.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Primeiramente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Então, o senhor não sabe se ela não votou nas contas do Omar?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, ela está ausente. Eu vim para testemunhar sobre o relatório da CPI, e V. Exa. quer que eu fale sobre a atividade da minha mãe?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sim, mas o senhor não pode responder se ela votou...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, isso é falta de respeito por uma senhora...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não é responder...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... servidora de carreira, 40 anos de Tribunal...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não é falta de respeito, não, senhor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - V. Exa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não é falta de respeito...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... quer misturar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não, espere aí. Deputado, eu estou com a palavra. Eu perguntei ao senhor se ela participou da votação. Não é falta de respeito, não é falta de respeito. Espere aí.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, mas eu quero entender qual é a relação disso com o meu depoimento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - É porque eu ouvi o senhor dizendo aí que o Omar...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) - Presidente, eu só queria saber qual é a relação dessa pergunta pra esta CPI. Eu não estou entendendo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não, eu estou perguntando... Então, eu vou explicar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador Marcos do Val, cada colega Senador tem autonomia para...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor não estava aqui na hora em que ele falou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... organizar a inquirição como quiser.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Ele falou aqui... Espera aí, Senador Marcos do Val, o senhor não vai me peitar como peitou aqui o Deputado Luis Miranda, até porque, se o senhor me peitar, eu não corro, como ele, que afrouxou terra e eu não afrouxo, entendeu? Pode ter certeza. Você pode ser o que for, não dá. Então, é bom esclarecer os fatos para não ter dúvida aqui entre nós. *(Risos.)*

Então, não é falta de respeito perguntar se uma Conselheira relatou as contas... De maneira nenhuma.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Qual é o objetivo da pergunta de V. Exa.?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Me desculpe. Não sabe, não é?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Então, eu não estou entendendo qual é a relação disso com o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O Senador está fazendo uma pergunta, e o senhor tem três opções.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Ele disse que é falta de respeito, pelo amor de Deus! Nunca foi...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu estou pedindo respeito, não disse que era falta de respeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, não.

Deputado, só um instante.

O Senador está fazendo uma pergunta, e o senhor tem três opções: dizer "sim", dizer "não", ou dizer que não quer responder.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não vou responder, então.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Outra pergunta. Nesse relatório do senhor, o senhor buscou subsídio no Tribunal de Contas do Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Foi buscado em todos os órgãos de controle, principalmente no Tribunal de Contas do Estado. Inclusive...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor buscou lá...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... houve a participação, por meio de requerimento da CPI, de dois servidores do Tribunal de Contas para...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Então, o senhor confirma que buscou subsídio para o seu relatório no TCE?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eles auxiliaram nas investigações e na análise dos contratos. Eu não afirmo necessariamente que havia informações que o TCE tinha. Eles nos auxiliaram na análise dos contratos, na auditoria dos contratos. Essa foi a participação do TCE.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor conhece o advogado André Guedes?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, conheço.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Qual é a relação dele com sua família?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu o conheço. Com a minha família, eu não tenho... Não posso falar em nome da minha família, Senador. Eu não tenho... Eu não sei se ele é advogado, eu apenas o conheço.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Pelo que eu percebo, o senhor é uma pessoa completamente isolada da sua família...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Na verdade, sim, Senador. Inclusive, minha família tem outros Parlamentares cujos posicionamentos são muito diferentes dos meus.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Há registro de entrada do advogado André Guedes na recepção da Assembleia Legislativa do Amazonas para visitar o seu gabinete permanentemente?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, Senador. Não tenho conhecimento disso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Na assembleia, não tem registro de que ele foi em seu gabinete?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu não tenho conhecimento disso, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não. O senhor não lembra se ele foi?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, não foi. Não foi.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor conhece ou mantém alguma relação com os empresários proprietários das empresas TechWay, TCD Transporte, Matrix, TH Rodrigues, DR7 e LBC?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu não possuo relação com nenhum empresário. Se possuísse, eu não teria denunciado um Governo com...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não. Eu estou perguntando se o senhor tem...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu estou lhe respondendo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor responde se tem ou se não tem.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu estou lhe respondendo com ênfase, Senador. Me permita falar também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Hein?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu gostaria de responder à pergunta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não. Eu estou perguntando se o senhor tem ou não tem. Só isso; mais nada.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não tenho, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor nunca teve relação com essas empresas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - A CPI durou 90 dias.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Cento e vinte, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Cento e vinte? Aqui está... Então, houve uma extensão por mais 30 dias?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não. Foi o tempo inicial dela. Não foi prorrogada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O relatório foi... Cento e vinte dias.

Indiciou várias pessoas do segundo escalão, não é isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - E do primeiro escalão também, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Hein?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - E do primeiro escalão também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Com exceção do Governador?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não havia elementos que conectassem à materialidade do Governador, baseado nas investigações feitas pela CPI. Houve, posteriormente, através da Polícia Federal. É importante – eu estou tentando esclarecer isso desde o início do depoimento, se o senhor me permitir – alegar que o que levou a Polícia Federal a conectar o Governador, a atuação do Governador com o caso, especificamente, dos respiradores e da loja de vinho foi fruto das interceptações telefônicas do Governador. A isso a Assembleia Legislativa não teve acesso. Então, eu não poderia inserir o Governador no relatório por meras convicções pessoais ou políticas minhas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É pouca sorte. É estranho isso.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não! Mas eu não posso acusar uma pessoa sem provas, Senador. Essa é a minha...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sem provas? Espere aí.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Que conectassem diretamente o Governador àquele caso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Espere aí... Sem provas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Quem detinha essas provas, baseado nos insumos e nas informações que nós apuramos na CPI, foi a Polícia Federal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nesse caso, nesse caso está caracterizado que houve uma proteção ao Governador clara.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não. Isso é o seu juízo de valor, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E, quando o STJ determinou busca e apreensão na casa do Governador Wilson Lima, a CPI sequer convocou ele, logo depois, para depor, e a CPI estava em andamento ainda?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, nós fomos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque a CPI estava em andamento – não foi? –, quando teve a...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu gostaria de contextualizar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então seria, seria, seria o momento...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. está me perguntando sobre um contexto, sobre um contexto...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - ... correto de V. Exa., como Relator, convocar o Governador, porque V. Exa. estava ainda... A CPI ainda estava em andamento.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor lembra quando foi que houve a operação da Polícia Federal?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Dia 30 de junho, Senador. Deixe eu lhe... Deixe eu, deixe eu lhe contextualizar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Se foi até setembro, existiam todos os elementos para convocar o Governador.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, V. Exa. me pergunta e responde à pergunta?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não. Pode, pode falar.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, naquele momento, quando nós observamos que havia uma investigação em curso, nós fomos até a Polícia Federal, levamos todas as informações que nós tínhamos, e é lógico e óbvio que a Assembleia nunca vai fazer o papel da Polícia Federal. A Polícia Federal tem muito mais estrutura e poder de investigação. Tanto é, que teve e chegou a patamares na investigação que a Assembleia jamais teria conseguido chegar sem a estrutura da Polícia Federal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor encaminhou algum pedido de informações à Polícia Federal?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Encaminhei.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor tem cópia?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Está no relatório, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não. Eu queria a cópia... A do relatório, não. Eu queria a cópia assinada pelo senhor. O senhor tem como mandar?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu posso lhe encaminhar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor pode encaminhar então?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu posso lhe encaminhar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Muito bem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a situação atual da saúde pública no Estado do Amazonas? A pergunta é a seguinte: está tendo, está seguindo toda a tramitação de orientação do Ministério da Saúde, agora com o Ministro Queiroga? Por exemplo, o uso de máscara, distanciamento físico... Tem UTIs em quantidade para o atendimento da população?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Eu sei já...

O Estado é de calamidade ainda, como aconteceu, ou já...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, já...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - ... houve uma melhora do quadro?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Houve uma melhora do quadro, sim, há redução significativa dos casos; está havendo um avanço na vacinação. Eu, inclusive, como Deputado Estadual, fui até o Instituto Butantan tentar intermediar a compra direta, baseado na emenda coletiva que nós apresentamos na Assembleia Legislativa de R\$50 milhões para a compra de vacinas. Não obtive sucesso por questões legais, mas têm chegado as vacinas por meio do Governo Federal; essa é a informação que nós temos. Agora, nós não temos especificamente, por uma questão de falta de acesso, realmente, da Assembleia a informações do Governo Federal...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor, o senhor, o senhor, o senhor...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... especificamente a se há recomendação do Ministério da Saúde...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor é Deputado Estadual. O senhor tinha consciência do que continha no Fundo Estadual de Saúde de recursos para a saúde?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Qual era o valor?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Em que período, Senador?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - No período da CPI. O senhor perguntou, indagou quanto existia de recursos públicos repassados pelo Governo Federal...

(Soa a campainha.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - ... no Fundo Estadual de Saúde?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - No período, Senador, em 2019, cerca...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não, eu estou falando de 2020, 2020!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Em 2020, aproximadamente 1 bilhão e 80 milhões...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Porque isso é uma coisa fácil de fazer. O senhor faz um pedido, e o Governador...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... 1 bilhão e 80 milhões.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - ... informava.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu lhe respondi: 1 bilhão e 80 milhões.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor não pediu isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, nós tínhamos essa informação através do Portal de Transparência...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor sabe quanto é que tinha no Fundo Estadual de Saúde, o número, o valor?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Do Governador Federal...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - No estadual - no estadual! -, Fundo Estadual de Saúde (FES).

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Quatrocentos e setenta milhões, exatamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Quatrocentos e tantos milhões.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Isso. Nós não precisamos de...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor considera que um Governador, com 450 milhões no Fundo Estadual de Saúde, se tivesse compromisso com a saúde, deixaria faltar oxigênio e *kit* intubação?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, foi exatamente por isso que nós investigamos a forma como...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sim, mas eu quero saber se o senhor considera que o Governador foi responsável, porque o dinheiro estava na conta, e faltou oxigênio, faltou *kit* intubação. Os seus patrícios...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Foi responsável, claro!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - ... os seus patrícios...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Foi responsável, má gestão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - ... receberam tubo na traqueia, amarrados.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Má gestão, foi responsável! Não...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Então, o senhor acha que isso não compromete um Governador com dinheiro no caixa? E o senhor faz uma CPI, e esse Governador não é sequer indiciado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, para ele ser indiciado tem que haver crime.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor disse, agora, sobre quatrocentos e tantos milhões de reais, na conta. Quer dizer, nesse caso do oxigênio em Manaus, às vezes, culpam só o Governo Federal; não é só o Governo Federal que tem culpa.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não é, não!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Ele é responsável, sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O Governo Federal tem culpa também, tem culpa, foi negligente, mas um Governador previdente, compromissado com a saúde, sentado na cadeira, com o dinheiro em caixa, não deixaria faltar oxigênio para que os seus compatriotas morressem...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Concordo plenamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - ... não deixaria faltar *kit* intubação, para serem intubados sem uma sedação. E como é que o senhor não indicia o Governador, Deputado, como Relator, diante de um crime sanitário desse tamanho, um crime contra a humanidade? Tinha dinheiro no caixa; se não tivesse dinheiro, eu concordo. E o senhor não indicia o Governador? Permita-me ser sincero, o senhor fez um relatório benevolente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador Otto, um minuto para V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Hein?

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, só mais um minuto, para V. Exa. concluir.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Tudo bem, eu vou concluir, não tem...

Eu fui interrompido, aqui, pelo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Estou acrescentando.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - ... Marcos do Val...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Estou acrescentando mais dois minutos para V. Exa., estou acrescentando. Fique à vontade!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Eu quero perguntar ao senhor agora: existe ainda indício de corrupção nos contratos e na gestão da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, baseado no que foi investigado no relatório da CPI, enquanto não for terminada a questão dos processos indenizatórios, é preciso investigar sempre, porque...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor acha que existe ainda?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, achar que existe, sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não, só "sim" ou "não". Não, Deputado, "sim" ou "não".

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Acredito que sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Seja afirmativo.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sim.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Acredito que sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Ainda existe corrupção.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu quero ser apenas preciso, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Ainda existe corrupção, o senhor afirma, nos contratos de gestão da secretaria do Estado do Amazonas. O senhor disse "sim". Então, não há por que não...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Se eu acredito, foi uma pergunta...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Então, não há por que não abrir uma outra Comissão Parlamentar de Inquérito no Amazonas. Se não foi investigado, haverá omissão de parte do Presidente, de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os Deputados que compõem a Assembleia, porque o senhor acabou de dizer aqui, agora, que ainda tem corrupção nos contratos da gestão do atual Governador Wilson Lima.

Quais os cuidados que a Assembleia, o senhor deveria ter tomado, para que isso não acontecesse e continuasse acontecendo até agora, como o senhor falou?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - O senhor pode ser mais específico na pergunta? Isso... O que seria isso?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor disse que ainda existe corrupção nos contratos.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Certo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Quais os cuidados que o senhor tomou depois disso pra coibir isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Nós continuamos o nosso trabalho normal de fiscalização do serviço público.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Mas sem investigação nenhuma.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, investigação sem CPI, Senador. É preciso deixar clara a diferença entre a CPI e o papel constitucional da Assembleia. Independente de CPI, a Assembleia tem a função de fiscalizar o Governo do Estado. Não só se fiscaliza o Governo do Estado por CPI.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente, eu vou diminuir as perguntas, e vou chegar numa aqui.

Durante a crise de oxigênio, em janeiro, a primeira e a segunda onda da Covid-19, o senhor se encontrava em Manaus, em São Paulo...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu me encontrava em Manaus. Eu estive, por um curto período de tempo, em São Paulo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Em janeiro?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... mas eu me encontrava em Manaus. Tanto é, que visitei Hospital de Manacapuru, visitei...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor tem imóvel fixo em São Paulo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A minha família possui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Então, o senhor é paulista?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, o meu irmão mora em São Paulo. O meu irmão é juiz em São Paulo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor recebeu alguma pressão de alguma autoridade pra não indiciar o Governador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - De forma alguma, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Agora, o senhor me perdoe. De jeito nenhum eu quis lhe faltar com respeito à sua senhora mãe. Ela é uma figura pública. Portanto, eu fiz aquela pergunta.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Está ausente, né?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Mas fiz a pergunta, o senhor pode responder como filho. Se me perguntarem sobre minha mãe, eu respondo na hora.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, se perguntar sobre a minha mãe, eu respondo; agora, perguntar sobre a conselheira, eu não posso falar sobre a conselheira.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Se perguntar... Se perguntar sobre a minha, eu respondo na hora, eu não tenho dúvida, absolutamente dúvida. Faria na hora. O senhor Deputado, então, não tinha nenhum problema. Então, não leve a mal, o senhor está sempre... Aqui é uma CPI. Aqui não estamos fazendo uma reunião de colégio de freiras; aqui é uma CPI.

Então, eu queria perguntar ao senhor: o pai do senhor tem contrato com o Governo do Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Qual é a atividade dele?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Meu pai é médico.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - E não tem contrato nenhum com o Governo do Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Meu pai, ele é ligado a uma cooperativa, mas ele não é empresário, ele não tem... Nunca disputou licitação no Governo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - A cooperativa não tem contrato com o Governo do Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - V. Exa. perguntou "o meu pai".

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sim. E a cooperativa tem?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu não tenho conhecimento, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Hein?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu não tenho conhecimento dessa informação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Da cooperativa o senhor não tem conhecimento.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não tenho conhecimento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Está bom. Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) - Bem, Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Renan Calheiros; eminente Deputado Fausto Junior...

A razão pela qual V. Exa. está aqui - e eu tenho aqui a cópia do requerimento que aprovou, que foi aprovado nesta CPI - é exatamente para que V. Exa., na condição de Relator da CPI, que tratou sobre questões, apurar as ocorrências de atos administrativos que importem dilapidação do Erário e gestão temerária na máquina pública durante a pandemia da Covid-19.

Essa CPI teve 120 dias de prazo. O relatório final dessa CPI foi protocolado na Assembleia Legislativa do Estado, no dia 2 de agosto de 2020, e entregue às autoridades competentes, em 30 de novembro de 2011.

Fatos identificados:

- compra de respiradores mecânicos em loja de vinho.

Eu já tive a oportunidade de dizer nesta Casa que é inadmissível, inexplicável como, Senador Otto Alencar, a gente possa compreender o Governo do Estado comprar respirador em uma loja de vinho - e esta, inclusive, é uma das investigações da Polícia Federal e uma das razões de um dos processos que tramita no STJ.

- irregularidades envolvendo a empresa Norte Serviços Médicos Ltda. na prestação de serviço de lavanderia, exames de ultrassonografia, colonoscopia e conização;

- irregularidades envolvendo a empresa Rio Negro Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Eireli;

- irregularidades envolvendo a empresa Líder Serviços de Apoio à Gestão de Saúde Ltda. e Prime Serviços de Conservação, Limpeza e Apoio Administrativo Eireli na cotação de preços e serviços médicos, qualificação técnica de médicos contratados e atestado de capacidade;



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- irregularidades envolvendo WF Control Apoio à Gestão de Saúde e Atividades Empresariais Ltda.;

- irregularidades envolvendo o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH) e o Hospital Delphina Aziz em contratação de gestão sem prévia dotação orçamentária, ausência de fiscalização e acompanhamento dos serviços prestados, ausência de prestação de contas padronizada e indevida;

- irregularidades envolvendo a parceria pública privada e o Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, fraudes a licitação decorrentes do sistema ilegal de pagamentos indenizatórios sem a devida fiscalização dos órgãos de controle das fraudes relacionadas ao programa do Governo Anjos da Saúde, programa de cunho social implementado pelo Governo do Estado com o objetivo de tornar o atendimento médico assistencial nas unidades de saúde da rede pública mais humanizado e qualificado. Ou seja, a minha pergunta a V. Exa. é: diante de tantas conclusões de irregularidades, na minha opinião - e aqui, na opinião de todos os Senadores - é que restam provadas a incompetência, a inépcia, e, segundo investigações da Polícia Federal, do Ministério Público - e que agora está denunciado no STJ -, há, inclusive, desvio de recursos públicos, malfeitos, etc., realizados na gestão do Governo do Estado do Amazonas.

O principal hospital para o enfrentamento do Covid é o Delphina Aziz, correto?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Correto, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - O Delphina Aziz, aqui dito já pelo Ministério da Saúde e pelo Secretário da Saúde do Estado do Amazonas, o ex-Secretário, estava com três andares, dos seis andares, fechados, quando do início desta CPI.

A minha pergunta é: o que é que justifica, portanto, o fato de essa CPI ter encontrado um volume de pagamento para o Hospital Delphina Aziz no valor de R\$298 milhões no ano de 2020, se metade do hospital não estava funcionando?

Se esse fato levantado pela CPI é verdadeiro, aí a gente começa a entender para onde foi o dinheiro do Covid, porque pagaram a um hospital R\$298 milhões, e três andares desse hospital estavam fechados!

E esse INDSH? O que a CPI encontrou em relação a essa Organização Social que faz a gestão do hospital?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Então, fizemos alguns depoimentos, fizemos, inclusive, algumas acareações, Senador, em relação à OS, e o que nós constatamos foi a completa falta de auditoria sobre os serviços prestados. Os servidores da Susam que eram designados para uma espécie de comissão que seria para auditar os serviços prestados no Hospital Delphina Aziz eram todos servidores comissionados, de livre indicação do Governo, e eles praticamente não auditavam.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, havia uma carência de transparência muito forte sobre o que exatamente era feito com o dinheiro destinado à OS. Então, o contrato era pago na sua integralidade, e nós vimos que, em determinados momentos da CPI, da operação nesse hospital, o hospital chegou a funcionar com apenas 50% de sua capacidade em um dos momentos mais críticos da pandemia, na primeira onda.

Então, realmente, a CPI encaminhou esses documentos para os órgãos de controle naquele momento, porque, como eu falei anteriormente, nós tentamos a prorrogação da CPI. Estávamos no meio dessa investigação, surgiam fatos novos a todo momento na CPI, o que, realmente, prejudicou muito o trabalho. Houve muito trabalho num período de tempo muito curto, e seria fundamental a prorrogação para que a gente pudesse terminar de elucidar os fatos inerentes ao Hospital Delphina Aziz. Mas toda a documentação que nós encontramos, nós a encaminhamos para os órgãos de controle e, certamente, essa falta de transparência precisa ser mais investigada de forma mais aprofundada, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Eu quero aqui destacar, Sr. Presidente, que... Quero até me corrigir: não foram R\$298 milhões pagos; foram R\$268 milhões pagos, enquanto o 28 de Agosto, que é o maior hospital do Estado do Amazonas, que também esteve envolvido no combate à Covid, recebeu, em todo o ano de 2020, R\$76 milhões; o João Lúcio, outro hospital importante, na zona leste da cidade de Manaus, apenas R\$51 milhões; o Adriano Jorge, que é um hospital geral, que faz, inclusive, todo tipo de cirurgia e que atendeu na frente da Covid, apenas R\$87 milhões.

É fato que o que aconteceu de falta de oxigênio na cidade de Manaus é um escândalo, é um crime contra a população amazonense. Em 30 de dezembro, o saldo no fundo estatual de saúde era R\$478 milhões; no dia 30 de janeiro, R\$528 milhões; no dia 28 de fevereiro, 540; em março, 560. O dinheiro só acumulava, não faziam absolutamente nada. E o que aconteceu? O povo morreu por falta de oxigênio.

Esse fato é um fato criminoso contra o Estado do Amazonas, que a Assembleia Legislativa, Deputado, com toda sinceridade, deveria investigar. V. Exa. deveria ocupar diariamente a tribuna que o povo lhe conferiu para cobrar do Poder Legislativo estadual que investigue. Não é possível que a Assembleia Legislativa do Estado não esteja acompanhando!

Eu disse, no começo desta sessão, que uma decisão do Supremo Tribunal Federal tirou desta Comissão, mesmo sendo o Amazonas fato determinado, a competência de nós podermos colocar sentado aí o Governo Wilson Lima, para que ele pudesse prestar contas ao povo brasileiro, ao povo amazonense do que aconteceu. Ele é o Governador. Eu e o Omar fomos Governadores e nós sabemos a responsabilidade que nós temos enquanto Governador. E ele, Wilson Lima, não pode deixar de saber a responsabilidade. Mas a Assembleia Legislativa tem essa competência.

Portanto, talvez o que muitos Senadores aqui querem é que V. Exa., como Relator da CPI, que tomou conhecimento com profundidade das irregularidades, não fique passivo, porque nós não temos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competência como Senado da República para colocar o Governador sentado aí para depor, mas a Assembleia Legislativa – e eu já fui Deputado Estadual; o Senador Omar já foi Deputado Estadual – tem competência. E não dá para ter visto o que está acontecendo no Amazonas e ter visto o que ocorreu no Amazonas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, a CPI... V. Exa. foi Relator da Constituinte estadual. V. Exa. tem uma experiência muito grande como Deputado Estadual e, depois, como Deputado Federal também. A CPI tinha ou não tinha condições legais de indiciar o Governador do Estado do Amazonas?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Na minha opinião, tinha. O que não teve, na minha opinião...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só queria saber se tinha, Senador. Só isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, tinha. E, na minha opinião – quer que eu diga a V. Exa.? –, tem hoje, mais do que condições, obrigações morais de convocar o Governador Wilson Lima para prestar contas. Só que o Relator não é o Presidente da Assembleia Legislativa.

Eu sei que o Presidente da Assembleia Legislativa está em Brasília; veio no mesmo voo que eu, de Manaus, ontem, para Brasília. Eu até imaginava que o Presidente da Assembleia Legislativa, como Chefe do Poder Legislativo do Estado do Amazonas, iria estar hoje aqui para ouvir o que estou dizendo, porque é uma obrigação moral da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas fazer com que Wilson Lima preste depoimento, fazer que com Wilson Lima preste esclarecimentos ao povo do Amazonas. Afinal de contas, apenas para encerrar, Presidente, a receita do Estado do Amazonas em 2021 será de R\$28 bilhões – R\$28 bilhões!

Presidente, a receita do Estado do Amazonas em 2021 será de R\$28 bilhões – R\$28 bilhões! Não faltará e não está faltando recurso, mas, lamentavelmente, respondendo à pergunta do Senador Otto Alencar, não aumentou o número de metro quadrado de UTI na cidade de Manaus, não aumentou o número de UTIs na cidade de Manaus, não aumentou o número de UTIs. Agora, no interior do Estado do Amazonas, como verdadeira ação de campanha eleitoral, nós estamos vendo finalmente alguma ação do Governo do Estado, finalmente, porque nós estamos na véspera de um ano eleitoral. Neste País, para alguns políticos, era importante ter eleição todo ano, porque aí talvez eles fossem trabalhar.

Mas fica a pergunta: V. Exa. como Deputado tem a obrigação de ir à tribuna, em nome do povo do Amazonas, falar a verdade, cobrar este Governo, porque não dá mais para os amazonenses estarem abandonados, tendo tanto recurso à disposição do Estado e havendo tantos indícios e tantas informações de desvios na saúde pública!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo Braga, não desmentindo V. Exa., até porque V. Exa., quando eu falei que tinha processo indenizatório, sim, governos e administrações, V. Exa. pulou e disse que não. É bom o senhor dar uma olhada no Portal da Transparência porque existe lá, como indenizatório, 346 milhões pagos, e pagos corretamente; não foi nenhum tipo de coisa errada que V. Exa. fez não, não foi V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Eu não olhei, mas o que eu posso lhe dizer com toda tranquilidade, Senador: V. Exa. era meu Vice-Governador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, eu sei disso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - V. Exa. acompanhou a forma com que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas eu não estou dizendo, eu só estou dizendo que V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Inclusive houve uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É que V. Exa. pulou e disse: "Não, no meu Governo não".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Sabe por que, Omar? É simples: nós tivemos a Operação Albatroz, e a Operação Albatroz acabou com a história de pagamento por indenização, porque eram aquelas cautelas que vinham dos hospitais, que compravam as coisas da forma que compravam. Então, houve uma interrupção da sequência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa., é o seguinte: V. Exa. tem toda razão de falar que não teve, e tenho certeza, porque eu estava do seu lado, e sei do seu zelo em relação à administração. E a quantidade de hospitais que V. Exa. construiu e a quantidade de hospitais que eu construí em apenas quatro anos. V. Exa. é testemunha. Falam do Delphina Aziz, foi construído no meu Governo, que é um hospital que hoje tem mais de 400 leitos lá, é um dos maiores hospitais da Região Norte do País e me orgulha muito, e me deixa muito feliz porque o nome da minha mãe é sempre lembrado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Não, veja...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. citou aí a minha mãe umas dez vezes...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - É verdade, mas no bom sentido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, no sentido lógico, no sentido melhor possível, salvando vidas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é uma questão corriqueira ter processo indenizatório tantos nos Estados quanto nos Municípios. Não é só o Amazonas, qualquer Estado tem, qualquer Município tem processo indenizatório. É lógico que, com a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, com a Procuradoria Geral do Estado autorizando, isso não é feito aleatoriamente. Então, por isso que a ilação há pouco feita insinuando porque tinha processos indenizatórios, no meu Governo teve e em outros governos também, e eu não creio, sinceramente, eu não sou aqui e vou dizer que houve algum erro. Então, é o fato, a forma como foi colocado. É só para dizer isso: nada, absolutamente nada...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu apenas quero colocar aqui mais uma vez, quero repetir: esta CPI é para tratar de pandemia e Covid-19. O Deputado veio aqui para tratar da CPI que investigou a questão de desvios de recurso público na pandemia, compra de respiradores de uma loja de vinho. Portanto, eu não quero desviar e quero dizer que a Assembleia Legislativa do meu Estado... E eu, como amazonense, como cidadão que vota no Estado do Amazonas, tenho o direito, diante de um representante da Assembleia Legislativa, de fazer um apelo para que a Assembleia tenha uma postura mais afirmativa em relação à defesa do povo do Amazonas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho que ele vai ao banheiro.
(Pausa.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores; Deputado Fausto Junior, seja bem-vindo aqui ao nosso Senado Federal.

Eu queria, Sr. Presidente, antes de fazer minhas perguntas, fazer uma manifestação aqui sobre aquela questão de ordem, fora de ordem, apresentada pelo nosso prezado Líder do Governo, há pouco, para tentar justificar a omissão do Presidente da República, em tendo sido devidamente avisado da ocorrência de uma irregularidade, de uma ilegalidade, não ter tomado nenhuma medida.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, é de causar espécie: essa afirmação do Deputado Luis Miranda foi feita na sexta-feira passada, só hoje o Líder do Governo, aproveitando o espaço da CPI, vem trazer uma explicação, e uma explicação, no meu ponto de vista, completamente sem fundamentação.

O Deputado disse que o Presidente da República teria dito a ele que ia acionar o Diretor-Geral da Polícia Federal para investigar aquela denúncia, o Presidente não desmentiu essa colocação e agora vem com a desculpa completamente sem fundamento pra criar uma versão da sua omissão. É bom lembrar que aqui foi dito pelo Líder do Governo que, no dia 22, o Presidente teria determinado ao ex-Ministro Pazuello que fizesse essa apuração. Primeiro, este Governo não gosta de registrar o que faz, tudo é na base da comunicação oral. Isto tinha que ter um registro: o Presidente da República mandando ao Ministro um documento para que ele procedesse à apuração. Isso já fala muito mal diante da possibilidade de ser verdade, é mais provável que seja mentira.

Segundo, o Ministro Pazuello passou vários dias quase que como um zumbi: ele não era mais Ministro e, ao mesmo tempo, o outro não era, o novo não tinha assumido. E, no dia 23, o Ministro Pazuello saiu definitivamente do ministério. Então, essa conversa de que o Presidente da República mandou ele apurar, isso é para tentar justificar a omissão do Presidente em ter tomado uma iniciativa efetiva para mandar apurar aquilo que foi denunciado pelo Deputado Luis Miranda.

Eu queria fazer esse registro porque estão querendo limpar a trilha da omissão do Governo Federal.

Mas, Sr. Deputado, eu queria começar perguntando a V. Exa... V. Exa. disse aqui, chegou finalmente ao ponto de dizer que não tinha proposto indiciamento do Governador, mas, num determinado momento, V. Exa. justificou que isso não tinha acontecido pelo fato de que a Polícia Federal já estaria fazendo essa investigação e esse indiciamento. pelo fato de que a Polícia Federal já estaria fazendo essa investigação e esse indiciamento.

Mas eu lhe pergunto: entre essas pessoas que estão indiciadas aqui pela CPI da Assembleia Legislativa do Amazonas existem pessoas que foram indiciadas pela Polícia Federal?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Sim, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Então, V. Exa. teve um tratamento de dois pesos...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não. Permita-me explicar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ...duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Deixe-o falar primeiro. Você só fala na hora...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dois pesos, duas medidas. Foi esse o meu entendimento. Alguns que a Polícia Federal estava investigando e indiciou entraram na relação do indiciamento da Assembleia Legislativa e, no caso do Governador, que estava sendo investigado e indiciado pela Polícia Federal, ele não entrou nesse rol. É isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, das 18 pessoas que foram presas nas três operações da Polícia Federal, 14 foram indiciadas pela CPI da saúde. O que aconteceu? Nós iniciamos uma investigação, que foi a investigação dos respiradores na loja de vinhos, e nós interrompemos a investigação no momento em que nós tomamos conhecimento de que a Polícia Federal havia tomado o caso e isso seria uma investigação em sigilo. Então, para que a gente não atrapalhasse as investigações em segredo de justiça...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... nós entregamos todas as documentações para a Polícia Federal. O que foi apurado até o momento e que nós investigamos... Essas pessoas em que nós encontramos a materialidade para indiciar foram indiciadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Então, você teve a informação da Polícia Federal de que o Governador estava sendo investigado em sigilo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Não, Senador. Que havia uma investigação da Polícia Federal sobre aquele tema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas quem lhe falou?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, houve uma operação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Houve uma operação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A operação depois saiu. Na operação saiu tudo.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Nós não sabíamos que o Governador seria investigado, mas sabíamos que havia uma investigação sobre aquele tema. E a CPI decidiu, para não atrapalhar a investigação daquele tema, que chegou posteriormente ao Governador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bem, Deputado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Só para explicar a V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aqui no item 6.1 desse documento, desse relatório, está dito: "Houve uma ação orquestrada para lesar o Erário do Estado do Amazonas, desviando recursos públicos destinados à saúde e, mais do que isso, ao combate à pandemia de Covid-19, no Estado e na capital, Manaus, utilizando agentes públicos do alto escalão do Governo do Estado para viabilizar o esquema ilícito".

Aí eu fico pensando o seguinte: talvez o Governador do Amazonas esteja com o mesmo problema do Presidente da República, porque ele disse que não sabia disso, que pode ser que... Nos ministérios tem muita gente, tem muita obra, tem muita coisa, essa desculpa esfarrapada. Mas veja, aqui fala "agentes públicos do alto escalão do Governo do Estado". Seria possível alguém ocupando essa posição cometer tantas irregularidades, tantos possíveis crimes, como está sendo dito, sem o conhecimento e sem a anuência do Governador do Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, para o senhor entender um pouco do meu Estado: nós ouvimos diversas testemunhas. Essa pergunta que V. Exa. acabou de me fazer eu fiz a todos os depoentes que foram ouvidos na CPI. E eles negavam veementemente. Então, como é que você investiga essa mentira? Porque eu concordo com V. Exa.: eu tenho convicção de que o Governador tinha conhecimento de tudo. Eu tenho essa convicção, mas eu preciso provar no âmbito no relatório. A CPI precisa provar, no âmbito do relatório, essa conexão. Para provar, foram necessários instrumentos que só a Polícia Federal tinha, como interceptação telefônica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Deputado Fausto Junior. Indiciamento são indícios.

Você indicia e encaminha para os órgãos competentes...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas é preciso materialidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Deputado. V. Exa. só fala quando eu permitir, por favor.

Indiciar uma pessoa... Quando você diz que o alto escalão do Governo do Estado do Amazonas tinha envolvimento, V. Exa., por indícios... Você indicia; você não julga. Indiciado eu já fui, eu estou indiciado. Só que eu não, nunca fui denunciado, Deputado, e não tenho nenhuma – nenhuma – condenação. Nenhuma condenação. As ilações que V. Exa. fez e faz, nós vamos esclarecer isso até o final da CPI, mas vai ser uma tranquilidade para nós esclarecermos. Indiciar... São indícios, que aí o senhor encaminha.

V. Exa. tem tangenciado em relação ao Governador o tempo todo. E depois eu vou explicar a razão. Não vai ficar por isso mesmo. Nós vamos explicar a razão e como nós vamos proceder a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigação em relação a por que o Governador do Estado do Amazonas não foi indiciado por V. Exa. Daqui a pouco, eu vou mostrar pra V. Exa.

Bom...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu gostaria de uma manifestação. Mais uma vez eu estou sendo ameaçado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Mais uma vez eu estou sendo ameaçado...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Eu não vejo dessa maneira, não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... porque o objeto da minha convocação de testemunhar em relação ao relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Excelência, não é isso.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não foi de investigar o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Não, não, não. Não é isso, não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Estão querendo investigar o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então faz o seguinte...

Senador Humberto, só um minutinho. Eu vou pedir a V. Exa. e vou pedir a compreensão dos companheiros, colegas Senadores, pra que eu faça algumas perguntas a ele, baseado no não indiciamento do Governador, tá? Porque a CPI irá tomar as providências, porque, aí sim, o Amazonas é nossa razão de investigação. É nossa razão de investigação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, só pediria que aguardasse o Senador Humberto concluir o tempo dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Aí, na sequência, V. Exa. faz...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria, na verdade...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E nós outros ficamos mais para frente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria, na verdade, Deputado Fausto... Não há nenhum impedimento de a Assembleia Legislativa retomar essa investigação.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É nesse sentido que eu faço aqui um desafio a V. Exa.: de que seja o idealizador e primeiro signatário da realização de uma segunda CPI, que inclua, inclusive, os fatos que aconteceram depois de setembro e que são tão graves quanto, especialmente o que aconteceu no mês de janeiro.

Veja, por exemplo, no mês de janeiro... No mês de dezembro, o Governador tomou a decisão de promover uma espécie de *lockdown*, especialmente em Manaus. Esse *lockdown*... Ele recuou disso aí, de forma covarde, porque houve pressão de comerciantes, de empresários... Mas eu creio que as maiores e principais, de integrantes do Congresso Nacional, como o Deputado Eduardo Bolsonaro, como a Deputada Federal Bia Kicis, como o Deputado Federal Osmar Terra e o próprio Presidente da República, que pressionou. Isto é algo que a Assembleia Legislativa do Amazonas precisa investigar: por que é que o Governador do Estado do Amazonas recuou de uma decisão que teria sido fundamental pra se impedir a tragédia que aconteceu lá na cidade de Manaus.

Então, eu faço esse desafio a V. Exa.

Uma outra questão que eu gostaria de lhe perguntar é: por que é que o Governo do Amazonas decidiu desmobilizar aqueles hospitais de campanha?

Teve a ver com as investigações que estavam sendo feitas? Aqui foi dito tanto pelo Eduardo Pazuello quanto pelo Secretário Executivo deles que foi um pedido do Governador do Governo do Amazonas. Por que é que isso aconteceu? Isso não é um elemento importante pra Assembleia investigar numa eventual nova CPI?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Posso responder, Senador?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – No momento da CPI... Ainda estava em atividade a CPI quando o Hospital de Campanha Nilton Lins foi fechado. A justificativa dada pelo Governo, na época, foi pela redução do número de casos, mas a justificativa que também, com certeza,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesou... E aqui é uma suposição, não posso afirmar, porque é uma questão de foro íntimo do Governador. Mas todos os contratos que foram firmados, na verdade, as prestações de serviço que foram firmadas no Hospital de Campanha Nilton Lins foram através de processos indenizatórios, sem cobertura contratual. Já havia um anúncio do Governo do Estado, naquele momento, de que ele não iria pagar. Então, imagine um fornecedor trabalhando com a certeza de que não receberia o pagamento. Então, eu acredito que essa insegurança jurídica que ficou naquele hospital de campanha, com certeza, influenciou bastante nessa decisão. Mas a verdade é que o Hospital de Campanha Nilton Lins era um hospital, Senador, de 400 leitos, que recebeu, em 90 dias, 388 pacientes. Então, foi praticamente muito mal utilizado ou não utilizado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É uma razão a mais pra que se faça essa investigação.

Eu quero concluir aqui a minha fala dizendo que eu saio satisfeito, porque recebi de V. Exa. o compromisso de mobilizar a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas pra fazer uma investigação sobre todas essas coisas nebulosas que permanecem e, principalmente, sobre esse episódio que redundou em tantas mortes evitáveis na cidade de Manaus e no Estado do Amazonas, além daquela crise humanitária terrível que foi a da ausência de insumos, em particular do oxigênio.

Agradeço a V. Exa.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu lhe agradeço também.

E quero adiantar, desde já, que esse compromisso, que esse desafio que V. Exa. acabou de me incumbir eu já iria anunciar no final do depoimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem uma nova CPI na Assembleia? Estão colhendo assinaturas, Deputado Fausto?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Tem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor já assinou?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Não, porque eu não concordo com o objeto, Senador, da CPI. Eu acredito que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o objeto?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A pandemia de forma vaga. Está sendo discutido como eu falei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A pandemia de forma vaga?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está bom. O.k.

Eu vou pedir ao Senador Marcos Rogério, pela relação que temos nós dois, e vou fazer algumas perguntas, até porque eu sou lá do Amazonas, como o Eduardo. Então, a gente conhece bem o Estado do Amazonas e tem obrigação de conhecê-lo.

O senhor é Deputado pela primeira vez? Em que ano o senhor se elegeu?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - No ano de 2018, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em 2018.

Nessa época, o senhor morava onde?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - No mesmo local onde eu ainda moro, Senador. Qual é a relação disso com o meu depoimento, a minha residência, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deputado, V. Exa. me responde às perguntas. Depois, no final, V. Exa. vai ver a relação que tem com a CPI da Saúde no Estado. O senhor vai ter que me responder.

V. Exa., por favor... Por favor, V. Exa. não pode estar falando. Só um minutinho. O advogado tem que ficar agora... Eu estou inquirindo aqui uma testemunha, e a testemunha está aqui e fez juramento pra falar a verdade.

V. Exa., antes de morar na atual residência, morava onde?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu morava numa outra residência. Eu estou tentando entender qual é o nexo causal disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não é da sua conta o nexo. Eu lhe faço as perguntas e você me responde. V. Exa. é testemunha. Onde V. Exa. morava? O senhor morava onde antes de morar na atual casa?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - O senhor quer saber o meu endereço residencial, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Antes de morar na atual casa, antes de morar na Ephigênio Salles, o senhor morava onde? Eu estou fazendo uma pergunta tão simples!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Quando o senhor quer saber? Eu vou falar todos os endereços em que morei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Antes de o senhor se mudar para a atual residência, o senhor morava onde, Deputado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu... Quando eu me elegi Deputado Estadual, eu moro na mesma residência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, Deputado, eu estou lhe falando... Antes de o senhor morar na atual residência, qual era o seu endereço? Seu e da sua família? O senhor morava com a sua família, não morava?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Ainda moro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ainda mora com a sua mãe, não é isso? Com o seu pai?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, onde você morava com a sua mãe e com seu pai, antes de morar no Ephigênio Salles? É isso que eu estou lhe perguntando. Pergunta objetiva, resposta objetiva.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Numa residência, no bairro Parque Dez, tal... O senhor quer saber o endereço completo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, eu quero saber... É, não, só o conjunto, o conjunto...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu posso lhe fazer um pedido?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Então, tá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não pode, não, Deputado, o senhor tem que me responder.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - O senhor precisa entender que eu sou Relator de uma CPI que indiciou 50 pessoas. O senhor está perguntando o endereço da minha residência. Eu posso ser ameaçado por isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não, o senhor não mora mais lá. Eu só quero saber de antes...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas a casa ainda pertence à minha família, e ainda frequento a casa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda pertence a sua família. Então, o senhor mudou... Eu sei qual era o...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. quer me atacar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não quero atacá-lo, Deputado, eu quero mostrar para o Amazonas por que o senhor não indiciou o Governador. É isso que eu quero fazer aqui, ô Deputado. E é isso que eu vou provar na CPI pra acabar com a brincadeira de fazer de conta que faz uma CPI e não indicia o Governador.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, quem é o senhor pra falar de idoneidade pra mim, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sou Senador, e V. Exa. é testemunha aqui.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, V. Exa. é acusado de receber 500 mil...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, por uma questão de ordem...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... na Operação Vertex e quer falar de idoneidade pra mim...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu preciso que o depoente respeite o Senador, que respeite a Casa.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Que o Senador me trate com respeito também, Senador, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você só me responda... Não, não, ele está provocando porque ele quer que a gente tome uma atitude pra ele se vitimizar. Não farei isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Não faça isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – V. Exa. é testemunha, por favor, responda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você é testemunha.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu quero testemunhar, eu quero testemunhar, mas o Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Tudo bem, mas o senhor responda às perguntas...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... está perguntando da minha residência?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Ele está só fazendo uma pergunta. O senhor responde e acabou.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, qual é a relação disso com o relatório, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está bom. V. Exa. não quer responder onde o senhor morava. O senhor morava no Parque das Laranjeiras, num condomínio...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não é verdade, não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, eu estou perguntando.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não é verdade. Eu não vou falar onde eu morava, Senador. Eu fui Relator de uma CPI que indiciou 50 pessoas. Se alguém me matar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu sei, eu sei, Deputado! Parabéns!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... eu não sei quem mandou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Parabéns, Deputado, eu acho que o senhor fez um bom trabalho!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Que é isso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu acho que o senhor fez um ótimo trabalho, não é?

O senhor morava no residencial Royal Village.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não é verdade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor morava lá nesse condomínio e agora mora no Ephigênio Salles, onde eu moro também.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não é verdade, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor não mora no Ephigênio Salles?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, no Royal Village, não sei nem onde fica esse condomínio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tá bom, então, tá bom. Você não sabe onde fica, tá bom. Não quer responder uma pergunta simples.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Mas eu não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque as perguntas são pra mostrar ao Amazonas por que ele não indiciou o Governador. Aí vocês vão ver o que é um escândalo, porque esta CPI aqui vai quebrar o sigilo dessas empresas que eu vou citar aqui, o sigilo do operador, o *modus operandi* de uma membra do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, pra saber por que ele não quebrou, e a evolução fantástica de imóveis em condomínio residencial de altíssimo custo pra quem morava num lugar simples pouco tempo atrás. Se V. Exa. não quiser me responder, V. Exa. será investigado pela CPI...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não tem problema, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vai ser investigado. Só agora... V. Exa. vai responder às perguntas.

O senhor conhece o Neto Lins? Sim ou não?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não conheço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor não sabe quem é Neto Lins?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Esse nome eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está bom.

O senhor conhece o advogado André Luiz Guedes da Silva?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Conheço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não fique respondendo por ele, minha querida, por favor! A senhora está fazendo assim... Não faça isso, amiga!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não. Ela. Ela lá. Ele não precisa de ajuda. Ele é inteligente. É um rapaz inteligente. Ele sabe responder.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas empresas que eu vou citar a vocês, receberam, em apenas dois anos, mais de 500 milhões – mais de 500 milhões –: a empresa Techway, a empresa TCD Transporte, a empresa Matrix, a empresa Ph Rodrigues, a empresa DR7, a empresa LBC, a empresa GA, a empresa A G, a empresa BRP, BRB, a empresa C C Batista, a empresa Podium, a empresa Life Saúde e a empresa Nova Renascer, empresas essas que trabalham na área da saúde, construção e também manutenção e empresas de aluguel de carros.

V. Exa. conhece alguma dessas empresas que eu citei? Sim ou não?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Não conhece.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não conhece. O advogado André Luiz Guedes da Silva V. Exa. disse que conhecia.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu o conheço, mas não tenho relação profissional com ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo bem. V. Exa. não tem relação.

Disse também aqui que ele nunca foi à Assembleia Legislativa.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – No meu gabinete, com o meu conhecimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então eu vou pedir à Assembleia que encaminhe para esta CPI as filmagens da entrada das pessoas, também as filmagens da entrada desse advogado no Tribunal de Contas do Estado e também a entrada à procura do Presidente do Fundo de Saúde do Estado do Amazonas, porque ele vai diretamente ao fundo para pedir pagamento para essas empresas, algumas empresas dessas. Então, eu vou pedir também a entrada dele na Secretaria de Saúde.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria fazer um comentário, Senador, porque a afirmação que V. Exa. traz é gravíssima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Gravíssima.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É gravíssima. Ao ponto de, na minha opinião, se essas empresas são objeto de corrupção no Estado do Amazonas, e que seja na área da pandemia, porque é onde está o limite da competência desta Comissão...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, mas, Senador, a corrupção faz com que o Relator - o Relator - não indicie o Governador.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É isso que eu estou lhe afirmando.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, V. Exa. é aliado do Governador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não sou, não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... e quer me acusar disso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor me coloca aí uma coisa...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - O senhor está me acusando de crime, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Veja só, Senador Eduardo Braga, V. Exa...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - V. Exa. me calunia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espere aí, espere aí, espere aí. Não estou lhe caluniando, estou lhe investigando.

Só um minutinho...

Essa testemunha...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) - De crime...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Essa testemunha... Deixa. Ele vai ficar nervoso não é agora, não. Agora mostre aí duas construções no condomínio Ephigênio Salles em que cada terreno custa 2 milhões. Esses dois terrenos aí na rua Careiro Castanho, o senhor conhece essas duas residências que estão em construção?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não conheço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor não conhece?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não conhece. O senhor não sabe de quem são essas duas construções aí?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não conheço, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. mora nesse condomínio hoje, correto?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Sim. Eu não sou o síndico do condomínio, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E essas duas construções o senhor não conhece?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não conheço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor está sob juramento!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Estou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está o.k. Que fique registrado que ele não conhece! O.k.?

V. Exa. tem ido sistematicamente a São Paulo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu não vou falar, aqui, da minha vida pessoal. Eu vim para testemunhar sobre um relatório, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas tem a ver com...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - V. Exa... V. Exa. faz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tem a ver, tem a ver com a causa de o Governador não ter sido indiciado por V. Exa.!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Esse é um prejulgamento seu, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Aí, me perdoe, Omar! Espere aí, espere aí, espere aí, Presidente!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - V. Exa. está prejulgando, Senador; mais uma vez, está prejulgando.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Espere aí! Não, aí, você está extrapolando. Calma!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Prejulgando, Senador!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Veja bem, a Assembleia Legislativa do meu Estado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está bom, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) - A Assembleia Legislativa do meu Estado é uma coisa. Agora, você quer que um Deputado seja responsável pelo que a Assembleia não está fazendo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, Senador, eu perguntei a ele, há pouco, se ele tinha assinado a nova CPI. Ele disse que não, porque...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - O que eu lamento, o que eu lamento!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor está entendendo que ela é vaga, não é?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - O que eu lamento; eu teria assinado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É vaga, é vaga!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Agora...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Mas eu me comprometi a propor uma...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nós aprovamos aqui (*Falha no áudio.*) ... nós já perguntamos ao Deputado, umas inúmeras vezes, por que ele não indiciou o Governador. Ele tem uma justificativa, e a minha justificativa, e o meu conhecimento é outro. Então, eu não farei mais nenhuma pergunta ao Deputado, eu me quedo aqui. Farei o que tem que fazer para investigar, irei quebrar o sigilo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - E a minha sugestão é que, quanto àquelas empresas citadas, nós possamos tomar providências, para a gente poder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A todas elas serão pedidas as informações do Governo do Estado. Quebrarei o sigilo fiscal e bancário dessas empresas. Quebrarei o sigilo fiscal e bancário do advogado. E também irei pegar as autorizações dessas construções num condomínio de luxo que têm valores estratosféricos, que V. Exa. disse que não conhece...

Não, eu acredito em V. Exa., não precisa responder. Você já disse que não, está bom.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu estou calado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, sim, Senador Marcos Rogério, e agradeço V. Exa. por ter me passado... Porque, veja bem, é estranho para todos nós, no Amazonas... E aí eu não vou colocar os 24 Deputados no mesmo patamar, porque quem sou eu para julgar alguém; eu não julgo ninguém. Eu estou fazendo aqui ilações do porquê não ter entrado na CPI o nome do Governador Wilson Lima. Cabe a mim, cabe à Procuradoria-Geral da República, será encaminhado à Procuradoria-Geral da República para que uma conselheira do Tribunal de Contas seja investigada pela PGR, seja investigada, porque ela é, ela é... Depois de Presidente Tribunal de Contas, foi Relatora da saúde, e não achou nada disso que ele... Que foi feito no relatório.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho! Deputado, V. Exa. não quis falar. Eu não estou falando em nomes aqui, porque V. Exa...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Em nomes?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu estou afirmando - eu estou afirmando! - que nós iremos encaminhar à PGR, pedir ao Tribunal de Contas as viagens e os relatórios das viagens da conselheira para que a gente possa, aqui na CPI, e possa mostrar ao Estado do Amazonas, Senador Eduardo Braga, como é que está... Por isso é que está desse jeito. Em relação a mim, Senadores, em relação a mim, contra qualquer coisa que assacam contra mim, eu tenho o direito de me defender. E estou me defendendo e ando de cabeça erguida em qualquer lugar que eu vou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sabe por quê?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque eu sou uma pessoa que não me escondo.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu não me escondo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não é desse tipo de jogar aqui os números aleatórios, como se tivesse corrupção. Eu estou falando em corrupção, eu estou falando em advocacia administrativa, eu estou falando em benefícios. Por isso, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, povo do Amazonas, por isso é que o Governador não foi indiciado. É essa a questão.

E agora eu vou passar, Senador Marcos Rogério, a V. Exa., até porque o Senador Eduardo Braga não quis que eu continuasse. Tem razão, vou fazer as coisas que têm que ser feitas. Só estou comunicando que, de todas as pessoas que eu citei aqui, serão quebrados os sigilos fiscal e bancário dessas pessoas, para que a gente chegue verdadeiramente nas pessoas que se beneficiaram e tiveram, nos últimos anos, um padrão de vida aumentado 1 milhão de vezes à custa do dinheiro do povo do Amazonas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a primeira coisa que quero dizer é que estou ouvindo, desde cedo, a incisividade dos colegas Senadores quanto às apurações feitas pela Assembleia Legislativa do Amazonas, inclusive quanto à compra de respiradores em uma loja de vinho. Corretíssima a preocupação desta CPI, porque se trata de investigar a aplicação de recursos federais, independentemente de que Estado seja, inclusive o Estado do Amazonas.

Mas quero rememorar aqui que não houve a mesma incisividade para investigar o escândalo envolvendo o Consórcio Nordeste. No Amazonas, comprou-se de uma empresa que vendia vinho; no Nordeste, compraram-se respiradores de UTI de uma empresa, provavelmente de fachada, vendedora de óleos medicinais feitos, Senador Girão, à base de maconha. Pagou-se quase R\$50 milhões, e não se recebeu um respirador sequer – nenhum.

Por que os mesmos Senadores não querem investigar o escândalo do Consórcio do Nordeste?

O grupo de Senadores que controla as decisões da CPI aqui, da Pandemia, especialmente a partir das decisões que tomam em seu gabinete paralelo, defende o aprofundamento das investigações sobre a compra de vacinas, porque vacinas podem significar a vida ou a morte de milhares de brasileiros.

Eu também defendo toda investigação relativa aos processos de compra de vacinas – toda e qualquer vacina, sem exceção –, mas a falta de respiradores comprados, caro Eduardo Braga, e pagos pelo Consórcio Nordeste não pode significar também a vida ou a morte de muitos brasileiros nordestinos? A falta de leitos de UTIs pelo desvio de recursos também não causou a morte de muitos brasileiros? E os recursos desviados na construção de hospitais de campanha, que foram instalados com estrutura precária, não conseguiram atender adequadamente e depois ainda foram fechados prematuramente? E os milhões que não chegaram ao povo brasileiro através de medicamentos e que ficaram perdidos nos caminhos da corrupção? Eles também não poderiam ter ajudado a salvar vidas, a vida de muitos brasileiros? Será que os desmandos relacionados à compra de testes da Covid-19, que não foram feitos, também não poderiam ter contribuído para diagnósticos mais precisos e o salvamento de vida de brasileiros?

A Polícia Federal fez mais de 50 operações envolvendo mais de 18 Estados da Federação. Além disso, não se sabe quantos Municípios podem estar envolvidos em esquemas de corrupção para desviar dinheiro da pandemia. Mesmo assim, essa CPI insiste em uma investigação seletiva: negam e obstruem toda a tentativa de investigação, como o fizeram orquestradamente quando tentamos convocar o ex-Secretário do Consórcio Nordeste, Carlos Gabas, o motoqueiro de Dilma.

Por que será que Carlos Gabas não foi convocado a esta CPI? Carlos Eduardo Gabas é filiado ao Partido dos Trabalhadores, foi Ministro nos Governos Lula e Dilma. Mas por que a CPI não quer investigar o escândalo do Consórcio Nordeste?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Consórcio Nordeste tem como membros, Senador Eduardo Braga: Renan Calheiros Filho, Governador de Alagoas; Rui Costa, Governador da Bahia; Camilo Santana, Governador do Ceará; Flávio Dino, Governador do Maranhão; João Azevêdo, Governador de Pernambuco; Wellington Dias, Governador do Piauí; Maria de Fátima Bezerra, Governadora do Rio Grande do Norte; Belivaldo Chagas, Governador de Sergipe.

Mas por que mesmo a CPI não quer investigar o Consórcio Nordeste? Vamos investigar tudo! Tudo! Não podemos ser seletivos, porque eu estou vendo aqui a disposição de todos no caso do Amazonas, e eu fui um dos primeiros que cobrei isso aqui. E o Presidente da CPI, no caso do Amazonas, nunca fugiu à investigação: pautou o que tinha que pautar, mas em relação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só... Só...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... ao caso do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério, eu pautei tudo sobre o Estado do Amazonas, para ninguém dizer que eu estou protegendo A ou B no Estado do Amazonas - como espalharam lá no Amazonas de uma forma maldosa. E talvez ninguém fizesse as perguntas que eu estou fazendo agora se tivesse alguma relação com A ou B. Conheço o Governador, como todo mundo o conhece no Estado do Amazonas. E minha obrigação como Senador é tentar ajudar o Estado do Amazonas, mas não é proteger ninguém, não. E eu demonstrei isso aqui, que V. Exa. pautou o João Paulo, que eu disse a V. Exa.: "O senhor pautou o João Paulo; João Paulo desmentiu numa entrevista". Eu lhe comuniquei isso, e se o senhor quiser trazer fique à vontade. Pautou o Péricles... Aliás, pautou o Secretário de Saúde. Pautamos primeiro o Governador do Estado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E, infelizmente, eu recorri da decisão e recorri também da decisão dos outros Governadores - viu, Senador Marcos Rogério? -, não só do Governador do Amazonas, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Através da Advocacia-Geral do Senado, eu ordenei que recorresse. Foi recorrido. O senhor pautou o ex-Secretário Marcellus Campêlo, que já esteve aqui. Pautou o Deputado Fausto Junior, que está aqui. E pautou o Deputado Péricles que também virá no momento oportuno.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Agradeço a V. Exa., e é verdade! Agora, a investigação é seletiva. No caso do Amazonas, eu ouvi aqui Senadores que votaram contra a convocação do Sr. Carlos Gabas sendo incisivos com V. Exa. em relação ao relatório que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentou, do qual parcialmente discordo, embora fosse outra circunstância, outro momento. O ápice da crise veio depois.

Mas eu queria fazer aqui breves indagações a V. Exa.

V. Exa. disse que a CPI impulsionou as operações da Polícia Federal, as denúncias do Ministério Público Federal, investigações que estão em curso. Após esses fatos, houve um pedido de *impeachment*. Qual o seu posicionamento em relação ao *impeachment* do Governador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Eu fui Relator, fui candidato a Relator do processo de *impeachment*, e, naquele momento, após a derrota da minha chapa, que seria uma chapa isenta, seria uma chapa formada por Deputados independentes, naquele momento, quando a base do Governo assumiu a condução do processo de *impeachment*, eu encaminhei quatro requerimentos pedindo diligências sobre a questão inerente aos crimes de responsabilidade praticados ou não pelo Governador, e esses requerimentos não foram sequer apreciados. Nós vimos também que o autor do *impeachment* não foi sequer ouvido. E eu, como forma de protesto, me recusei a votar, eu me absteve da votação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Houve pagamentos indenizatórios em todos os Governos. Essa não é uma prática absolutamente ilegal. Ela é excepcional, mas não pode ser rotulada como uma prática ilegal, porque está prevista na lei. Nós nos assustamos quando vimos que esse tipo de processo era muito comum na saúde do Amazonas. E percebi, depois de fiscalizar, de olhar para os autos, que acontece praticamente em todas as secretarias. Considerando o volume dos processos de indenização - e repito que lá me parece uma prática recorrente, comum; lá não é exceção -, qual foi seu julgamento sobre essa prática no Estado do Amazonas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Que ela precisa ser interrompida, foi uma das recomendações da CPI. Uma vez que, como V. Exa. acabou de citar, essa é uma prática de excepcionalidade, tem que ser uma exceção praticada somente em casos em que há perigo da descontinuidade de um serviço essencial. Mas o que aconteceu é que isso virou uma via de regra para serviços absolutamente... Como foi explicado aqui, no Hospital de Campanha Nilton Lins, todos os serviços que seriam prestados naquele hospital e que poderiam ser objeto de dispensa de licitação, considerando a urgência do tema... Não, mas foi através de processo indenizatório sem o atesto de se o serviço era ou não executado, enfim... Então virou uma via de regra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É possível que isso tenha sido objeto, mecanismo para desvio de dinheiro, para a prática de corrupção?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu não tenho dúvida. Inclusive, em um dos casos abordados pela CPI da Saúde do Amazonas, como o da Norte Serviços Médicos, que iria fornecer o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço de lavanderia ao Hospital de Campanha Nilton Lins, essa empresa alegou que lavou 40 toneladas de roupa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pagaram por indenização à lavanderia?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Iriam pagar. Foi impedido o pagamento. Ela alegou que lavou todos os leitos, sendo que havia apenas quatro pacientes internados no hospital, ou seja... Durante a visita que nós fizemos no Hospital de Campanha, nós observamos que não havia balança para averiguação do peso, uma vez que ela alegava o seu pagamento por peso, por tonelada lavada de roupa. Mandamos uma equipe da CPI visitar a sede da empresa, a sede dessa empresa era numa oficina mecânica...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Meu pai do céu!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Era uma oficina mecânica...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Esse é o Brasil!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Então, ali, nós identificamos um superfaturamento de até 10,000%, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É caso de polícia mesmo.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Inclusive, foi indiciado, o Ministério Público do Estado denunciou os envolvidos na empresa e teve o encaminhamento necessário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Me admira o Governador não ter sido afastado ainda, depois de todas essas denúncias e essas evidências. Aí, não se trata de uma mera suspeita, uma mera suposição; se trata de algo absolutamente concreto.

No ápice da crise do Amazonas, houve apoio do Governo Federal ao Estado do Amazonas? E acrescento: não fosse esse apoio, como seria o enfrentamento da crise? Qual o tamanho do caos no Estado do Amazonas não fosse a intervenção do Governo Federal?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Principalmente eu quero aqui ressaltar a boa condução do Senador Eduardo Braga, do Senador Omar Aziz e do Senador Plínio Valério na destinação de emendas, sobretudo para o interior. Nós vimos a diferença que esses recursos federais fizeram nas regiões mais longínquas. O Estado do Amazonas é um Estado de proporções continentais. A população do interior... Nós não temos estradas. As nossas estradas são os rios. Então, tem Municípios aí em que você precisa pegar dez dias de barco para chegar de Manaus até o Município. Então, esse recurso federal, principalmente no interior, foi muito importante.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estava lá.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Em Manaus, onde se concentra praticamente toda a média e alta complexidade do Estado do Amazonas, uma vez que o interior do Estado não tem nenhum leito de UTI, nós vimos que também teve o apoio necessário. Teve aproximadamente, entre 2019 e 2020, R\$2 bilhões de recursos federais que, certamente, fariam muita diferença se fossem bem empregados na saúde pública.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Além do suporte aéreo com relação ao encaminhamento do oxigênio?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então, houve o suporte aéreo... Prefiro me restringir ao relatório porque o relatório não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque é anterior.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – É anterior a essa questão do oxigênio, mas houve.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Qual a relação do sistema de saúde da capital com o Governo do Estado do Amazonas? Me parece que esse é um ponto sensível também do problema de saúde do Estado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Praticamente toda a estrutura do Governo do Estado está concentrada na capital. A média e alta complexidades, as principais unidades de saúde todas são geridas pelo Governo do Estado. No interior, houve uma municipalização da saúde, o que tem sido uma prática que tem prejudicado os Municípios que não têm uma renda considerável e têm que arcar com algo que não é da sua competência, que, no caso, é a média e alta complexidades. A competência dos Municípios é saúde básica, mas arca-se com tudo. Então, toda a saúde de média e alta complexidade está concentrada na cidade de Manaus.

Nós temos muita dificuldade, Senador, em decorrência do nosso isolamento logístico. Nós só temos uma estrada que ligaria o Amazonas ao restante do Brasil, que é a BR-319. Essa estrada, lamentavelmente, não foi recuperada. A estrada já existe, mas, por questões ambientais, ela não existe. Isso fez muita diferença em todos os momentos de dificuldade, tanto na primeira onda como na segunda onda, porque o transporte até o Amazonas se dá somente por via aérea ou por via de balsas, por via de embarcações, o que limita muito a logística do nosso Estado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em relação a essa questão da compra dos respiradores, Deputado Relator, como o Estado, como o Governo do Estado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explica a compra desses respiradores de uma empresa não especializada e tendo no certame licitatório a participação, a presença inclusive da empresa titular participando desse certame licitatório?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu vou lhe explicar de forma resumida como funcionou essa questão. Foi um processo indenizatório também, não foi licitação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Meu Deus do céu!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A compra dos respiradores foi feita através de uma empresa que foi totalmente direcionada, que foi a empresa Sonoar, que detinha já esses respiradores. Essa empresa pertencia ao esposo da então secretária de comunicação. Para que não houvesse, para uma forma de blindar essa empresa, essa empresa Sonoar vendeu para a loja de vinhos, que é a empresa Fjap, e o Estado fez um processo indenizatório para comprar da Fjap. Para o senhor ter uma ideia, nós identificamos na nota fiscal que esses 28 respiradores foram comprados por cerca de R\$1 milhão, a Sonoar vendeu para a loja de vinhos por R\$2,5 milhões, e a loja de vinhos vendeu para o Estado por R\$3 milhões.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Meu Deus do céu, Presidente!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Sendo que essa compra, a Fjap comprou da Sonoar às 3h da tarde e vendeu para o Governo do Estado às 17h, aproximadamente, pouco mais de duas horas depois.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas, olha, olha, olha, Presidente...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Quem entregou os respiradores para o Estado foi a Sonoar, não foi nem a Fjap.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Olha, Brasil, o que nós estamos vendo aqui, no âmbito da CPI, hoje, as revelações...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - E eu lhe agradeço, Senador, por permitir que eu fale do relatório, porque, até o momento, eu estou sendo meramente atacado. Atacado porque esse foi um relatório...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Eu queria lembrar à testemunha que ela aqui está cumprindo o papel de testemunha. Então, o senhor deve responder às perguntas do Relator...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É isso mesmo. Mas ele está respondendo, Presidente, ele está respondendo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - O seu tempo já... Só tem dois minutos que já estou acrescentando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Só acrescenta ao meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Eu já acrescentei, eu já acrescentei dois minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O Presidente Omar... Acrescente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - E o senhor vai ter mais dois minutos para concluir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Obrigado. É o suficiente, Presidente.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - O senhor me permite?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Por favor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Então, eu lhe agradeço por poder esclarecer, porque o objetivo de eu estar aqui presente é esclarecer sobre o relatório. Estou sendo vilmente atacado aqui por pessoas que não têm... O Amazonas está me assistindo e sabe quem está do lado certo da história, eu não tenho problema nenhum de ser investigado. Minha mãe é uma pessoa honrada, uma pessoa servidora pública de carreira. Entrou na vaga de conselheira através de auditoria do Tribunal de Contas, foi aprovada em concurso público, não tem nenhuma mácula. Todo o patrimônio da minha família... Por que que o Senador sabe? Porque está tudo declarado em Imposto de Renda. Nós não temos o que esconder. Pode investigar, pode quebrar o sigilo da empresa que for, nós não temos o que temer. Eu não estaria aqui se eu tivesse, eu não teria indiciado 50 pessoas se eu tivesse qualquer tipo de rabo preso, inclusive secretários do Governo do Estado. Fico revoltado, me perdoe o desabafo, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Deputado, só para lembrar, eu entendo o desabafo de V. Exa., mas V. Exa. não está aqui na condição de investigado, está na condição de testemunha dos fatos que ocorreram, à luz do relatório que V. Exa. apresentou na Assembleia Legislativa.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que, depois do que ouvimos hoje por parte do Deputado Fausto Vieira dos Santos Junior, que foi o Relator dessa CPI, vejo que a presença do Presidente da CPI, que eu também convoquei junto com o mesmo requerimento, o Delegado Péricles, por ser delegado de polícia e que conduziu, portanto, as investigações, fez a maior parte das inquirições aos depoentes e juntou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentos para se chegar à conclusão do relatório, penso que ele pode trazer ainda mais esclarecimentos, porque o Deputado Fausto já começou a mostrar ali a ponta do novelo.

E, olha, é lamentável que o Supremo Tribunal Federal esteja tomando uma decisão que coloca peia nesta CPI quanto à competência investigativa com relação aos Estados. Veja o que esta CPI está sendo impedida de fazer, olha as revelações que foram feitas pelo Deputado aqui. Com relação ao Governo Federal, queremos que investigue tudo, e não há, por parte deste Parlamentar ou da base, qualquer blindagem com relação à investigação, mas não pode ser uma investigação seletiva, parcial. Há indícios graves de roubalheira nos Estados da Federação. O Consórcio Nordeste é um caso, mas não é o único – Jorginho não está aqui –, Santa Catarina tem um caso grave também; outros Estados, na mesma direção.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Conclua, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então eu concluo, Sr. Presidente, dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já foram quatro minutos de tolerância. Tem outros Senadores inscritos. Eu peço a V. Exa. que colabore.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou concluir agora.

Lamento, mais uma vez, a posição do Supremo e espero que possam rever essa decisão e fazer com que esta CPI avance nas investigações para esclarecer ao Brasil o que aconteceu com o dinheiro que foi enviado aos Estados e Municípios.

Agradeço, Deputado Fausto Vieira Junior, por sua colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

Eu concedo a palavra agora, por 15 minutos, ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado ao Presidente desta sessão, o Senador Rogério Carvalho, e ao Sr. Relator.

Eu queria dar-lhe as boas-vindas e cumprimentar o senhor, Deputado Fausto Vieira dos Santos, pela sua coragem. Não é fácil... Quem está acompanhando esta sessão está vendo aí um ato de coragem. Não quero entrar em outros detalhes porque o nosso papel aqui é de investigar, é de fazer as perguntas, mas só esse ato do senhor, sendo intimidado aqui a todo momento – e quem está assistindo está vendo, o Brasil está vendo isso –, eu acredito que já mostra realmente que o senhor está convicto do que está falando, e é muito importante. Por muito menos – eu não sei o nome, se ela é sua advogada –, algumas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semanas atrás, nós tivemos um fato lamentado no País inteiro, que foi a expulsão de uma pessoa da equipe da Dra. Nise Yamaguchi, que estava sentadinha ali e foi expulsa depois de atos aqui de agressividades absurdas que aconteceram nesta CPI.

Aliás, é muito interessante a gente comparar quando vem um depoente que muitas vezes o próprio Relator não quer ouvir: fez hoje algumas perguntas – geralmente leva quatro ou cinco horas em perguntas, que é a média –, hoje, infelizmente, fez aí duas ou três e depois parou. Quando é para a gente investigar corrupção, infelizmente é esse o procedimento que a gente tem.

Mas amanhã é um dia histórico. O senhor está vindo aqui na terça-feira. Amanhã, quarta-feira, é um dia em que o brasileiro de bem, o cidadão de bem, acompanhará esta CPI, porque nós vamos votar esse tão falado Consórcio Nordeste para vir aqui e duas peças-chave para a gente entender essa compra de respiradores, que, no Amazonas, foi numa loja de vinho – o Senador Eduardo Braga mencionou – e, no Nordeste, para o povo nordestino, nove Estados, foi numa empresa que comercializa produtos à base de maconha – sim, da droga, da maconha!

E eu fui a São Paulo atrás dessa empresa. Vi indícios fortíssimos lá de ser de fachada, porque, até no endereço residencial, essa empresa, que só teve duas notas fiscais ao longo de dois anos, uma delas de quase de R\$50 milhões, que recebeu antecipado.

Mas eu queria aqui também ressaltar que... Olha a que nível a gente chegou no País de politicagem, de indicação política... Isso atrapalha o País. Essa própria questão do Tribunal de Contas do Estado é errada no meu ponto de vista, vou entrar com uma PEC nesse sentido, pra que não seja indicado por Governador. Me parece muitas vezes um escudo. Fica uma relação de dívida, uma relação de dívida, de alguma forma reconhecimento pela indicação, e acontece esse tipo de blindagem que a gente, de alguma forma, vê, pelo menos, indícios aí.

Quero fazer a pergunta, Deputado Fausto. No relatório da CPI, consta que foram identificados problemas na gestão de saúde desde 2011 – olha que interessante isso –, período longo, suficiente pra promover a deterioração da estrutura de atendimento à população, gerando sucateamento da estrutura de saúde e contribuindo para os problemas atuais pelos quais passa o Estado do Amazonas. E aqui eu digo: Amazonas é um espelho para o Brasil, porque nós tivemos nos Governos passados, no Governo brasileiro, mensalão, petrolão, todos esses escândalos; inclusive CPIs, no tempo que olhavam corrupção, rastreavam, tiveram uma prestação de serviço fantástica pra Nação. E o custo da corrupção é o que eu vou perguntar para o senhor, o custo disso. Então, a CPI da qual o senhor foi Relator, ao analisar os gastos relacionados ao serviço da saúde no Estado, desde o período de 2011 a 2020, verificou reiteradamente que a Secretaria Estadual de Saúde se utilizou de processos indenizatórios para aquisição de bens e, especialmente, fornecimento de serviço, dentre outras situações. De que forma a reiterada utilização desses processos indenizatórios contribuiu para a precária situação atual no Estado do Amazonas?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Senador, onde não existe transparência existe corrupção. O processo indenizatório é feito sem qualquer averiguação da capacitação técnica da empresa. Ele é feito sem respeitar os limites da legislação em relação à Lei de Licitações e, muitas vezes, como nós observamos na CPI, ele também é feito sem a averiguação se aquele serviço é de fato ou não prestado. Então, uma das principais recomendações, eu acredito, uma das principais conquistas da CPI da Saúde do Amazonas foi, sim, a determinação de que tem que se encerrar essa atividade de processo indenizatório como via de regra. Praticamente, todos os casos analisados pela CPI da Saúde do Amazonas em que houve fortes indícios de corrupção eram através dos processos indenizatórios. Então, é uma forma temerária de se contratar. E a nossa recomendação foi no sentido de terminar esse tipo de contratação; a não ser que seja respeitada a lei, como os casos que foram citados excepcionalíssimos, não como via de regra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Eu queria citar agora o hospital de campanha Nilton Lins. Aconteceu em vários Estados: se fez da noite para o dia, se construíram hospitais de campanha, isso é válido pra ajudar a população, pra amparar a população nessa grave crise sanitária, mas foram fechados, também da noite para o dia, em alguns Estados – e eu quero saber se no do senhor também –, os hospitais de campanha, em que foram gastos milhões e milhões de reais, chegando próximo a centenas de milhões em alguns Estados, enquanto todos sabiam que viria a segunda onda... Este é que é o detalhe: parece que o hospital de campanha Nilton Lins foi fechado em julho do ano passado. O senhor confirma?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Confirmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Confirma.

Foi consultado... De alguma forma o senhor sabe dizer, no relatório, por que essa decisão de fechar o hospital de campanha, quando todo mundo sabia que viria uma segunda onda? O Governo Federal, de alguma forma, autorizou que fosse fechado isso ou foi uma decisão do Governo do Amazonas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tenho conhecimento se houve uma autorização ou não do Governo Federal, porque nós não detínhamos essa informação, mas a justificativa dada pela Secretaria de Saúde, na época, era em razão da baixa dos casos de Covid-19 naquele momento. E, como já expliquei anteriormente, nós entendemos também que havia uma insegurança jurídica enorme na prestação de serviços que ali seriam desempenhados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, foi fechado o do Estado, erradamente, e o do Município, erradamente. Está bom? Como ele era relator só do Estado, ele não... Não é o caso dele, mas tem que deixar claro também que foram fechados os dois, o do Estado e o do Município, e isso fez uma falta muito grande quando veio a segunda onda.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Foi no mesmo período? Em julho?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Foi junto, foi praticamente junto. Eu não me lembro direito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É, mas não é o caso dele, eu só estou aqui dando uma informação. Não é o caso da CPI da Assembleia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas foram praticamente fechados juntos. E isso fez falta em janeiro de 2021.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito.

No hospital de campanha Nilton Lins, todos os serviços prestados na referida unidade hospitalar ocorreram sem contratos formais. Todas as empresas prestadoras de serviço receberiam a contraprestação dos serviços prestados sob forma de pagamento indenizatório. Eu vejo que, se o senhor confirmar essa informação...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Confirmo. Confirmo a informação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... é um verdadeiro escoadouro de recursos destinados para o enfrentamento da Covid.

A questão dos processos indenizatórios está sendo analisada pela Procuradoria do Estado ou órgão de controle? Qual a origem dessa prática de procedimentos indenizatórios, já que o senhor é amazonense e está na política, embora há pouco tempo, e acompanha a política do seu Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu posso apenas me referir ao objeto da CPI. Eu realmente não tenho conhecimento de antes do que foi averiguado na CPI. Eu não estou aqui de forma alguma defendendo. Estou sendo preciso em relação ao que foi analisado pela CPI. Nós observamos que houve uma evolução nos volumes de pagamento dessa modalidade no decorrer dos anos, chegando ao ponto em que hoje está um volume muito alto e que realmente precisa ser corrigido, como eu falei anteriormente. Houve uma recomendação por parte da CPI pela eliminação desse tipo de pagamento. E essa recomendação - já foi anunciado de público pelo Governo - vai ser acatada até setembro deste ano, mas nós seguiremos fiscalizando essas tratativas, para que realmente seja cumprida essa recomendação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Se eu não me engano, o senhor foi interrompido várias vezes na hora em que tentou falar o número de valores desses processos indenizatórios, ao longo de Governos anteriores inclusive. O senhor pode repetir o número, que é da casa do bilhão?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Um bilhão e quinhentos milhões, aproximadamente, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - É 1,5 bilhão.

Nas investigações do Consórcio Nordeste - porque amanhã nós vamos ter aqui a hora da verdade: se, depois de dois meses de CPI, a gente vai enveredar por esse caminho, que é um anseio legítimo da população -, nós verificamos uma empresa que trabalhava com o comércio de derivados de maconha vendendo respiradores. No mínimo, surreal. No Amazonas, nós vimos uma empresa de vinhos vendendo respirador, que o senhor já falou muito aqui, com o valor muito acima do usual.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - E valores inadequados... E respiradores inadequados, Senador, inclusive.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - E respiradores inadequados.

No curso da investigação, os Srs. Deputados verificaram preocupação por parte dos servidores de saber a origem dessas empresas? Com o que efetivamente trabalhavam? Se reuniam condições de fornecer esses respiradores? Havia algum ato administrativo que checasse os dados dessas empresas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Então... Nós verificamos, a partir dos depoimentos colhidos, que havia um chamamento público. As empresas tomavam conhecimento, através do setor de compras da Secretaria de Saúde, da necessidade da demanda do que era necessário - não só dos respiradores, no caso, mas de todas as outras áreas onde havia o procedimento indenizatório - e era mandada uma cotação de preço e, a partir dessa cotação de preço, era escolhida a empresa que poderia, supostamente, oferecer o serviço pelo menor preço, porém sem qualquer controle de licitação em relação à capacidade técnica da empresa, enfim, sem nada, apenas dessa forma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Senador, sobre isso, eu poderia só...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pode, claro. Claro, Relator.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Senador Girão, sobre isso eu poderia só agregar uma pergunta às perguntas que V. Exa. faz?

E os respiradores que o Governo Federal mandou para o Amazonas: eles prestavam ou não prestavam? Pode dar essa informação?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Senador, a informação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Serviram ou não serviram? Tinha alguns deteriorados?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A informação que eu tive é que é uma parte deles estava deteriorada e foi enviada de volta, mas praticamente todos os respiradores que nós dispúnhamos no Estado do Amazonas foram enviados pelo Governo Federal, uma vez que o Estado do Amazonas não comprou nenhum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O Estado do Amazonas não comprou nenhum respirador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não comprou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Todos vieram do Governo Federal...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Todos vieram do Governo Federal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... mas uma parte estava danificada, é isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Isso. Essa é a informação que nós tínhamos. Nós sabemos dessa informação, porque nós averiguamos quantos respiradores o Estado havia comprado. E nós tínhamos essa informação também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas os respiradores enviados pelo Governo Federal - e eu agradeço a pergunta do Senador Relator - efetivamente atenderam à demanda do povo do Amazonas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Sim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E, mesmo assim, por que não indiciaram o Governador?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, porque é preciso ter uma questão conexa entre o Governador do Estado e um ato de improbidade administrativa pra que a gente pudesse indiciar.

A falta da má gestão... Má gestão não é crime, má gestão é um motivo pra que a gente mude de Governador no momento da eleição, mas, para haver indiciamento, para haver *impeachment*, para haver qualquer relação em relação a crime de responsabilidade, é preciso que esteja claro o crime...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, Deputado Fausto, se o Governo, no meio...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... praticado diretamente pelo Governador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No meio de uma pandemia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não comprar vencido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não comprar respirador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – É má gestão só? É só má gestão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu queria só a reposição do tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – No meio de uma pandemia, não comprar respirador? O senhor acha que isso não é crime?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Senador, é uma má gestão absurda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor acha que não é crime?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senador. Isso tem que ser julgado através de um processo de *impeachment*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É crime contra a saúde pública.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Tem que ser julgado através de um processo de *impeachment*. Eu não vou fazer um prejulgamento aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, eu vou repor o tempo em que V. Exa. interrompido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fique à vontade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço.

Nas investigações no Estado do Amazonas, foi identificada a prática de ocultação do legítimo sócio-administrador das empresas envolvidas, facilitando a impunidade. Esta prática nos parece bastante comum: a ocultação dos verdadeiros responsáveis. A CPI da Saúde apontou, no relatório final dela, algum caminho legal que discipline essa questão, pensando aqui no futuro, no legado de tudo isso que está vindo à tona, de toda essa lama que está vindo à tona?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Seriam as recomendações pelo fim do processo indenizatório, do envio dos documentos até os órgãos de controle para seguir nas investigações que nós não conseguimos apurar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas eu digo especificamente sobre a ocultação.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Ah, sim. Nós apresentamos um projeto de lei que veda a contratação de empresas e cônjuges até terceiro grau de Secretário de Estado pelo Estado do Amazonas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Perfeito.

Outro fato que chama a atenção, Deputado, no relatório, é o da fraude na cotação dos preços e serviços médicos. Pode-se observar que uma empresa que prestava quaisquer serviços ao hospital se apresentou para oferecer serviço de plantão médico ao mesmo hospital e apresentou uma proposta muito acima da média identificada pelo órgão da Secretaria de Saúde do Estado. Mesmo assim, a proposta foi considerada no certame, embora não tenha obtido êxito. O que cabe destacar é a proximidade entre a direção de hospitais, empresas prestadoras de serviço e órgãos públicos, o que poderá facilitar atos lesivos à administração pública. Os senhores poderiam explicar... O senhor aqui, no caso, que foi o Relator da CPI, poderia explicar para este Plenário como identificaram esta tentativa de lesar o erário? Identificaram, ainda que não tenham aprofundado fraude na cotação de preço e serviço médico nos Municípios, por que não teve o aprofundamento?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, só pra eu entender a pergunta de V. Exa., o senhor pergunta isso em relação ao caso determinado dos serviços médicos do Hospital Nilton Lins?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Isso, exatamente.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Então, como eu falei a V. Exa., essa questão dos processos indenizatórios não é um processo licitatório. É um processo em que internamente é escolhida a empresa que supostamente vai prestar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Transparência zero.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não existe. Então, não existe a transparência, não existe o critério dado pela Lei de Licitações no sentido de escolher a empresa que seja mais benéfica para o Estado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito. Perfeito.

Sr. Presidente, eu agradeço a tolerância...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Veja bem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... e encerro a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Na época... Eu queria aqui... Eu não entrei no detalhe que o Senador perguntou. Na época, alguns ventiladores, respiradores e ventiladores que foram mandados pelo Governo Federal eram para uso animal, assim como também se equivocaram quando mandaram as vacinas para o Amapá que eram do Amazonas e as do Amazonas para o Amapá.

Então, a gestão em si, se pegar toda a gestão, foi um desastre na pandemia e está sendo ainda hoje por falta de política pública séria pra que a gente combata o Covid. Cada um aqui defende um lado, a gente está aqui trabalhando nesse sentido, e V. Exa. contribui para esse trabalho, Senador Girão, mas...

E uma outra coisa: as questões indenizatórias, muitas são indenizações de pessoal, mas você tem que dar o desconto, porque muita gente... Serviço prestado e uma série de coisas se indeniza... Agora, é lógico que existe uma série de problemas nessas questões indenizatórias que tinham que ser... Nós tínhamos que regulamentar isso no Brasil. Não é só lá no Amazonas e no... Em vários Municípios brasileiros, tem que se regulamentar e orientar, da mesma forma como eu defendo aqui - e V. Exa., com certeza, defende - esta CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Brasil está vendo que a nossa planta de produção de vacina tanto da Fiocruz quanto do Butantan é pequena demais. Nós temos que garantir recursos pra essas duas. Se não fossem eles dois, hoje, nós estaríamos numa situação muito difícil. E o que acontece? Na planta pequena, o limite de produção de vacina é pequeno. Nós não temos por que ter pena em ampliar, independentemente de se vai ter uma pandemia no ano que vem ou não, mas sempre estar preparado pra que, se houver de novo, a gente não dependa dos insumos e muito menos da produção de outro país.

Nós somos PHD em inventar vacina, nós já fizemos outras invenções e nós temos tecnologia e, aliás, cientistas pra isso. Então, isto tem que estar no relatório final, viu, Senador Renan? É o aumento da planta do Butantan e da Fiocruz, porque os grandes laboratórios que nós tínhamos aqui, que produziam também vacinas, saíram do Brasil um tempo atrás.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Hoje, nós estamos dependendo...

E mais: o Butantan está produzindo a CoronaVac, mas também tem que produzir a H1N1 e outras vacinas que o Governo Federal compra que são entregues nas unidades básicas de saúde Brasil afora, quer dizer, é uma quantidade enorme que nós temos.

O Governador de São Paulo informou que ia aumentar e, no final do ano, ia ter uma nova planta, mas eu acredito que, na CPI, tem que estar no relatório final. Se cada Parlamentar, dos 513 Deputados e mais 81 Senadores, cada um de nós der R\$500 mil das nossas emendas impositivas, metade para o Butantan e metade para a Fiocruz pra aumentar e também pra ajudar na pesquisa, nós estaríamos fazendo uma grande contribuição ao Brasil. Quinhentos mil reais do que a gente recebe não vão fazer falta e estarão ajudando indiretamente todos os Municípios e Estados brasileiros, se nós fizermos isso.

Então, isso eu acho que o próximo Relator do Orçamento, tratando isso com o Presidente do Senado e com o Presidente da Câmara, pra que nós possamos demonstrar claramente que nós queremos contribuir para a ciência, para a pesquisa e para o Butantan. O Butantan, hoje, e a Fiocruz servem o Brasil todo, correto? E eu acho que nós, Parlamentares, que somos representantes do Brasil todo, temos que dar essa contribuição imediatamente no próximo Orçamento - no próximo Orçamento! Não custa nada.

Olha, muitos de nós, Parlamentares, ajudamos aqui aquele hospital para reabilitação aqui em Brasília. Outros ajudam em Barretos, que tem aquele hospital do câncer, não é isso? Tem um hospital do câncer em Barretos?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Presidente, eu acho que a gente pode até sugerir para a Comissão...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Aqui tem o Hospital Sarah...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sarah Kubitschek, que nós ajudamos, e outros ajudam.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Senador Omar e Senador Renan, nós podemos, inclusive, agora, com a instalação da Comissão Mista de Orçamento, a Comissão Parlamentar de Inquérito, fazer uma sugestão de emenda ao Relator da LDO...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tirando isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... para que na LDO...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já tirando.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, fique estabelecida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E que se torne lei.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... a política de investimento para a Fiocruz e para o Butantan. Nós podemos botar na Lei de Diretrizes Orçamentárias agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E que se torne lei. Que a gente retire o percentual - tem que ver qual é o percentual -, porque aumenta também o valor, e a inflação come esse dinheiro. Eu acho que o percentual de todas essas emendas viraria lei, porque, como serve ao Brasil todo, o Brasil tem que ajudar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Na LDO.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Na LDO, nós podemos fazer isso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Presidente, nós aprovamos 20 bilhões para comprar vacina, e nós temos potencial para, já, produzir. Como V. Exa. muito bem disse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nós não temos capacidade.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - ... 10% disso já seria um grande avanço.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não temos capacidade. Eu acho que, se a gente contribuir, o Congresso Nacional estaria dando uma ajuda substancial para o futuro, para as gerações futuras. Nós precisamos fazer isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Senador Randolfe, depois o Senador... Aliás, Senador Luis Carlos Heinze. Desculpe, Senador Randolfe.

Senador Luis Carlos Heinze com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares, Deputado depoente, prazer estar com você.

Primeiro, Deputado Fausto, o Governo Federal, no ano passado, mandou para o Estado do Amazonas quase R\$11 bilhões. O Deputado Eduardo Braga fez também uma colocação – e eu não vou repetir, só rapidamente –: do recurso destinado à saúde, nós tínhamos, em 31 de dezembro, R\$681 milhões nos fundos estaduais e municipal de saúde; da mesma forma, em maio, 830 milhões. Não foi falta de dinheiro; foi falta de gestão, competência por parte do Governo do Estado e de Prefeitos também, que não utilizaram adequadamente o recurso. Então, a questão de Manaus é um problema.

Senador Omar, eu não ri de V. Exa., se entendeu que fosse assim. Mas, eu vou lhe dizer, eu acho que essa questão desse pagamento indenizatório não é correta. Eu vejo que, de 2011 a 2020, agora, o que a CPI apurou, só na saúde, é 1,451 bi; no geral, 4,5 bi; e, em outras secretarias, também. Não é comum comprar o produto antes e depois licitar valor. Então, é só essa posição.

Mas há uma questão no Amazonas que, se o Tribunal de Contas permite, no meu Estado, o Tribunal de Contas não permite. Eu fui Prefeito e, quando Prefeito, em casos excepcionais, eu tinha que justificar, para comprar 20 mil, 30 mil, 50, qualquer coisa. Então, não é normal essa questão. E espero que vocês da Assembleia adéquem essa posição para que não continue, porque isso aqui dá margem para sacanagem, esse esquema aqui que é feito, embora o Tribunal de Contas possa até aprovar e vocês na Assembleia também aprovem a conta do Governo do Estado, dos Governos ao longo desse período. Então, essa é uma colocação que eu lhe faço.

E vou insistir: com relação a esse tratamento que a gente repete, Senador Renan. Aqui eu tenho o 1º Congresso Internacional sobre Ivermectina, na Inglaterra. Aconteceu agora, recentemente, com cientistas brasileiros, para copiar o nosso modelo, Senador Girão; canadenses, australianos, da Inglaterra, dos Estados Unidos, são cientistas que debateram esse tema, que está dando certo no mundo inteiro. Então, não podemos criminalizar um tratamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, Deputado Fausto, eu vou pedir que a Assembleia Legislativa faça um debate, se já não o fez, sobre esse tratamento, e que vocês peguem o exemplo do Estado do Amapá, vizinho de vocês, que é um Estado pequeno. E a Dra. Margareth, que é a epidemiologista que chefia esse processo lá, podia mostrar como é que o Estado do Amapá tem a letalidade hoje de 1,5 - vocês têm 3,3 de letalidade e o Brasil, 2,8. Peçam o que Amapá fez para vocês poderem seguir nesse rumo para evitarem mortes lá no Estado de V. Exa.

Sobre as vacinas - o Senador Omar está saindo agora -, nós temos um trabalho, e esse trabalho deve acontecer. Só para o Butantan, o Governo Federal liberou 8,6 bilhões. Eles estão fazendo investimento com esse dinheiro também, porque sobra muito dinheiro em relação a quanto custa a vacina, Senador Girão, e quanto se gasta com a vacina.

A Fiocruz vai receber, Senador Eduardo, 7,5 bilhões e vai construir o complexo de Santa Cruz com a sobra desse dinheiro, o que também é importante para nós; é investimento por parte do Governo Federal sobre essa questão.

E um ponto importante: nós estamos trabalhando a questão das vacinas brasileiras. E o que é isso? Uma vacina na USP, em Ribeirão Preto, quase pronta; no Instituto de Cardiologia, em São Paulo, quase pronta; e, na Universidade Federal de Minas Gerais, quase pronta - três, quatro meses. As pesquisas finais foram feitas e poderão ser trabalhadas.

E um outro ponto que nós vamos mostrar e vamos até esclarecer e escrever, Senador Relator, é que há 16 laboratórios brasileiros privados, 12 de medicamentos humanos e 4 de medicamentos veterinários, e nós aprovamos uma lei para que eles possam também fabricar vacinas, estas brasileiras ou até alguma estrangeira. Qual é a linha, Girão? Eu sou empresário, lido com a iniciativa privada. Eu entendo que, se esses laboratórios entrarem no processo produtivo, o preço da vacina vai cair, porque hoje é um monopólio no mundo; não é no Brasil, é no mundo: chineses, indianos, russos, ingleses, qualquer raça dessas vacinas que se estão, hoje, fabricando no mundo. Então, isso é muito importante, isso vai acontecer aqui, nós estamos trabalhando essa questão.

Senador...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - ... Izalci, aquele trabalhado que, lá atrás, com o Senador Wellington, começamos, V. Exa. estava junto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - ... para tentar aproximar o Butantan, porque é do seu partido, é do Governador Doria, do PSDB... Fizemos três, quatro reuniões sobre esse tema entre laboratórios de medicamento veterinário e o Butantan, e o Governo está



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessado nisso. E, hoje, não são só os quatro laboratórios, há 12 outros grandes laboratórios que são marcas internacionais brasileiras, que estão aqui no Brasil, e que querem fabricar a vacina. Estamos trabalhando esse tema com o Governo Bolsonaro. Acho que esse é um ponto importante, e isso é interessante para todos, inclusive, para entrar a concorrência de vacina. Esse é um ponto em que nós trabalhamos, estou focado nessa questão: vacinas nacionais ou internacionais.

E essa do Dr. Kalil, por exemplo, lá em São Paulo, Girão, é muito importante o cérebro que nós temos, no caso dele, como outros cérebros que nós temos em Minas Gerais ou em Ribeirão Preto, em qualquer parte do Brasil, dessas 16 vacinas que estão sendo trabalhadas - 16 -, três estão em fase muito adiantada. Isso é um ponto importante. E aí, Girão, muito pouco dinheiro público precisa entrar nesse negócio, porque eles vão fazer investimentos desde que o Governo garanta que vai comprar vacina, porque o Governo já comprou 662 milhões de doses, já estão adquiridas, e vão receber. E nós temos os números dos que já foram vacinados e entregues, dos números que nós temos hoje, no Brasil.

Então, esse é um ponto importante. Só vou fazendo esse relato, porque esse é um dos motes desta CPI: como vacinar o nosso povo, que já está sendo vacinado, e as coisas vão acontecer, e essa é uma realidade.

Então, Fausto, eu só queria fazer essa colocação, e que vocês - sugestão - deveriam ouvir o exemplo do Amapá, estadozinho pequeno, perto de vocês, mas que tem um tratamento legal sendo feito.

E eu... Uma pergunta: você conhece aquela pesquisa que foi realizada lá em Manaus, no seu Estado, onde morreram 22 pessoas com a aplicação de hidroxicloroquina?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Eu tomei conhecimento de que houve uma pesquisa capitaneada pelo pesquisador Marcus Lacerda, que tentou identificar a eficiência nos pacientes em casos graves, através da hidroxicloroquina, mas isso não foi, na época, investigado pela CPI, porque ainda estava em fase de pesquisa, ainda não tinha concluído a pesquisa. Não se tinha notícia, por exemplo, também, das mortes, no caso, essas mortes estão sob sindicância. Enfim, a CPI não teve acesso a essas informações.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - O normal dessa pesquisa, Senador Girão, seria 1g no primeiro dia, 500mg do segundo ao quinto dia, somadas 3g de cloroquina. O estudo de Manaus usou 12g, quatro vezes mais, aí a razão da morte.

Infelizmente, Senador Renan, eu gostaria de um debate; não, assim, trazer um cara num dia, outro cara noutro dia. Que venham debater, escalem quem quiser das pesquisas; tem vários pesquisadores que trabalharam nessa pesquisa. E que venham debater, Girão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Senador Heinze...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Nós trazemos... Sim?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Eu tenho tanta preocupação com a vida dos brasileiros que eu não ousou participar desse debate.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Como é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu tenho muita preocupação com a vida dos brasileiros, que eu não ousou, na audiência que tem esta Comissão Parlamentar de Inquérito, participar desse debate.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu lamento, Senador. Eu lamento porque aqui estão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Preocupação e responsabilidade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu também tenho responsabilidade - eu também tenho. E o senhor vai ver o que está acontecendo hoje, nos Estados Unidos: o caso Fauci. Esse é um caso gravíssimo; a humanidade vai saber disso, a humanidade vai saber das 4 milhões de mortes no mundo - não é no Brasil, é no mundo -, mais de 4 milhões de mortes. Alguém será responsabilizado. Alguém será responsabilizado por esse tratamento que estão criminalizando.

Estão citando aqui, na Inglaterra, cientistas ingleses, australianos, americanos, brasileiros discutindo o tema. Ponto. Dou o exemplo: peça lá, Fausto, pela no seu Estado, faça uma proposição na Assembleia, escute a epidemiologista e os médicos do Amapá. Vocês vão ter o resultado - vizinho de vocês -, um resultado positivo.

Da minha parte era isso. Não tenho mais questionamentos; só essa colocação pra vocês.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Algo a dizer, Sr. Deputado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não. Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Quero agradecer ao Presidente Omar Aziz por permitir que eu presidisse este importante momento aqui, nesta CPI, mesmo que momentaneamente, principalmente no dia em que nós tratamos da maior



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tragédia do País, que aconteceu no Estado do Amazonas, no vosso Estado. Todo o nosso sentimento para as vítimas dessa tragédia e desse caso absurdo de corrupção.

Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Muitíssimo obrigado, Sra. Presidente Soraya Thronicke. É uma honra ser presidido por V. Exa.

Vou começar logo fazendo uma pequena correção geográfica, não é? Nós somos amazônidas, o senhor e eu, só que é uma distância... É um pouquinho de dica geográfica do tamanho da Amazônia: é mais próximo vir para Brasília do que ir para Manaus; de Macapá até lá são 1,2 mil quilômetros que nos separam. E seria uma honra ser vizinho dos amazonenses, mas pela dimensão da Amazônia isso não é permitido. A gente costuma, inclusive, dizer que é na Amazônia, que é no Amazonas que os rios nascem; e no Amapá, onde os rios desaguam. Então, é só essa rápida retificação geográfica que eu acho que é importante de ser feita. Mas somos da mesma Região e por isso nos comoveu tanto a tragédia que se abateu sobre Manaus, comoveu todos os brasileiros e comoveu, em especial, nós amazônidas, que, como eu já disse, somos, temos identidades das mais diferentes, cultural, política, de proximidade, dialetos, de tudo isso.

Então, é uma pergunta preliminar. Durante o colapso da segunda onda, da tragédia de Manaus, o senhor acompanhou de perto? O senhor estava por lá?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Acompanhei, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Todos os acontecimentos do final de dezembro de 2020 até janeiro de 2021?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu acompanhei de perto, tanto é que visitei dois hospitais naquele momento. Eu fiz, tentei me mobilizar, enfim, ajudando da maneira que eu podia. Lamentavelmente, essa segunda onda aconteceu de forma súbita. No nosso Estado não havia informações necessárias na imprensa, em lugar nenhum, na evolução crescente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Em que momento ocorrem os primeiros sinais de agravamento da pandemia no Amazonas? Quais os primeiros sinais de superlotação dos hospitais, de colapso do sistema de saúde?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, aqui, em respeito a V. Exa., que é um Senador o qual eu admiro, acompanho e sigo nas suas redes sociais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... eu respondo, mesmo estando fora do motivo da minha convocação. Foi cerca de final de dezembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Fim de dezembro.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - É, aproximadamente. Eu não tenho a informação precisa porque não foi objeto da CPI, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito, mas com essa informação V. Exa. vai contribuir muito...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... inclusive, com o que esta Comissão Parlamentar está investigando como fato determinado que é o agravamento... As ações e omissões no agravamento da pandemia, em específico o que aconteceu no Amazonas. É por isso que, assim, nós queremos nos detalhar sobre os acontecimentos entre dezembro e janeiro, porque é um tema que deverá constar, é um tema central a ser abordado pelo Relator.

V. Exa. disse que, assim, a partir de dezembro começa a ter os primeiros elementos.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - É, em metade de dezembro, aproximadamente. Da metade para o final.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - No dia 23 de dezembro, o Governador Wilson Lima editou um decreto determinando o fechamento do comércio não essencial a partir de 26 de dezembro e proibindo eventos comemorativos. No dia 26 de dezembro, diante de críticas, sobretudo do Presidente Jair Bolsonaro, que definiu essa medida do Governador Wilson Lima como absurda, e também críticas dos apoiadores do Presidente Jair Bolsonaro, em decorrência disso um conjunto de protestos que começou a ocorrer no Amazonas, vias da cidade foram bloqueadas contra as novas regras do Governador Wilson Lima.

Obviamente, V. Exa. acompanhou tudo isso.

Em seguida, o decreto é revogado. Inclusive, a revogação do decreto é comemorada nas redes sociais pelo Deputado Eduardo Bolsonaro, filho do Presidente, que diz: "Primeiro, Búzios e, agora, Manaus. Todo poder emana do povo". A Deputada Bia Kicis também faz uma campanha pela revogação do decreto e celebra a revogação do decreto lá no Amazonas.

O senhor sabe, como Deputado Estadual, detalhar quais as razões que levaram o Governador a revogar o decreto?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, houve um caos generalizado na minha cidade. Isso não foi objeto da CPI, mas foi público, não é? Então, com certeza, foi uma pressão popular muito forte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Naquele período?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Isso, com várias manifestações. Isso está relatado, inclusive, na imprensa nacional.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E isso levou à revogação do decreto?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Acredito que sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor diria que teve influência direta essa pressão do próprio Presidente da República e de outros partidários na revogação? Houve incentivo a essa mobilização?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, pela minha percepção – é importante deixar claro que eu sou falho, posso cometer erros –, o que observei naquele momento? Houve uma negação da necessidade de haver o *lockdown*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu tenho uma boa aproximação com donos de restaurantes. Vou citar este exemplo específico dos restaurantes. Eles se prepararam para uma demanda diferenciada, que era a demanda do final do ano. Existe um aumento nas vendas, enfim. Compraram produtos perecíveis para suportar aquela demanda. E, subitamente, houve a edição do decreto. Então, isso teve um prejuízo incalculável para eles. Citei esse exemplo específico, que é para o senhor entender o motivo da revolta. Onde foi a falha, a meu ver? No diálogo. A Assembleia não foi ouvida em nenhum momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixe eu lhe perguntar: o senhor tem conhecimento das razões técnicas da parte do Governo para a revogação desse decreto?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tenho conhecimento, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Governador não detalhou sobre isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Como eu lhe falei, a Assembleia não foi ouvida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor tem conhecimento se o Governador sofreu pressão de outras autoridades para a revogação do decreto?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não tenho conhecimento, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Bom, o senhor acompanhou, posteriormente, a revogação desse decreto. A Assembleia Legislativa não foi ouvida.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Em nenhum momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ninguém tem conhecimento das razões que levaram...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Em nenhum momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O fato é que, uma semana depois, o colapso maior se instaura, inclusive com o colapso no fornecimento de oxigênio.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, se V. Exa. me permitir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sim, é claro, eu vou lhe passar... Eu só queria acrescentar: na semana seguinte, o colapso se agrava, e aí passa a ser de conhecimento do Brasil todo o que ocorre no Amazonas. O senhor tem conhecimento de qual foi o apoio do Governo Federal naquele momento? Do que o Governo Federal deslocou para auxiliar os amazonenses?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - O conhecimento que eu tive foi do deslocamento, através de aeronaves, de oxigênio líquido de várias formas para o Estado do Amazonas.

Eu quero aqui aproveitar, Senador, se o senhor me permitir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois não!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... esta oportunidade para fazer um agradecimento, um agradecimento público a alguns artistas que se mobilizaram, tanto o Whindersson Nunes, quanto o Gustavo Lima, quanto o Paulo Gustavo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O Paulo Gustavo!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... para ajudar o Amazonas. Eu quero aqui, até em nome do Amazonas, fazer um agradecimento a todos eles, porque esse foi um gesto que realmente salvou muitas vidas. Foi uma tristeza muito grande nós termos a notícia da morte do Paulo Gustavo por Covid, depois desse gesto que ele fez para o nosso Estado.

Então, é realmente... Eu, como amazonense que acompanhei, visitei os hospitais, ouvi depoimentos, Senador, de médicos que me relataram que só tinha oxigênio para uma pessoa e tinham duas pessoas para serem atendidas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Deixe-me perguntar sobre isso.

A solidariedade desses artistas foi a primeira que chegou aos amazonenses?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Foi, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É importante registrar isso, Sr. Relator. Essa mobilização de Paulo Gustavo, de Whindersson Nunes e de vários outros artistas é a primeira, um dos primeiros atos de solidariedade que ocorrem. É o primeiro socorro de oxigênio que chega.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Pelo menos publicamente, Senador.

Eu não sei exatamente a data da chegada das cargas, não é? Publicamente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor tem conhecimento nesse momento, nesses primeiros momentos tem conhecimento de qual apoio foi prestado por parte do Governo Federal?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, o conhecimento que nós observamos enquanto Deputado Estadual foi nessa questão logística e do envio de oxigênio.

Eu quero aqui destacar que eu não tenho competência para avaliar se esse apoio foi suficiente, se veio no momento certo. Isso eu confio na condução de V. Exas. para averiguar. Mas foi só esse o apoio... Nós temos que resolver efetivamente o problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor acompanhou a ida para o Amazonas da Dra. Mayra Pinheiro e do Ministro Eduardo Pazuello naquela ocasião?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não acompanhei, Senador. Não acompanhei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor sabe informar quais foram as primeiras providências da Dra. Mayra Pinheiro...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ...naquele momento para prestar socorro para atender...?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tive acesso, Senador. Não tive acesso. Sou um Deputado independente, Senador. Não tenho relação com o Governo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Mas, como o senhor estava acompanhando todos os fatos...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O que eu sabia era pela imprensa. Eu, por ter posicionamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O que a imprensa tinha noticiado naquele momento?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Que o Governador anunciava que ele tinha tratativas com o Ministério da Saúde, mas nunca precisava quais tratativas, em que momento...

Senador, é muito complicado eu emitir opinião sobre isso, porque eu não tenho essa informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Assembleia acompanhou a aplicação do TrateCov, dos protocolos de tratamento com hidroxiclороquina no Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senador. Não acompanhou, não tivemos conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, o senhor ou a Assembleia tem conhecimento se teve isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tenho conhecimento, Senador.

Em nenhum momento foi discutido isso também na Assembleia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor tem conhecimento se a empresa White Martins alertou o Governo ainda em janeiro de que seria necessário contratar mais oxigênio ou contratar outro fornecedor?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, em setembro... Eu estou falando à luz daqueles acontecimentos.

Ou até - obrigado, Senador Eduardo - o senhor tem conhecimento de informações anteriores do alerta prestado pela empresa White Martins?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Então, Senador, eu até lhe agradeço a pergunta porque através desta CPI nós tivemos o conhecimento de que houve essa mensagem no período de julho, salvo engano, em que foi tratado... Nesse momento, Senador, não havia indícios de que seria necessário o abastecimento de oxigênio - no momento até setembro, não havia esses indícios. Havia um fluxo normal de oxigênio, não havia nenhum relato de nenhum profissional da saúde...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor não tem conhecimento, então, de que a White Martins...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu não tinha conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... desde junho, julho, setembro já alertava sobre iminente colapso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Em nenhum momento a Assembleia foi notificada disso. Não tinha conhecimento. Em nenhum momento a Assembleia foi notificada disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Na ocorrência do colapso, o senhor teve conhecimento do socorro prestado pelo Governo da Venezuela?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Tive conhecimento, Senador. Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Naquele momento, qual foi a importância?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, naquele momento, qualquer ajuda era bem-vinda. No momento de calamidade, no momento... Até lhe falei: eu fui a um hospital - faço questão de dar esse relato, que é para a população entender a crise que foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Conversei com médico, o médico me relatou – isso chorando, Senador! – que teve um momento em que ele teve que escolher entre dois pacientes, qual que ele iria abastecer de oxigênio: um paciente tinha cerca de 70 anos e outro paciente tinha 50. Ele escolheu o de 50, porque o outro era mais velho.

Então, ele me disse, em prantos, que ninguém é treinado para isso, ninguém está preparado para esse tipo de decisão. É uma decisão de guerra. Então, lamentavelmente... É por isso que eu, mesmo sendo convocado, mesmo, enfim, é uma alegria estar aqui com V. Exas., porque eu quero contribuir para que realmente isso não aconteça novamente, Deputado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixa eu lhe perguntar e V. Exa. me corrija se eu estiver errado: parece-me que V. Exa. encaminhou ofício a todos os Governadores da Federação em 10 de janeiro solicitando disponibilização de estoque de oxigênio em seus territórios.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Fiz tudo que foi possível, Senador, inclusive encaminhei para as embaixadas também, foi um ato de desespero realmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso ocorria, suponho que isso ocorria porque a disponibilização de oxigênio por parte do Governo Federal era insuficiente.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, nós tivemos uma crise de oxigênio que durou aproximadamente janeiro, a segunda metade de janeiro, até início de fevereiro. Havia, como eu lhe falei, há uma dificuldade logística muito grande no nosso Estado. Até para os próprios Municípios de onde – nós acompanhamos o Senador Eduardo Braga no nosso Estado, acompanhamos alguns Prefeitos do interior – eles tentaram comprar, aqueles Municípios que fazem fronteira com outros Estados, eles tentaram comprar oxigênio de outros Estados, e havia uma dificuldade muito grande, o Governo do Estado centralizou essa distribuição de oxigênio, inclusive confiscando dos Prefeitos, para que ele decidisse de que forma era melhor para distribuir esse oxigênio nas unidades de saúde. Então, imagine, Senador. É um momento sobre o qual faço questão de demonstrar minha indignação, porque eu, como Deputado Estadual, as pessoas me cobravam quando seus pais morriam, quando suas mães morriam, para eu fazer alguma coisa, eu estava numa situação de impotência realmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixa eu lhe perguntar uma coisa: nessa data de 10 de janeiro, quando o senhor encaminha ofício, quando o senhor, em uma atitude, que o senhor mesmo relata aqui, desesperada, o senhor – eu tenho percebido a força do que o senhor expressa aqui –, o senhor destaca que tomou uma atitude desesperada no dia 10 de janeiro, enviou ofício para todos os Governadores estaduais...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Até para as embaixadas também.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... para as embaixadas, para todo canto, para que os amazonenses fossem socorridos, para que fosse providenciado oxigênio. O senhor sabe detalhar quais as providências, naquele momento, que tinham sido tomadas pelo Governo Federal e pelo Governo estadual?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não tenho informação, Senador, pelo Governo Federal não tenho informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois é.

É importante, Sr. Relator e Sra. Presidente, só destacar que, só a partir dessa data, só a partir de depois do dia 10 de janeiro, é que o Governo Federal começou a contratar cinco grandes fornecedores: Air Products, Messer, IBG e Air Liquid, somente a 10 de... É importante essa coincidência de datas. Enquanto o Deputado Fausto encaminhava os ofícios... E eu imagino o caos instalado que se tinha no dia 10 de janeiro, eu imagino, eu não estava no Amazonas...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Foi amplamente noticiado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... mas eu imagino o drama que estava, as pessoas literalmente morrendo afogadas no seco com um colapso total de oxigênio, e o ato de V. Exa., embora seja um ato nobre, mas mostra, no meu sentir, no meu entender, a omissão que existia naquele momento por parte das autoridades federais e das autoridades estaduais, até aquele instante não tendo tomado as providências devidas para socorrer os amazonenses.

Eu lhe pergunto, ainda complementarmente: o Governo Federal chegou a admitir que o Ministério da Saúde sabia da iminente falta de oxigênio, em Manaus, com seis dias de antecedência. O senhor tem conhecimento de quando o Governo do Amazonas avisou o Governo Federal sobre o iminente colapso de oxigênio?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não tenho conhecimento, Senador, não tenho conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor tem conhecimento de quantos pacientes foram transportados de Manaus para outras unidades da Federação em virtude do desabastecimento de oxigênio? E aí eu lhe pergunto complementarmente: como foi realizada a transferência dessas pessoas? O senhor tem conhecimento de ter tido óbitos durante o transporte? Quantos óbitos?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, especificamente, sobre a quantidade de pessoas, eu não tenho essa informação. Eu soube que eles foram transportados de avião para outras unidades da Federação e que foi uma quantidade significativa naquele momento, uma vez que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havia total colapso do nosso sistema de saúde. Lamento, mas não tenho aqui em mão o número exato de quantos pacientes e quantos óbitos, se houve óbitos, não tenho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas o senhor sabe relatar como ocorreram os transportes, quais os cuidados que foram tomados?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Através da via aérea. Foi montado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - E tinha aeronaves bastantes? Teve apoio da Força Aérea Brasileira?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu acredito que sim, Senador, mas eu não tenho essa informação precisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Uma das hipóteses que esta Comissão Parlamentar de Inquérito investiga... É de conhecimento de todos que, a partir de Manaus, o surgimento da nova onda junta-se com o surgimento de uma nova variante, a partir do ocorrido no Amazonas.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Sim, perfeitamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Uma das hipóteses que investigamos é que o transporte em caráter emergencial, sem os cuidados necessários, pode ter transportado também a variante para outros cantos do País. O senhor sabe quais cuidados o Ministério da Saúde havia tomado nesses...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não. É como eu lhe falei, Senador, nós não temos a competência de fiscalizar as ações do Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Me permita aqui... Eu acho que é uma informação muito importante para o senhor trazer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. É que chamou a atenção de todos os membros desta CPI uma denúncia vinda do Vice-Governador do Amazonas. Em entrevista ao Painel, do jornal *Folha de S.Paulo*, o Vice-Governador Carlos Almeida Filho...

O senhor conhece?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... afirmou que o Estado adotou a estratégia da imunidade de rebanho, acreditando que a contaminação generalizada da população faria com que todos adquirissem anticorpos.

Disse o Sr. Vice-Governador:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[...] a estratégia foi mostrar alinhamento – abro e fecho parênteses – [com Jair Bolsonaro]. Uma coisa era clara, a política era de afirmar que se tinha uma imunidade de rebanho. O que acabou acontecendo foi um laboratório, a P1 [variante do coronavírus] encontrou ambiente adequado.

Falo isso já para concluir, Presidente Soraya: qual é a sua opinião sobre essa declaração do Vice-Governador? E essa declaração do Vice-Governador, na sua opinião, tem algum fundamento, tem algum lastro e necessitaria de um aprofundamento de investigações desta Comissão?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu classifico essa declaração dele como muito grave. Realmente, eu não tive conhecimento desse direcionamento, mas ele, enquanto coordenador de uma força-tarefa que avaliava...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele coordenava qual força-tarefa?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Uma força-tarefa que foi criada na primeira onda, que foi criada justamente para auxiliar a Secretaria de Saúde no combate à pandemia. Então, ele tinha muito conhecimento sobre as ações do Governo do Estado. Então, se ele tem essa informação, eu não tive, não chegou a nós.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu não sei, Sr. Relator, se nós tínhamos essa informação. Quer dizer, então, que o Vice-Governador era o coordenador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O Vice-Governador na primeira onda. Foi criada uma força-tarefa. Ele foi Secretário de Saúde, depois virou Chefe da Casa Civil e foi criada uma coordenação intersecretarias, porque tinha secretários de várias pastas, para auxiliar de forma técnica...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, ele, como coordenador, mesmo ex-coordenador, mas na qualidade de coordenador de uma força-tarefa de enfrentamento à pandemia teria autoridade para fazer uma declaração desse tipo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu... É preciso ser averiguado. Eu não tive conhecimento. Foi uma declaração recente dele. Ele precisa provar, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Duas últimas perguntas, já para concluir, sobre a ação de improbidade administrativa movida, que está em investigação, que também investiga a Dra. Mayra Pinheiro e também o Governo do Estado do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazonas. A CPI da qual o senhor foi Relator chegou a investigar... A CPI foi anterior, não é, ao colapso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Anterior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas o senhor ou alguém da Assembleia Legislativa, posteriormente, teve o conhecimento - eu reitero essa pergunta - da difusão do chamado tratamento precoce no Amazonas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - O problema no Amazonas era haver tratamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ah, porque não tinha? Não tinha nenhuma forma de...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Esse era o problema que nós tentamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pela sua informação, então, o problema do Amazonas é que não tinha nenhuma forma de enfrentamento à pandemia.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Exatamente. Ou precário, de forma precária.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente.

Na Assembleia Legislativa, o senhor teve alguma informação de que o Ministério da Saúde teria pressionado funcionários a receitar remédios do chamado tratamento precoce?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não tenho conhecimento disso, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente. Eu queria lhe agradecer, Deputado Fausto, e eu já concluo, Senadora Soraya e Sr. Relator.

Para destacar, eu considero muito importante a informação... Embora o senhor não possa falar pelo Vice-Governador, talvez seja importante esta Comissão Parlamentar de Inquérito ouvir o Vice-Governador do Amazonas. O senhor traz uma informação importante: o Vice-Governador do Amazonas foi chefe da força-tarefa de enfrentamento à pandemia, durante a primeira onda. E é um chefe da força-tarefa de enfrentamento à pandemia que faz uma declaração de que ocorreu uma estratégia deliberada



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela imunidade de rebanho lá no Amazonas. É um chefe de uma força-tarefa de combate à pandemia. E diz mais: que essa estratégia foi adotada para demonstrar, por parte do Governador do Amazonas, relação de proximidade com o Presidente Jair Bolsonaro. Eu creio que essa informação aumenta o tom da necessidade talvez de ouvirmos aqui o Sr. Vice-Governador do Estado do Amazonas.

Por fim, Sr. Relator e Senadora Soraya, Sra. Presidente, o que me parece, com as suas informações aqui, com tudo o que já vimos do Amazonas, é que ocorreu uma omissão em cadeia, uma série de ações coordenadas para o agravamento da pandemia, da parte do Governo Federal, combinado com o Governo do Amazonas. A cada informação que recebemos de lá, me parece que isso fica cada vez mais claro, fica cada vez mais patente.

Muito obrigado, Presidente Soraya. Muito obrigado, Deputado Fausto.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu agradeço, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Senador Randolfê, eu vou devolver a Presidência agora para o Senador Omar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Ele está ali. Já retornou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ah, pensei que era para mim, porque, para mim, eu declinaria para ficar sempre com a senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Agradeço.

Não teríamos óbice de novo no STF para ouvir o Vice-Governador? Não seria a mesma situação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É. Essa é uma circunstância, realmente, a ser avaliada - a ser avaliada -, embora o *status* do Vice-Governador não seja o mesmo do Governador do Estado. Mas isso, de fato, é uma circunstância a ser avaliada e analisada por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Muito bem.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) - Obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, todos os brasileiros e brasileiras acompanharam o sofrimento do povo do Amazonas, que foi o epicentro da pandemia no Brasil em dois momentos distintos: no começo da pandemia e no começo da segunda onda. Assim como em todas as cidades onde a orientação do Governo seguiu a orientação do Governo central, ou seja, do Presidente da República, que defendeu que a pandemia era uma gripezinha, que foi contra o uso de máscaras, que foi contra o isolamento social, em todas essas cidades, houve, de fato, um crescimento grande do número de pessoas infectadas, e, obviamente, quanto maior o número de pessoas infectadas, maior a mortalidade, porque a doença tem uma taxa de letalidade específica. Isso são afirmações diante do que a gente já ouviu aqui, ao longo da CPI.

Nós também verificamos que, nesse período em que houve esse início de segunda onda e entre a primeira e a segunda onda, defendeu-se, em todo o Brasil, o uso da cloroquina, que fazia sentido no mês de março de 2020, quando não havia estudos que descartassem a sua eficácia ou que questionassem a sua eficácia. A partir de maio, os estudos e as publicações sobre a eficácia da cloroquina... Ela foi questionada, mas em alguns lugares, ou melhor, em todos os lugares onde o Presidente tinha influência política e seguidores, o uso da cloroquina foi adotado como praticamente a única medida de controle sanitário.

A primeira pergunta que eu faço a V. Exa., Deputado, é: além do uso da cloroquina, que outras medidas foram adotadas no Estado do Amazonas para controlar a expansão da pandemia?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Obrigado, Senador, pela pergunta.

Eu vejo que a principal medida foi o envio de recursos para o Governo do Estado. O Governo do Estado tinha autonomia nas ações de enfrentamento à pandemia, e foi exatamente isso que a CPI investigou na primeira onda.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Obrigado.

Então, o senhor está dizendo que não houve nenhuma outra ação ou medida fora o envio de recursos do Governo Federal ao Estado do Amazonas. Portanto, fica claro aqui que o Governo do Amazonas seguiu à risca o que o Governo Federal propôs, que era largar os brasileiros à própria sorte para contraírem o vírus e adquirirem naturalmente a imunidade com pessoas doentes e, portanto, com uma taxa de letalidade, que a gente já sabia, que corresponde a um número elevado por conta do contágio. Então, fica clara essa questão, reafirma tudo aquilo que a gente já sabia.

Segunda questão é: durante a segunda onda que aconteceu em Manaus, em que V. Exa. dirigia e era Relator de uma CPI, deve ter ouvido falar da presença da Dra. Mayra Pinheiro, que era do Ministério



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Saúde e que esteve em Manaus. Que papel ela desenvolveu e desempenhou no Estado, na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, durante a segunda onda ou início da segunda onda?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, naquele momento, nós tínhamos conhecimento de que o Ministério da Saúde e diversas pessoas que ocupavam cargos no Ministério da Saúde estavam acompanhando a situação de Manaus, mas a esse detalhe da função que cada um estava desempenhando a Assembleia Legislativa não teve acesso em nenhum momento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ou seja, estavam acompanhando os doentes, estavam acompanhando a população?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A situação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A situação.

A Dra. Mayra esteve aqui e disse que não tinha visitado nenhum estabelecimento. E os vídeos mostraram uma outra versão. Foi mostrado aqui o próprio Governador dizendo que ela visitou várias unidades e que ela foi lá para apresentar o tratamento precoce.

Engraçado que, enquanto Manaus vira um centro de testagem de medicamentos ineficazes, enquanto a população de Manaus é submetida ao uso do medicamento de comprovada ineficácia para prevenir e tratar uma determinada doença... Isso aconteceu, porque a equipe do ministério foi para lá, e tudo indica que, nos primeiros dias da presença do Ministro, da Secretária, o estímulo era o uso da cloroquina. Isso me parece uma testagem terapêutica em massa em seres humanos, ou seja, colocar uma população, ou a população de uma cidade, submetida a um medicamento de ineficácia comprovada para tentar conter um pico ou uma elevação do número de casos de infectados.

A outra questão é que, ao mesmo tempo em que se fazia isso, a gente ouviu aqui que várias mensagens foram encaminhadas para Manaus – e o Senador Randolfe Rodrigues já apresentou aqui, mas nunca é demais a gente reforçar, o fato de o Eduardo Bolsonaro, de o Osmar Terra, de a Carla Zambelli terem ido a Manaus e dito que estavam felizes, porque a cidade estava resistindo à ação de isolamento social. Foi uma cidade que não fez isolamento social. Se não fez isolamento social e não cuidou, o que foi que aconteceu no final do ano? Nós passamos a ter uma grande quantidade de pessoas contaminadas, uma quantidade de pessoas tão grande, que o consumo de oxigênio multiplicou por nove vezes – nove vezes. Prestem atenção no que eu estou dizendo. Essa é uma ação que por si já é criminosa.

E eu pergunto a V. Exa.: a CPI não avaliou essas questões? Como que uma cidade, como que um Estado vira epicentro de uma pandemia? Como que uma cidade que recebe essa quantidade de recursos tem uma quantidade de mortes, que é uma das maiores do Brasil, proporcionalmente, *per capita*? Essa questão não foi objeto da CPI?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Porque a CPI foi concluída no período anterior à ocorrência desses fatos, Senador. A CPI...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Da primeira onda?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - É. Não. A CPI... Tudo isso foi objeto da CPI. V. Exa. está perguntando da segunda onda? Me perdoe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Estou falando sobre a pandemia.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, porque V. Exa. falou da falta de oxigênio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Quando houve a falta de oxigênio?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Foi na segunda. Por isso que eu me confundi. Perdão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Diante de todos os fatos que aconteceram, a pandemia não foi objeto, as mortes não foram objeto dessa CPI?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Claro que foi, Senador. Tanto é, que nós investigamos o hospital de campanha, a compra de respiradores, todos os fatos, todas as ações do Governo do Estado em relação à pandemia.

O nascimento dessa CPI, na verdade, foi para investigar a pandemia. Ela se expandiu no seu teor porque, em debates na Assembleia Legislativa, nós chegamos à conclusão de que o problema não era só a pandemia, mas sim um sistema de saúde que já vinha de uma fragilidade em mandatos anteriores e que precisava também ser investigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Mas, veja só, essa desculpa de mandatos anteriores é sempre uma desculpa muito boa, mas aqui foi dito que o Governo do Estado do Amazonas teve muito recurso e foi o primeiro Estado a ter a primeira onda da pandemia. Portanto, ele teve, além de muito recurso, tempo pra se estruturar para uma segunda onda. Também foi dito aqui que o hospital que tem o nome da mãe do Presidente...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Delphina Aziz.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... Delphina Aziz, tinha quantos leitos desocupados?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, o hospital tem seis andares. Só pra ficar bem claro, apenas três andares estavam ocupados.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Ou seja, metade dele estava desocupado. E, mesmo assim, foi criado um hospital de campanha...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... com uma estrutura pronta, hospitalar, que poderia abrigar todos esses leitos. Quem tomou essa decisão?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - O Governo do Estado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - O Governo ou o Governador do Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, a Secretaria de Estado de Saúde, o Governo como um todo. Não tenho a informação exatamente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - O Governo, o Governador... Uma decisão dessa não se toma sem a posição do Governador. O senhor me desculpe.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, eu concordo com V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Então, o Governador do Estado tomou essa decisão.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Tomou a decisão de montar um hospital de campanha, com metade de um grande hospital desocupado. E foi pra este hospital de campanha que foi canalizada parte dos recursos e, além disso, pelo que eu já ouvi aqui, pra outro hospital, o Nilton Lins, pra onde também foram canalizados recursos e onde houve grande parte dos desvios.

Essas questões não podem ter sido decididas sem a autorização do Governador, porque, veja, pra você fazer um contrato dessa natureza, dessa magnitude, com esse Nilton Lins, precisa da autorização do Governador. Eu fui secretário de Estado. Jamais faria e teria autonomia pra tomar uma decisão dessas, no meio de uma pandemia, sem a autorização do meu Governador. Jamais deixaria um hospital com metade da sua capacidade instalada sem ser utilizado e contratado um terceiro sem autorização do meu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador. E jamais teria pago qualquer valor por indenização, a não ser em casos extremamente restritos de impossibilidade, como regra, por indenização.

Portanto, Deputado, eu quero dizer a V. Exa. que esse Governador recebeu o Presidente da República lá, é aliado do Presidente Jair Messias Bolsonaro – aliado do Presidente Jair Messias Bolsonaro –, seguiu a cartilha do Presidente Jair Messias Bolsonaro, largou o povo à própria sorte e fez do Amazonas e de Manaus uma verdadeira, uma verdadeira – eu vou usar um termo, pra ser menos deselegante –, uma verdadeira esculhambação, do ponto de vista administrativo e do ponto de vista gerencial.

E V. Exa. – e agora eu concludo, Sr. Presidente – é Relator de uma CPI com todas essas evidências e não coloca o Governador como investigado! Isso é impossível de ser compreendido, entendido, sabe por quê? Porque, por conta não só dessa esculhambação gerencial – eu estou chamando de esculhambação porque é uma esculhambação –, essa bagunça, essa balbúrdia, essa desordem que favorecia na desordem aos larâpios, aos larâpios, além disso, tinha um erro de ordem sanitária – e aqui eu estou falando como médico sanitarista –, de não ter adotado medidas nenhuma de uso de máscara, de isolamento social; quando o fez, fez no limite e, quando o fez, voltou atrás, porque não teve coragem, e isso levou milhares de irmãos de V. Exa. e irmãs à morte. Isso levou o Estado do Amazonas a passar para o Brasil a imagem mais dura dessa pandemia: a dureza da morte coletiva. Parecia que a cidade estava inteiramente morrendo.

E eu chego à conclusão aqui, diante de tudo que foi dito, que tinha um Governador, um Governador que foi conivente, um Governador que seguiu as orientações do Presidente da República, que deixou que a bagunça acontecesse, pra que alguém se beneficiasse, e, infelizmente, V. Exa. preside, relata uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e não indícia o Governador do Estado.

Então, eu quero dizer a V. Exa... E não precisa de nenhuma resposta, porque V. Exa. já disse que não o indiciou. Agora, aqui eu já fiz as perguntas que eu queria fazer a V. Exa. E o que eu estou dizendo aqui é que é uma decepção para o Estado do Amazonas políticos que preferem proteger o poder do que ficar do lado do povo.

Eu estou com a palavra, Deputado. Eu ouvi, perguntei a V. Exa., V. Exa. me deu as respostas e eu estou apresentando minha conclusão.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. não me deixa fazer o debate.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – V. Exa. é testemunha, portanto... V. Exa. aqui é testemunha, V. Exa. não está na tribuna da Assembleia Legislativa, num debate. É importante que V. Exa. saiba disso. V. Exa. tem que entender esta questão: V. Exa. está aqui na condição de testemunha, não está na condição de debatedor. Eu fiz algumas perguntas a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa., V. Exa. me respondeu educadamente, e eu estou aqui exercendo a minha condição de Parlamentar. Pronto.

Então, na minha condição de Parlamentar, eu estou aqui dizendo que V. Exa., como Relator, foi negligente ao não apresentar ou, pelo menos... Não seria, se V. Exa. tivesse botado no relatório e fosse derrotado na Assembleia Legislativa, mas, no relatório de V. Exa., não apareceu o Governador como possível indiciado ou investigado pela CPI. E ele foi o cabeça e o responsável pelas mortes e pelo que aconteceu no Estado do Amazonas, um Estado muito importante para o Brasil.

É muito debatido aqui que todos os dias tem alguém querendo tirar a condição de Zona Franca.

O que nós vimos lá foi muito ruim para a imagem do Estado do Amazonas e foi muito ruim para a população do Amazonas. Eu sinto muito que alguns políticos do Estado do Amazonas não tenham amor por aquele Estado e pelo povo do Estado do Amazonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Antes de passar a palavra ao Senador Izalci...

Senador Izalci, eu fiz algumas perguntas ao Deputado, e ele negou aqui, ele disse que não tinha conhecimento.

Eu queria que você colocasse, de novo, aqueles dois terrenos na Rua Careiro da Várzea, porque ele diz...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Não. Os terrenos, os terrenos. Aquela foto que tem os terrenos. *(Pausa.)*

Desses dois terrenos que estão em amarelo, o lote 297 e o lote 312, o senhor não tem conhecimento?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Senador, não vou comentar coisas pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não. V. Exa. aqui está como testemunha.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Testemunha do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Isso é questão pessoal? Não! O senhor disse para mim...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Testemunha do relatório.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tá bom. Só um minutinho: o senhor disse na primeira vez, e está gravado aí...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não tenho conhecimento. Reafirmo a minha afirmação, mas eu não vou comentar questões pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tá bom. Então coloque aí o lote 297. Vejam no nome de quem. Para vocês verem como é que se pega uma pessoa que comete perjúrio aqui. *(Pausa.)*

Coloca, aí, no nome de quem está o terreno! *(Pausa.)*

Dá para ampliar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Yara Amazônia Lins...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... Rodrigues dos Santos. O senhor sabe quem é Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu não vou comentar coisa pessoal aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor não vai comentar.

O senhor não conhece essa senhora?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só estou perguntando se o senhor conhece ou não. Não conhece? Está bom.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - V. Exa. desrespeita uma pessoa que está ausente. V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... está acostumado a atacar as mulheres agora, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não estou. Não estou atacando, não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Está acostumado a atacar as mulheres.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não estou, não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A minha mãe está ausente, Senador. Qual o crime? Esse terreno...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não. V. Exa...

Não estou atacando sua mãe, longe de mim.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - V. Exa. está...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu só estou querendo provar por que que ele não indiciou o Governador.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - E qual a relação que tem um terreno que está no nome de uma pessoa e o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Propriedades e mais propriedades...

V. Exa...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Se V. Exa. provar que o terreno foi comprado por alguém do Governo, é uma coisa, mas o fato de a minha mãe ter um terreno não quer dizer que o relatório...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor conhece, então. Eu não vou perguntar mais da sua mãe, o terreno está no nome dela.

O senhor conhece Teresa Cristina Baima Rabelo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não vou comentar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não... Não é sua mãe, não é sua mãe!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, só me diga, o senhor conhece Teresa Cristina Baima Rabelo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, então, bote o microfone! Pode ligar, filho.

Sim ou não? Não é sua mãe; ela não é... É parente sua a Teresa? Se for parente, eu não pergunto. Teresa Cristina Baima Rabelo é sua parente?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, eu me recuso a ser atacado...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não o estou atacando.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... na minha idoneidade. Está me atacando, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você disse que eu o estava ameaçando; eu não o estou ameaçando.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Está expondo, está expondo coisas pessoais. Eu vim aqui para contribuir, na condição de testemunha, sobre o relatório da CPI. V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, o senhor não está aqui, o senhor não...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... que foi investigado pelo meu relatório, V. Exa. e sua família são acusados de desviar 260 milhões da saúde...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, e nós estamos respondendo, nós estamos respondendo...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - E, por isso, V. Exa. está me atacando. Fale a verdade, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... nós estamos respondendo!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Fale a verdade, Senador! V. Exa. não tem moral...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espere, aí! V. Exa. não pode falar assim. Eu estou deixando V. Exa. falar para você não dizer, ou os seus advogados dizerem que eu o estou ameaçando.

Eu e a minha família - o Brasil todo sabe -, nós respondemos a um processo. Até hoje, nós não fomos denunciados em processo nenhum. Até hoje, não foi provado absolutamente nada; pelo contrário, o juiz que fez a operação foi retirado, não era da alçada dele. E mais: eu não tenho absolutamente nenhuma condenação na minha vida.

Eu estou lhe fazendo uma pergunta aqui, porque eu quero... E vou lhe dizer que nós vamos achar. O senhor pode falar o que quiser de mim, não tem problema. O senhor diga que eu não tenho moral, que eu não tenho isso... Agora, me responda às perguntas. Pode dizer: "Omar, você não tem moral para me acusar". Eu não o estou acusando; eu estou lhe perguntando. Não há acusação nenhuma. Eu estou perguntando para V. Exa. se o senhor conhece Teresa Raquel Rodrigues Baima Rabelo. Pode me acusar!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mais uma vez, o meu microfone estava desligado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, pode me acusar.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senador, eu não vou falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deputado, V. Exa. pode me acusar...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. quer desvirtuar um depoimento importante para a saúde do Estado do Amazonas. Nós fizemos um trabalho que foi elogiado, um trabalho que serviu de base de três operações da Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O povo no Amazonas...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... e V. Exa. quer voltar para a minha vida pessoal, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, tá... Agora, eu vou, eu vou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O senhor conhece... Veja bem, eu estou lhe dando nomes, porque o senhor está dizendo que não quer responder, Elyude Nascimento Carneiro.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não conheço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sabe quem é? Não sabe quem é?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu não vou responder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está bom. Então, está bom.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... questões de cunho...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está bom, Deputado. V. Exa. pode me acusar do que quiser, de tudo. Pode dizer que eu desviei recurso, pode falar o que você quiser. O povo do Amazonas me conhece bem.

Pode dizer que eu desviei recurso, pode falar o que você quiser. O povo do Amazonas me conhece bem.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR *(Fora do microfone.)* – Conhece...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Conhece, conhece, conhece. Agora, V. Exa. cometeu perjúrio aqui. Eu não vou tomar nenhuma atitude contra V. Exa. - eu não vou tomar -; eu vou mostrar à população do Amazonas por que realmente V. Exa. não indiciou o Governador.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Isso é um prejulgamento mais uma vez, Senador. Mais um prejulgamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, V. Exa. é que está me prejulgando.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quando me acusa.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) - Já me condenou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, de jeito nenhum. Longe de mim.

Eu vou pedir... Veja bem, Senador Renan Calheiros...

Agora pode tirar o microfone.

Senador Renan Calheiros, eu lhe peço encarecidamente, porque é estranho, é muito estranho que uma pessoa, em vez de responder às perguntas, venha aqui me acusar. Eu não estou respondendo processo, não tem nenhuma denúncia contra mim, absolutamente nenhuma, Senador Renan Calheiros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nem fui preso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu fui preso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) - Não, ninguém foi preso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não... Sim, foi. As pessoas da minha família foram...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... falar a verdade aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Deputado, por favor, mas é fundamental que nós mantenhamos esse depoimento em um nível satisfatório.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) - Eu peço, Senador, mas estou sendo duramente atacado, e não está sendo discutido o relatório.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não. Eu não estou atacando V. Exa.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não está sendo discutido o relatório em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não, Deputado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sabe o que é, Deputado? V. Exa. chegou aqui: "Olha, estou sendo ameaçado. Olha não sei o quê"... Bota na... Ninguém vai...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - V. Exa. falou que vai ter nego que vai sair preso. Se isso não for uma ameaça, Senador, eu não sei o que é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Bom, você fez aqui inúmeras ofensas, e eu não lhe ofendi em nada.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu não lhe ofendi também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor me ofendeu, mas tudo bem.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Onde que lhe ofendi?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu quero só dizer uma coisa: tem esses nomes aqui. Naqueles dois terrenos, quem permite, em nome da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Ela está ausente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ela está ausente - ela está ausente. Eu estou afirmando que quem pretende e quem pode... Dentro desse condomínio, alguém tem que ser responsável pela entrada de homens para trabalhar e de materiais de construção. E não pode entrar sem autorização. Quem está autorizando é a Sra. Heliú de Nascimento Carneiro, em nome da Conselheira Yara Lins. Ela já tem uma casa lá e está construindo mais duas, uma em frente à outra.

Isso são sinais exteriores de riqueza pelo salário que ela tem, se for verdade o que eu estou lhe dizendo. Se não, V. Exa. depois me processa. Caso o senhor esteja aqui faltando com a verdade, V. Exa. depois também vai responder, está certo?

Então, eu estou...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) - V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Ela recebe o mesmo salário que minha mãe, que tem duas casas lá também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Deputado. Não, Deputado. Deixe-me dizer uma coisa pra V. Exa.: quando eu me mudei pra lá, foi em 1999, fui o primeiro morador de lá. Então, já faz 21 anos, Deputado, não foi ontem, não; não foi quando eu assumi um cargo de Governador. Antes de eu ser Governador já tinha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente Omar... Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Marcos Rogério. Só um minutinho.

Então, eu não vou tomar nenhuma atitude por perjúrio. Poderia tomá-la aqui, Senador Marcos Rogério; não tomarei para que não digam que eu estou aqui sendo autoritário. Já não o fiz antes, você é testemunha, Senador; desculpe, V. Exa. é testemunha, mas é fácil pegar alguém que comete perjúrio. E a única coisa que eu perguntei... Não acusei de nada, eu perguntei se ele conhecia fulana de tal, sicrana, sem acusação nenhuma. Se negou a responder como testemunha nesta CPI, Senador Renan, se negou. Então...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, aparentemente, V. Exa. pode dizer isso que não tem nada a ver.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) – V. Exa. é que quer que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aparentemente pode parecer que não tem nada a ver.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) – V. Exa. quer inventar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não estou inventando; não estou inventando. Eu estou inventando os terrenos?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Não, V. Exa. tem toda a relação desse condomínio. Não existe isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Rá-rá-rá. Aqui só tem besta, sabe? Deputado Fausto Souza, ninguém aqui é leso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) - Fausto Souza já não é mais Deputado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Fausto Junior, V. Exa. não sabia onde o seu pai trabalhava.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) - Não, não disse isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor disse: "Eu não sei, não sei, não sei". O senhor aqui...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) - Está registrado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está, está registrado.

Está registrado também que, na primeira vez em que eu perguntei sobre os dois terrenos, V. Exa. disse que não tinha conhecimento. Bem, um dos terrenos está no nome da sua genitora. O senhor podia dizer: "Não, esse terreno não é meu, é da minha mãe". Mas o senhor se negou a dizer.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) - Mas eu não tinha o conhecimento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois é, o senhor não tem conhecimento. É impressionante que ele não tenha conhecimento: mora com a mãe, ele mora com a mãe, não tem conhecimento de que a mãe está construindo uma casa, mas acha que pode vir aqui dar aula de conhecimento de relatoria!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) - E V. Exa. acha que pode...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu posso sim. Aqui eu posso!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) - ... se fosse corrupto, o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você... Você... Não, eu não lhe estou acusando de corrupto, não. Não lhe estou acusando de corrupto. Eu estou falando que nós vamos investigar a fundo.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Pode ligar o microfone, por favor? Eu vou falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu vou passar a palavra ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.)
- Presidente, primeiro eu quero esclarecer aqui. Eu recebi muitas mensagens aqui questionando a questão da prorrogação da CPI e eu quero dizer que isso é muito normal. Eu acho que, em todas de que participei - participei pelo menos de cinco CPIs -, todas foram prorrogadas. E, neste caso específico, nós temos aí uma questão que eu venho cobrando desde a primeira reunião, que é exatamente a questão dos Estados.

Presidente, nós aprovamos, o Congresso Nacional - e eu, evidentemente, orientei a votação no sentido de aprovação - 20 bilhões. Aliás, fui eu que cobre do Ministro Paulo Guedes numa reunião da Comissão do Covid, e, na sequência, ele anunciou 20 bilhões para a compra de vacina. Mas não basta comprar a vacina, o que nós precisamos neste País - e temos os melhores pesquisadores aqui nesta terra - é de dominar a tecnologia, é de você ter a capacidade de produzir a vacina, independentemente de insumos importados.

Então, eu sou Presidente da Frente Parlamentar de Ciência e Tecnologia e sempre cobre isso. Fiquei alegre aqui, feliz, quando alguns Parlamentares, e com muita razão de colocar recursos, inclusive na LDO e também na LOA para a questão da vacina... Nós já temos vacina: a universidade de Minas, de São Paulo, sem falar no Butantan e na Fiocruz, porque já têm a tecnologia, a transferência de tecnologia, mas a vacina nacional. Estava previsto no orçamento, foi cortado, e nós aprovamos agora o PLN liberando 411 milhões somente para iniciar os testes dessas vacinas de produção nacional. Eu fui o Relator inclusive, agora na semana passada, da lei que permite a fabricação de vacina nas estruturas industriais de produção de vacina animal, e que nós poderemos, nos próximos meses... A expectativa é de que, em 90 dias, a gente possa produzir, inclusive com IFA nacional, mais de 400 milhões de vacina.

Então, o que nós precisamos - e eu venho batendo nessa tecla há 17 anos, não é? - é de investir em ciência, tecnologia e inovação. O orçamento do ministério é uma merreca. Comparado com 15 anos atrás, é menor do que 15 anos atrás. Nós, agora, com muito custo, aprovamos um projeto de minha autoria, que é o do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E o Governo ainda não repôs, mas nós vamos cobrar agora, no próximo PLN, a complementação do recurso, porque, agora, é obrigatório, não pode ser contingenciado.

Então, fico feliz e espero poder, de fato, receber dos Parlamentares emendas - e eu, com certeza, farei isso também -, para o domínio, até porque uma das coisas que eu gostaria de perguntar... Aí V. Exa., Sr. Presidente, que é de Manaus, pode até nos ajudar. Eu tenho informações de que aqui, no DF, em mais de 50% dos infectados hoje, há exatamente a mesma cepa de Manaus. Pelo que eu sei, pelo que acompanhei, não houve nenhum acompanhamento... E nós tínhamos de receber mesmo, como todos os Estados receberam, como grande parte dos Estados recebeu, a população que estava infectada e não tinha condições de ser atendida em Manaus. Nós a recebemos aqui no DF e em vários Estados do Brasil, mas não sei se houve acompanhamento. Hoje, há aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós precisamos não é comprar vacina, mas dominar a vacina e produzi-la de acordo com a variação. Vai haver muitas variações aí, como agora a da Índia e outras mais.

O que eu quero dizer é o seguinte: nunca se repassou tanto recurso para Estados e Municípios como agora. Só o DF recebeu quase R\$3 bilhões, mais do que arrecadaria se fosse em estado normal. Então, é natural, é óbvio que nós temos que acompanhar esses recursos. E aqui no DF houve um escândalo. Eu vi uma nota agora da Precisa, que assinou o contrato; da Precisa! Eu disse aqui, mas quero reforçar, porque eu acho que as pessoas não entenderam. O que aconteceu no DF quanto à Precisa, que é essa empresa que assinou o contrato da Covaxin, a Precisa - Comercialização de Medicamentos Ltda. Aqui, no DF, o que aconteceu? Houve uma dispensa de licitação para a compra de 150 mil testes. Essa empresa Precisa, Sr. Relator, simplesmente, perdeu o prazo. Mas o Sr. Francisco fez questão de colocar fora do prazo a proposta dela. Qual o valor? Era de R\$139,90. E estava já participando da licitação, em primeiro lugar, uma de R\$73, mas foi excluída. Eram R\$139,90, e o primeiro lugar eram R\$73. Mas, mais grave do que isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É quase o mesmo valor do antecipado que ela receberia sem constar no contrato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - E mais: o Sesc, por acaso, lançou aqui um pregão eletrônico desse mesmo teste. Ele comprou a R\$18 - R\$18 -, ou seja, dez vezes menos do que o da Luna Park, que é outra empresa que vendeu também outro lote a R\$180.

Mas muito mais grave do que isso é que o edital e a licitação previam a entrega dos testes MedTeste. Mais grave do que isso, entregaram outro produto chamado Livzon, que a Dinamarca, a Argentina e a própria Índia recolheram, porque é de péssima qualidade. Na Argentina, de 1,2 mil testes, só oito deram positivo. Então, a população do DF foi testada com produto de baixíssima qualidade, que custou dez vezes mais do que o produto que foi vendido. Só que, no Sesc, eles entregaram a marca correta.

Então, essa é a Precisa! Inclusive, essa outra empresa que aparece nos jornais de hoje também deu cobertura para as licitações do DF. Então, eu não vou abrir mão de saber exatamente o que é que está acontecendo aqui no DF, porque o *modus operandi* é o mesmo, são as mesmas empresas.

Até perguntaria: tem alguma empresa de Manaus nessa CPI que foi feita que teria participado de licitação fora de Manaus, aqui no DF ou em outro Estado? Tem conhecimento disso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Não tenho conhecimento, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque parece que o *modus operandi* é o mesmo.

Mas, então, por que a prorrogação da CPI? Exatamente por isso. O Girão, o Senador Girão apresentou inclusive o requerimento de CPI exatamente para apurar o que está ocorrendo nos Estados e Municípios. Então, é importante a gente poder realmente – e agora está claro o que está acontecendo em Manaus, o que aconteceu em Manaus, o que aconteceu aqui no Distrito Federal – de fato, apurar esses desvios, porque foi muito recurso.

Estou falando na Precisa aqui; tem várias outras que nós vamos chamar aqui. Espero que a gente consiga aprovar o requerimento. Vai ser amanhã. Eu vim inclusive hoje, mais cedo, para reforçar o pedido de que a gente aprove realmente os requerimentos para gente desvendar isso.

Então, esse foi o principal motivo da assinatura da prorrogação, o que é normal. Eu participei de todas e sempre foram dessa forma.

E, Presidente, eu quero aqui aproveitar mais uma oportunidade para as pessoas entenderem isso.

Ontem mesmo fiz uma reunião com 16 institutos de pesquisa, que não têm recursos inclusive para pagar energia. Nós temos aqui um instituto que cuida das informações, que tem o maior computador do Brasil, que guarda tudo, e não tem dinheiro para pagar energia, por falta de orçamento. Então, que bom que aqui hoje alguns Parlamentares já reconhecem a importância de investir em ciência, tecnologia e inovação! Nós temos, talvez, os melhores pesquisadores do mundo nessa área. Já poderíamos ter dominado isso há muito tempo, se tivéssemos recursos no orçamento. Então, eu quero reforçar isso para que a gente possa...

Agora vou fazer parte da Comissão Mista do Orçamento; já me inscrevi como Líder do PSDB, para que a gente possa fortalecer o orçamento disso, porque o problema é que não basta ficar comprando vacina. Muita gente gosta de comprar medicamento, comprar vacina, comprar equipamentos, sendo que o Brasil tem todas as condições de produzir aqui. Então, nós vamos reforçar isso na Comissão.

Era isso, Presidente. Esse era o motivo... Espero que a gente possa realmente apurar tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Eu vou passar para o Senador Telmário Mota, que está bem antes de V. Exa. Ele se inscreveu cedo.

Senador Telmário, eu vou deixar o Líder Fernando Bezerra para depois de V. Exa., porque V. Exa. se inscreveu faz tempo.

Com a palavra o Senador Telmário.

Senador Telmário, ligue o som.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Quero cumprimentá-lo, cumprimentar todos, o Senador Renan, Relator, todos os demais Senadores e Senadoras que participaram e a população presente.

V. Exa., quando sair desta CPI, V. Exa. está totalmente isento. O que eu vi hoje foi uma verdadeira disputa política. Acho que o Senador Renan... Imagina, o Renan chegou a um ponto político a que poucos políticos vão chegar. O homem já foi de tudo, Ministro, acumulou uma experiência enorme. Então, esta CPI, que poderia realmente trazer informações importantes para a gente combater erros, corrupções e chegar a sugestões, a gente vê que ela está desviando do foco.

Existe uma disputa nacional, que as pessoas utilizam nacionalmente, e também paroquial. E hoje eu vi uma disputa política no Estado do Amazonas a toda prova, à flor da pele – à flor da pele.

Olha só, eu queria falar aqui com o Deputado Fausto. Deputado Fausto, V. Exa. – vou falar V. Exa. porque V. Exa. é um Parlamentar –, V. Exa. é um Parlamentar eu acho que de primeiro mandato, eu acredito que V. Exa. entrou nesta CPI com todas as boas intenções, mas V. Exa. tem sido aí manobra, um instrumento político nacional e estadual. Olha só, a CPI de que V. Sa. foi Relator ia abranger um período de 2011 a 2020. Portanto, ela ia pegar o Governo do Senador Omar, do Senador José Melo, do Senador Davi, do Amazonino... Senador não, Governador, Governador Omar, na época, Governador Melo, Governador Davi Almeida, Amazonino Mendes e também do Governador Wilson Lima, ou seja, esse período pegava esses governos todos, mas ela só centrou o serviço dela em cima do Governador Wilson e do Governador Davi Almeida. De cara, essa CPI perdeu a sua função, de cara ela foi uma CPI seletiva, já de pronto ela foi uma CPI seletiva. Além da gestão, olha só, então já demonstra isso, olha aí, isso já demonstra que ela já fugiu da sua função e foi extremamente seletiva, não pegou todo mundo, fez uma seleção. E, quando você faz uma auditoria, porque uma CPI é uma auditoria, seletiva, ela já deixa de perder sua principal objetividade. Eu digo isso porque eu implantei um controle externo no Tribunal de Contas e fui auditor de uma instituição financeira por oito anos, então aprendi bem a parte de auditoria.

Olha aí, quem é o Deputado Fausto Junior? Primeiro mandato dele foi em 2018, pelo PV, passando pelo PRTB, atualmente no MDB, partido do Senador e ex-Governador do Amazonas Eduardo Braga, com quem foi fotografado na segunda-feira, dia 28/6, em um passeio de carro, em um passeio de carro no Amazonas. Olha só, olha aqui, Eduardo Braga e Fausto, num carrão, um dia antes, para vir para a CPI. Não é verdade? Olha só, mais na frente, em um passeio de carro. Fausto é filho da Conselheira, o que já ficou bem claro aí, e também o Deputado Fausto foi denunciado por servidores-fantasma, do que naturalmente eu não sei qual foi o resultado que o Promotor Edgar Maia de Albuquerque apurou. Portanto, é um denunciado investigando outro denunciado. Aí já perdeu toda uma credibilidade.

Eu queria aí, por outro lado – eu ouvi tanto falar no que fez, no que deixou de fazer, etc. e tal –, nós sabemos que a atenção básica à saúde se divide em três etapas: atenção básica, a média e a alta complexidade. A baixa complexidade é da prefeitura. Ali tem que ter o remédio, exames laboratoriais e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que ter médico – médico. Uma doença, principalmente na pandemia, é ali que tem que ser feito o primeiro tratamento para ela não se agravar. Depois vem a média complexidade, com a unidade de pronto atendimento, alguns pequenos hospitais, e depois a alta complexidade, que são os grandes hospitais de pronto-socorro.

Ora, vamos ver o quadro do Amazonas. Manaus banca uma estrada por oito anos pelo mesmo Prefeito. Mesmo assim, das 26 capitais brasileiras, é uma das sete que não possui nenhum hospital público municipal – são dados que podem ser pesquisados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Em contrapartida, o Estado conta com 57 unidades na capital, sendo quatro prontos-socorros, nove SPAs e duas UPAs.

Hospital municipal inaugurado às pressas pela Prefeitura de Manaus foi aberto em um prédio improvisado, onde funciona uma escola, e equipado com recursos da iniciativa privada e do próprio Governo do Estado. Foram cedidos aparelhos do Estado para que as unidades funcionassem, mesmo com a Prefeitura tendo um orçamento de mais de seis bilhões só para 2020. Apenas para a saúde, o orçamento aprovado na Câmara Municipal no ano passado era de 1,5 bilhão. O ex-Prefeito Arthur Neto, no final de 2020, quando ainda era titular do cargo, disse que não sabia o que fazer com o dinheiro que possuía em caixa, porém, no auge do primeiro pico da pandemia, em 2020, a Prefeitura de Manaus suspendeu os atendimentos nas unidades básicas de saúde.

Isso também aconteceu no Estado de Roraima. A Teresa recebeu 155 milhões, inclusive 20 milhões que vieram do Senador Eduardo Braga. Isso foi divulgado, veio para cá, inclusive carecia de uma CPI, porque ninguém sabe onde esse dinheiro entrou, tanto os 150 milhões que a Teresa recebeu quanto os 20 milhões que o Senador Eduardo Braga, de forma cortês, cedeu para o Estado de Roraima. Porque a Teresa, aqui, de 34 postos, fechou todos no sábado e no domingo no pico da pandemia. E mais do que isso: não tinha exames laboratoriais, não tinha médico nem remédio, sobrecarregando a alta complexidade do Governo do Estado – um caso a propósito do "quanto pior, melhor", não é verdade?

Olha lá, ainda continuando aquelas nossas informações de que eu falei, sobre unidades básicas de saúde: deixando apenas 18. Olha só, a Prefeitura de Manaus deixou apenas 18 das mais de 90 UBSs existentes funcionando para o atendimento de pacientes com sintomas leves de Covid-19. Com isso, a população só teve alternativa de atendimento nos SPAs e prontos-socorros do Estado, o que sobrecarregou ainda mais a rede estadual.

A Prefeitura disponibilizou apenas uma UBS por zona da cidade para a emissão de certidões de óbito, alegando que não possuía profissionais suficientes para a realização do serviço. Com isso, as unidades e profissionais do Estado também precisaram cobrir esse gargalo. Olha só, um cara que tem essa quantidade, 1,5 bilhão, diz que não tem dinheiro nem servidores – absurdo!

A Prefeitura de Manaus também não realizou trabalho de atenção básica como deveria. A prova disso é que os índices de mortalidade no interior, onde há mais de 90% da cobertura de atenção básica,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são bem menores que os de Manaus. Olha só, a letalidade em Manaus é de 4,9% - 4,9%! -, enquanto no interior é 1,9%, ou seja, a atenção básica no interior foi muito superior à da capital.

O Estado oferece também esse atendimento com os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente e os Centros de Atenção Integral à Melhor Idade e Policlínica. A atual gestão, ao assumir a Secretaria Municipal de Saúde, encontrou unidades desabastecidas de medicamentos básicos para que pudessem funcionar as UBSs, e receberam medicamentos doados pela Secretaria de Estado.

Mesmo tendo... Olha só, mesmo com todo esse descaso por parte da Prefeitura Municipal de Manaus, a CPI da Saúde, aberta pela Assembleia Legislativa, nunca questionou tal fato, em nenhum momento dos 120 dias que esteve em atuação, ou seja, o Governo do Estado sempre esteve cumprindo com a sua parte, também parte principalmente da Prefeitura de Manaus. E eu queria dizer isso, que, na verdade, o que nós vimos hoje, eu, com todo o respeito, falo isso, é o seguinte, vou dizer... Eu sou neto de Manaus, minha bisavó era daí, a Vó Secundina. Então, eu sempre tenho familiares, amigos em Manaus. Na semana passada mesmo, nós tivemos que mandar um paciente de Roraima que teve dois aneurismas pra fazer o atendimento aí; e vice-versa. E, na época do pico do Covid aqui no Estado de Roraima, nós tivemos que transferir pacientes daqui para o Estado do Amazonas.

Portanto, eu quero dizer aqui, com toda a segurança... Não quero questionar V. Exa. nesses aspectos, porque eu sei que V. Exa. naturalmente deve estar neste momento com a cabeça totalmente perturbada por acusações, por não conseguir explicar uma série de coisas que o Senador Omar colocou. Isso naturalmente deve estar mexendo com a cabeça de V. Sa.

Mas eu queria ver rapidamente, Sr. Presidente, quanto eu ainda tenho de tempo, porque eu ainda tenho aqui alguns investimentos do Governo do Estado, que era importante colocar isso. Deu a sensação de que o Governo do Estado praticou só irregularidade, não se preocupou com a saúde, não ampliou o orçamento.

Mas olha só, em 2018, o orçamento da Secretaria de Saúde do Amazonas era de pouco mais de dois bilhões. Desde quando assumiu o atual Governador do Estado, em 2019, o Governador Wilson ampliou para 2,6 bilhões, em 2021; e, com a situação da pandemia, ele chegou a colocar na saúde 3,3 bilhões. O Amazonas hoje é o Estado que investe o maior percentual em recurso pra saúde, são cerca de 20% do orçamento estadual destinados à pasta, o que demonstra o compromisso do Governo estadual com o investimento na pasta. Desde o início da atual gestão, uma série de avanços na gestão da saúde tem sido implementada. Eu ouvi aí dizer que não foram criadas UTIs, etc., vamos aos dados reais: umas delas está na central de atendimento do Amazonas. No início de 2019, o Governo Wilson Lima encontrou o local com apenas 12% de abastecimento; atualmente, a central tem em torno de 74% de abastecimento, gera o insumo de 97,6% de abastecimento dos componentes especializados em assistência farmacêutica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro avanço: na rede proporcional, pela rede de assistência do Estado, está a ampliação de leitos. No início, o Estado contava com 746 leitos, hoje tem 1,5 mil leitos. O Estado saiu de 49 leitos para 216 leitos no Município e no interior, nos Municípios do interior do Estado, onde diziam que não teve. Olha lá, o Estado conta também com 37 usinas de funcionamento, distribuídas em 21 Municípios, incluindo a capital. A implantação de usinas e instalações de tanques de oxigênio são ações inseridas no Plano de Contingência Estadual para o Enfrentamento da Pandemia de Covid-19 no Amazonas.

Além de Manaus (12), as usinas estão em operação em Alvarães (1), Apuí (1), Barcelos (1), Carauari (1), Careiro (1), Manacapuru (1), Maués (1), Nova Olinda também. Então, em todos os Municípios ele colocou isso. O que eu percebo é que hoje estão usando o Estado do Amazonas não pra apurar possíveis irregularidades, porque a própria CPI do Amazonas já foi seletiva, não é?...

E eu fico... É lamentável trazer o Deputado, colocar as pessoas pra observar. Ficou claro: o PMDB hoje tem um candidato a governo, Eduardo Braga. E ele hoje fez um palanque imensurável aí dentro, não é, Eduardo? Ninguém aqui é bobo, ninguém aqui é criança. Então, eu queria que o Relator observasse isto: o Estado do Amazonas investiu na saúde, investiu bastante. Se teve irregularidade, a própria CPI daí não apurou. Ela era pra apurar de cinco Governadores, centralizou em dois; não teve nenhuma denúncia nesse sentido. Portanto, eu lamento que fique preso só no Estado do Amazonas e, com isso, deixando os demais Estados de fora.

Então, acho que é a hora de esta CPI buscar Governadores de todos os Estados, buscar membros de todos os Estados, porque, dessa forma, vão refletir sobre o que é o Brasil, não vai ficar só em cima do Presidente Jair Bolsonaro e nem só em cima do Governador Wilson.

Eu tinha que só colocar isso, Sr. Presidente.

Não vou ouvir o Deputado, porque o Deputado, por si só, já deixou tudo bem claro, coitado. Ele está aí mais perdido do que cego em tiroteio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. já assinou a prorrogação da CPI, Senador Telmário?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) - Assino toda hora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então assine.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) - O ... teve toda razão: a CPI tem que ser prorrogada, tem que ser ampliada. Agora, tem que ser menos politizada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deputado Fausto, ele não perguntou nada pra V. Exa. Ele só fez o discurso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para questão de ordem.) - Presidente, só uma questão de ordem. Eu fiz uma pergunta a ele se tinha alguma empresa ou empresário que investiu em Brasília, de Manaus. Eu estou vendo aqui: a Bioplus, que tem o sócio Sérgio Bringel, que...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) - O hospital de campanha aqui do DF foi administrado por ele. Ele é de Manaus? V. Sa. conhece?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Me permita uma errata: eu não sabia que ele tinha negócio em Brasília.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Não, eu estou só perguntando: você o conhece?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Ele é um empresário conhecido no Amazonas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Mas conhecido como? Tem algum problema? Alguma...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Ele teve problema aqui com o hospital de campanha do DF, essa empresa.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, ele é conhecido por ser empresário, ele tem vários negócios no Amazonas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Não teve nenhum problema lá? Porque está aqui no relatório seu a empresa dele, a Bioplus, que recebeu vinte e um milhões e pouco.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senador, vou verificar aqui no relatório, porque...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Página 110.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... 149 empresas e eu não tenho tudo de...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Página 110, item 9: Bioplus Comércio e Representação de Médicos, Cosméticos, Perfumaria. Total pago: 21.641.208,74.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele pode passar pra V. Exa. daqui a pouco, enquanto eu estou ouvindo o Senador Fernando Bezerra...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que é por último?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Enquanto ele procura aí, só pra esclarecer: isso aqui é uma relação de processos indenizatórios que foram pagos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. Eu estou perguntando exatamente, porque tem essa empresa que ganhou – ganhou, não; foi dispensa de licitação do hospital de campanha do DF –, é de Manaus e teve negócio lá também, em Manaus.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O.k.. Consta no relatório, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, como último inscrito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quinze minutos, Senador Fernando Bezerra. Não vá me fazer, no décimo quarto minuto, perguntas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Não, de forma nenhuma, Sr. Presidente.

Eu quero aproveitar esse tempo que tenho para fazer alguns breves comentários sobre temas que julgo importantes e esclarecermos a opinião pública do País, que nos acompanha pela TV Senado e por diversos outros veículos de comunicação.

Na última semana, nós aqui tivemos a oportunidade de assistir ao depoimento de pesquisadores, infectologistas, pesquisadores ligados a universidades federais brasileiras. E uma coisa que, de certa forma, me inquietou muito foi um gráfico que foi apresentado, procurando fazer uma correlação entre os Municípios que teriam votado com o Presidente Bolsonaro e os índices de infecção, de contágio e de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

óbitos, procurando atrelar uma coisa a outra, algo extremamente descabido de qualquer fundamentação científica, mas que me levou a trazer as informações que gostaria de compartilhar hoje aqui com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu peguei os dados, Senador Renan Calheiros, do Estado de Nova York, nos Estados Unidos, e peguei os dados também da cidade de Nova York desde o início da pandemia e comparei esses dados com os dados do Brasil. Se a gente pegar mortes por milhão de pessoas, nós vamos ver o Brasil com 2.430 mortes por milhão de pessoas. Agora, é interessante observar que o Estado de Nova York, até o dia de ontem, tinha 2.729 - o Estado de Nova York - e a cidade de Nova York, 3.968.

Como todos nós sabemos, o Prefeito de Nova York é um democrata, de um partido de centro-esquerda, é o Prefeito de Blasio, um Prefeito que fez as mais expressivas recomendações quanto a isolamento social, *lockdown*; quanto às iniciativas de higienização pessoal, de distanciamento. Isso também se dá no caso do Estado de Nova York, governado também por um democrata, que é o Governador Cuomo. E você percebe, portanto, que é extremamente difícil fazer uma correlação entre uma determinada política de isolamento social e o número de óbitos.

Eu trago aqui dados do Estado mais rico, talvez um dos mais ricos Estados americanos, da maior economia do mundo, para a gente fazer esse comparativo com os dados do Brasil.

A gente percebe, portanto, que a grande realidade, a grande verdade é que esse vírus é muito desconhecido. Ele está a nos assustar a cada momento em função do surgimento dessas variantes. E as preocupações se redobram em toda parte do mundo e todos concordando com que o melhor instrumento para enfrentar o vírus é através da vacina e de uma campanha de imunização em massa.

Agora, perceba... Perceba a dificuldade também dessa imunização em massa.

Eu fui pegar os dados da imunização no Estado de Nova York - e lá não falta vacina, lá não falta; você chegando hoje, você pode comprar vacina até na farmácia -, e lá a imunização alcançou a 53,7%. Aqui no Brasil, nós estamos com 12,1%. Se não faltar vacina, até o mês de setembro nós vamos estar superando essa marca do Estado de Nova York, que é um dos mais importantes Estados americanos.

Então, eu queria deixar isso para uma reflexão por parte do Relator, por parte do Presidente, para que a gente não enverede por um caminho de, a todo custo, procurar criminalizar no sentido de oferecer um resultado objetivo e prático para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E quero encerrar, Sr. Presidente, apenas fazendo um comentário, porque, às vezes, a gente fala, mas a gente tem que repetir, porque um dado que está muito cristalino é o fato de que o Tribunal de Contas da União, de fato, fez uma fiscalização preliminar no contrato de compra das vacinas da Covaxin. Existe um relatório preliminar do Tribunal de Contas da União, que auditou o contrato, que deu regularidade ao contrato e que também observou o preço praticado. E o Tribunal de Contas também tem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma manifestação irrefutável de que não existe sobrepreço nesse contrato. Isso é uma decisão do Tribunal de Contas da União.

Eu queria chamar a atenção de que, há pouco mais de 30 dias, quando nós estávamos aqui discutindo a possibilidade de convocar Governadores para poder saber se os recursos foram bem aplicados, se houve desvio ou se não houve desvio, muitos Senadores aqui desta Comissão se manifestaram de que era preciso ter cuidado ao imputar sobrepreço, porque, em condições como as que foram vivenciadas no momento da pandemia, com problema de falta de oferta de insumos e de medicamentos, muitos preços variavam muito. Eu vi declarações do Governador Wellington Dias, Presidente do Consórcio Nordeste, dizendo que era preciso que os órgãos de controle pudessem observar que seria muito natural você poder comprar o mesmo produto, numa diferença de tempo, por um preço muito maior. E por que nós não vamos ter esse tipo de análise de acompanhamento quando se trata da aquisição do Governo Federal? Essa é a pergunta. Porque vocês observem bem: o preço da Covaxin...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Vou concluir, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. está tratando da Covaxin?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu estou falando da Covaxin, especificamente da Covaxin.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu posso fazer um aparte rápido?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Deixe-me só concluir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor, Senador Fernando Bezerra, a testemunha...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu tenho meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu sei o seu tempo, mas...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu tenho o meu tempo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o tempo do Parlamentar é para perguntas ou ele pode fazer o comentário que quiser fazer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem perguntas a fazer para o...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou atender a sua sugestão de não fazer perguntas, mas eu estou usando o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, pode continuar, pode continuar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou fazendo uma observação, porque o valor da Covaxin foi o valor de US\$15 por vacina. Esses US\$15 por vacina são o menor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu posso colaborar?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não. Eu vou ouvir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com relação a esse preço, tem duas coisas gravíssimas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou ouvi-lo, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Primeiro, a existência de um atravessador que teria levado...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... no contrato, R\$500 milhões.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não é verdade. V. Exa. está fazendo ilações atrás de ilações a todo momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo... Segundo... Segundo... Segundo, Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixe eu lhe explicar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Qual a prova disso, Senador Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O atravessador... É público isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O atravessador... Não é atravessador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas onde está a prova disso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E o pedido para pagar o adiantamento para uma empresa da Precisa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não houve pedido. Não houve pedido. Isso é mentira. Está mentindo, Senador!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não houve pedido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Está mentindo, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não é mentira minha. Isso é público.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Senador Renan, deixa eu concluir. Deixa eu concluir.

V. Exa. está querendo que a sua verdade seja a verdade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E, segundo, o que se colocou com relação ao preço é o maior preço de todas as vacinas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Senador Renan...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - V. Exa. está querendo que a sua verdade seja a verdade, mas V. Exa. tem que ter humildade para ouvir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou trazendo dados oficiais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Deixa eu lhe dar um dado...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não são dados oficiais; são *fake news*.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixa eu lhe dar um dado, Senador Renan.

Agora, a CoronaVac, na oferta suplementar de vacinas que está fazendo ao Governo Federal, está oferecendo a vacina a US\$16.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Agora, mas V. Exa. sabe que ainda não houve autorização da Anvisa. V. Exa. sabe que nada foi pago. V. Exa. sabe que a vacina ainda não foi importada. V. Exa. sabe de tudo. E sabe que não existe crime algum. V. Exa. sabe que não existe crime algum. V. Exa. está criando uma narrativa e querendo transformar isso num verdadeiro escândalo nacional.

V. Exa. não vai conseguir. V. Exa. é muito inteligente. V. Exa. é, talvez, um dos mais experientes Senadores do nosso Senado Federal, mas eu gostaria que V. Exa. pudesse ficar um pouco mais afastado das suas convicções de natureza política e ideológica e analisasse os fatos, os fatos nus e crus, como eles são.

E eu quero, portanto, dizer que, no Governo Federal – e aí me dirijo a toda a audiência que nos acompanha neste momento –, quando surgem narrativas sobre sobrepreço, elas não se amparam nas análises técnicas feitas pelo Tribunal de Contas da União.

Então, como se falar, como se repetir, como insistir na narrativa de sobrepreço quando o órgão da República responsável por isso fez um relatório preliminar e atestou? Tem um parecer do Ministro Benjamin Zymler, que é transparente e cristalino, que nós não quisemos ler aqui porque seria perda de tempo. Mas eu acho que, na próxima reunião, eu vou ter que ler para toda a população brasileira poder saber que esse contrato foi, sim, fiscalizado, foi auditado, foi analisado.

E, agora, nós estamos diante de uma tentativa de se criar uma narrativa para poder justificar a prorrogação da CPI. É disto que se cuida: se cuida de dar elementos para poder prorrogar os trabalhos da CPI.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero lhe agradecer.

Eu quero dizer o seguinte: nós devemos ter muito cuidado na convocação dos depoentes, porque eu acho que o depoimento de hoje de nada contribuiu para absolutamente nada – esta é a minha opinião, esta é a minha opinião – para os trabalhos desta CPI, porque a gente fique afastado dos nossos problemas políticos locais. Isso não leva a nada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer a V. Exa. que não concordo com as trocas de farpas que ocorreram aqui, na tarde de hoje, porque não ajudaram em absolutamente nada. Apenas me deram a oportunidade, graças à decisão de V. Exa., de poder, aqui, aclarar dois pontos: o ponto do problema de que o vírus está a desafiar todos nós, todos nós; e a narrativa de querer atribuir ao Presidente responsabilidade em relação ao que nós estamos enfrentando aqui no Brasil, quando a maior economia do mundo tem números comparáveis aos do Brasil, quando Estados governados – e a autonomia federativa americana é muito maior do que a nossa! – por políticos de centro-esquerda têm dados de óbitos por milhão de habitantes maiores do que os do Brasil.

Então, eu aproveitei o meu tempo para poder contestar as tentativas de construção de narrativas que buscam a criminalização do Presidente da República e também para poder afastar de vez esse discurso repetitivo em relação a levantar suspeitas sobre contratos que já foram analisados preliminarmente pelo Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sr. Presidente, se eu puder dar uma palavra, eu gostaria que V. Exa. me concedesse, porque, como o Senador Fernando Bezerra trouxe para esse debate algumas questões vinculadas à aquisição da Covaxin, aliás, públicas, e contrariou a prorrogação da própria Comissão Parlamentar de Inquérito, porque tinha um prazo exíguo de 90 dias, e agora nós não estamos ampliando esse prazo... O que aumentou foram os indícios de crimes, com o acompanhamento da sociedade que é, ao final e ao cabo, quem faz o melhor controle.

Deixa eu só lembrar algumas coisas aqui ao Senador Fernando Bezerra.

No dia 8 de janeiro, o Presidente da República mandou uma carta pedindo ao Primeiro-Ministro da Índia para comprar 20 milhões de doses de vacina – dia 8 de janeiro, 8 de janeiro –, no exato momento em que recusava 170 milhões de vacinas do Butantan, da Pfizer e da OMS. No dia 25 de fevereiro – 25 de fevereiro –, é assinado o acordo. Ninguém entrou ainda no aspecto do superfaturamento. Isso não foi colocado aqui em nenhum momento. Nós só contestamos a existência de um atravessador, aliás, a única negociação que tem um atravessador e que teria recebido – nós ainda não tivemos acesso a esse contrato – R\$500 milhões, R\$500 milhões. Desses R\$500 milhões, foi pedido um adiantamento, sem constar do contrato, sem constar do contrato, de R\$200 milhões, US\$45 milhões exatamente, algo em torno de R\$200 milhões. Isso são fatos comprovados...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Na última reunião nós vimos aqui todos os documentos...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu não vou contraditar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... todos os documentos que comprovam isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu não vou contraditar o Senador Renan, só vou dizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Todos os documentos comprovam. No dia 10, no dia 10...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... o Presidente da República assinou a medida provisória. No dia 10 assinou a medida provisória, a sanção da medida provisória. Quer dizer, quando ele recebeu o Deputado, foi no dia 20. E aí começam outras coisas inexplicáveis. O Presidente disse ao Deputado - e até agora não se pronunciou sobre esse fato - que estaria mandando a Polícia Federal. A Polícia Federal já informou que não mandou nenhum pedido de investigação. Depois, especialmente o Senador Jorginho Mello e o Senador Fernando Bezerra, aliás, disseram aqui que o Presidente da República mandou para submeter o contrato a uma análise do Pazuello.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Três dias depois, o Pazuello foi demitido. Ele não teve tempo nem de limpar as gavetas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Peço a palavra pra contraditar, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nem de limpar as gavetas. Quer dizer, aí começa uma sucessão de tentativas para justificar os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou pedir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso não acontecerá. Não adianta, não acontecerá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu só vou pedir o seguinte...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Trinta segundos, Presidente. Só 30 segundos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a palavra para contraditar, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – São só 30 segundos.

Eu só quero dizer ao Senador Renan Calheiros que essa narrativa dele vai cair por terra quando os próximos depoentes vierem a esta Comissão. Essa é uma narrativa que vai ser frustrada, Sr. Senador Renan Calheiros...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... à luz da verdade e dos fatos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, estou pedindo a palavra pra contraditar porque cabe ao Relator fazer questionamentos aos depoentes, mas não cabe a ele fazer prejulgamento, antecipar o relatório no âmbito da CPI.

Nesse caso da Covaxin, eu tenho aqui a carta do dia 8, tenho aqui a carta e posso afirmar, Sr. Presidente, com toda a certeza...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – O senhor está falando para mim?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu estou falando à CPI, V. Exa. é o Presidente.

As narrativas forçam a barra, desafiam a verdade.

Outro aspecto, Sr. Presidente: em relação aos *invoices* que foram recebidos, estão dando a eles um peso de verdade absoluta como se fossem um crime, três *invoices*. O primeiro, que falou da questão do pagamento antecipado. Aí o Relator falou agora há pouco: "Não, queriam pagar antecipado". Olha, até parece que não conhece o devido processo administrativo. Nesse setor do Ministério da Saúde, você tem esse que faz a seleção dos documentos e avalia a regularidade das informações, você tem um fiscal de contrato e você tem uma outra coordenação, que é a coordenação financeira, que é que vai decidir se autoriza pagar ou não. E aí vêm aqui as narrativas, dizendo que a empresa queria receber antecipado. Mostra um documento, mostra um documento da empresa se negando a corrigir o *invoice* que veio errado. Apresente uma prova, uma prova, uma prova. Não há. O que há é uma narrativa que força a barra, que força a barra.

Segundo, quando é notificada, prontamente se coloca à disposição para sanar os erros formais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E terceiro, Sr. Presidente, se considerássemos a hipótese de que o departamento do funcionário, dos irmãos Miranda, que veio aqui: não, lá passou, não resolveu; o fiscal também não identificou os erros, deixou passar; vai chegar à coordenação financeira. Tem que passar por três instâncias. Mas aqui, nesta CPI, querem afirmar que o simples fato de um erro formal é caracterização de crime - e pasmem os senhores e as senhoras - do Presidente da República.

Agora há pouco foi feito um apelo aqui - e eu concluo - de que...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Senador, tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... Governador não é ordenador de despesa; portanto, quem deveria responder é o secretário, é o funcionário, e eu concordo. O ordenador de despesa realmente é quem está à frente da pasta.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Conclua, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas essa mesma lógica, essa mesma razão não é assegurada ao Presidente da República. Aqui querem mirar no Presidente da República quanto à obrigação de cuidar das minúcias formais de um processo administrativo. É forçação de barra! Não dá! A verdade jurídica vai aparecer, e todos aqueles que hoje fazem acusações levianas, indevidas, inapropriadas, ficarão frustrados.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Seu tempo está esgotado.

Agora, Senadora Soraya Thronicke, última inscrita.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) - Sr. Presidente, muito obrigada.

Eu gostaria de questionar aqui ao Deputado se a CPI do Amazonas...

Primeiro, eu já cumprimentei o Deputado antes, para não pensarem que eu não o cumprimentei.

Enfim, se a CPI do Amazonas ouviu o Governador Wilson Lima, se chegou a ouvir, se chegou a chamá-lo. Quando foi essa decisão de que vocês não teriam a competência de investigar o Governador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) - Há um impeditivo, Senadora, legal na Constituição do Estado do Amazonas da convocação do Governador, lamentavelmente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Há um impeditivo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Há um impeditivo. Acredite!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Qual é o artigo desse impeditivo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu vou já consultar meu advogado, mas eu lhe afirmo posteriormente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Então, existe, na Constituição...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... um impeditivo de investigação?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Acredite!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Olha só, olha só o nível a que chega.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não de investigação, mas da convocação dele.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Da convocação?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Da convocação. Da investigação, não, mas da convocação, sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Então, o senhor pode investigar.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Posso, mas não posso convocar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Tá. Então, por que... E o senhor, vocês investigaram na CPI?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Nós investigamos no âmbito do Governo do Estado de 2011 até final de setembro de 2020.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Tá, mas qual... Por que o senhor disse também... Está aqui, na conclusão, e foi algo que eu escutei no começo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da sua fala, que a CPI do Estado não tinha as prerrogativas, não tinha as condições de investigar o Governador. Está aqui.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não. Deixa só eu explicar o contexto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Qual é?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu até lhe peço a compreensão. Eu disse que havia ferramentas que estavam à disposição da Polícia Federal que a Assembleia não tinha, tais como as interceptações telefônicas, que, essas, sim, conseguiam encontrar fatos que, lamentavelmente, a CPI não encontrou.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor não pode fazer interceptação telefônica pela CPI? O senhor tem poder de polícia pela CPI.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Mas nunca... Houve uma dificuldade muito grande por parte das operadoras. Enfim, a CPI foi muito prejudicada por essa morosidade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Então, o senhor, com o poder de política, determina lá... Porque o senhor faz um pedido para o Poder Judiciário - se eu não me engano, é esse o procedimento -, e aí, depois, esse pedido... Então, como é que alguém não acata um pedido de investigação? Foi negado pelo Judiciário ou foi negado pela operadora? O senhor pediu direto para a operadora?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, foi aprovado no seio da CPI, internamente, e havia muita morosidade. Houve muitos encaminhamentos a que nós não obtivemos resposta, lamentavelmente, devido ao tempo da CPI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Pois é. Então, tem que processar...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, sim...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... esses aí que negaram e que...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeitamente. Perfeitamente. Fomos muito prejudicados por isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... fizeram uma obstrução.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Inclusive, quebras de sigilo bancários, diversas situações que nós não conseguimos tempo hábil para averiguar devido a essa morosidade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Olha aqui: No que tange ao envolvimento... Página 190: No que tange ao envolvimento de supostos atos ilícitos praticados pelo Sr. Governador do Estado do Amazonas, Wilson Miranda Lima, ciente dos limites impostos pela lei e consideradas as evidências apontadas por este relatório, tem-se que os encaminhamentos necessários já estão em curso no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, sob sigilo de Justiça, conforme cautelar nominada criminal número tal, apresentada pelo Ministério Público Federal.

Então, eu já não estou entendendo o que o senhor está me dizendo. O senhor disse que existe um óbice na Constituição estadual...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Na convocação do Governador para a CPI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Na convocação. Mas aí o senhor pode investigar.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, deixa eu explicar o contexto dessa denúncia específica: nós iniciamos a investigação dos respiradores na loja de vinhos. Todo o início dessa investigação foi feito pela CPI. Ocorre que, durante o encaminhamento da CPI, houve uma operação da Polícia Federal em que a Polícia Federal apreendeu diversos documentos, e nós entregamos toda a documentação que nós tínhamos sobre essa operação especificamente para a Polícia Federal, que estava fazendo uma investigação em sigilo de justiça...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E, aí, a Polícia Federal falou para vocês pararem de investigar? Ela fez parar essa investigação? Quer dizer que o que for aberto pela Polícia Federal vai obstar a atividade desta CPI aqui? A Polícia Federal tem esse poder de obstar a atividade do Poder Legislativo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, não tem esse poder. Mas nós entendemos naquele momento, Senadora, que as condições de investigação que a Polícia Federal detinha eram muito superiores às da Assembleia. E nós preferimos, para que o objeto da investigação realmente fosse levado adiante, fosse dado seu devido encaminhamento. Nós preferimos auxiliar a Polícia Federal, porque a Polícia Federal ia chegar aonde a CPI não iria chegar. Iria chegar ao Ministério Público Federal, iria chegar ao STJ, como chegou. Então, a CPI cumpriu com seu papel de municiar a Polícia Federal com todas as informações que nós tínhamos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O papel da CPI... Bom, enfim... Ela termina com um relatório, ela indicia. Enfim, mas é autônomo esse trabalho. Não tem uma relação de...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Os fins justificam os meios, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Estranho isso. Estranho.

Eu queria saber do senhor também qual é o fato determinado do pedido de abertura de nova CPI. Qual é o fato determinado do novo pedido de abertura de CPI que o senhor não assinou.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Da pandemia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Da pandemia. Qual é o fato determinado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, a pandemia, de uma forma...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - A pandemia. E o senhor disse que o senhor não assinou porque o senhor não concorda com os pontos ali.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não. Eu entendi que é muito vago analisar somente a pandemia. Inclusive, deixa eu...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Nós temos aqui dois pedidos de abertura de CPI, são dois requerimentos que caminham, para averiguar ação ou omissão do Governo Federal e dos Estados e Municípios na gestão da pandemia. Esse é o fato determinado que nós estamos trabalhando aqui.

Eu assinei a CPI que investiga Estados e Municípios, o que que fizeram dos repasses dos recursos federais. Aí eu pergunto para o senhor: qual é o fato determinado... Eu já falei o fato determinado desta CPI. Qual é o fato determinado do novo pedido de abertura de CPI na Assembleia Legislativa do Amazonas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Com todo o respeito, Senadora: a senhora me permite explicar por que eu considero vago...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Sim.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... a pandemia? Pelo seguinte. A Assembleia Legislativa tem a competência de investigar os atos do Governo do Estado. O fato que aconteceu na crise de oxigênio, que foi referente à segunda onda, que não foi investigado pela primeira CPI, existiu muita... Enfim, muitas ações do Governo Federal naquela problemática, uma vez que o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oxigênio foi praticamente todo dado pelo Governo Federal. Então, na minha opinião, eu prefiro aguardar a conclusão da CPI do Senado, que tem efetivamente o poder de fiscalizar o Governo Federal. E, se sobrar algo que precisa ser investigado no Governo do Estado, eu me proponho, Senador Omar, a propor essa CPI, como já fiz o compromisso com o Senador Humberto Costa aqui.

Essa é minha visão política.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora, Senadora... Senadora, a CPI tem objeto e muito claro aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Qual que é o objeto determinado da CPI, da nova CPI?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ante o exposto, cumpridos os requisitos legais, requerem, com amparo no §3º do Art. 58 da Carta Magna, com o §3º do art. 30 da Constituição do Estado do Amazonas e com o art. 52 e seguintes do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, os Deputados que a esta subscrevem, a criação e instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de apurar, no prazo de 120 dias: o contrato de locação do Hospital Nilton Lins; omissão e negligência administrativa quanto à abertura de novos leitos, já insuficientes antes da pandemia; falta de transparência aos órgãos de controle e à sociedade sobre as medidas de enfrentamento e gastos com a pandemia; gastos com publicidade em detrimento dos gastos com a saúde; contratos milionários referentes às unidades prisionais em plena pandemia pagamento bilionário de exercícios anteriores; crise de oxigênio; bem como todos os seus respectivos pagamentos e prestações de serviço oferecidos e executados, especialmente no período relativo à pandemia da Covid-19.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Quer dizer então que vamos falar para os eleitores do Amazonas que o Deputado Fausto Junior é contra esses pontos aí, os fatos determinados para a abertura dessa CPI?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, eu não sou contra. Eu não sou contra nenhuma CPI, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Então o senhor poderia assinar, deixe caminhar o trabalho, não é?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Mas, Senadora, existe um momento para isso. Eu sou a favor...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Porque o senhor está jogando a culpa aqui exclusivamente no Governo Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senadora. Com todo respeito, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E eximindo o seu Estado de responsabilidade.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não. Eu não falei isso.

Senadora, deixe-me explicar, de uma forma muito respeitosa que tenho por V. Exa. – V. Exa. foi muito atenciosa aqui, me recebeu com muita atenção – e dizer que eu sou contra o gasto de dinheiro público com o mesmo objeto. Nós estamos aqui numa CPI do Senado, em que um dos fatos geradores é justamente a situação que aconteceu no Amazonas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O STF já determinou que a responsabilidade é concorrente e que esta CPI não pode inquirir, ela não pode inquirir o seu Governador.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas eu estou aqui contribuindo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E, aí, a sua Constituição estadual diz que vocês também não podem. Mas que coisa, que interessante isso! Ninguém pode investigar, ninguém pode inquirir Governador nenhum?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – É. Eu estou...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Governador nenhum! Eles estão... Que blindagem é essa?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu estou à disposição.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A Constituição estadual... Então o senhor deveria agora entrar com uma PEC estadual para mudar isso.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Sim, perfeitamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque não é possível. Que artigo que é? O seu advogado consegue me passar esse artigo vergonhoso da Constituição estadual do Estado do Amazonas? Que barbaridade um negócio desse. Gente, é chocante. Então, ninguém pode investigar Wilson Lima, ninguém vai poder, nem vocês.

Então é o seguinte: nós estamos aqui pedindo para que os Estados abram CPIs, mas há CPI que vem só para enganar. Ela vem rapidinho, conclui, para dizer que investigou e não encontrou nada. Aí agora não pode abrir uma segunda CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se o objeto da outra era investigar de...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – É uma decisão política minha, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... 2011, e nem tinha o objeto da outra, dessa CPI que o senhor relatou, investigação da pandemia. Nem era o objeto determinado dela.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então ela pegou no meio do caminho...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Tinha, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Tinha, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se ela é de 2018, 2019.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, isso aí não tem problema, porque o fato determinado que ele trouxe aqui foi o pagamento de algumas coisas que já foram aprovadas pelo Tribunal de Contas, e eu tenho um inquérito, em que eu ainda não fui denunciado, e nem serei, porque não tem prova nenhuma contra mim nem contra ninguém que está ao meu lado. E não tenho absolutamente com o que me preocupar.

O que o Deputado veio fazer aqui hoje, infelizmente, foi tentar justificar as agressões que eu sofri dele aqui, para que ele e o grupo dele, o dos amigos dele, que vêm fazendo isso sistematicamente contra mim, pudessem utilizar...

O que nós vimos aqui hoje foi uma série de mentiras faladas – e eu vou provar isso antes de a CPI terminar - de uma pessoa que disse que não sabe quem é a mãe, que não sabe quem é a irmã, que não sabe onde o pai trabalha. E eu vou respeitar. Eu não perguntei, ainda não entrei nem nos detalhes.

Mas agora mesmo eu já estou assinando os requerimentos. Amanhã aprovaremos a quebra de sigilo de várias pessoas, inclusive a do Deputado, da família, de pessoas ligadas a ele. E aí o Amazonas e aqueles que estão agora me detratando vão ver quem está falando a verdade. E aí eu vou mostrar o motivo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por que o Deputado não indiciou o Governador do Estado do Amazonas. O motivo é muito, é muito grande.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Aí vocês vão ver como é que estão elegendo Deputado. São Prefeitos sendo pressionados a darem votos a pessoas ligadas a gente do Tribunal de Contas.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - V. Exa. me acusa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu estou acusando não, eu estou dizendo. Qualquer Deputado Federal do meu Estado, qualquer Deputado Estadual do meu Estado, qualquer Senador sabe disso. Mas isso é um outro detalhe, isso não é o escopo da CPI. O que estou dizendo é que o escopo da CPI é que o Deputado Fausto Júnior não indiciou o Governador porque há, por traz disso, muitas coisas que o Amazonas vai descobrir, e o Tribunal de Contas e a PGR vão ter que tomar providências.

Era o que eu queria dizer. Encerro a sessão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) - Não, ainda não terminei, Sr. Presidente. Só uma questão para eu conseguir concluir, por favor.

Nós sabemos que a responsabilidade, que a obrigação de um legislador é legislar e fiscalizar, não é ou fiscalizar. Então, nós estamos aqui cumprindo a nossa obrigação. Eu tenho feito apelos aqui para que as Assembleias Legislativas, para que os Deputados Estaduais cumpram o seu dever de investigar essa fortuna que nunca faltou, e que não vai faltar, de recursos federais para o enfrentamento da pandemia. E aí o Legislativo municipal também não está fora dessa obrigação.

Eu tenho aqui nas minhas mãos um pedido de auditoria do Vereador Sargento Benites, do PSL da cidade de Paranaíba, Mato Grosso do Sul, em que ele pediu uma auditoria de um recurso que foi destinado para um hospital local para o enfrentamento da pandemia e nós encontramos irregularidades. Não encontramos, exatamente, corrupção, não foi isso. Nós encontramos - só me reponha, Presidente, eu vou terminar -, nós encontramos... O recurso foi utilizado em algo que não era permitido para o enfrentamento, para aqueles recursos do enfrentamento exclusivo da pandemia. Então, não foi exatamente isso, mas nós encontramos irregularidades.

Eu quero não é nem parabenizar o Vereador Sargento Benites, porque ele está cumprindo uma obrigação - a gente está num ponto de parabenizar quem está trabalhando, é um absurdo isso. Então, cumprindo a sua obrigação de fiscalizar os recursos, de fiscalizar a gestão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próprio Senador Styvenson Valentim disse a mim que no Rio Grande do Norte também já abriram uma CPI na Assembleia. E é o que eu peço a todos os Deputados Estaduais, a todos os Vereadores, que são os legisladores das demais esferas da Federação, porque fica um jogo de empurra. Essa da assembleia, essa da Constituição estadual é vergonhosa.

Encontrou? Qual é o artigo?

Poderia o Deputado ler pra a gente essa vergonha? (*Pausa.*)

Se tiver alguma Constituição estadual que copiou isso - meu Deus! -, vocês já comecem a entrar com projetos de emendas constitucionais, as PECs estaduais aí pra tirar esse absurdo.

Como é que é, Deputado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Que artigo que é da Constituição estadual?

O SR. WAGNER LIMA DA COSTA (*Fora do microfone.*) - No inciso II do art. 1º da Constituição do Estado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - No inciso II do art. 1º da Constituição do Estado.

O SR. WAGNER LIMA DA COSTA (*Fora do microfone.*) - Numa interpretação extensiva com o art. 2º da Constituição Federal...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Espera aí. Tá. Leia, por favor. Vamos lá, vamos na letra fria da lei.

Interpretação extensiva?

Não - não, não, não, não. Por favor, Deputado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Ele está me orientando. Ele está só me orientando; ele está só me orientando, é meu advogado, me auxilia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Então, vamos lá. Vamos lá - vamos lá.

Leia, por favor - leia, por favor - o artigo que não permite que o senhor investigue. Por favor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - É uma interpretação extensiva...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Extensiva.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... do artigo da Constituição Federal - não é isso?

O SR. WAGNER LIMA DA COSTA (*Fora do microfone.*) - Do art. 2º da Constituição Federal, que trata da separação dos Poderes.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Do art. 2º da Constituição Federal, que trata da separação dos Poderes.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Que diz o quê? Aí, esse daí seu diz o quê?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Que, no reconhecimento, e, em respeito aos fundamentos da Nação brasileira do Estado democrático, estabelecidos na Constituição da República.

O SR. WAGNER LIMA DA COSTA (*Fora do microfone.*) - Eu posso lhe explicar, Senadora?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Não, o depoente é ele, quem tem que falar a verdade é ele.

Eu gostaria que o senhor lesse onde está proibido o senhor convocar e inquirir o Governador do Estado do Amazonas.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, eu vou ler.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Ele deveria saber de cor e salteado, porque ele está dizendo que está baseado nisso.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, eu vou ler. Eu vou ler, mas eu não tenho conhecimento da legislação de cabeça.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Não tem problema. O senhor lê.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Por isso que eu ando com um advogado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu tenho formação jurídica, eu vou tentar fazer uma interpretação, primeiramente, literal.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Mas, primeiramente, Senadora...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Extensiva...

Bom, vamos lá, vamos ouvir aí. Eu não vou julgar a interpretação do senhor não. *(Pausa.)*

O senhor só leia o artigo. Não precisa da explicação, eu consigo entender. *(Pausa.)*

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, pra ser bem resumido, de forma bem resumida, existe uma interpretação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu perguntei pro senhor...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... extensiva ao art. 2º.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Leia a interpretação... Leia o artigo, por favor...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu vou lhe explicar. Eu vou lhe explicar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... porque a gente consegue interpretar aqui, a gente tem condições de interpretar. O senhor só leia...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Isso é baseado numa súmula do STJ.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Baseado no artigo x...

Baseado no quê?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Numa súmula do STJ, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Numa súmula?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Do STJ.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Qual súmula? Em qual súmula do STJ vocês se basearam para não convocar o Governador Wilson Lima?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Há uma questão disso na súmula do STJ.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Cadê? Qual a súmula?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu vou pedir pra consultar. Senadora...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Por favor. Eu espero. Se o senhor...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu aguardo, eu não tenho problema. Eu vou aguardar o seu advogado.

Por favor, eu quero ver, eu quero saber qual é o artigo da Constituição estadual que não permite que convoquem, investiguem o Governador do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - E não indicie.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - E não indicie.

A Polícia Federal também, olha, já tem que dar explicação, porque parece que, abriu o inquérito, abriu a investigação na Polícia Federal, a CPI não pode trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Eles foram avisados que...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - É interessante isso.

O senhor só leia. Eu não preciso de explicação jurídica. Assim... Eu vou fazer minha interpretação. O senhor só, por favor...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... decline o artigo e leia o artigo. E também a súmula do STJ.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - É baseado...

O SR. WAGNER LIMA DA COSTA (*Fora do microfone.*) - Eu posso ler?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - O senhor pode ler o artigo, por favor, ele não sabe ler. Leia o artigo, por favor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, deixa que eu leio. ART.

1º.....



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I - na união indissolúvel com os demais Estados federados, observadas a unidade de interesses comuns do povo brasileiro, as peculiaridades regionais e a igualdade política entre os Estados da Federação.

Existe uma súmula do STJ...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - A qual ente da unidade federativa pertence o Governador do Estado? A qual ente da unidade federativa?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, a um outro Poder, na verdade. Não é a questão.

Senadora, eu vou... Eu não vim aqui...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Vocês fizeram uma interpretação extensiva disso e entenderam que vocês não poderiam investigar...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, Senadora, por favor...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... nem convocar, nem ouvir? Vocês não ouviram o Governador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, por favor, eu não sou o todo poderoso da CPI. Existe uma votação dentro da CPI, existem todos os outros membros da CPI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor fez o relatório.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito.

Essa questão de poder ou não convocar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Algum membro da CPI...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... é uma questão técnica, jurídica.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... convocou o Governador Wilson Lima? Quem convocou?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Havia, segundo a Procuradoria da Assembleia, essa impossibilidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Membro da CPI. Membro da CPI.

Aí, ele recebeu uma negativa... Vamos supor: eu sou membro da CPI, sou Deputada Estadual no Amazonas...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ...
quero ouvir o Wilson Lima e, aí, qual é a negativa que vocês me dão? Baseado no artigo tal, tal, na interpretação extensiva do artigo sei lá o que da Constituição Estadual...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, a senhora precisa entender...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ...
vocês me dizem que eu não posso ouvir o Governador? Então, quem pode?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora. V. Exa. precisa entender...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Será
que seria a Câmara Municipal? A Câmara de Manaus?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, V. Exa. precisa entender que
essa foi uma CPI...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Quem é que pode ouvir?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... de várias guerras jurídicas, Senadora. A
CPI, inclusive, foi suspensa, teve uma série de situações...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Guerra jurídica para ouvir...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... em que havia um cuidado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Mas
vocês tentaram, pelo menos? Vocês tentaram pelo menos ouvir?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Havia um cuidado da CPI em seguir os
trâmites corretos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora... Senadora...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu quero saber se vocês tentaram e quero saber quem foi que impediu.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Estava impossibilitado, segundo a Procuradora da Casa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Quem impediu? A Procuradoria?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A Procuradoria entendeu que a gente não podia ouvir.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Por favor, Senador Humberto Costa, o senhor pode, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu quero ouvir o procurador...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu quero ouvir o procurador. Eu não sou membro desta CPI, Senador, mas eu estou chocada.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Isso não é nem o objeto da minha convocação, me perdoe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É sim! Como não?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A questão não era da Assembleia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu ouvi...

Nós estamos chamando vocês...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu vim aqui para relatar o que foi feito no relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... porque nós não podemos ouvir o Governador. Então, aqui, a CPI, por via transversa, está trabalhando no sentido de levantar as responsabilidades ocorridas na má gestão dos recursos públicos federais...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - E isso foi feito com êxito, Senadora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... no enfrentamento da pandemia.

Eu quero saber sobre o Governador! É isso que eu estou te perguntando...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, mas nós...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... porque é da tua alçada. Deputado, é da tua alçada; não é da nossa! O senhor está entendendo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor não investigou, o senhor não convocou, o senhor não ouviu.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, eu investiguei. Nós estamos discutindo a possibilidade da convocação do Governador.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Sim, o senhor investigou o Governador, mas o senhor não convocou o Governador, o senhor não ouviu o Governador...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - É só isso. É só isso! Porque havia essa questão técnica.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... e o senhor também não o indiciou.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu investiguei o Governo, a instituição do Governo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Mas, na sua investigação, o que o senhor apurou que é de responsabilidade do Governador Wilson Lima? Se o senhor investigou... O senhor não pôde convocar, o senhor não pôde indiciar e o senhor não pôde ouvir, mas o senhor disse que investigou. O que o senhor apurou da boa gestão do Governador Wilson Lima?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, em nenhum momento eu me referi dessa forma ao Governo dele.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Mas eu estou te perguntando, Deputado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito. Vamos... Nós apuramos R\$1,5 bilhão de processos indenizatórios pagos de maneira irregular. Nós atuamos...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Pelo Governador Wilson Lima. Na gestão...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Por vários governos, que era o objeto da CPI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Esta CPI investiga a pandemia...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... a gestão dos recursos...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, investiga a saúde. Investiga a saúde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Esta CPI aqui, esta do Senado Federal...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Ah sim! Eu pensei que estava se referindo à minha. Perdão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O nosso fato determinado é só um. Eu só vou fazer perguntas para o senhor em relação ao fato determinado, não vou ficar perdendo tempo aqui.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Porque nós temos uma resposta para dar para a população.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - R\$407 milhões no atual Governo para a pandemia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu quero saber como geriu o atual Governo, na pessoa do Governador Wilson Lima, os recursos federais que foram enviados. Qual é a sua opinião? O senhor investigou ele lá. Nós não podemos investigar, o STF disse que nós não podemos convocar. Nós não podemos, o senhor também não pode, certo? Só a Câmara Municipal vai poder convocar o Governador. Certeza, certeza!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, essa é uma interpretação de V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) -
Certeza!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Essa é uma interpretação de V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - É que eu estou imaginando, não é.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu quero entender qual é a pergunta. Eu não entendi.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - É que estou imaginando... Numa bagunça dessa estou imaginando que, de certo, a Câmara Municipal de Manaus não conseguiu ouvir o Governador, porque aqui não pode e o senhor também não pode.

Mas, enfim, o que o senhor apurou já que o senhor investigou.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, eu peço até para lhe enviarem uma cópia do relatório final

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Está aqui.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor não pode falar?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu vou lhe falar, eu vou lhe falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Fale, o senhor está aqui para falar, por favor. Porque aqui está investigando de 2011 até aqui.

O nosso fato determinado... E outra...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Nós investigamos o Governo do Estado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - As pessoas não têm acesso a esse calhamaço de coisas aqui e nós queremos dar uma resposta a todos os brasileiros...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... que estão acompanhando agora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito. Esse é meu objetivo também.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Se o senhor investigou, simplesmente fale o que senhor apurou...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito. Nós iniciamos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... do fato determinado desta CPI.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Nós iniciamos a investigação que culminou em três fases da Operação Sangria, Senadora, que, sim, chegou ao Governador mediante os instrumentos utilizados pela Polícia Federal. Isso foi iniciado pela CPI...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Chegou ao Governador. Hã-hã! A responsabilidade...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Mediante os instrumentos da Polícia Federal, não da CPI. É importante diferenciar isso...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... Aí a gente... Não, da investigação da Polícia Federal quem tem que falar é a Polícia Federal.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu quero saber o cumprimento do seu dever, do seu dever!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Mas nós iniciamos essa investigação e demos a munção, tanto é que a CPI foi citada 25 vezes no relatório da Polícia Federal, Senadora; 25 vezes!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Tá, mas aí o senhor parou de investigar porque a Polícia Federal estava investigando?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Para não comprometer uma investigação que poderia chegar muito mais longe do que a CPI ia chegar. O máximo que a CPI...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Quer dizer que, se a Polícia Federal começar uma investigação aqui, a CPI tem que acabar?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, essa é uma interpretação que não é minha.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Não, assim, eu estou fazendo uma interpretação extensiva da interpretação da fala de V. Sa...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Na minha, na minha condição...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu estou fazendo uma interpretação extensiva.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, agora V. Exa. quer ser extensiva...
(*Risos.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Não é possível.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, nós não iramos chegar... Nós não temos o poder de denunciar o Governador...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor não tem poder de polícia?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Tem. O senhor não pode denunciar o Governador, foi isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - O Governador, perdão, troquei...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - A Polícia Federal cuida do trabalho da Polícia Federal.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu quero saber do senhor...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - E a CPI, do trabalho da CPI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Porque se a Polícia Federal... se ela falhar no trabalho dela...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... coisa que nunca aconteceu no Estado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ...quer dizer que ninguém mais vai indiciar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, eu respeito...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quer dizer que, se a Polícia Federal resolver não indiciar, e o senhor levantou algo...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... a Polícia Federal, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... aí ninguém vai indiciar?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, eu respeito a instituição da Polícia Federal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu respeito, mas se ela falhar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eh, eh, uma coisa é você ser deselegante e desagradável comigo. Agora, você não vai ser com a Senadora, não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, mas eu não fiz isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, não ele não... Está tranquilo....

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, fique calado, fique calado!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu sou mi-mi-mi, não! Ô, Presidente, eu não vou ficar chorando aqui, não; eu não vou usar esse tipo de artifício, não. Eu não preciso disso, eu estudei bastante, eu não preciso dessas coisas. Ele vai falar comigo seriamente, numa boa, normal, não vai... Pode deixar, eu agradeço sua defesa, mas ele não é doido de falar assim comigo.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Jamais.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Deputado, quer dizer que a Polícia Federal ela responde por si, não é o senhor que responde pela investigação dela. Quero saber o que o senhor apurou e porque o senhor não denunciou.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então, vou iniciar do início. A questão que V. Exa. afirma em relação à Polícia Federal é o escândalo dos respiradores na loja de vinhos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ótimo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Essa investigação, ela iniciou...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor ouviu quem? Quem o senhor ouviu nessa primeira investigação em relação aos respiradores?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Todos os envolvidos diretos: os donos da empresa, o Secretário de Saúde, os secretários do segundo escalão, do terceiro escalão, e nós constatamos que houve uma triangulação. Pra explicar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - E o Governador não sabia de nada?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eles negaram durante o depoimento...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor não ouviu então.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Para chegar nessa conclusão precisaria de outros instrumentos, é isso que eu estou tentando explicar para V. Exa....

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O instrumento que o senhor diz que a sua CPI não lhe confere.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu não disse que não confere...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - É uma CPI...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu disse que não houve tempo hábil para nos chegar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Enfim...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ...esse instrumento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Enfim...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A CPI do Amazonas não tinha como interceptar telefone.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - A CPI pode interceptar telefone, ela tem poder de polícia...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Mas não aconteceu, Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor deveria ter pedido para o Judiciário...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Mas foi pedido...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O Judiciário negou? Quem foi o juiz que negou?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não para o Judiciário, para a operadora naquele momento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Operadora?! Não é ela que decide se... Não é ela que decide, Deputado! Não é ela que decide! Ela tem que cumprir uma ordem judicial e, pronto, lhe entregar o que o Judiciário determinou, o que a CPI determinou.

Deputado, o senhor, por favor....

Eu me sinto assim...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Assim, chega a ser uma afronta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É uma afronta, veja bem, à inteligência de todos nós.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Meu Deus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Como uma pessoa que não sabe falar....

Ele me trouxe um *script* aqui...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor me desculpe... Eu quero saber qual foi a operadora que negou, com base em que que essa operadora negou. Não vou fazer interceptação telefônica. Olha o nível?!

O SR. WAGNER LIMA DA COSTA - V. Exa. já almoçou hoje? Estamos há horas aqui...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, não, pelo amor de Deus!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se eu já almocei? Eu acabei de almoçar. Tem comida ali. É só pedir. Não, é só pedir para... É só fazer um pedido, senhor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, me perdoe! Eu vou...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não tem comida ali? Tem sempre comida. É só pedir. Mas dizer que está cansado...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor não é o depoente! Eu sinto muito.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, eu estou fazendo uma pergunta muito clara e objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está com dificuldade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Me respeite, Senador! Me respeite, Senador! Me respeite, Senador!

A SRA. GINA MORAES DE ALMEIDA – O senhor *(Fora do microfone.)*

afronta o depoente, o senhor afronta os advogados... *(Fora do microfone.)*

Respeite a Constituição do Brasil! O senhor afronta o depoente, o senhor afronta os advogados! A advocacia é prevista na Constituição Federal!

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutora, ninguém lhe faltou com o respeito.

A SRA. GINA MORAES DE ALMEIDA (Para breve comunicação.) – Me respeite! Me respeite!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Calma! Aqui não é lugar.

A SRA. GINA MORAES DE ALMEIDA – Me respeite!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, a senhora quer concluir?

A SRA. GINA MORAES DE ALMEIDA – Me respeite! O senhor pensa que sentou nessa cadeira o senhor está desrespeitando...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está bom, doutora! Ninguém te desrespeitou. Qual foi o desrespeito com a senhora?

A SRA. GINA MORAES DE ALMEIDA - O senhor, desde que se sentou nesta cadeira, o senhor está desrespeitando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não... Isso aí é o seguinte: vocês estão tentando armar um circo aqui. Não comigo. Por favor!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Nós só queremos apurar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Por favor! Por favor!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O depoente é o Deputado. Nós só queremos apurar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Agora o depoente é o Deputado e tem outras pessoas falando.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Essas pessoas que tiveram que enterrar os seus entes queridos estão chorando neste momento, estão de luto, e nós aqui nessa situação.

Nós precisamos dar uma resposta. Não faltaram recursos federais em nenhum momento e não irão faltar. Eu tenho certeza disso. Eu tenho certeza. Sobrou. Sobrou. Houve flexibilização da Lei de Licitações, da de Responsabilidade Fiscal e tudo, tudo o que foi necessário para facilitar o gerenciamento e o enfrentamento dessa pandemia.

A pergunta é: qual foi a operadora que o senhor acionou e não quis e obstruiu a sua investigação?

Qual foi a operadora que obstruiu a investigação no Amazonas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, não houve obstrução de investigação. Houve morosidade na resposta a CPI. Lamentavelmente, nós não tivemos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor disse que o senhor não pôde usar dos instrumentos investigativos, investigatórios.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Nós pedimos a prorrogação da CPI. Essa prorrogação foi negada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Foi negada?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Foi negada pela Assembleia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Foi negada? Quem negou?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A Assembleia Legislativa. O Plenário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - A Assembleia Legislativa negou o quê? Ah...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - A prorrogação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - A prorrogação. Mas isso aí...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Mas o que foi feito do tempo? O que nós temos aí é a importância da boa utilização do tempo que nós temos agora...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... e de focarmos apenas e tão somente...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... no fato determinado desta CPI, que é a malversação do uso do recurso federal dentro dos Estados e Municípios. É isso que nós queremos saber. Finalmente, nós chegamos a este momento! Finalmente!

Mas a nossa pergunta que não quer calar, e que até agora o senhor não respondeu foi: de onde vocês tiraram que vocês não tinham instrumentos para investigar, não tinham o poder de polícia e não poderiam convocar, ouvir nem indiciar o Governador.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Em nenhum momento eu afirmei que não tinha poder de polícia, que não tinha poder de investigação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O senhor falou que os seus poderes eram limitados. A CPI não tem poderes...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu falei que eu não tinha poder de convocar o Governador até a CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - De onde o senhor tirou isso? Da sua cabeça? De onde?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Se V. Exa. permitir, eu pego o parecer da Procuradoria da Assembleia e lhe envio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Cadê o parecer?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Não, eu lhe envio. Aqui eu não tenho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Quantos Deputados Estaduais são lá no seu Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Vinte e quatro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Então, são 24 Deputados Estaduais que não ouviram o Governador... A principal figura ali na gestão ninguém ouviu. E ninguém vai poder ouvir, pelo jeito.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, eu não posso falar em nome dos outros Deputados.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Se o senhor ali, como Relator, não pode fazer isso, infelizmente, o caso é grave. É muito grave, porque tem alguém protegendo. E essas famílias, o Brasil quer uma resposta. Dinheiro federal não faltou. Tudo o que foi necessário e tudo o que eu já pedi naquele Ministério da Saúde, para todos os ministros, nós fomos atendidos. Não faltou. Então, o que é que está acontecendo? O que é que aconteceu?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Falta de gestão...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Até onde vai ficar... Falta de recurso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Gestão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Falta de gestão.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Mas de quem é a responsabilidade de uma falta de gestão?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Do Governo do Estado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Pois é. E o senhor não ouviu. Quem vai ouvir? Quem vai dar essa resposta para a sociedade, se a Assembleia não pode?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Nós investigamos, Senadora. Nós investigamos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Se a CPI... Se o Senado Federal não pode, a Assembleia não pode...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, nós investigamos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... quem vai?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Nós investigamos, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Mas é aqui o lugar de o senhor falar.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, nós ouvimos todos os secretários de saúde naquele momento. Nós ouvimos... Enfim, outros secretários de outras secretarias. Nós fizemos um trabalho que rendeu operações da Polícia Federal, nós fizemos um trabalho que fez com que regularizasse situações que há muitos anos não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - A gente só quer saber quem está protegendo quem aqui. Existe uma proteção.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Senadora, não existe proteção. Existe a materialidade...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - A responsabilidade...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - ... e um relatório isento e um relatório que não vai...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Um dos cargos mais difíceis que tem é de ser Chefe do Executivo.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - Eu concordo com V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É um dos mais difíceis que existem.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, eu não posso...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E aí, justamente o Chefe do Executivo, que tem muita responsabilidade – é o que nós queremos aqui apurar –, o senhor não tem como falar.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu agradeço, Sr. Presidente. Desculpa o exagero. Desculpa o... Nós não temos como ficar numa passividade, ouvindo tudo isso, vendo proteção...

Eu espero que os outros Deputados Estaduais e que a população do Brasil tenha assistido o dia de hoje e fiquem de olho nas suas Assembleias Legislativas, fiquem de olho em como está sendo feita a gestão desses recursos, porque tem muita coisa para ser apurada nos Estados e nos Municípios brasileiros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero agradecer aos Senadores e Senadoras, quero agradecer a presença do depoente hoje e dizer à Dra. Gina que eu não fui deselegante com ela, e sei que ela advoga muito bem, até porque ela advoga para o Senador Eduardo Braga, e a gente conhece a forma como ela advoga. Conheci o esposo dela e tenho o maior respeito pela senhora, Dra. Gina. Nunca lhe desrespeitaria...

A SRA. GINA MORAES DE ALMEIDA (*Fora do microfone.*) – Eu não tive nenhum relacionamento com o senhor, seja ele de conhecimento qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Tenho muito respeito. Eu não estou dizendo que a senhora teve relacionamento comigo.

A SRA. GINA MORAES DE ALMEIDA (*Fora do microfone.*) – A sessão está encerrada?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... (*Risos.*)

A SRA. GINA MORAES DE ALMEIDA (*Fora do microfone.*) – Se estiver encerrada, eu vou embora, porque para mim já deu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero aqui dizer... As pessoas aqui ouviram. Houve três ou mais de três oportunidades para indiciar o Governador, o Governador não foi indiciado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, a CPI não investigou o Governador.

Foi aqui feita uma preparação. E aí parabéns para quem preparou o Deputado Fausto. Ele conseguiu aqui... Agora, ele não sabia dizer por que ele não fez outras coisas que poderia.

Mas vamos encerrar e, amanhã, às 9h30, nós estaremos aqui.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 44 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia trinta de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Otto Alencar, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Jader Barbalho, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Soraya Thronicke e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Rose de Freitas, Jean Paul Prates, Simone Tebet e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Pedidos de substituição de convocados. Finalidade:** Deliberar a respeito de dois pedidos para a substituição de convocados da CPIPANDEMIA: 1. Pedido da Vitamedic Indústria Farmacêutica Ltda., para que seja ouvido o Diretor-Executivo Jailton Batista, em vez do acionista José Alves Filho (Req. 785); e 2. Pedido da Apsen Farmacêutica S/A, para que seja ouvido o Vice-Presidente Comercial Márcio Castanha, em vez do Presidente Renato Spallicci (Req. 774). Obs.: Pedidos não deliberados. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 293 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Rogério Rosso, diretor de negócios internacionais da União Química." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 311 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Rogério Rosso." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 349 de 2021** que : "Requer a convocação de Robson Santos da Silva, Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 531 de 2021** que : "Convoca Túlio Silveira, representante da Precisa Medicamentos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 532 de 2021** que : "Convoca Emanuela Medrades, diretora técnica da Precisa Medicamentos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 731 de 2021** que : "Convoca o médico Antonio Jordão de Oliveira Neto para prestar depoimento em conjunto com Paolo Zanotto." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 938 de 2021** que : "Convoca Antônio José Barreto de Araújo Júnior, ex-secretário-executivo do Ministério da Cidadania." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 945 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. MARCELO BENTO PIRES, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 964 de 2021** que : "Requer a convocação da Sra. Regina Célia Silva Oliveira." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 988 de 2021** que : "Requer seja convocada a Sra. Regina Célia Silva Oliveira para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 965 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Roberto Ferreira Dias, Diretor do Departamento de Logística em



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 979 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Roberto Ferreira Dias, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 976 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Ricardo Barros, deputado federal e líder do Governo na Câmara dos Deputados, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 982 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Thiago Fernandes da Costa, servidor do Ministério da Saúde e um dos gestores que atuou no contrato celebrado entre a União e a Bharat Biotech Limited International, representada pela empresa brasileira PRECISA MEDICAMENTOS, para fornecimento de 20 milhões de doses da vacina Covaxim, para prestar depoimento como testemunha perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 984 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Rodrigo de Lima, funcionário terceirizado lotado no Ministério da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 985 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Danilo Berndt Trento para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 986 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Emanuel Catori, um dos sócios da Belcher Farmacêutica, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 118 de 2021** que : "Requer que seja convocado o Sr. Gustavo Mendes Lima Santos, gerente de medicamentos e produtos biológicos da Anvisa." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 611 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Cefa-3 e Lled Soluções." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 621 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Cefa-3 e Lled Soluções." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 612 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de LENEIR DOS SANTOS OLIVEIRA, bem como do sigilo bancário e fiscal da empresa da qual é sócio, S P SERVICOS E LOCACAO LTDA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 613 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de JEAN DOS SANTOS OLIVEIRA, bem como do sigilo bancário e fiscal da empresa por ele administrada, S P SERVICOS E LOCACAO LTDA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 614 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Eduardo Pazuello." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 615 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de GEORGE DA SILVA DIVERIO." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 617 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de CELSO FERNANDES DE MATTOS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 618 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de FÁBIO REZENDE TONASSI."



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 619 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Leneir Oliveira." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 620 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de JEAN DOS SANTOS OLIVEIRA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 734 de 2021** que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marcos Eraldo Arnoud." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 759 de 2021** que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Emanuela Medrades." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 999 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Marcelo Batista Costa." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 830 de 2021** que : "Requer informações ao Ministério da Economia" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 861 de 2021** que : "Requer informações ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe: 1. Inteiro teor do processo de auditoria especial do contrato emergencial firmado pela Prefeitura de Aracaju para administrar e suprir a escala de médicos da Unidade de Pronto Atendimento Nestor Piva. 2. Relatório preliminar da referida auditoria." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 936 de 2021** que : "Reque informações sobre solicitações à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do Sistema Única de Saúde (CONITEC) acerca de incorporação de tecnologias ou elaboração de Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas relativas ao tratamento para COVID-19" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 942 de 2021** que : "Requer informação ao Ministério da Saúde para que decline todos os detalhes acerca da comunicação da Pasta com a empresa Madison Biotech PTE. Ltd (discriminando os envolvidos nas negociações), da frequência dos contatos, da justificativa para potencial assinatura de documento acerca de pagamento antecipado pela entrega de doses em quantitativo sensivelmente menor que o estipulado, dos contratos entabulados com a Precisa Medicamentos, Bharat Biotech e Madison Biotech PTE. Ltd" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 951 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente Executivo da Unimed Fortaleza, Elias Leite, informações sobre o atendimento a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela Operadora de Plano de Saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 953 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente Executivo da Hapvida Participações e Investimentos S.A., Jorge Pinheiro Koren de Lima, informações sobre o atendimento a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela Operadora de Plano de Saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 954 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Prevent Senior Private Operadora de Saúde LTDA, Fernando Parrilo, informações sobre o atendimento a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela Operadora de Plano de Saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 957 de 2021** que : "Requisita da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados as informações referentes à tramitação da Medida Provisória nº 1.015." **Autoria:** Senador



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 959 de 2021** que : "Requisita informações do Ministério da Saúde: a) todos os documentos relacionados à licença de importação solicitada pelo Ministério da Saúde à ANVISA, inclusive comunicações entre o Ministério, a ANVISA e a empresa Precisa Medicamentos; b) todos os documentos e a íntegra dos processos administrativos em que figurem referidos órgãos e empresa e; c) a íntegra dos processos administrativos em que a Madison Biotech é mencionada." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 966 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico O ESTADO DE MINAS, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 967 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico FOLHA DE SÃO PAULO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 968 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico JORNAL DO COMMERCIO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 969 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico JORNAL DO CORREIO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 970 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico O ESTADO DE PERNAMBUCO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 971 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico O ESTADO DE SÃO PAULO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 972 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico O GLOBO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 973 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico ZERO HORA, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 980 de 2021** que : "Requer sejam prestadas informações pelo Ministério da Saúde a respeito de todos os detalhes das negociações para aquisição da vacina chinesa Convidecia, do laboratório Cansino, por intermediação da Belcher Farmacêutica, incluindo todas as comunicações realizadas, minutas de contratos e documentos intercambiados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 981 de 2021** que : "Requer sejam prestadas informações pela Belcher Farmacêutica, com detalhes acerca das negociações para venda da vacina chinesa Convidecia, do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

laboratório Cansino, incluindo todas as comunicações realizadas, minutas de contratos e documentos intercambiados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 983 de 2021** que : "Requer sejam solicitadas à ANVISA informações a respeito dos procedimentos administrativos relacionados à vacina chinesa Convidecia, do laboratório Cansino, por intermediação da Belcher Farmacêutica, incluindo todas as comunicações realizadas e documentos intercambiados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 991 de 2021** que : "Requer, com fundamento no artigo 58, § 3º, da Constituição Federal e no artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam requisitados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informações e documentos em formato eletrônico sobre a autorização para uso da vacina Convidecia, do laboratório CanSino." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 992 de 2021** que : "Requer, com fundamento no artigo 58, § 3º, da Constituição Federal e no artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam requisitados ao Ministério da Saúde informações e documentos em formato eletrônico sobre negociação realizada pelo mencionado Ministério para a aquisição de testes para detecção de covid-19 e a compra de 60 milhões de doses da vacina Convidecia, do laboratório CanSino, com intermediação do Laboratório Belcher." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 993 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre o bloqueio de informações do servidor Luis Ricardo Miranda." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 713 de 2021** que : "Requer à CGU a disponibilização dos dados de investigação acerca de recursos federais repassados ao Estado de Sergipe para fins de combate à pandemia" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 929 de 2021** que : "Requer à Polícia Federal o detalhamento acerca da Operação Transparência, realizada na manhã do dia 22 de junho do corrente ano, para investigação de potenciais irregularidades em contratações com dispensa de licitação promovidas pela Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe e financiadas com verbas federais, disponibilizando-se a esta Comissão os indícios em que se amparou a Operação, detalhando-se igualmente os agentes públicos e privados envolvidos, bem como o montante de recursos públicos. empregados" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 939 de 2021** que : "Requer que sejam solicitadas à Procuradoria Regional da República no Distrito Federal cópias de todos os procedimentos e inquéritos, civis ou criminais, onde constem como interessados ALEX LIAL MARINHO e/ou a empresa PRECISA MEDICAMENTOS e cujo objeto tenha qualquer relação com a aquisição, pela Administração Pública Federal, da vacina denominada COVAXIN." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 956 de 2021** que : "Requer a notificação do Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria-Geral da República, para que forneça a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a relação de procedimentos e processos instaurados, sob quaisquer títulos, em desfavor do Senhor RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS, Deputado Federal, bem como as respectivas cópias integrais dos autos eventualmente existentes." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 974 de 2021** que : "Requer a determinação de apresentação de relatório contendo análise fiscal com base em todas as informações disponíveis nas bases de dados da Receita Federal." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 975 de 2021 que : "Requer seja solicitado ao Tribunal de Contas da União (TCU), em caráter de urgência, a realização auditoria no Contrato nº 316/2020 (Processo nº 25000.002337/2020-34), firmado entre o Ministério da Saúde, por meio do DEPARTAMENTO DE LOGISTICA EM SAUDE – DLOG, com a PRECISA - COMERCIALIZACAO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 03.394.819/0001-79)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 998 de 2021** que : "Requer informações relativas ao acesso a sistemas pelo servidor" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 962 de 2021** que : "Requer que seja determinada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), a transferência dos sigilos de propriedade intelectual e patrocínio acerca dos estudos experimentais e intervencionais relacionados ao coronavírus e/ou à Covid-19 aprovados pela Comissão que envolvam – de modo isolado ou conjugado – os seguintes medicamentos: cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina, nitazoxanida, doxiciclina, proxalutamida, suplemento alimentar de zinco, suplemento alimentar de vitamina C, suplemento alimentar de vitamina D." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 1011 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de CC BATISTA ME (CNPJ 18.368.807/0001-47)" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 1010 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de LIFE SAUDE ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA LTDA" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 1009 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de NOVA RENASCER EIRELI" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 1008 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de TRAIRI COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 1007 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do DEPUTADO FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JÚNIOR." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 1006 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Adria Gomes Cardoso" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 1005 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Tereza Raquel Rodrigues Baima Rabelo." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 1004 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de ANDRÉ LUIZ GUEDES DA SILVA" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 1003 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de ELIUDA DO NASCIMENTO CARNEIRO" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 1002 de 2021** que : "Requer a convocação Sr. Adeilson Loureiro Cavalcante." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 1020 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 1019 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de LBC CONSERVADORA E SERVICOS EIRELI" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 75 -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1018 de 2021 que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de DR7 SERVICO DE OBRAS DE ALVENARIA LTDA" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 1017 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de TECWAY SERVICOS E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 1016 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de PHA Rodrigues (CNPJ 14.560.971/0001-09)" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 1015 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de CONSTRUTORA MATRIX LTDA" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 1014 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de AG SERVICE INFORMATICA LTDA" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 1013 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de BRB SERVICOS EM SAUDE LTDA" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 1012 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de PODIUM EMPRESARIAL EIRELI" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 1021 de 2021** que : "Requer informações ao Brasília Shopping e restaurante Vasto sobre reunião realizada em 25 de fevereiro de 2021" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 1031 de 2021** que : "Convoca Luiz Paulo Domingueti Pereira, representante da Davati Medical Supply" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 1030 de 2021** que : "Requer reunião secreta para ouvir o Deputado Federal Luis Miranda" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 1029 de 2021** que : "Requer informações ao Vasto Restaurante sobre a reunião ocorrida no dia 25 de fevereiro" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 1028 de 2021** que : "Requer informações à empresa Davati Medical Supply" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 1027 de 2021** que : "Requisição de informações ao Ministério da Saúde ligadas à empresa Davati Medical Supply" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 1026 de 2021** que : "Convoca Luiz Paulo Domingueti Pereira, representante da empresa Davati Medical Supply" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 1025 de 2021** que : "Convoca Silvio Assis, suposto lobista, para prestar depoimento sobre suposto esquema de corrupção no Ministério da Saúde" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº 1024 de 2021** que : "Convoca Cristiano Alberto Carvalho, que se apresenta como procurador da empresa Davati Medical Supply" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 1023 de 2021** que : "Convocação de Luiz Paulo Domingueti Pereira" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 1022 de 2021** que : "Requer diligência para que na condição de testemunha sujeita ao compromisso de dizer a verdade, preste depoimento em sessão reservada o Sr. Luis Claudio Miranda, Deputado Federal." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 1041 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Roberto Ferreira Dias" **Autoria:**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 1040 de 2021** que : "Transferências de sigilo telefônico e telemático de Tercio Arnaud Tomaz" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 1039 de 2021** que : "Transferências de sigilo telefônico e telemático de Allan Lopes dos Santos" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 1038 de 2021** que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de LÍGIA NARA ARNAUD TOMAZ" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 1037 de 2021** que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de JOSÉ MATHEUS SALLES GOMES." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 98 - REQUERIMENTO Nº 1036 de 2021** que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de MATEUS MATOS DINIZ." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 99 - REQUERIMENTO Nº 1035 de 2021** que : "Transferência de sigilos telefônico e telemático de MATEUS DE CARVALHO SPOSITO" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 100 - REQUERIMENTO Nº 1034 de 2021** que : "Transferência de sigilos telefônico e telemático de CARLOS EDUARDO GUIMARÃES" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 101 - REQUERIMENTO Nº 1033 de 2021** que : "Convoca LUCIANO HANG para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 102 - REQUERIMENTO Nº 1032 de 2021** que : "Convoca LUIZ PAULO DOMINGUETTI, representante da empresa Davati Medical Supply." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 103 - REQUERIMENTO Nº 1043 de 2021** que : "Convocação de Marcelo Blanco, assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **3ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Carlos Wizard Martins, em atendimento ao requerimento 553/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, **juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/06/30>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 371 e 372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à deliberação sobre pedido de substituição de convocações aprovadas, à apreciação de requerimentos e ao depoimento do Sr. Carlos Wizard Martins, em atendimento ao requerimento do Senador Alessandro Vieira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, estavam na pauta desde ontem os Requerimentos nºs 701 e 706,...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quais são esses requerimentos?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que são requerimentos que têm hoje demonstrado aí um verdadeiro drama nacional que esta CPI tem abordado todos os dias, alguns colegas, sobre a questão do Consórcio Nordeste. Se é para rastrear corrupção, vamos rastrear em todas as esferas do poder, claro, sempre, mas a gente não pode, de maneira nenhuma, blindar A ou B.

Então, eu queria falar rapidamente aqui para o senhor, porque demandam esses dois requerimentos a convocação do Secretário-Executivo do Consórcio Nordeste, o Sr. Bruno Dauster, e da Sra. Cristiana Prestes, para que venham a esta Comissão Parlamentar de Inquérito com o intuito de esclarecer os meandros que envolveram a contratação, com dispensa de licitação e com pagamento antecipado pelos Estados consorciados, de 300 respiradores em face da empresa Hemptcare Pharma Representações, que comercializa produtos à base da maconha, da droga da maconha, pelo valor de 48,7 milhões, ao preço unitário superfaturado, portanto, de R\$164.917. Cabe destacar que a negociação desses aparelhos ficou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o encargo do Governo da Bahia, através de um convênio de cooperação técnica entre o consórcio e o Estado da Bahia.

Diante desse fato, o ex-Secretário da Casa Civil daquele Estado, Bruno Dauster, homem de confiança do Governador, tomou a frente das tratativas, primeiramente, no dia 5 de abril de 2020. Esse mesmo Sr. Bruno Dauster admitiu que diversos procedimentos obrigatórios na composição dos contratos públicos não foram cumpridos na condução do contrato dos respiradores, entre eles a falta de seguro de transporte de entrega. Portanto, essa negociação foi feita sem nenhuma garantia palpável de como, quando, onde e se esses respiradores seriam efetivamente entregues.

Em depoimento à polícia baiana, uma das sócias proprietárias da empresa Hempcare, Cristiana Prestes Taddeo, acusou o ex-Secretário da Casa Civil do Estado da Bahia Bruno Dauster de ter sugerido um aditivo no contrato para superfaturar o valor dos respiradores. Na Nota Técnica nº 9, da regional da Bahia da CGU, de 3 de junho de 2020, que trata da compra desses 300 respiradores, apontam-se diversos indícios de irregularidades nessa aquisição, entre eles: um, contrato eivado de vício, entre eles a violação das leis de licitações; dois, falta de zelo na escolha da contratada para o fornecimento dos equipamentos; três, não foi avaliada a comprovação de capacidade técnica operacional da Hempcare que garantisse a entrega do produto; quatro, pagamento executado de forma antecipada sem observância dos trâmites legais de execução de despesas públicas e sem a exigência de garantia de cobertura, danos ou prejuízos do contrato.

Portanto, Sr. Presidente, com base no exposto e na comprovação de inúmeras irregularidades na contratação desses 300 respiradores pelo Consórcio Nordeste, bem como da confirmação de que houve utilização de verbas federais, sim, no pagamento dos citados aparelhos é que solicito a inclusão extrapauta da convocação do Sr. Bruno Dauster e da Sra. Cristiana Prestes para comparecer a esta CPI – algo que estava pautado inclusive, que eu peço para o senhor e faço um apelo para o senhor, pelo bem desta CPI, para que ela possa ter credibilidade: que o senhor inclua extrapauta para a gente votar hoje esses requerimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, eu não vejo, já disse a V. Exa., problema em convocar absolutamente ninguém, seja quem for. Não vejo problema. Eu só retirei de pauta porque eu não... Eu queria, primeiro, conversar com os Senadores, para ver se há uma unidade para a gente trazer essas duas pessoas que V. Exa. está dizendo. Em relação à CGU, eu vou marcar para a semana que vem – que é uma convocação sua – para que o diretor lá da CGU esteja aqui na semana que vem, para que possa esclarecer fatos que V. Exa. colocou à CPI.

Então, eu pediria a V. Exa. para que a gente pudesse pautar isso que o senhor está pedindo na terça-feira. Nós teremos muito tempo ainda para ouvi-lo, sem problema nenhum. Eu marcaria na terça-feira que vem. Esse compromisso eu assumo com V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente, eu faço um apelo a V. Exa. Já foi adiado várias vezes esse requerimento, estava na pauta até 1h da manhã de hoje. Eu lhe peço que a gente inclua extrapauta. E eu acredito que os colegas aqui vão ter o voto para definirem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... a questão, e a gente resolve essa questão que virou um drama nacional. Não tem por que a gente adiar, já que esta CPI já completou 60 dias de instalação e precisamos investigar também Estados e Municípios.

Eu lhe faço esse apelo para que coloque em votação, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) - Eu queria contestar essa colocação do Senador Girão, porque nós já discutimos aqui a própria decisão do Supremo Tribunal Federal, que vai nessa linha. Esta CPI pode, sim, investigar recursos que foram transferidos e utilizados por Estados e Municípios, desde que sejam recursos diretamente transferidos para o combate à Covid-19 e que sejam transferências voluntárias. Já foi dito aqui - e o Senador que me antecedeu parece que não consegue entender ou não quer entender - que esses recursos não são recursos dentro da nossa capacidade de investigação.

Eu sugiro a S. Exa. que ele se dirija a cada um dos Estados do Nordeste, procure o Presidente da Assembleia e leve a demanda de que se faça a investigação da aplicação desses recursos que são estaduais - estaduais. Na verdade, isso é uma verdadeira cruzada política que se está tentando fazer aqui contra os Governadores do Nordeste que compõem o consórcio. Então, eu quero me contrapor e, no dia em que essa questão for a voto, vou me colocar novamente. Por que S. Exa. não investiga aquilo que é da nossa responsabilidade: o roubo de vacinas, a corrupção que começa a aparecer? Não vejo essa fala aqui, mas, quando se trata do Consórcio Nordeste e de recursos que não nos cabem fazer aqui a investigação, então esse tema surge, ele volta, sempre com a ideia de que há alguém aqui protegendo quem quer que seja, o que não é verdade.

Então, eu quero dizer que, no dia em que V. Exa. colocar, eu vou me colocar contra. E acho que S. Exa. deveria trazer a prova, prova incontestável de que os recursos são recursos que esta CPI pode investigar. É isso que deveria fazer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu trouxe a prova. Eu trouxe a prova, Sr. Presidente, e quero mostrar aqui, mais uma vez. Eu acho que o nosso colega...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Eu não acredito na sua prova.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O Exmo. colega que ficou nervoso, que fica nervoso... Eu não sei por que está tão nervoso com relação a isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Nervoso é V. Exa.! Já perdeu aqui...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, eu estou calmo, eu estou sereno.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... na votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu estou sereno.

Pois é, inclusive tem aqui o efeito, tem um precedente. Nós votamos, Sr. Presidente, demais colegas Senadores aqui, o Carlos Gabas, e essa discussão foi superada. Foi no voto que foi perdida aqui a convocação dele. Então, vamos para o voto novamente porque eu estou com a prova. Eu quero passar para V. Exa. aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo Braga; depois, Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente, eu queria só mostrar a prova aqui, se o senhor permitir.

Essa argumentação de que apenas os recursos federais transferidos de forma voluntária podem ser objeto de investigação pela CPI da Pandemia não se sustenta. Tal interpretação do texto constitucional pelo consultor legislativo é pontual, errática e não deve prosperar. Vejam que até o TCU, Senador Marcos Rogério, possui posição não pacificada sobre o tema. Cito o texto da própria nota técnica da Consultoria Legislativa, de 10 de maio de 2021 - abro aspas: "A matéria é polêmica. O TCU insiste que, no âmbito das transferências fundo a fundo, como as que ocorrem no âmbito do Sistema Único de Saúde, de acordo com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em especial no art. 33, [...] a competência fiscalizatória é da União, o que atrai a participação do Congresso Nacional, com o auxílio do TCU, no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controle externo, independentemente de as transferências serem realizadas por imposição [constituição] [...] legal".

Ademais, a Nota Técnica nº 9 da regional da Bahia, que trata da compra dos 300 respiradores desta empresa Hemptcare, à Controladoria Geral da União, órgão de controle e fiscalização federal, aponta expressamente nas suas conclusões a utilização de verbas federais na citada negociação. Aproveito para citar o texto da própria CGU – abre aspas: "Por fim, resta evidenciado que o prejuízo envolve recursos federais, sim, como comprovado na análise de documentos dos Estados da Paraíba e Sergipe, cujos valores repassados ao Consórcio Nordeste, para a compra dos respiradores da empresa Hemptcare, são de origem federal".

Considerando que foram utilizados 9,895 milhões de recursos federais já comprovados em dois Estados da Federação que participaram do contrato de rateio nº 01 de 2020, estando a apuração, a fonte de recursos que financiou os repasses feitos pelos demais Estados – para finalizar, Sr. Presidente –; considerando que a presença de recurso federal atrai o interesse da União e, conseqüentemente, a competência da Justiça Federal e dos órgãos federais da defesa do Estado, entre os quais a Controladoria, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, por conta do acima explanado, não restam dúvidas sobre o uso de verbas federais nos Estados de Sergipe e Paraíba na contratação com dispensa de licitação e com pagamento antecipado de quase R\$50 milhões pelos Estados consorciados de 300 respiradores da empresa Hemptcare, que nunca chegaram ao povo nordestino.

Então, Sr. Presidente, não resta dúvida. Eu estou aqui com a ordem bancária assinada pelo próprio Diretor-Executivo do Consórcio Nordeste, estou aqui com a nota fiscal da empresa e eu acho que isso já está um assunto já debatido, a gente já venceu. Eu peço ao senhor, apelo que a gente vá para o voto....

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Já venceu mesmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... para definir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Já venceu mesmo, Senador, V. Exa. falou a frase certa. Não dá para ouvir calada isso aqui, Presidente!

Presidente, nós estamos diante de uma denúncia nacional da tentativa de se ter uma propina de aproximadamente R\$2 bilhões, porque seria US\$1 para cada 400 milhões de doses a serem compradas por este Governo. Nós temos a imprensa do Brasil e fora do Brasil destacando essa denúncia bombástica, necessidade de prorrogação desta CPI, e, com todo o respeito ao meu colega Girão – que V. Exa. sabe que eu tenho –, V. Exa. insiste numa pauta vencida, com decisão do Supremo Tribunal Federal!

Vamos dar seguimento a esta CPI, Presidente Omar!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Vamos investigar esse rombo bilionário, essa tentativa de se desviar recurso de uma vacina que era para salvar vidas! Nós temos 516 mil pessoas que morreram. Pelo amor de Deus! Não! Não dá para ouvir e ficar calada. Simplesmente não dá, Presidente!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente, depois eu...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente, me inscreva, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) - Bem, eu quero agradecer ao Presidente por garantir o uso da palavra. Mas, Presidente, eu quero apresentar aqui duas questões: uma questão de ordem e, a outra, questão de mérito. A questão de ordem é em relação à pauta, Presidente.

Ontem, durante todo o dia, nós tínhamos uma pauta prevista para hoje com 61 requerimentos. Hoje, ao chegar à Comissão, essa pauta está com 102 requerimentos, 41 requerimentos a mais.

No art. 108 do nosso Regimento Interno, é dito o seguinte:

Art. 108. As reuniões das comissões serão iniciadas com a presença de, no mínimo, um quinto de sua composição, salvo o disposto no §3º do art. 93.

§1º A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será disponibilizada em meio eletrônico no portal do Senado Federal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias [...].

Eu faço essa colocação, Presidente, para que remanesça a pauta com 61, que foi publicada, a fim de que nós possamos buscar aquilo que V. Exa. disse ainda há pouco em relação ao requerimento do Consórcio Nordeste. V. Exa. disse: "Olha, tirei de pauta porque quero buscar o consenso para votar". Ora, eu não tenho conhecimento e a fundamentação dos requerimentos que foram colocados em pauta. Então, pelo mesmo argumento usado por V. Exa. para retirar de pauta o Consórcio Nordeste, eu peço para retirar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pauta os 41 requerimentos que foram adicionados na noite de ontem para a sessão de hoje, a fim de que nós possamos ter domínio do mérito para podermos ter a fundamentação para votar, Sr. Presidente.

São essas duas questões que quero colocar a V. Exa., porque, se, por um lado, V. Exa. busca o entendimento para que nós possamos votar a matéria como a do Consórcio do Nordeste, do outro lado, precisamos conhecer o mérito e a fundamentação de 41 requerimentos que foram adicionados à pauta.

Eu queria ouvir V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A maioria desses requerimentos foram feitos por mim, assinados por mim, como Presidente da CPI, e tratam basicamente do Estado do Amazonas, Senador Eduardo Braga, onde eu afirmo a V. Exa. que tem fortes indícios de que uma conselheira estaria recebendo vantagens para que o filho dela não indiciasse o Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima. Se V. Exa. quiser adiar, eu vou adiar, mas a maioria desses requerimentos é do mesmo pensamento, do mesmo discurso... V. Exa. sempre disse aqui: "O Amazonas tinha dinheiro". Mas eu estou agora dizendo para onde esse dinheiro foi.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Omar, eu estou da mesma forma que V. Exa...

E por que então nós não podemos apurar o Consórcio Nordeste?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, por mim pode apurar o Consórcio Nordeste.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, vamos votar tudo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Se é para votar no critério de V. Exa... V. Exa. está pedindo quebra inclusive de filha da conselheira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que está fazendo uma casa sem recurso no Condomínio Ephigênio Salles...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas aqui agora nós viramos Receita Federal?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, Senador... Calma!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu estou calmo. V. Exa. é a primeira vez que está questionando isso, hein? E logo em relação ao Estado do Amazonas, Senador!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, não! Senador, por favor... Senador, esta Comissão não é uma questão de disputa regional. Senador, não é uma questão de disputa regional... V. Exa. está apresentando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, V. Exa. vem dizer isso para mim, Senador Eduardo Braga? Questão de disputa regional?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu estou dizendo isso para V. Exa., sabe por quê? V. Exa. está colocando aqui a família da conselheira com que fundamentação?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ah, essa é uma opinião de V. Exa., que V. Exa. tem a tribuna para fazer; mas não, a CPI. A CPI não é instrumento para isso. Será que os Srs. Senadores aqui estão à vontade de votar isso dessa forma – dessa forma?

Faço um apelo ao Renan, nosso Relator, que tem anos e anos de vida pública, aos Srs. Senadores todos aqui, que têm história de vida pública. Nós vamos votar essa pauta? É essa pauta que nós vamos votar?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, o senhor me permite uma sugestão de encaminhamento?

Dentre os requerimentos que foram...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou na ordem inscrito ainda, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, o.k.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu sugiro como encaminhamento que se faça uma separação entre os requerimentos apresentados.

Mais precisamente, eu me refiro aos requerimentos que tocam na questão das duas denúncias graves que surgiram ontem, denúncias que envolvem a necessidade de uma nova oitiva do Deputado Federal Luis Miranda, uma vez que ele refere, em matérias publicadas ontem e hoje, ter recebido uma proposta de propina pra ficar calado após a denúncia que fez do imbróglio que envolve Precisa e Covaxin. Não há porquê, eu imagino que nenhum Senador vá se colocar contra a votação desse tipo de requerimento. Da mesma forma, a notícia que envolve um possível pedido de propina referente ao contrato da Davati...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Alessandro, o Deputado Miranda, agora, pela manhã, desmentiu a informação da revista Crusoé. Inclusive, publicou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ele atualizou. Ele atualizou.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Ele, logo em seguida, confirmou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É... Ele, logo em seguida, confirmou.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Então, o caminho é sentar na cadeira, assumir o compromisso da verdade e prestar depoimento para que a gente saiba que está fazendo a coisa séria.

O que não pode é esta CPI passar o recibo de que não quer apurar uma denúncia de que alguém queria ter vantagem ilícita no momento em que tinha brasileiros morrendo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu concordo com V. Exa. Eu concordo com V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Conto com o voto, então, para a aprovação do requerimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) - Eu não tinha a informação de que ele tinha retificado. Portanto, concordo com V. Exa. Tudo tem que ser esclarecido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aproveito para também refutar a informação desta empresa Davati, que foi desmentida pela AstraZeneca, que não se trata de representante comercial nenhuma da AstraZeneca.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas a questão não é essa, Fernando. A questão não é essa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Só estou falando que ele se intitula representante da AstraZeneca.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Quem primeiro admite é o próprio Governo, que exonerou o servidor nesta manhã.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, é porque o Governo não coaduna com qualquer tipo de irregularidade, exonerou para justamente facilitar toda a apuração que está sendo feita pela CGU.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ótimo, facilitar a operação... A apuração.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - A apuração, claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Facilitar a apuração...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não pode haver dúvida...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - A apuração será feita pela CPI, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não pode haver dúvida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A apuração será feita aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não tenha dúvida. Nós estamos a favor de qualquer tipo de apuração. Nós não queremos é a politização dessa apuração. O Governo não receia absolutamente nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Tem 2 bilhões de motivos, 2 bilhões de motivos, para esta CPI convocar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Isso está ficando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por enquanto, era importante que o Presidente da República falasse sobre o depoimento aqui prestado pelo Deputado Luis Miranda. Já são cinco dias em que o Presidente da República cala, silencia. É importante que ele fale...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Eu só queria fazer uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou responder a questão de ordem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E eu queria, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Sr. Relator.

Eu vou responder a questão de ordem do Senador Eduardo Braga, para que a gente possa esclarecer a coisa.

Não é uma questão regional. O Estado do Amazonas está no escopo, como o Senador Eduardo Braga... Todas as vezes em que tinha alguma coisa relacionada ao Estado do Amazonas, o Senador fazia questão de dizer que tinha dinheiro, por que que não comprou respirador, por que não comprou... Várias vezes, o discurso do Senador Eduardo foi sempre... O meu comportamento em relação a todas as audições nunca foi diferente do da de ontem, nunca foi diferente. Nunca foi diferente. Então, deixe eu...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Senador Omar, o senhor me desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Senador... Só um minutinho, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - O senhor me desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu o ouvi...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Mas o senhor está citando e conceituando o meu comportamento!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor está dizendo para mim... V. Exa. disse para mim o seguinte: que esse negócio não... Que é um caso regional... Não, Senador Eduardo Braga! V.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa. cansou de dizer que nós temos que ir atrás do dinheiro. Lá no Estado do Amazonas, tinha quatrocentos e poucos milhões. O Senador Luis Carlos Heinze disse a mesma coisa. Eu estou dizendo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho!

Senador Eduardo Girão, Senador Eduardo Braga, Senador Jorginho, Senador Luis Carlos Heinze, quando eu fiz aqui a afirmação, ontem, de que tinha que quebrar o sigilo, foi porque o enriquecimento dessa senhora que é do Conselho do Tribunal de Contas do Estado, cujo filho foi Relator da CPI e não indiciou o Governador... Todos os Senadores cobraram o não indiciamento do Governador. Sabem por quê? Porque ela recebe vantagens dessas empresas das quais eu quero quebrar o sigilo fiscal e bancário...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Quebre as empresas! Quebre as empresas!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você está me entendendo?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Comprove!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu tenho que quebrar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Se V. Exa. tiver provas quebrando o sigilo das empresas, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. está querendo que eu não quebre de quem, Senador?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Não! V. Exa. só não pode é transformar a Comissão de acordo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. não quer que eu quebre de quem, Senador?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu retiro agora. Diga qual é.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Não, Senador Omar, calma!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor, Senador!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - V. Exa. já foi vítima em CPI aqui neste Senado. Não fique querendo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Eu? Eu nunca fui vítima de nenhuma CPI!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. ontem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Calma!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... disse que não tinha nunca pagado no seu Governo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Eu não paguei em verba indenizatória. Não paguei, levantei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pagou! Pagou!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Paguei de pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Trezentos e noventa e oito milhões!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - De pessoal! V. Exa. quer trazer para esta Comissão a disputa de 2022 no Estado do Amazonas. Não faça isso, Senador!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Esses outros Senadores aqui não entenderam o dia de ontem. Senador, ontem, V. Exa. trouxe o Relator; o Relator não é o Governador, ele não é o Secretário de Saúde, ele não é ordenador de despesa.

O art. 146 do Regimento Interno, Senador Renan, diz o seguinte: não se admitirá Comissão Parlamentar de Inquérito sobre matérias pertinentes à Câmara dos Deputados, à atribuição do Poder Judiciário, e aos Estados, à Federação. O Deputado é membro do Poder Legislativo do Estado do Amazonas, Senador Omar! V. Exa. tem vedação não é por mim, é pelo Regimento Interno! Ele é membro do Poder Legislativo. Aqui, a palavra "Estado" está na figura de ente federado, e nós na Comissão Parlamentar de Inquérito não podemos fazer desta Comissão Parlamentar de Inquérito um alvo do nosso instrumento particular de investigação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo Braga, não diga isso, Senador!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Claro! Se V. Exa. tem alguma questão, vá à instância...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, se o Governador do Estado tiver um pouco de juízo, ele tem que romper o contrato com essas empresas que eu denunciei aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nenhum problema! Nenhum problema!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, porque quem está levando vantagem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas não é só com essas empresas, tem que romper com outras...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não quer que eu investigue, então? Está bom!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não! Eu não quero que investigue?! V. Exa. é que não pauta, por exemplo, o Secretário Executivo do Nordeste. E aí eu é que não quero investigar?!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já foi pautado! Já foi pautado e votado!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu votei a favor, e depois tiraram!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pauto, Senador!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já pautou, já foi...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Já pautou e já tirou, não é? Quando é do interesse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu poderia...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... pode quebrar até...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já votou! Já votou!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Senador Eduardo, eu poderia... E peço vênias aos senhores, pela amizade que tenho evidentemente com os dois e pelo cargo que exerço, em nome da Liderança do MDB, que V. Exa. exerce sobre todos nós...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era muito importante - e, Presidente Omar, eu já tive oportunidade de falar aqui para o Presidente Omar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Era muito importante, neste momento em que nós somos obrigados a fazer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente Omar, eu estou com a palavra, eu queria que me respeitassem a palavra, um minuto só.

Era muito importante que, neste momento em que nós precisamos fazer uma reflexão, em que chegamos definitivamente a casos escabrosos de corrupção... Até então, nós estávamos aqui investigando o porquê de o negacionismo ideológico ter conscientemente proporcionado a morte de 516.119 brasileiros. Agora, nós vemos que o trabalho que aqui começamos era até otimista, porque nós nos deparamos com um câncer, com o câncer da corrupção. E precisamos mais do que nunca priorizá-lo, investigá-lo, não é? As digitais estão todas postas!

Eu concordo com o Senador Eduardo Braga que não tem sentido, absolutamente nenhum sentido, que nós paralisemos esta Comissão, por exemplo, para fazer um recesso branco para atender o Presidente do Senado. Ele não pode fazer isso!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, eu estou falando - eu, eu, eu! Eu estou falando. Eu falei do Eduardo Braga no início.

Eu estou falando que nós não podemos, sob pretexto nenhum, apequenar os trabalhos desta Comissão.

E mais do que isso: não podemos afetar a correlação desse grupo que quer investigar, que quer apurar! Isso não é inteligente do ponto de vista da condução política, nem tampouco do ponto de vista da investigação. É fundamental que nós continuemos juntos e que nós façamos o que sempre fizemos: conversemos sobre tudo para, ao final e ao cabo, decidir o que fazer. Essas coisas, na medida em que afloram contra o interesse nacional, dividem a Comissão, dividem o grupo. E não é inteligente. A sociedade não nos entenderá.

Eu tenho problemas no meu Estado. O Randolfe tem problemas no Estado dele. O Otto tem problemas no Estado dele. O Humberto... Todo mundo tem! Todo mundo tem, mas não é razoável que esta Comissão se debruce...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... sobre investigação específica de nenhum Estado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... para atender a ninguém!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador... Senador... Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não é! Não é!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Randolfe... Senador Randolfe, não... Senador Renan Calheiros, a pedido do Senador Eduardo Braga, eu vou adiar o pedido de investigação da corrupção que tem dentro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, na pessoa da Conselheira Yara Lins, seu filho que foi o Relator da CPI e das outras pessoas de que eu estou quebrando o sigilo, para a gente votar na próxima sexta-feira. Para cumprir o que o Senador Eduardo Braga está me pedindo, eu estou adiando para sexta-feira. Então, paute para sexta-feira.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) - Apenas para corrigir, eu não estou pedindo para que V. Exa. não investigue qualquer tipo de corrupção. Eu estou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Não! Eu pedi para que V. Exa. cumpra o Regimento. Então, V. Exa... Apenas porque a fala de V. Exa. é maldosa em relação a mim. E eu não quero... E eu não quero que fiquem dúvidas para aqueles que nos assistem!

O que eu quero é o mesmo peso e a mesma medida. O mesmo peso e a mesma medida para o Consórcio Nordeste, o mesmo peso e a mesma medida... E olhem lá: o Consórcio Nordeste é compra direta de respiradores! O que nós estamos tratando aqui, no caso desses requerimentos, não é; mas, mesmo assim, quero que V. Exa. cumpra o Regimento, portanto, que estabeleça os prazos. E V. Exa. anuncia que, cumprindo o Regimento, deixará esses requerimentos para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, Senador! Não, Senador. O senhor questionou a quebra de sigilo de algumas pessoas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Porque não há fundamentação no requerimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - No seu entendimento, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Sim, mas como é que eu posso ter conhecimento e entendimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - No seu entendimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... de algo que eu desconheço?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - No meu entendimento, existe...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - V. Exa. tem informações que eu não tenho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não! No meu entendimento, Senador Eduardo Braga...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente... Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... são claras as evidências de enriquecimento ilícito da Conselheira Yara Lins e do filho dela que esteve aqui ontem...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente Omar... Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... de que receberam...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente... Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - V. Exa. mais uma vez...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... usa a Presidência da CPI de forma indevida, Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) - Presidente, Eduardo, eu pediria...

Eu fui... Tive o direito, por idade, de abrir e convocar a primeira sessão desta Comissão Parlamentar de Inquérito, sou o mais velho daqui do grupo. E V. Exa. foi eleito Presidente; o Randolfe, Vice; e indicado o Relator.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu proporia a V. Exa. e ao nobre Senador Eduardo Braga, pelo qual tenho muito respeito, um grande amigo aqui no Senado Federal, como todos os outros, que os senhores, depois, sentassem, conversassem – são todos os dois do Amazonas – e resolvessem o que poderiam fazer para não ficar um debate sobre um assunto que, neste momento, me parece superado pelo que aconteceu ontem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está superado, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pelo que aconteceu ontem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós votaremos na sexta-feira. Então, eu vou cumprir o Regimento...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Agora, eu peço, em nome do entendimento, que V. Exa. possa sentar e conversar com o Eduardo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... e ver aquilo que é possível fazer, se é factível fazer. Se, por exemplo, quebrar o sigilo bancário, porque tem alguma suspeita, como V. Exa. citou...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Fundamentação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... fundamentação de enriquecimento ilícito... Para fazer uma coisa mais fundamentada, dentro de um padrão que seja sintonizado com a legalidade que prescreve uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Com recursos que tenham nexos e conexão com o fato investigado aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente. Depois, converse com ele e resolva.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agora, Presidente, queria lhe fazer apenas um apelo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu estou querendo uma bandeira branca entre V. Exa. e o Senador Eduardo Braga. Todos dois têm...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É quem tem mais autoridade aqui para...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Senador Omar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Senador, se, por acaso, não houver esse entendimento, eu me proponho a fazer em ambos uma cingulectomia psicológica para que vocês possam ficar mais calmos e resolver o problema.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Pelo histórico recente, eu acho que vou ser o segundo paciente.

Mas, Senador Omar, eu queria fazer um apelo a V. Exa., porque V. Exa. marcou, salvo melhor juízo, a questão do Consórcio Nordeste para a próxima terça-feira. Então, pelo mesmo juízo de valor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Na sexta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Ou na sexta ou na terça, mas que nós possamos ter tudo junto. Eu prefiro até, por razões minhas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Vamos marcar sexta-feira a votação. Obrigado. V. Exa. disse que tinha que ser 48 horas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Está bom. V. Exa. quer marcar sexta-feira? Então, marque...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Eu proponho que seja um dia em que não haja, aqui, depoentes, porque, senão... Nós já estamos fazendo o cidadão lá esperar há uma hora e meia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Só que, sexta-feira, vai ser o depoimento do pessoal da Precisa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Pois é. Melhor marcar um dia que seja só deliberativa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Se V. Exa. marcar um dia só deliberativa... Acho que o Senador Humberto tem razão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Presidente... Pela ordem, Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu estou aqui aguardando a palavra, Presidente. Eu era na sequência do Eduardo, e já vem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Também estou inscrito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe, Senador Marcos Rogério. É V. Exa. Desculpe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Agradeço a V. Exa.

Sr. Presidente, sobre as novas suspeitas envolvendo servidores do Ministério da Saúde vários falaram aqui, e eu queria fazer algumas considerações.

Primeiro, reafirmando de maneira irrestrita que somos absolutamente favoráveis a todo tipo de apuração de eventuais práticas ou tentativas de práticas de corrupção. Não queremos esconder nada debaixo do tapete, diferentemente de Senadores da Oposição que obstruem as investigações que apontam para responsabilidades de Governadores e Prefeitos. O exemplo mais clássico disso, Senador Girão, é o boicote claro à tentativa de investigar o Consórcio Nordeste, que tem, por exemplo, Governadores, entre eles, o filho do Relator nesta Comissão, além de outras figuras bem conhecidas da esquerda brasileira.

Quanto à compra de vacinas ou a qualquer outra contratação por parte do Governo Federal, esperamos que a oposição abandone a hipocrisia de insistir por negociações imediatas e urgentes a pretexto de estarem preocupados em salvar vidas. As pressões da Oposição só contribuem para criar um clima de açodamento, que nada contribui para a segurança jurídica dos atos administrativos. Para mim, sempre esteve muito claro que, na administração pública, nenhum contrato deve ser firmado às pressas, como insistem e insistiam desde antes os Senadores do G7, que sempre defenderam uma postura absolutamente irresponsável com os negócios públicos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O que me impressiona é que ele está lendo isso daí, Sr. Presidente.

Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Espero que agora esses Senadores...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Irresponsável é ele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que produzem terror político e administrativo repensem suas posturas. Os atos administrativos são complexos e devem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser praticados com o rigor necessário. Os servidores públicos, especialmente os da área técnica, precisam de condições estruturais e de tempo para agir com serenidade, agindo com convicção da lisura de todas as práticas de gestão.

Sobre as suspeitas que estão surgindo, da nossa parte não haverá qualquer blindagem. Vamos investigar tudo! Foi dito agora há pouco aqui, minha cara Senadora Eliziane, em relação ao Consórcio Nordeste. Alguém aqui apoia suspeita de corrupção, ladrão de dinheiro público? Eu não apoio, seja do Governo Federal, seja dos estaduais, seja dos municipais! Não blindo quem rouba dinheiro público! Portanto, defendo, peremptoriamente, a investigação de tudo, seja no Ministério da Saúde, seja no Consórcio Nordeste, seja nos Estados. Não tenho bandido preferido!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem, Senador Marcos Rogério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria, até porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vamos blindar ninguém aqui na CPI.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem o Consórcio Nordeste, nem o consórcio A, B ou C.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, vamos votar, Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, eu recorri da decisão que o Supremo deu em relação a não trazer Governadores, a Mesa recorreu, a Mesa não se furtou a recorrer.

Não, vamos votar não. Eu quero que chame o convidado, o Sr. Carlos Wizard.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, art. 14, o Senador citou o meu nome, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, só...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, só pra deixar claro, só pra deixar claro, V. Exa. me permite a fala?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Presidente, eu também queria falar, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) - É só para deixar claro a minha defesa incontestada de investigação de qualquer denúncia que chegue a esta Comissão. Ocorre que nós temos prazo e temos tempo. Nós estamos diante de novas denúncias gravíssimas que fazem referência a uma tentativa de desvio da ordem de R\$2 bilhões!

Se nós já temos aqui decisão do Supremo Tribunal Federal, vamos respeitar! Agora, eu quero dizer que, se for apresentado, eu não posso votar. Mas, se eu pudesse votar, votaria favoravelmente.

Mas a gente tem limitação! Então, não dá para a gente ficar aqui remando contra a maré e perder o foco da CPI. Vamos investigar aquilo em que nós temos prerrogativas, vamos investigar aquilo que está diante de nós!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Então, alguns tentam desviar o foco. E nós não vamos cair aqui nesta tentativa de desviar o foco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Veja bem: a pedido do Relator Renan Calheiros e a pedido do Senador Eduardo Braga, eu retirei os requerimentos que eu fiz ontem à noite, mas os outros são de urgência urgentíssima. Nós vamos votar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... inclusive a convocação do empresário que acusa o Governo Federal de querer propina de US\$1 por vacina...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... como disse a Senadora Eliziane.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Com certeza, com certeza, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos lá!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Somos favoráveis, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sem prejulgamento!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não! Queremos votar! Queremos aprovar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, pela ordem, por um minuto! É um minuto só.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Presidente, todos falaram. Eu pedi pela ordem a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos votar o seu também, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) - Não, eu só quero falar, se V. Exa. me permitir, um minuto.

Posso falar, Presidente? (*Pausa.*)

Primeiro, Presidente, quero dizer a V. Exa.: ainda tem vários requerimentos, com números de 110, 115, 116... Nós já estamos em mil e tantos. Todas as empresas citadas nesses depoimentos, nessas denúncias que foram feitas - estão aqui a Precisa, Luna Park, Belcher Farmacêutica, Global -, todas estão, aqui no DF, fazendo exatamente a mesma coisa. O *modus operandi* é o mesmo.

Então, eu pediria a V. Exa. - o Senador Randolfe tem a relação aí dos requerimentos - para que os incluísse, para que a gente votasse ou incluísse na pauta de votação. Está com o Senador Randolfe a relação dos requerimentos aqui do DF, Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Só um comunicado urgente, Presidente: a Pfizer também recebeu já R\$2,8 bilhões em empresa *offshore*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente, só um minuto apenas eu lhe pelo. O senhor me autoriza?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É a prática normal desses laboratórios, dessas empresas! Não tem nada de irregularidade com esses pagamentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Presidente Omar, Presidente Omar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu acho que a gente tem que investigar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vou passar ao Vice-Presidente Randolfe, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Presidente Omar, eu lhe peço um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, é o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tem irregularidade sim! Tem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Renan Calheiros...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - O Senador já falou!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas eu fui citado.

Presidente, é um minuto! Um minuto, por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sou eu ou o Renan?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Qualquer um dos dois. (*Fora do microfone.*)

Por favor, Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Não, Presidente, é só uma questão de encaminhamento. Nós já fizemos duas coisas ao mesmo tempo: já chamamos o depoente sem fazer deliberação antes. Vamos construir aqui um entendimento para ficar assim pacificado. Tem um conjunto de requerimentos a serem apreciados. Tem os requerimentos apresentados pelo Senador Eduardo Girão, tem os requerimentos apresentados por V. Exa., tem requerimentos apresentados, sugeridos, melhor dizendo - já aqui sobre a mesa -, do Senador Izalci, do 115 até o 256, o 831... Então, vamos marcar a reunião para a deliberação destes e vamos deliberar o que é urgente. O que é urgente, Presidente Omar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Pode ser urgente para vocês...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - ... mas pode não ser urgente para os outros. E ninguém quer votar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, Presidente, tem uma urgência... Permita-me: tem uma urgência para o Brasil neste momento! Dois bilhões de reais! Desde ontem, tem uma informação de que foram distribuídos em propinas pelo Ministério da Saúde! Então, milhões de brasileiros que, neste momento, estão nos assistindo compreendem que essa é uma urgência. Esse é um requerimento que tem que ser colocado a voto! É sobre o escândalo surgido ontem, a convocação do representante da Davati, a convocação dos membros da Dlog... Além dos já citados, a convocação também do substituto da Dlog, que é o Sr. Marcelo Blanco, Diretor substituto da Dlog, que é o Requerimento 1.043, sugerido agora pelo Senador Alessandro... Enfim, não existe nada mais forte para uma investigação do que um fato. Isso é um fato que salta aos olhos, que pressiona todos nós desde ontem.

Então, a minha sugestão: vamos votar os requerimentos que estavam pautados mais esses requerimentos que a urgência nacional impõe, que a urgência nacional impõe neste instante.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Os demais...

Já encaminhamos, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Senador Randolfe...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Para encaminhar, na linha dele - na linha dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Dos demais V. Exa. já propôs o encaminhamento. Dos demais...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nós vamos bater hoje aqui o seguinte: pelo que eu estou vendo, vai empatar, e quem vai dar o voto de minerva sou eu. Eu vou votar contra os seus requerimentos, Senador Eduardo Girão, se forem votados hoje.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está certo?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Tudo bem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos botar para votar. Vamos derrubar logo os requerimentos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Deixe-me fazer uma proposta?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pronto. Perfeito. Sem problema, mas vamos votar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Deixe-me fazer uma proposta?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Senador, o senhor não marcou para sexta-feira?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Vamos marcar esses requerimentos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas eu queria, Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Como é que é? Votar tudo hoje? Sem cumprir o Regimento?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não pode. Não pode.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Não pode ser assim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso é uma insensatez.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, não, não. Renan...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Senador Renan... Senador Renan...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa investigação precisa ser conduzida com equilíbrio e com responsabilidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - É tudo que não está acontecendo aqui, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É tudo que V. Exa. tenta desfazer todo dia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, de maneira nenhuma - de maneira nenhuma.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Graças a Deus, não tem passado. Graças a Deus, não tem passado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu quero passar para o senhor o seguinte: o que acontece aqui nesta CPI? A blindagem a Estados e Municípios é algo explícito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós temos uma correlação na Comissão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - É algo explícito. Eu vou ler aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em benefício do resultado da investigação, precisa ser administrada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... em Alagoas, são 30 respiradores; Bahia, são 60 respiradores; Ceará, 30 respiradores...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... Maranhão, 30 respiradores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Presidente.. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - A gente não pode... O Consórcio Nordeste está sempre aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... estão fazendo isso. É isso que eles querem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, eu queria votar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Chamar a atenção, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo Braga, o Senador Renan Calheiros está pedindo para retirar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Estava na pauta para votar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Presidente...

Senador Girão, se o Presidente está dizendo que hoje votaria contra no desempate...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Presidente, questão de ordem. O argumento do Senador Eduardo Braga...

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... então, V. Exa. poderia permitir para a semana que vem, exatamente para aprovar o requerimento de V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... se aplica a sessões ordinárias. Todas as sessões das CPIs...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - V. Exa. não está querendo que seja aprovado o requerimento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... são extraordinárias, portanto, o argumento regimental do Senador Eduardo Braga não se aplica neste caso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Lamentavelmente, isso não está dito no Regimento não. (*Fora do microfone.*)

Não está dito no Regimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu já estou cobrando isso faz tempo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - O art. 108 do Regimento não tem "sessão ordinária". "As reuniões das comissões serão iniciadas...", e diz: "A pauta dos trabalhos...".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Vamos tentar construir um acordo?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - É tudo que eu quero: manter um critério.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Humberto... Humberto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Vamos construir um acordo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo Braga, aqui o §1º do art. 108 do Regimento Interno determina que: "A pauta dos trabalhos das Comissões, salvo em caso de urgência, será disponibilizada em meio eletrônico no portal do Senado Federal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis". Agora, como é urgente e nós temos que pautar... Até porque o Senador Presidente Rodrigo Pacheco ontem não quis ler a prorrogação da CPI, o nosso prazo encurtou, e nós temos que ouvir algumas pessoas. Em relação a outras questões que V. Exa. levantou, já fizemos isso aqui no Senado e votamos. V. Exa. ou participou da votação, deve ter participado, de requerimentos que foram colocados num dia e, no dia seguinte, votados aqui. Já aconteceu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Mas por acordo, Sr. Presidente. Por acordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Houve acordo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, senhor. Não houve acordo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Falta a do Presidente, Braga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não houve acordo, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Bem, Presidente, eu quero dizer a V. Exa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Vamos suspender por cinco minutos - a gente vai até aí à mesa - e vamos fazer um acordo para atender a todas as partes envolvidas? Eu acho que estamos próximos. O Senador Randolfe fez uma sugestão. A gente pode evoluir para aprovar os requerimentos mais urgentes, tendo em vista os fatos que foram veiculados ontem. Nós não somos contra o aprofundamento da investigação, mas nós gostaríamos também que houvesse um equilíbrio nas decisões. Então, a minha sugestão é que a gente fosse até a mesa para que a gente pudesse encaminhar uma sugestão equilibrada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente, só para deixar bem claro...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Senador Renan, uma autoridade de quatro mandatos de Presidente do Senado, conto com a sua sensibilidade para a construção do entendimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas eu tenho feito ponderações nesse sentido. Tenho procurado colaborar!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Colegas Senadores... Colegas Senadores, eu queria fazer um apelo aos senhores. Onde tiver corrupção a gente tem que buscar! Eu concordo que se chamem empresas ligadas ao Governo Federal, concordo que se chame quem quiser chamar, mas a gente precisa deixar de blindar governos estaduais e municipais. O Consórcio Nordeste hoje é um símbolo nacional de corrupção nesta pandemia. Não podemos fechar os olhos! São 30 respiradores para Alagoas, 60 respiradores para a Bahia...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... 30 respiradores para o Ceará...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - V. Exa. já leu isso várias vezes.

(Interrupção do som.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O Senador já leu isso...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... Estados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Todo mundo já está memorizado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, por favor...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente, eu já estou rouco de ouvir o Senador Eduardo Girão falando essa ladainha dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor, Senador!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Isso é ladainha dele. Já estou rouco de ouvir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas eu quero saber o que é que está por trás, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu não vou... Nós vamos colocar...

Senador Renan Calheiros, por favor, vamos votar os requerimentos, à exceção daqueles que eu já retirei de pauta.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas que fique claro que nós iremos votar. A hora em que eu quiser pautar, eu vou pautar a partir de amanhã, tá?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - A mesma ladainha o tempo todo, pô!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Gente, é para isso que existe Presidente em uma Comissão: é para definir a pauta dentro das prerrogativas que lhe são asseguradas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, nós vamos votar, à exceção dos casos de indícios do Amazonas de corrupção... A gente vai adiar. Os outros indícios que tem aqui de corrupção nós vamos votar hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente... Presidente, só para... Sobre a mesma circunstância, sobre os notórios acontecimentos de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com exceção do requerimento do Senador Girão, que será votado, eu vou...

Em votação, em bloco, todos os requerimentos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente! Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que estão pautados agora na sessão.

Em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem mais um, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os que aprovam permaneçam como estão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, tem mais um!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Estão aprovados os requerimentos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Estão aprovados os requerimentos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) - Tem requerimento de quebra de sigilo, Sr. Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tem tudo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então, eu quero registrar meu voto contra todos os requerimentos de quebra do sigilo, por uma razão constitucional, Sr. Presidente: quebra de sigilo não é algo que se faz aleatoriamente. Em relação à questão das convocações, sou a favor; investigar profundamente. Agora, quebra de sigilo, como se fosse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quebra de sigilo em relação ao que eu pautei...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... como se fosse uma feira, não dá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... foram retirados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O senhor disse que está votando. Foi por isso que eu perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não; as minhas, não! As minhas, não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não, não! Não é só as de V. Exa. Quebra de sigilo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Os meus, não. Os meus foram retirados para votar depois.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas tem outras quebras de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Aí, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não dá para votar quebra de sigilo igual se vai à feira para escolher...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Já votou.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Voto...
Voto...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Registro meu voto contra, Sr. Presidente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pela ordem, Presidente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Voto contra do Senador Marcos Rogério.

Alguém vota mais contra?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Luis Carlos Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Jorginho...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Luis Carlos Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... e Luis Carlos Heinze votam...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Quebra de sigilo, contra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Os outros votaram tudo a favor. Está aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, escute um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tem uma outra extrapauta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - São 10h43, convocação do Sr. Marcelo Blanco, diretor substituto do Dlog, do Senador Alessandro Vieira.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Para esclarecer, esse cidadão é referido como participante da reunião no restaurante, no Shopping Brasília, onde teria acontecido o pedido de propina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em votação a convocação do Sr. Marcelo.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu fiz um apelo a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu queria que chamassem o nosso convocado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente, um minuto só. Só um minuto.

Eu fiz um apelo ao Senador Renan Calheiros, a V. Exa. e ao Senador Randolfe, que a gente definisse a data para que a gente possa ouvir o Deputado Ricardo Barros. Não é correto deixá-lo em suspenso; ele se colocou à disposição para prestar os esclarecimentos. Já está claro que ele não foi o responsável pela indicação do servidor público quando do início do Governo Bolsonaro com o Ministro Mandetta. Foi um outro Parlamentar.

Então, eu gostaria que fosse marcada a data pra ele ser ouvido, ou sexta-feira, ou segunda-feira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Vamos tratar disso depois, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Vamos ouvir. Vamos ouvir, Presidente. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Marcar quem? O senhor está pedindo para marcar a data de quem?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Do Deputado Ricardo Barros.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Ricardo Barros.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É pra marcar a data.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Já está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Marcar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, Senador Humberto... Senador Humberto, não terá nenhum prejuízo para investigação. Nenhum prejuízo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Pode ser que seja necessário ele vir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Ele volta. Ele volta, mas ele tem que trazer as informações. Não é correto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Com todo o respeito...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Presidente, nós já aprovamos alguns requerimentos, aqui, no caso, para a gente botar na pauta também, antes.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Presidente, essa decisão é de V. Exa. V. Exa. pode definir a data para ouvir o Deputado Ricardo Barros. Não é justo que ele não seja ouvido, que não seja marcada a data de ouvi-lo. Ou sexta-feira, que seria a data mais adequada, ou na próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Foi feito o pedido de convocação do Deputado Miranda aí, nesse requerimento?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sim, para sessão secreta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nós iremos ouvir o Deputado Miranda, Luis Miranda na terça-feira, e, na quinta-feira da semana que vem, nós vamos ouvir o Deputado Ricardo Barros.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Perfeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Perfeito, Presidente. Muito bem!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - E o Ministro, Presidente? E o Ministro Wagner Rosário, que o senhor falou que iria na semana que vem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, nós estamos aqui... O seguinte: tem uma sequência. Eu quero ouvir a Precisa, queremos ouvir, na sexta-feira, o cidadão que acusa de terem pedido US\$1 por vacina; na terça-feira, o Deputado Luis Miranda está convocado para estar aqui, porque tem mais coisas que ele tem falado pela imprensa e omitiu aqui na CPI, correto? Na quarta-feira, nós iremos ouvir... Eu acho que quarta-feira é... Não... Quarta-feira será o servidor do Ministério da Saúde que foi exonerado ontem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tá bom?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Roberto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quarta-feira é o...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E o Ministro?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) - Calma, primeiro a questão cronológica da vacina, pessoal. V. Exa. quer tirar o foco da investigação, trazendo outra pessoa para cá. Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É o foco agora a investigação da vacina. Então, quem pauta sou eu, quem dá as datas sou eu.

Então, quinta-feira, Precisa; sexta-feira, o senhor que teve um jantar não sei onde aí e tal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Na terça-feira...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Senador, só para entender, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já estão dadas as datas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Pela ordem, Presidente. Pela ordem. É importante, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Não, Sr. Presidente, só para ficar claro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Presidente... Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Amanhã nós teremos... Qual a agenda do dia de amanhã? Precisa? Amanhã é Precisa?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Precisa. O Omar disse que vem a Precisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Amanhã é Precisa; sexta-feira, Precisa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sexta-feira, Dominghetti.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Aliás, amanhã é quinta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Amanhã é quinta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Quem é que vai ser na sexta?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Dominghetti. É o representante da empresa que relatou o caso das propinas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - E votação de requerimentos na sexta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) - Presidente, eu queria aqui, pela ordem, pedir que V. Exa. subscreva uma solicitação minha,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque não sou membro, portanto não tenho, não posso apresentar requerimento, mas é solicitar, Presidente, aos *shoppings*... É muito importante a denúncia que nós obtivemos agora desta semana, acerca do pagamento – não é? – de propina solicitada aí por membros do Ministério da Saúde. Então, eu pedirei a V. Exa. que solicite, através de um requerimento, as imagens do Brasília Shopping e também do Restaurante Vasto, onde teria ocorrido essa reunião com representantes do Governo. Ele faz referência ao termo grupo, não é? Ele fala da composição de um grupo onde estaria presente o Roberto Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Já foram aprovadas, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Essas imagens nos darão respaldo pra saber quem são esses demais integrantes desse grupo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tem um requerimento aprovado já, Senadora, do Senador, parece que Senador Alessandro e do Senador Randolfe. Não é isso?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Então, parabéns a V. Exa., Senador Alessandro. V. Exa., como sempre, brilhando nesta Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já foi aprovado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Presidente, duas perguntas, Presidente. Presidente Omar Aziz, duas perguntas. Uma: o consórcio do Nordeste ficou pra sexta-feira pra votar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sexta-feira.

Segunda pergunta: o Ministro Wagner Rosário, que está aprovada a vinda dele, convocação dele, há mais de duas semanas, fica pra próxima semana também?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou ver a data, Senador. Nós temos uma cronologia aí em relação à vacina. Nós vamos focar agora até... Hoje, é o Sr. Carlos Wizard, que já está aqui desde 9h da manhã. Quinta-feira, a Precisa. Sexta-feira essa situação desse *shopping* aí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Davati. Davati.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Davati. Terça-feira será ouvido o Deputado Luis Miranda. Quarta-feira será ouvido o servidor que foi exonerado ontem. Quinta-feira, nós teremos a presença de Ricardo Barros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - E sexta-feira o senhor pode marcar com o ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sexta-feira, nós estamos marcando a diligência pra ouvirmos o ex-Governador Witzel.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - E quando é que a gente vai investigar Estados e Municípios, pelo amor de Deus, Senador Omar Aziz?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Agora mesmo. Eu estou investigando o Estado do Amazonas. Permitiram que eu quebrasse...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - É só Amazonas! É só Amazonas! Cadê os outros Estados, Senador Omar Aziz? Não é possível que esta CPI vai ficar fugindo disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Rapaz, está demais também...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) - Não é possível, rapaz. Está demais...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, apenas para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, vamos começar o depoimento. O depoente está aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) - Sr. Presidente, apenas faço um apelo a V. Exa. para que, como Presidente da CPI, solicite formalmente à empresa se esse que está sendo convocado pra próxima sexta-feira representava a empresa nessas tratativas.

Mas sou absolutamente favorável à vinda dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu não entendi, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É se ele, de fato, representa a empresa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Solicitar a informação da empresa se esse cidadão tinha procuração, se representava a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele vai estar aqui, a gente pergunta ao vivo pra ele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. V. Exa. não entendeu a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu entendi. O senhor quer que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já votei a favor da vinda dele. Estou pedindo a V. Exa., como Presidente da Comissão, de maneira diligente e honesta, que questione a empresa, formalmente, se esse cidadão é representante da empresa. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá.

Faça essa diligência, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Vamos começar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, só para registrar, hoje alcançamos 100 milhões de doses de vacinas aplicadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já era para ter 250 milhões, Senador. Já era para ter 250 milhões se tivessem comprado a Pfizer e a CoronaVac.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Esse é o meu Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram 160 milhões que o Governo deixou de comprar no ano passado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando não tinha vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São 100 milhões? Era para ter 250 milhões, Senador Fernando Bezerra! Por favor, não é? Por favor!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Dizer que a gente não tinha capacidade de vacinar mais pessoas? Não, Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente, não quero polemizar com V. Exa., não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nem queira! Nem queira, porque V. Exa. está errado nessa questão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu estou querendo é informar que alcançamos 100 milhões de doses de vacinas aplicadas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Vamos embora, Sr. Presidente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Presidente, nós temos um depoente que está aqui há duas horas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - E, até setembro, vamos chegar a mais de 250 milhões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O cara fala em 100 milhões...

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Presidente, as denúncias desta semana deixaram todo mundo aqui ligado ao Governo em polvorosa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campanha.*) - Quanto ao depoente Carlos Wizard, a Comissão foi notificada... *(Pausa.)*

Eu peço a V. Exas., porque eu vou ler aqui uma decisão do Ministro Barroso. A Comissão foi notificada da decisão liminar do Ministro Roberto Barroso no Habeas Corpus 203.387:

Defiro a medida liminar, em parte, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito conceda ao paciente o tratamento próprio à condição de investigado, assegurando-lhe o direito de não assinar termo de compromisso na qualidade de testemunha, bem assim para que o dispense de responder sobre fatos que impliquem autoincriminação e, ainda, para que não sejam adotadas quaisquer medidas restritivas de direitos ou privativas de liberdade, como consequência do uso da titularidade do privilégio contra a autoincriminação. Fica assegurado ao paciente o direito de assistência por advogado [que é o Dr. Toron; é um prazer tê-lo aqui, doutor] e de, com este,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manter comunicação reservada durante o respectivo depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esclareço que os pedidos de Carlos Wizard para depoimento remoto, para amplo acesso a documentos sigilosos e para a não obrigatoriedade de comparecimento perante esta Comissão foram negados.

Quero aqui comunicar à CPI, caso o depoimento seja a contento, do Sr. Carlos Wizard, não vejo nenhuma necessidade de reter o passaporte dele, e liberá-lo. Caso precisemos dele futuramente, nós avisaremos com antecedência que ele virá aqui novamente, sem precisar de nenhuma medida para que ele esteja aqui – foi o que eu conversei com o Dr. Toron, e ele me assegurou isso. Então, eu quero que a Mesa, a partir do momento... Terminando o depoimento, se a contento da CPI, se precisarmos futuramente ouvi-lo, nós avisaremos com antecedência, o.k.? Então, a Mesa irá tomar as providências necessárias para que isso seja feito.

Eu vou passar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O que, Presidente? Eu não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Sr. Carlos Wizard está com o passaporte retido. Caso seja a contento o depoimento dele na CPI, a gente vai liberar o passaporte. Se necessário, nós o comunicaremos com antecedência para que retorne aqui a fazer novo depoimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu acho que essa medida, Presidente, com todo o respeito, não é proporcional ao tratamento que o Sr. Carlos Wizard dispensou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ele estava convocado para depor há 60 dias, desdenhou da instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito; nós tivemos que encaminhar providências; V. Exa. as encaminhou muito bem; o Supremo Tribunal Federal as adotou, não é?

E eu espero que, a partir disso aí, o Sr. Carlos Wizard trate melhor esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque ele queria depor remotamente. Que ele administre suas empresas remotamente, mas garanta sua presença aqui todas as vezes que nós precisarmos. Então, remotamente ele administra as suas empresas, mas a Comissão quer tratar com ele presencialmente. Não é pelo fato de ele ser bilionário, ultrabilionário, que ele vai ser tratado diferentemente nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Renan, concordo com V. Exa. quando disse que o Sr. Carlos Wizard...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não foi ouvido sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele desdenhou da Comissão, ele não respondia a nenhum tipo de comunicação desta Comissão, só veio a responder após tomadas medidas de condução coercitiva, de apreensão de passaporte. Concordo com V. Exa., mas, a partir do momento em que o depoente está aqui, entendo também que, caso seja satisfatório o depoimento - até porque ele está aqui com uma liminar de que ele não precisa se autoincriminar -, se ele não quiser responder, ele diz que não vai responder e não vai acontecer absolutamente nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, o que eu peço, Presidente, é que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... ser ouvido nesta condição pelo Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito e como alguém que dividiu com V. Exa. e com todos os membros o trabalho de materializar esse depoimento hoje. Nós não temos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Temos que levar isso sempre em consideração. E qualquer decisão no sentido não pode ser uma decisão unilateral, unipessoal. Tem que dividi-la com a Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Senador Renan... Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sem problema. Nós dividiremos isso com o pleno ao final do depoimento do Sr. Carlos Wizard.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Apenas para fazer uma ponderação a V. Exa. e ao Relator, Sr. Presidente. O objetivo das providências tomadas por V. Exa. em nome desta Comissão foi assegurar a vinda do empresário a esta Comissão. A par de tudo o que aconteceu, ele está aqui. Portanto, ao final do depoimento, realmente há perda de objeto em relação a esse ponto. Não há por que... Senão, daqui a pouco, CPI está determinando prisão preventiva. Não tem competência pra isso.

Portanto, manter o passaporte do paciente aqui representaria um constrangimento ilegal desnecessário. Havendo necessidade de uma nova convocação, submete-se ao Colegiado e o faz



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devidamente. Agora, querer fazer isso diante da presença dele aqui, do depoimento, respeitosamente, é uma medida arbitrária, ilegal e de abuso de poder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou... Nós tomaremos essa decisão no Colegiado, ao final. Se houver contento, os Senadores e as Senadoras concordarão. Caso não tenha, os Senadores... O Senador Renan Calheiros também está na árdua missão de conseguir se aprofundar nas investigações. Então, eu não vejo problema. Isso não é uma questão que vai tirar mais tempo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deixemos para o final.

Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente, o Senador Renan apenas fez uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só uma observação. Eu sei.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Porque realmente o depoente debochou mesmo da Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas eu concordei com o Senador Renan Calheiros.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - ... quando ele não quis comparecer aqui. Talvez pela posição dele, de ser uma pessoa milionária, ele não quis dar atenção. Mas permanentemente vinha visitar o Presidente da República, estava no gabinete paralelo. Nesses casos todos, quando sobe pra cabeça a riqueza... E no Brasil nenhuma riqueza é inocente, nenhuma fortuna é inocente, sempre tem vícios, que deve ser o mesmo caso dele. Por isso, ele deve ter debochado aqui da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito bem, Otto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu não discordei do Senador Renan Calheiros. O Senador Renan Calheiros fez um encaminhamento somente, e eu concordei com ele. Mas, no final, nós decidiremos de forma colegiada.

Eu quero perguntar ao Sr. Carlos Wizard se ele, por 15 minutos, quer se pronunciar primeiramente. Depois eu passarei ao Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Obrigado, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Presidente, o juramento V. Exa. não fez?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ah, ele está com a decisão do Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Desculpa...

Eu vou falar aqui... V. Exa. não é obrigado a prestar este juramento, mas nós temos feito isso com todos os depoentes que têm vindo aqui. Alguns têm... Por exemplo, o Ministro Pazuello conseguiu *habeas corpus*, a Dra. Mayra conseguiu também *habeas corpus*, e aqui fizeram o juramento de aqui dizer a verdade. Na verdade, não disseram a verdade, mas fizeram o juramento. Então, eu nem vou fazer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não falaram a verdade! Nenhum dos dois. Por favor... Não é brincadeira, não. Estou falando sério. Não falaram. Juraram que iam falar a verdade e mentiram. Mentiram, e o Brasil todo dia descobre uma mentira deles.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sr. Carlos Wizard, por favor.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) - Ilustre Sr. Presidente Senador Omar Aziz; Sr. Relator Senador Renan Calheiros; ilustres Senadores, Senadoras, equipe técnica, todos os assessores e aqueles que estão aqui presentes, o meu sincero bom-dia!

Gostaria de, inicialmente, expressar meus sentimentos a todas as famílias de brasileiros que perderam seus entes queridos durante este período da pandemia e gostaria de homenagear todos os profissionais de saúde, que, de forma valente, estão no dia a dia no enfrentamento desta pandemia.

E agora agradeço aos Srs. Senadores e Senadoras pela oportunidade que eu tenho de vir aqui perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito prestar esclarecimentos a respeito da minha pessoa.

E gostaria de citar aos senhores e às senhoras que jamais, em tempo algum, passou pela minha mente, pelo meu pensamento, no meu íntimo, na minha alma, no meu coração, a indisposição de estar presente fazendo o meu depoimento. Não tenho razão para isso.

Conforme é de conhecimento público, em março deste ano me ausentei do País, especificamente no dia 30 de março, muito antes da instauração desta CPI, muito antes de o próprio Supremo Tribunal ter autorizado esses trabalhos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, superada essa questão, a pergunta é: por que, então, você se ausentou do País em março? Então, gostaria de compartilhar com os senhores que meus pais moram nos Estados Unidos há mais de 30 anos. Meu pai, meu querido pai, já está velhinho, com sua idade avançada, já conta 87 anos de idade, com a saúde debilitada, acamado, exigindo cuidados em tempo integral. Eu sou o filho mais velho dele, e, para mim, meu pai sempre foi o meu professor, o meu mentor, o meu herói. Quando criança, nas férias escolares, costumava sair de caminhão com ele pelo interior do Estado do Paraná.

E sabe qual era o meu sonho? O meu sonho como menino era crescer e ser um motorista de caminhão como meu pai, porque naquelas viagens ele me ensinava princípios, valores, valores do trabalho, da integridade, da valorização do ser humano.

Agora, eu faço a pergunta aos estimados e ilustres Senadores e Senadoras aqui presentes: o que os senhores fariam se estivesse na minha condição? Iam ignorar o seu pai? Iam deixá-lo sozinho no momento em que ele mais precisa de apoio? Tenho certeza de que, se os senhores estivessem na minha condição, fariam o mesmo, queriam estar o mais próximo possível dele.

Mas, como se isso não bastasse, eu tenho também a minha filha que mora nos Estados Unidos e está grávida, não somente grávida, mas está enfrentando uma gravidez de risco e terá o seu bebezinho nos próximos dias, meu neto de número 19. Pergunta que eu faço aos Srs. Senadores, às Senadoras aqui presentes: se a sua filha estivesse prestes a dar à luz, o que você faria? Estaria presente ou ausente?

Então, aqui está explicado, Srs. Senadores...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu responderia à Comissão...

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Está explicado à Comissão o motivo, a razão de eu ter me ausentado, ainda no mês de março, por motivos de estar presente e próximo tanto ao meu pai como à minha querida filha. E o mais importante: vim aqui sem condução coercitiva.

Bem, superada essa questão da minha ausência do País, que eu acho que ficou evidente a motivação, eu gostaria de compartilhar com os senhores como foi que eu conheci o Ministro Eduardo Pazuello. Em agosto de 2018, eu e minha esposa e meus dois filhos, um de 18 anos e outro de 20 anos, ambos solteiros, inspirados por duas passagens bíblicas, nós tomamos uma decisão radical na nossa vida. Primeira passagem se encontra em Josué 24:15: "Eu, em minha casa, serviremos ao Senhor". Passagem nº 2, do Novo Testamento, Romanos 1:16: "Eu não me envergonho do Evangelho de Jesus Cristo, pois Ele é o poder para a salvação, para todo aquele que nele crê, tanto do judeu como do grego".

Baseado nessas duas escrituras da Bíblia, a família Martins, imbuída do espírito de servir, tomou a decisão de ser uma família missionária. E eu e a esposa, juntamente com o meu filho Nicholas, saímos do conforto da nossa casa, saímos da cidade da nossa família, deixamos nossas empresas, nossos negócios e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fomos até Roraima, extremo norte do País. Nosso filho mais novo, Felipe, partiu para a mesma missão eclesiástica, no Estado da Califórnia, nos Estados Unidos. E a pergunta é: o que fomos fazer em Roraima?

E a resposta para esta Comissão Parlamentar de Inquérito: nós fomos acolher os refugiados venezuelanos que atravessaram a fronteira do seu país, um Estado caótico, e entraram no Brasil em busca de acolhimento, em busca de refúgio, em busca de apoio para recomeçarem suas vidas. E nós trabalhamos em cooperação com a Operação Acolhida, coordenada naquela época pelo General Eduardo Pazuello. E não trabalhamos de forma isolada, havia dezenas de outras instituições de apoio aos refugiados. Nós estávamos, então, nessa missão humanitária, sem qualquer interesse pessoal, comercial, empresarial, seja financeiro ou político. O nosso único objetivo era servir ao próximo e fazer com que, naquele momento, aquelas pessoas que chegavam ao nosso País tivessem um mínimo de dignidade. Assim, nós oferecíamos a eles alimento, medicamento, tratamentos, apoio, todos os aspectos necessários para a manutenção da vida. Visitávamos também aqueles que estavam hospitalizados; lamentavelmente perdemos refugiados, tivemos que cuidar do funeral; algumas mães jovens chegavam prestes a dar à luz, e cuidávamos dos bebezinhos; fomos à prisão, à penitenciária rural de Roraima, e visitamos os detentos brasileiros e estrangeiros.

E, quando eu paro e penso sobre aqueles dois anos, quase dois anos de trabalho voluntário e humanitário que realizamos, me vem à mente uma passagem da Bíblia, Mateus, 25, quando Jesus Cristo afirma: "Eu tive fome, e me deste de comer; eu tive sede, e me deste de beber; eu estava nu, e vestiste-me; eu estava enfermo, e foste me ver; eu estava na prisão, e me visitaste; eu estava estrangeiro, e me acolheste". E os discípulos perguntaram: "Mas, Senhor, quando nós te vimos com fome, com sede, nu, na prisão, enfermo, forasteiro...". E o Mestre responde: "Quando fizestes a um desses meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes". Eu tenho a plena convicção, senhoras e senhores, de que, quando nós estamos a serviço do próximo, estamos somente a serviço de Deus, e aquela missão humanitária que cumprimos no extremo norte deste País não foi uma obra de homens, mas, sim, uma obra conduzida e guiada por Deus.

Nós chegamos, então, a março do ano passado. A pandemia chegou ao Brasil, as fronteiras foram fechadas. A fronteira entre Brasil e Venezuela foi fechada, não tivemos mais ingresso de refugiados neste País. Eu e minha esposa saímos naquele momento de Boa Vista e retornamos para São Paulo. Nosso filho Nicholas serviu por um período em Roraima, depois ele serviu um período em Rondônia, especificamente em Vilhena; depois ele passou quase um ano, Presidente Omar Aziz, no seu Estado, onde ele pôde servir em Parintins por mais de seis meses e, depois, em Coari.

Quem está acostumado com aquela região sabe que, para chegar até Coari, é necessário pegar um barco e subir o rio oito horas para chegar até lá. E vários projetos sociais de cunho humanitário ele pôde realizar. Voltou também para São Paulo. Nosso filho Felipe, da Califórnia, retorna também para São Paulo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, tendo feito essa explicação, naquele momento, o Ministro Mandetta era o Ministro, ele deixa o ministério; Nelson Teich é nomeado Ministro da Saúde; Eduardo Pazuello, é nomeado Secretário-Executivo da pasta. Ele me liga em São Paulo: "Carlos, trabalhamos por dois anos acolhendo venezuelanos; agora, eu preciso do seu apoio". "Do que você precisa, Pazuello?" "Eu estou com a missão de combater a pandemia e salvar vidas." Eu disse: "Pode contar comigo em duas condições: primeiro, eu quero servir como voluntário, empreendedor social, sem nenhum vínculo com o Ministério da Saúde, sem nenhum vínculo com o Governo Federal ou qualquer órgão público; condição dois, quero servir de forma *pro bono*, ou seja, sem remuneração". Ele disse: "O.k., estamos combinados".

Baseado nisso, tem um terceiro aspecto que eu gostaria de citar aos senhores, e isto me deixa bastante indignado, Srs. Senadores e Senadoras: a minha disposição de servir o País combatendo a pandemia e salvando vidas faz com que eu seja acusado de pertencer a um suposto gabinete paralelo! Eu afirmo aos senhores, com toda a veemência, que jamais tomei conhecimento de qualquer Governo paralelo. Se, porventura, esse suposto Governo paralelo existiu, ou melhor, gabinete paralelo existiu, eu jamais tomei conhecimento ou tenho qualquer informação a esse respeito. E digo mais: jamais fui convidado, abordado, convocado para participar de qualquer gabinete paralelo. E essa é a mais pura expressão da verdade.

Alguém vai dizer: "Mas você esteve junto com o Presidente da República". Afirmo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que jamais, em tempo algum, nunca participei de uma única sessão em privado, nenhuma reunião em privado, em nenhum momento particular com o Presidente da República. Participei, sim, de eventos públicos onde o Presidente estava presente - não somente ele, mas centenas de outros convidados. Portanto, fica claro, evidente, transparente que jamais tive qualquer influência seja no pensamento do Presidente ou qualquer outro suposto gabinete paralelo.

Eu gostaria de afirmar agora, na sequência, que... Essas minhas páginas aqui se perderam, mas eu vou me encontrar aqui... *(Pausa.)*

Muito bem, me encontrei aqui nas minhas próprias anotações.

Há um terceiro ponto importante que é preciso ficar bem claro, que é o uso de medicamentos para o tratamento da Covid-19.

(Interrupção do som.)

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Obrigado.

Eu não sou médico. No início da pandemia, havia uma compreensão sobre o uso de alguns medicamentos para o combate da doença.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Acrescentei mais dois minutos para o senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Na condução da pandemia, com o passar do tempo e o aprofundamento dos estudos, novos entendimentos se estabeleceram. Atualmente, há posições contrárias ao tratamento preconizado no passado. Apesar da conduta médica adotada, a ciência comprova que a vacinação é o elemento essencial para o controle dessa pandemia. Por isso, sempre apoiei a imunização da população em geral, a ponto de eu querer doar vacinas ao povo brasileiro.

Sempre me manifestei como um cidadão voluntário, como um empreendedor social. E, assim sendo, a minha opinião nunca foi no campo da saúde, mas sempre estarei à disposição do Brasil para qualquer obra social com o objetivo de salvar vidas, embora – ressalvo – nós sempre encontraremos médicos que defendam tratamentos diversos; aliás, o próprio Conselho Federal de Medicina emitiu uma nota a esse respeito, defendendo o direito que os médicos têm de prescrever o tratamento mais adequado ao paciente.

E um aspecto final, Sr. Presidente, Relator, gostaria de citar, que é o seguinte: a imunização de rebanho é outro tema que escapa aos domínios do meu conhecimento. Como enfatizei, sou empresário, minha formação é na área de Administração, não sou versado em Medicina e nem ousaria falar sobre esse assunto.

Esclareço, por fim, que não fiz qualquer movimento de compra de medicamentos para o combate da Covid-19 nem tampouco financiei qualquer espécie de comunicação nesse sentido. Inclusive, a empresa Belcher, em nota pública veiculada hoje, declara expressamente não ter qualquer vínculo de minha participação, de minha parte nas tratativas de aquisição para as vacinas Convidecia. Além disso, quero entregar a esta Comissão essa nota pública para ser juntada.

Encerro minha fala... Encerro minha fala, em síntese, Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustres Senadores e Senadoras. É isso que eu gostaria de esclarecer, era isso que eu gostaria de esclarecer aos senhores.

Por fim, feitos esses esclarecimentos, por orientação dos meus advogados e em conformidade com o decidido pelo Supremo Tribunal Federal, doravante, vou permanecer em silêncio.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um esclarecimento: pelo dito, o senhor depoente vai utilizar-se do direito, da prerrogativa do silêncio. Perfeito?

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON (Para expor.) – Perfeitamente, Excelência, Sr. Presidente em exercício.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sobre qualquer coisa ou sobre...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - Sr. Presidente, o despacho, se V. Exa. me permite esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pois não.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - Eu posso esclarecê-lo. Eu tenho as decisões do Ministro Barroso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Esta Presidência tem conhecimento da decisão.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - É que S. Exa. o eminente Senador Omar Aziz leu apenas em parte.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente, a gente não deu essa prerrogativa a nenhum advogado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - Ele vai... Ele vai permanecer calado em relação a todas as perguntas, como lhe assegura o *habeas corpus*. É exatamente essa a extensão do decidido, e assim ele fará.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente.

Sr. Relator, com a palavra, mas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O senhor pode dizer qual a sua religião apenas, Sr. Carlos Wizard?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Colegas Senadores, colegas Senadores, existe uma decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal, da lavra do Ministro Luís Roberto Barroso. Essa decisão assegura o direito constitucional ao depoente de permanecer em silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) -
Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Questão de ordem para o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE.
Para questão de ordem.) - Apenas por uma questão de esclarecimento. É fato que o depoente tem o direito assegurado pelo ministro do Supremo de permanecer calado, mas também é fato de que poderá ouvir e deverá ouvir as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) -
E assim será feito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Exatamente, exatamente. Era esse complemento que, inclusive, eu lhe iria colocar. Agradeço a S. Exa. Senador Alessandro Vieira.

O depoente tem o direito constitucional ao silêncio. Todos os colegas... Tanto o Sr. Relator quanto todos os colegas Senadores têm o direito de fazer a inquirição. E, obviamente, se, em algum momento, o senhor depoente entender por bem responder ao questionamento, ele o responderá. Se não, se a decisão for, à luz da decisão do Supremo Tribunal Federal, de utilizar o direito constitucional de permanecer em silêncio, esta Presidência assegurará ao depoente o direito constitucional assegurado pelo Supremo Tribunal Federal, por óbvio.

Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Sr. Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Líderes, eu quero, de qualquer forma, agradecer a presença do Sr. Carlos Wizard, quero cumprimentar o seu advogado, o Dr. Toron, por quem temos o maior respeito, a maior estima, a maior consideração, para além do fato de ser um dos maiores advogados do Brasil. Nós o recebemos aqui exatamente nessa condição.

Primeiramente, queria lembrar ao Presidente Omar Aziz que nós incorporaremos aqui mais um motivo para a não liberação do *habeas corpus* do depoente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Do passaporte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perdão, do passaporte, melhor dizendo, do depoente, porque são muitas as perguntas que temos a lhe fazer, na medida em que ele faz valer o seu direito, a sua garantia, que nós, claro, respeitamos sempre e defendemos sempre como princípio, como um pilar da democracia que exercitamos no Brasil, exatamente nesse momento em que ela claudica, corre perigo, e que estamos vivendo o ápice do mais longo período constitucionalista do Brasil.

Eu peço, em primeiríssimo lugar, à Izabelle, para colocar um vídeo, em seguida aquele outro vídeo, por favor, para que nós possamos fazer algumas perguntas. E, na evolução delas, não estou, evidentemente, pedindo nada, nem recomendando, absolutamente, mas nós poderíamos também ter uma evolução do depoente para, quando entender que isso não o incriminará, responder, não é? Essa é uma avaliação que ele precisará fazer pergunta a pergunta. E nós o consultaremos exatamente sobre isso, mesmo que repetitivo seja.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu pediria para repetir, por favor, este vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Peço a atenção para esse vídeo, por favor!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eis aqui, depoente, a real motivação: são 516.119 mortes, das quais 400 mil, de acordo com Jurema Werneck e com Pedro Hallal, poderiam ter sido evitadas se o Governo do Brasil tivesse feito, minimamente, medianamente, o que outros governos de outros Estados fizeram.

A sociedade cobra do Senado Federal, e nós temos a obrigação de investigar esses fatos e dar as respostas que a sociedade cobra. É por isso exatamente que nós estamos aqui. E é por isso exatamente que nós fizemos este sacrifício todo para ouvi-lo. E vamos continuar querendo ouvi-lo até o final dos trabalhos desta nossa Comissão.

Eu peço para colocar o segundo vídeo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É a primeira pergunta, respeitosamente: qual é a origem do seu interesse no combate à pandemia no Brasil?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) - Respeitosamente, Senador, por orientação dos meus advogados, eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A partir de quando o senhor passou a contribuir com o Governo Federal no enfrentamento da pandemia, essa contribuição há pouco exposta nesse vídeo que acabamos de veicular?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como se deu...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Relator, só uma palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, por favor!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Como é que o Sr. Carlos Wizard propõe uma CPI e chega à CPI e fica em silêncio? Mudou de ideia rapidamente assim, por quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não foi ele que propôs, não.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Por que mudou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não. Ele indagou o porquê da existência...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não foi ele que propôs ali: "Tem que fazer uma CPI do Senado"?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Ele foi contra a CPI?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - A narrativa começa assim. Olha aí!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele foi contra, disse que não tinha fundamento e não haveria de...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Ah, eu entendi errado. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O que ele disse, Senador Otto, é que nós estávamos preocupados em fazer CPI, mas não queríamos aprovar as leis para comprar vacina, entendeu?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Eu não percebi direito. Desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como se deu - e esse vídeo complica ainda mais e reforça o significado dessa pergunta - a sua...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Por favor...

Dr. Toron, seja muito bem-vindo, mas só se dirija ao seu paciente, a conversa paralela...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Há pouco, o Senador Otto não entendeu por causa das conversas paralelas.

(Interrupção do som.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa pergunta tem mais sentido agora, sobretudo depois do vídeo. Como se deu a sua participação no Governo para tratar desses negócios bilionários, na sua expressão?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa participação foi formalizada? Havia vínculos? Havia uma designação ou era meramente informal e clandestina?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor tinha relacionamento prévio com o Presidente da República?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Me reservo o direito de permanecer em silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Com que frequência o senhor se encontrava então com o Presidente da República?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor tem algum grupo de apoio que se dedica ao tema da pandemia?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Que subsídios, além daqueles que o senhor colocou na sua intervenção inicial, o senhor obteve para tratar disso com integrantes do Governo?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Respeitosamente, ilustre Senador, me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Ministro Marcelo Queiroga disse, em depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que já teve contato com o senhor. Em que ocasião isso ocorreu?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor continua atuando junto ao Ministério da Saúde, como fez pelo menos durante 30 dias e, publicamente, assumiu isso?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Ilustre Senador, me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Renan Calheiros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu vou fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu sei. Eu sei.

Veja bem, Sr. Carlos Wizard, o senhor pode até ficar em silêncio numa pergunta que possa lhe incriminar, é isso que o Ministro Barroso falou para V. Exa.

Daqui a pouco...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME CREMONESI CAURIN (Para expor. *Fora do microfone.*) - A decisão garante silêncio absoluto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Qual é o seu nome?

O SR. GUILHERME CREMONESI CAURIN - Guilherme Cremonesi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Hã?

O SR. GUILHERME CREMONESI CAURIN - Guilherme Cremonesi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, em vista disso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu queria, Presidente, só para sugerir um encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, eu vou deixar. Só queria tentar contribuir, porque é melhor ele pegar um gravador e botar aqui - não precisa nem abrir a boca: "Me reservo o direito de ficar...". É com gravador, Senador, para a gente não perder tempo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas vamos colocar os vídeos que embasariam as propostas, as perguntas que vou fazer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Para as narrativas. Para as narrativas, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor mantém vínculos, como já teve, com o Ministério da Saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Ilustre Senador, me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, eu peço para exibir - por favor, Izabelle - o vídeo número dois.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu peço para repetir o vídeo, por favor. Peço para repetir o vídeo e peço a atenção de todos. É muito importante.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Aí eu gostaria de, em cima desse vídeo, perguntar: essa participação há pouco confessada pelo senhor se deu em que condição? Qual era o tipo de vínculo? Queria repetir.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Senador, me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual foi a secretaria a que V. Sa. referiu que seria ocupada por V. Sa. no comando dessa unidade da saúde? Essa é uma pergunta também muito importante, muito importante, porque ela tem a ver diretamente com aqueles altos negócios, negócios bilionários que o senhor disse que iria, como consultor, encaminhá-los.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Senador, me reservo o direito...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - ... de permanecer em silêncio.

(Soa a campanha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor tem conhecimento de que a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, cuja chefia lhe foi oferecida pelo Ministro Pazuello e pelo Presidente da República, atua ativamente na análise e seleção de medicamentos, tecnologias e outros insumos essenciais, como as vacinas, para o enfrentamento da pandemia? Exatamente aquelas vacinas que V. Exa., num desses vídeos, coloca que não teriam sido aprovadas pelo Congresso Nacional e que, portanto, não haveria necessidade da criação nem da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Agora, eu vou tratar de um caso e fazer algumas perguntas em função desse caso, que explodiu nos últimos dias, que trata exatamente das vacinas CanSino e Covaxin.

O senhor - não estou ainda perguntando - participou de uma *live* com outros outros empresários, capitaneada por Luciano Hang, em que discutiram estratégias para a compra de vacinas.

Eu peço para exibir o vídeo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor mantém relações comerciais com Luciano Hang?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Senador, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele, Luciano Hang, participou do pedido de uso da vacina CanSino?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já não posso perguntar mais pela gratuidade das vacinas, porque agora nós sabemos o preço e que, inclusive, era a mais cara de todas – era a mais cara de todas.

Qual é a sua relação com Emanuel Ramalho Catori, que aparece na *live* com o senhor e foi um dos intermediadores da compra da vacina CanSino?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é sua relação com Alan Eccel, diretor da Havan?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, eu compreendo o silêncio, e me permita, funcionalmente, como Relator desta Comissão, ter que estar repetindo e renovando as perguntas, que esta Comissão precisa de respostas para poder, eventualmente, se desincumbir da atribuição.

O senhor conhece Daniel Moleirinho Feio Ribeiro? Qual é a sua relação com ele?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Relator, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma outra pergunta – talvez desta vez, o senhor possa respondê-la.

O senhor conhece Francisco Feio Ribeiro Filho, empresário de Maringá, amigo do Deputado Ricardo Barros e pai de Daniel Moleirinho Feio?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto aos nomes mencionados pelo Sr. Luis Ricardo Miranda, que aqui, como V. Sa. sabe, esteve prestando depoimento na última sexta-feira e que é servidor da área de importações do Ministério da Saúde que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depôs a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu queria fazer algumas perguntas em função do depoimento dele.

No Ministério da Saúde, o senhor conheceu Roberto Ferreira Dias, exonerado ontem pelo Ministro Marcelo Queiroga?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Que tem sido uma espécie de Pazuello de jaleco.

Teve algum contato com a Sra. Regina Celia Oliveira, servidora do Ministério da Saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Sr. Relator, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor conhece Alex Leal Marinho?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor teve contato com o Coronel Marcelo Bento Pires?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor, de alguma forma, acompanhou ou teve conhecimento sobre as tratativas para a compra da Covaxin, do laboratório Bharat Biotech?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu peço para Izabelle, por favor, exibir rapidamente aquele gráfico. *(Pausa.)*

Nosso cruzamento de informações, Presidente, revela que Sueli - está aí exibido - foi sócia de duas empresas das quais o senhor também participou, a empresa Editora Ensino Profissional e a Topper. Sueli foi sócia da 6M Participações, da qual é sócio Francisco Maximiano.

O senhor confirma essas relações negociais?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Sr. Relator, permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Décima pergunta: foi Sueli Ferretti quem lhe apresentou Francisco Maximiano, sócio da Precisa Medicamentos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece Cleber Fernandes, sócio de Sueli em várias empresas?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Relator, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua participação no pedido de autorização de uso no Brasil para posterior venda ao Ministério da Saúde do imunizante da CanSino?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Respeitosamente, Sr. Relator, permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Respeitosamente, Dr. Carlos Wizard, lhe pergunto também: o senhor tem algum contrato ou relacionamento com a empresa Belcher Pharmaceuticals do Brasil, que até 17 de junho de 2021 estava negociando em nome do laboratório chinês que produz a CanSino, até ser afastada pelo próprio laboratório?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Relator, citei esse aspecto na minha fala inicial, inclusive fiz questão de apresentar aqui nesta Mesa a juntada referente a esse assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem conhecimento de que a Belcher, assim como a Precisa Medicamentos, foi alvo da Operação Falso Negativo do Ministério Público do Distrito Federal, deflagrada por conta de fraudes em contratos com a Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal? Respeitosamente é a pergunta.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Relator, permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece o Deputado Ricardo Barros?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com o Deputado Ricardo Barros?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Falam-se com que frequência? Seria muito importante essa informação.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor conhece o Sr. Flávio Pansieri...

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... que foi o advogado apontado como ex-sócio do genro de Ricardo Barros e que teria atuado como representante legal da vacina CanSino?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Sr. Relator, permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - As empresas do senhor têm intenção de participar do mercado brasileiro de vacinas contra Covid-19, inclusive com a venda ao Ministério da Saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor conhece o Sr. Arnaldo Correia de Medeiros, que é Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Respeitosamente, eu lhe pergunto: o senhor usou a proximidade adquirida nesses 30 dias, revelados por V. Exa. em vídeo que exibimos agora há pouco aqui, junto ao Ministério da Saúde para facilitar a assinatura de intenção de compra da vacina CanSino realizada pelo Secretário Arnaldo Correia de Medeiros?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Respeitosamente, Sr. Relator, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Com que Parlamentares - isto também é muito importante e, por isso, respeitosamente lhe pergunto - ou membros do Poder Executivo o senhor buscou apoio para atuar nessa frente?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Deputado Ricardo Barros foi uma dessas pessoas?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Permaneço em silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Agora sobre o gabinete paralelo, onde temos provas sobejas da sua participação, diferentemente do que aqui foi colocado, o senhor participa de algum grupo de empresários que financia ações de apoio ao Presidente da República, com campanhas publicitárias favoráveis a ele?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Alguma das suas empresas, Sr. Carlos Wizard, destinou recursos para auxiliar ou apoiar o Presidente da República em suas ações?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu peço para exibir o vídeo quatro, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Sr. Relator, só para colaborar com o questionamento de V. Exa., em Porto Feliz, 8.932 infectados e 122 mortos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, flagrantemente, o depoente mentiu ao fazer...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Isso é curandeirismo, charlatanismo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... essa exposição e incorreu em vários crimes, inclusive o de charlatanismo, e, por isso, está sendo investigado...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Exercício ilegal da Medicina, charlatanismo e curandeirismo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente, Sr. Relator, inclusive dizendo que os que morreram ficaram em casa. Isso é que é muito grave, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito grave!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) - O senhor me dê a data, Sr. Presidente, Sr. Relator - me dê a data desse vídeo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Uma declaração dessa, mentirosa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso por si só...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não, me dê a data desse vídeo, Sr. Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso por si só é um crime contra a humanidade, contra o povo brasileiro, contra a saúde pública.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Contra a humanidade! E morreram os que ficaram em casa?! Ele é irresponsável!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É totalmente irresponsável.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Totalmente irresponsável.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Totalmente irresponsável.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - As 129 mortes são de hoje...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - É por isso...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Agora, eu quero saber a data do vídeo. A data do vídeo, Sr. Relator. Pode me apresentar a data do vídeo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por que a data? A data vai prescrever o que ele falou?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Sim, porque um ano atrás é diferente. Hoje é diferente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Está interrompendo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - A data vai ressuscitar os que morreram.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A sua intervenção é uma intervenção única. O senhor está interrompendo um depoimento...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - O Senador Randolfe pode interromper; eu não posso? Qual é a diferença dele pra mim? Qual é a diferença dele pra mim?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... no qual o depoente está calado, está em silêncio.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Qual é a diferença do Senador Randolfe pra mim?

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu não posso interromper; ele pode!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quanto o senhor ou suas empresas gastaram com a divulgação de informações em redes sociais sobre a pandemia? Uma pergunta concreta, que, se for possível, eu gostaria de uma resposta também concreta, respeitosamente lhe faço.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Alguma dessas informações, que mais tarde teriam sido custeadas...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - com recursos das suas empresas se revelaram *fake news*.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Permaneço em silêncio.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) - Esse vídeo comprova a declaração irresponsável que ele fez, inclusive acusando que as pessoas que morreram ficaram em casa. Portanto, não há como, no relatório, não o responsabilizar pelas mortes que aconteceram no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não há. E ainda sorriu das pessoas que morreram.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Exato. Sorriu das pessoas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais: como ele é uma figura conhecida, quando ele fala, todo mundo, algumas pessoas acreditam nele, embora não seja médico, não tenha nenhuma atividade na área de saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor chegou a atuar mediante *lobby* ou campanhas publicitárias no convencimento de que essas medidas, há pouco referidas aqui no seu vídeo, não farmacológicas de prevenção à Covid-19, como a restrição de circulação de pessoas, dizendo com desdém que, inclusive, só morreu quem ficou em casa, e o distanciamento social fossem afrouxadas ou relativizadas?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Eu me reservo ao direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito obrigado.

Há algum movimento de grandes empresários brasileiros, como V. Sa., para que as políticas de distanciamento social sejam flexibilizadas?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa ação é coordenada ou organizada por V. Sa.?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Os grupos de médicos que apoiam o tratamento precoce, como os Médicos pela Vida, são ou foram financiados por suas empresas para difundir a ideia de que medicamentos como a cloroquina e a ivermectina podem curar pacientes com a Covid-19, como vimos há pouco aqui, irresponsavelmente, V. Sa. veicular em um vídeo?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor manteve relações com outras empresas do ramo da saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Sr. Relator, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Depois que saiu do Ministério da Saúde, manteve contatos com essas relações?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O seu silêncio, nesses casos, não será definitivo nem esclarecedor, porque nós teremos, em função da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigação que fazemos, acesso a todas as informações, a todos os instrumentos legais que podem colaborar com esta investigação, já que as providências, as medidas já foram todas efetivamente encaminhadas.

Eu queria, por fim, perguntar mais uma vez: o senhor usou a influência que construiu no Ministério da Saúde para emplacar no SUS o uso de medicamentos e outros produtos para a saúde, como a cloroquina, ivermectina, a vacina CanSino, a vacina Covaxin?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Relator, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito pelas perguntas que fiz e até mesmo – humildemente, eu queria confessar – pelas respostas que não obtive, já que a tecnologia hoje nos permite guardar esses vídeos que foram veiculados em função de campanhas produzidas pelo Governo Federal e que contaram, lamentavelmente, com muitas pessoas e até com empresários valorosos na sua veiculação como charlatanistas.

Eu quero agradecer, Sra. Presidente, e agradecer a todos os senhores e senhoras...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Questão de ordem, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – O Senador Renan fala em charlatanismo, mas não quis ouvir cientistas. Cientistas não quis ouvir...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Heinze, eu vou seguir a ordem.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Eu só quero que fique registrado: charlatanista é quem não quer ouvir cientistas que vieram aqui. Se recusou a ouvi-los e foi embora. Tinha que ouvi-los!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vai ficar registrado, e o senhor vai falar por 15 minutos, como todos nós.

Senadora Eliziane com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como Relator, V. Exa. tinha que ter ouvido; não quis ouvir.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nunca imaginei que fosse obrigado a ouvir charlatão.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone.*) - Não é charlatão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nunca imaginei que pudesse me obrigar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - A Senadora Eliziane Gama está com a palavra. Somente ela.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Charlatão! O senhor pegue o currículo desses dois depoentes...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Muito obrigada, Sra. Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Pegue o currículo de Francisco Cardoso, pegue o currículo do Dr. Zimmerman e compare com aqueles que vieram aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Esses meus ouvidos não são para ouvir charlatão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) - Sr. Presidente, muito obrigada.

Quero cumprimentar o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quero agradecer à Senadora Soraya pelo tempo que ela passou presidindo aqui.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) - Ao senhor muito obrigada.

Eu queria perguntar inicialmente ao depoente: no início da sua fala, o senhor fez várias referências bíblicas, leu passagens bíblicas muito bonitas, palavras de Jesus Cristo para a humanidade. Eu pergunto ao senhor, só para... Eu acho que é uma informação que não vai atrapalhar em nada a sua decisão... O



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor está assegurado e, portanto, está se reservando o direito de não falar, mas qual é a sua religião, só para eu tirar a dúvida?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) - Sra. Senadora, permaneço em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas o senhor não pode nem dizer qual é a sua religião?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Eu gostaria de sugerir a todos que têm interesse em conhecer um pouco mais da obra humanitária que eu realizei em Roraima...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não, eu queria só...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Só falta fazer propaganda de livro!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não vai vender livro aqui não!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) - Se o depoente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não vai vender livro aqui não, Sr. Carlos Wizard.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... não se dispõe a falar, ele não tem direito a fazer proselitismo, autopropaganda, autopromoção, porque isso é um escárnio, um desrespeito a esta Comissão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - E sorriu da morte dos brasileiros!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Então, o senhor não vai dizer qual é a sua religião, mas a informação que eu tenho é que o senhor é da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

igreja dos mórmons, é mórmon, não é isso? Que faz aquela presença em relação às residências e faz, pelo menos coloca a Bíblia Sagrada como um dos elementos dessa caminhada. Então, se eu estiver errada, o senhor pode, na verdade, me corrigir. E aí, no início da sua fala, o senhor fez várias referências a passagens bíblicas, e todos nós sabemos o que que significa a Bíblia, sobretudo pra sociedade brasileira, onde nós temos aí um percentual de maioria esmagadora cristã no nosso País, não é? E eu inicio ao senhor fazendo a pergunta acerca de qual era o seu interesse acerca da aquisição de vacinas para a iniciativa privada. A Câmara dos Deputados, inclusive, chegou a... Tivemos lá tramitação e votação do projeto de lei que estabelecia, por exemplo, a compra pelo setor empresarial e que seriam direcionadas essas vacinas para os seus funcionários. O senhor teve interesse nesse tipo de aquisição de vacinas?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sra. Senadora, reservo o direito de permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

O senhor fica em silêncio, Sr. Wizard, mas a imprensa deixou muito claro, na verdade, o seu interesse em relação a essa aquisição de vacina. E o senhor fala de Jesus Cristo. Jesus Cristo, a essência de Jesus Cristo era amor aos pobres, aos excluídos. Inclusive, quando alguém chegou pra ele e perguntou – um homem muito rico, naturalmente, talvez com as posses que o senhor tem, que, aliás, o senhor tem um patrimônio muito importante –, perguntou pra ele o que que ele deveria fazer pra segui-lo. Ele diz: "Olha, vai, entrega os teus bens aos pobres e siga-me".

É claro que Jesus Cristo não é contra alguém que tem efetivamente algum recurso financeiro, mas Jesus Cristo é contra a concentração, a falta de olhar, da entrega, da solidariedade, para o olhar pras pessoas de fato mais excluídas. E, naquele momento ali, a posição de Jesus era exatamente essa. E aí eu vou parafrasear para os dias atuais: se você está diante de uma pandemia e você tem acesso à vacina, dê acesso aos excluídos, dê essa vacina à população mais pobre, à população de fato que precisa. E, no Brasil, Sr. Wizard, nós temos o SUS, que é o Sistema Único da Saúde, que estabelece, exatamente...

Presidente, está difícil falar, Presidente...

No Brasil, Sr. Wizard, nós temos o SUS, que é o Sistema Único de Saúde, que estabelece exatamente isso, a saúde plena, universal, para a população brasileira. E, dentro do SUS, nós temos exatamente o Plano Nacional de Imunizações, ou seja, quando eu receber a vacina, eu tenho que distribuir essa vacina para estes excluídos, para estes pobres, para esta população que está em situação de maior vulnerabilidade, exatamente como Jesus orientava, mas a informação que nós temos é que exatamente o senhor estava incentivando, estava interessado na compra de vacinas para o setor empresarial, para que fosse dada prioridade a estes funcionários, talvez alguns em idade muito pequena, que não tivesse



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum tipo de comorbidade, ou seja, totalmente contrário àquilo que o senhor iniciou falando agora, exatamente sobre Jesus Cristo.

Nós temos... Não vou mais nem lhe perguntar, porque o senhor sempre diz que não vai responder. O senhor não quis responder qual era a sua religião, imagina as demais perguntas. Mas, por exemplo, a informação que nós temos é da sua relação em relação de pessoas com a CanSino, por exemplo, que tinha exatamente o valor de US\$17, que tinha relação com Ricardo Barros, que nós estamos investigando dentro desta CPI, que pode ter relação direta ao esquema de corrupção, dentre eles aí, inclusive, com o pagamento de propina de US\$1 para a aquisição de 400 milhões de vacinas. Isso significaria, na prática, só em propina, R\$2 bilhões! O senhor pode ter certeza de que isso é totalmente contraditório com o que ensinou o nosso Senhor Jesus Cristo.

Eu lhe pergunto: o senhor tem noção do que a sua orientação, as suas *lives*, as suas informações acerca do incentivo, por exemplo, do uso da hidroxiquina, do que que isso resultou para a vida dessas pessoas? Nós tivemos, no Estado do Amazonas, o uso, por exemplo, de nebulização com cloroquina, e pessoas vieram a óbito; as pessoas, de fato, morreram. E a comercialização dessas empresas, Sr. Wizard? Ela teve um aumento de mais de 60% no seu faturamento! Algumas chegaram a ter um faturamento anual de mais de R\$1 bilhão! O senhor tem noção? Ou o senhor se arrepende das suas orientações em relação ao uso desse medicamento que não tem nenhuma eficácia comprovada do ponto de vista da ciência? O senhor se arrepende?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Senhora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eliziane.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Senadora Eliziane, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Quando o projeto de lei, Sr. Wizard, foi apresentado na Câmara dos Deputados, naquele momento, havia apenas 10 milhões de brasileiros com acesso a essa vacinação, ou seja, precisaria de muita gente no Brasil ainda, de fato, para ter acesso a essa vacinação.

Quero dizer ao senhor... Já que o senhor falou muito da Bíblia, eu quero falar um pouquinho também da Bíblia com o senhor. Tem uma passagem muito importante, e eu coloco isso muito na minha prática de vida, que é exatamente... Alguém diz assim: "Eliziane, você é uma pessoa muito combativa, você parte realmente muito para o enfrentamento".

Eu quero ler para o senhor uma passagem que tem na Bíblia, no livro de Ezequiel, capítulo 36, versículo 6, em que ele fala de uma pessoa, que era o atalaia. O atalaia é aquele que estava na linha de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frente, que tinha mais acesso, que tinha mais possibilidade de fazer a denúncia. Ele diz o seguinte: "Mas, se quando o atalaia vir que vem a espada e não tocar a trombeta, e não for avisado o povo e a espada vier e levar uma vida [uma vida! Uma vida!] dentre eles, este tal foi levado à sua iniquidade, porém o seu sangue requererei da mão do atalaia".

Isso significa que, se você não denuncia, você tem uma responsabilidade compartilhada na morte, no mal que há de vir sobre uma determinada situação. O senhor, pela sua posição estratégica, próximo sobretudo ao Ministro Pazuello...

E o senhor colocou que o senhor foi para a Venezuela, por exemplo, fazer essa ajuda humanitária. O senhor estava ali numa posição também de atalaia, Sr. Wizard. O senhor poderia ter tido mais efetividade, denunciado.

Quando a gente vê, num vídeo aqui, o senhor rindo da morte de cinco pessoas... Aí, o senhor diz: "Olha, elas morreram porque não tiveram isolamento". Que fosse uma pessoa, Sr. Wizard. Uma vida vale muito, significa muito! E, no Evangelho de Jesus Cristo, que é a graça, que é a solidariedade, que é a partilha, significa muito. Não é mais olho por olho nem dente por dente, nem o fio da espada; é o perdão, é a paz. E é exatamente isso que Jesus Cristo realmente nos ensina. É por isso que Jesus, Sr. Wizard, era muito revoltado com hipocrisia. Ele era muito revoltado quando alguém não cumpria aquilo que ele determinava e, algumas vezes, ele foi até um pouco mais áspero, sabe? Ele chamava de hipócrita.

Olha uma das passagens mais belas que nós temos aqui em Mateus 23:27-28: "Ai de vocês, mestres da lei e fariseus, hipócritas! Vocês são como sepulcros caiados: bonitos por fora, mas por dentro estão cheios de ossos e de todo tipo de imundície. Assim são vocês: por fora parecem justos ao povo, mas por dentro estão cheios de hipocrisia e maldade".

A hipocrisia é algo abominável, é repugnante, é revoltante. E Jesus Cristo colocava isso de forma muito clara.

Não dá, por exemplo, para a gente estar numa situação estratégica, como o senhor foi colocado, pela sua posição lá, ao lado do Ministro da Saúde, e, de repente, não agir e não fazer, efetivamente, a sua função.

Isaías 1:23 diz o seguinte: "Seus líderes são rebeldes, amigos de ladrões; todos eles amam o suborno e andam atrás de presentes. Eles não defendem os direitos do órfão e não tomam conhecimento da causa da viúva".

Jesus esteve ao lado dos pobres, dos órfãos e das viúvas, dos excluídos.

Eu quero dizer ao senhor, finalizando a minha participação aqui, que o senhor, eu, o Presidente, o Relator, todos nós que estamos aqui nesta Comissão, que estamos numa situação totalmente diferenciada



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da maioria esmagadora da população brasileira, nós temos uma responsabilidade dupla, nós temos uma responsabilidade grande com a sociedade brasileira.

Provérbios 18:21 diz o seguinte: " A morte e a vida estão no poder da língua; e aquele que a ama comerá do seu próprio fruto".

Estou fazendo várias exposições da Bíblia, porque o senhor iniciou falando exatamente da Bíblia, exatamente do que é Jesus Cristo de Nazaré.

A diferença entre a morte e a vida pode ser uma orientação; a diferença entre a morte e a vida pode ser um conselho. Um conselho mal dado pode levar milhares de vidas no Brasil.

É claro que a gente está vivenciando agora – e pra mim fica muito mais claro – que não foi apenas negacionismo, não foi apenas uma questão ideológica. Foi corrupção mesmo: US\$1 por cada vida, porque uma vacina significa a vida das pessoas.

Mas eu quero que o senhor vá pra casa fazendo essa reflexão, o senhor, que chegou à posição econômica que o senhor chegou e se propôs a ajudar humanitariamente as pessoas: essa ajuda tem que ser transversal, ela tem que ser para as pessoas que são mais humildes e as pessoas que estão do seu lado na orientação, porque é o que a Bíblia nos ensina, a orientar, sob pena de não levarmos ou de levarmos sobre os nossos ombros o sangue dos inocentes. É este o cenário que a gente está vivenciando hoje no Brasil.

E é lamentável que o senhor não possa ter respondido aqui a esta Comissão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane, me orgulha muito ser seu amigo. Talvez foi um dos discursos, um dos posicionamentos, neste Senado, sem ser piegas, sem apelar, mas com palavras cirúrgicas, colocando realmente aqueles que pregam o cristianismo – não aqueles que pregam da boca pra fora e pregam o ódio ao mesmo tempo. De manhã escrevem: "Ame Jesus" e, meio-dia, estão pedindo a morte das pessoas, estão propagando a coisa errada para os brasileiros, o que levou à morte.

E me orgulha você estar aqui nesta CPI, participar das reuniões com a gente e ser uma mulher cristã de fato – não aqueles que, por oportunismo, querem falar em nome de Jesus, mas não pregam a palavra de Jesus; pregam o ódio, como a gente tem visto muito esse ódio ser pregado. E pregado por pessoas que tiveram, ao longo da sua vida, a oportunidade de ganhar dinheiro, ser rico e ajudar realmente, mas ajudar não para fazer propaganda; ajudar, de fato, as pessoas que precisam. Não é para propagar o seu bem. Não é para escrever livro para dizer que fez o bem às pessoas. Quando a gente faz o bem, não precisa a gente publicar na rede social; a gente publica no nosso coração, porque Deus está nos vendo fazer isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pelo seu posicionamento em relação à postura de uma verdadeira cristã.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu sigo o Jesus da Cruz, o Jesus crucificado, esse Jesus que, infelizmente, muitos brasileiros não seguem, e muitos líderes não seguem. Instrumentalizam, dizendo que seguem, tentando... Como diz a própria Bíblia, como hipócritas, sendo sepulcros caiados. Isso é inadmissível.

Jesus se revolta com isso, o senhor pode ter certeza disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senadora, eu quero assinar embaixo, me permita, Presidente, de tudo que o Presidente Omar falou, neste exato momento, a respeito da sua fala brilhante, em nome de todos nós, desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós não temos nenhuma dúvida - e esta CPI se debruça cada vez mais nessa direção - de que o perverso cairá pela sua falsidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador Renan.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) - Sr. Presidente, quanto à fala da Senadora Eliziane, eu também quero assinar embaixo e parabenizá-la.

Quero começar também com uma pequena citação: "Quanto a nós, não nos podemos calar sobre o que vimos e ouvimos" - é essa a nossa tarefa aqui.

Sr. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores, Sr. Carlos Wizard - seja muito bem-vindo aqui ao Senado Federal -, eu quero começar dizendo que o Dr. Carlos Wizard é uma peça fundamental de tudo que aconteceu no Brasil ao longo desse mais de um ano da pandemia da Covid. Ele exerceu uma função importante de defensor do chamado tratamento precoce, que nada mais é do que a utilização de medicamentos que não têm qualquer eficácia contra a Covid-19. E esse tratamento precoce foi utilizado, principalmente, para sabotar as ações do isolamento social.

É parte do discurso dele, como é do Presidente da República, normalizar a economia - a saúde não pode ser colocada num patamar superior à importância econômica -; e, aí, ele deu algumas contribuições importantes para isso. A primeira delas, ainda quando ele exercia ilegalmente - exercia ilegalmente -, no Ministério da Saúde, um papel, porque ele nunca foi formalmente nomeado, no entanto, ele negociou a aquisição de insumos, ele participou de reuniões e eventos no ministério e ele foi o mentor de uma ideia terrível, que foi a ideia de maquiagem o número de pessoas que morriam no Brasil por conta da Covid. Foi a partir de uma ideia dele que a imprensa brasileira se viu obrigada a criar um consórcio de jornais e TVs



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para todo dia dizer ao povo brasileiro a verdade dos fatos. Ele queria que isso fosse sonogado à população brasileira. E eu tenho a declaração dele, eu vou ler daqui a pouco.

Além do mais, ele exerceu um papel importante nesse *lobby* pelo tratamento precoce, vendendo a ideia de que havia uma cura infalível para a Covid-19, defendendo, como ele defendeu ali, tratamento profilático, zombando de quem seguiu as orientações das autoridades sanitárias de fazer o isolamento social. E, por último, a ideia elitista de comprar vacina para os funcionários dele e de outros empresários para que pudesse a economia funcionar.

Então, ele é peça-chave.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Pela Precisa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela Precisa. Inclusive, V. Exa. está sendo muito preciso. Aliás, era para eu ter começado a minha fala pedindo ao Presidente para ele se certificar se esse cidadão Francisco Maximiano foi devidamente comunicado de que ele tem que estar presente aqui amanhã. Eu recebi informações...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os advogados dele entraram em contato. Só para lhe informar, Senador, lhe interrompendo, os advogados dele entraram em contato dizendo que ele chega às 9h da manhã, pedindo só para que a gente... E eu disse que começaria a sessão às 10h da manhã. Eu iria anunciar, no final, o horário da sessão amanhã.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ótimo, porque as informações que estavam correndo eram de que ele não viria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, ele tem os advogados dele. Como é o nome do advogado, por favor, do advogado do Sr. Maximiano, que entrou em contato?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Dr. Ticiano Figueiredo entrou em contato com a gente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ótimo, ótima notícia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... pedindo para que a gente pudesse postergar um pouco a reunião, mas eu avisaria, na hora do encerramento, o horário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sem problema.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí já estão avisados de que amanhã a sessão será às 10h.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Me dê só o meu tempinho de volta aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. que perguntou, eu não sei de nada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A outra coisa... (*Risos.*)

A outra coisa importante é que ele também produziu uma elaboração política para esse processo. Por exemplo, esse gabinete paralelo, eu tenho certeza de que o principal cérebro que criou essa ideia foi o do Dr. Wizard. Ele é um defensor da necessidade de que se superem as barreiras burocráticas que existem no setor público. E a melhor maneira é exatamente você ter um instrumento informal para definição da política de enfrentamento à Covid no nosso País. Ele fez a fala dele inicial dizendo que não tinha nada a ver com isso, mas eu tenho certeza de que ele é um dos cabeças.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza, ele é um dos cabeças. Mas eu queria perguntar algumas coisas a ele aqui.

O senhor conhece o Sr. Luis Felipe Belmonte?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) – Eminentíssimo Senador Humberto Costa, me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois bem.

Tem alguma relação empresarial com ele? Comercial?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Reservo-me o direito de permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor conhece o Dr. Anthony Wong?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Vou permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor tem relações econômicas ou de patrocínio com ele?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – O senhor está falando de um falecido?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estou falando do Sr. Anthony Wong.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Falecido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor tinha alguma relação comercial, empresarial, com ele, ou de patrocínio?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor tem alguma relação empresarial com o Sr. Pedro Benedito Batista Junior ou com a empresa Prevent Senior?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Vou permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a empresa Hapvida?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

A pergunta anterior, qual foi a que o senhor fez?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi a do Sr. Pedro Benedito Batista Junior.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o Sr. Wizard disse que...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ah, não! Aí foi a do Dr. Anthony Wong. Ele disse que é falecido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É falecido. E se ele tinha...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Algum tipo de relação econômica ou de patrocínio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o senhor respondeu?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não respondeu?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele disse "não".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Não respondi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não. Disse "não". Ele disse "não".

Dáí V. Exa. disse que não tinha nenhuma relação comercial com o Sr. Yong?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Wong.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Foi isso?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, leva a crer que, em relação... Ele afirmou que não tem... Nas outras perguntas, nós podemos dizer que é "sim".

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Presidente, acho que houve um equívoco. Eu não respondi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Nós temos a gravação.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sem problema!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Nós temos a gravação, Sr. Wizard.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito. Presidente, é que é um direito constitucional do depoente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - O senhor tem conhecimento, patrocinou, deu apoio ao trabalho da Dra. Nise Yamaguchi?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Permaneço em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Por acaso, o senhor ou alguma de suas empresas participou do financiamento da associação Médicos pela Vida?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Sr. Senador, permaneço em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - O.k.!

Ele não vai responder nada mesmo. Então, vou ser obrigado a fazer aqui a minha avaliação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, o Dr. Wizard permaneceu, por mais de um mês, como um ator não nomeado no Ministério da Saúde, trabalhando principalmente para a disseminação do tratamento precoce e com a ideia de testar 5% da população, quer dizer, só as pessoas chamadas vulneráveis. Há aquela velha ideia de isolamento vertical. Aí é teste vertical também só para quem efetivamente é vulnerável.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senador Humberto, é um espetáculo para o Brasil...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... o que esta Comissão - desculpa a interrupção rápida - está proporcionando. É que o Brasil está vendo que os machões da internet ficam caladinhos aqui na CPI.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Exatamente, Sr. Relator.

Ele declarou, quando foi convidado, que o Ministro Pazuello teria dito que a tarefa dele era acompanhar grandes fornecedores, grandes contratos, forrar o Brasil com cloroquina.

E, no dia 4 de junho, V. Sa. teria concluído uma negociação para a importação de dez toneladas de insumos para a produção de cloroquina no valor de 30 milhões. Isso corresponde à verdade ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Pois não.

Ele disse, inclusive: "Vamos apostar 100% na cloroquina, seguir e defender a cloroquina".

Mas realmente a coisa mais importante é esta aqui, uma entrevista que ele deu à jornalista Bela Megale. Ele disse: "Tinha muita gente morrendo por outras causas, e os gestores públicos, puramente por interesse de ter um orçamento maior nos seus Municípios, nos seus Estados, colocavam todo mundo como Covid. Estamos revendo esses óbitos". Essa foi realmente a mais importante de todas.

Ainda bem que a imprensa brasileira atuou de forma transparente, criou um consórcio, porque, se dependesse do Dr. Carlos Wizard, nós não saberíamos, de fato, a dimensão dessa trágica pandemia que vivemos aqui no nosso País. Isso revoltou o Brasil inteiro. Então, dois dias depois, ele saiu dessa função para a qual ele nunca foi nomeado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria juntar mais umas pérolas aqui, porque isso é importante pra se colocar no nosso relatório. Ele pode não responder, mas ele aqui falou para o mundo. É verdade que, nesta CPI, tem coisa aqui que é difícil de a gente entender. A gente convida aqui uma pessoa, aí bota uma fala dele ali: "Não, é cloroquina, não sei o que...". Pergunta a ele: "Esse aí não sou eu, não. Acho que não sou eu, não. Não fui eu que falei isso aí, não". Mas ainda bem que a gente tem aqui todos os registros pra dizer.

Por exemplo, veja o que ele disse à CNN Brasil. A primeira delas... Ele disse o seguinte:

Temos duas frentes que precisamos estar muito atentos. A primeira delas é o tratamento precoce. Se a pessoa apresenta [preste atenção, Senador Rogério Carvalho] os primeiros sintomas, como febre, dores no corpo e dificuldade de respirar, ela será diagnosticada e testada. Com o teste positivo, já vai entrar na medicação.

Não gosto de falar apenas de cloroquina e hidroxicloroquina, pois são vários medicamentos para o tratamento precoce. [Ele diz.] Existem outros componentes, mas eles fazem parte da composição. O mais importante é que estamos trabalhando muito mais preventivamente e precocemente. A pessoa voltará para casa e também vamos tratar o entorno dele. [Escute isso.] Se o cidadão é casado e tem filhos, vamos dar tratamento para todos.

Quer dizer, mesmo se a pessoa não estivesse comprovadamente com Covid, pela orientação desse tratamento precoce, tomava quem estava e quem não estava com Covid. Nós ouvimos aqui a Dra. Yamaguchi, já que falam tanto dela, dizer que não manda ninguém tomar cloroquina sem fazer antes um eletrocardiograma. Veja a orientação que estava sendo dada, na CNN Brasil, pelo Dr. Carlos Wizard. Isto está previsto no Código Penal, o nosso Senador Rogério Carvalho vai falar sobre isto: o curandeirismo. Isso é charlatanismo. Isso é exercício ilegal da Medicina.

Mas ele não falou só isso, ele falou outras coisas que são importantes a gente ter conhecimento aqui. Veja o que ele disse à Rádio Gaúcha, no dia 5 de março de 2021:

Você que está em casa, você que está sintonizado na Rádio Gaúcha, aparecendo os primeiros sintomas da doença, imediatamente dê início ao tratamento precoce, porque quem faz o tratamento precoce não deixa que a doença saia da fase um. Ele é curado logo ali no início. Se ele não curar logo na primeira fase, evolui para a segunda, para a terceira, vai precisar ser internado. Dependendo da gravidade, o pulmão vai ser tomado, ele vai para UTI, vai ser intubado. E, lamentavelmente, nós estamos tendo muitas mortes por pessoas que ficaram em casa tomando dipirona. Eu até agora não peguei coronavírus. De 15 em 15 dias, eu tomo a minha dose de hidroxicloroquina, ivermectina, zinco e vitamina D, ou seja, a minha imunidade, a minha resistência está alta.

Vejam... Vejam...

V. Exa. é médico. Como se chama isso, Presidente? Como se chama isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Olha, eu estava até pegando aqui no *Dicionário Aurélio*, porque é bom que se diga que, quando se fala charlatão, não se está referindo a nenhum médico.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, a definição de charlatão está aqui no *Aurélio*: "Charlatão. Mercador ambulante que vende drogas e elixires reputados milagrosos, atraindo e iludindo as pessoas". Ou então: "Curandeiro que diz possuir remédios milagrosos". Portanto, essa é a definição do *Aurélio* de charlatão. Quando se fala charlatão, é aquele que não é formado, que não se formou em Medicina, não fez nenhum curso e começa a receitar para as pessoas. Não estou aqui... Só definir o que V. Exa. me pediu. É o *Aurélio* aqui – peguei agora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é.

Eu vou concluir a minha fala para que outros possam falar, mas, diante, inclusive, do que nós assistimos nesses últimos dois dias, causa espécie o tipo de ação que foi feita no Brasil por essa verdadeira aliança que envolve o Governo Federal, o Presidente Bolsonaro, maus empresários. Essa aliança causou muito mal ao Brasil. E agora nós tomamos consciência de que, na verdade, além de todo esse mal, essa nocividade que foi causada, ainda tem uma coisa: aqui sempre foi dito que era da velha política; eles vieram para fazer a nova política. Mas é a nova política com o velho esquema da corrupção.

O Governo ontem apresentou acho que a terceira versão sobre esse problema da Covaxin. Num primeiro momento, o Presidente disse lá ao Deputado que iria mandar a Polícia Federal apurar; não mandou. Depois, veio com uma história furada, conversa mole de que recebeu a denúncia no dia 20, uma sexta-feira; que, no dia 22, mandou Pazuello apurar; que Pazuello falou com o Secretário-Geral da Presidência da República, com o Secretário-Executivo do ministério no dia 22. Só que, no dia 23, Pazuello foi demitido! No dia 22, no máximo, ele estava tirando as coisas das gavetas, não é?

Então, é uma conversa furada. Sabe aquela história de apagar o rastro do malfeito? É o que o Governo está querendo. Demitiu esse funcionário... Esse funcionário, Senador Otto, foi... O nome dele foi mandado pelo Presidente Bolsonaro para ser votado aqui, para ele ir para a Anvisa. Foi um movimento de resistência que houve aqui que impediu que isso virasse uma festa! Aí o Presidente recuou, mandou tirar o nome, mas o deixou lá no Ministério da Saúde. Será que ele não sabia que o Senado Federal ameaçou rejeitar o nome daquele cidadão porque ele não tinha... Ele tinha denúncias contra ele, processos, enfim?

Então, essa conversa de que "eu não estou sabendo de nada" que agora o Presidente Bolsonaro está dizendo para o Brasil não convence ninguém. Só quem for muito ingênuo, muito inocente.

Aí, agora, demitiram o rapaz, suspenderam o contrato com a empresa indiana, mas não se consegue... Ele não consegue mais iludir o povo brasileiro. As pessoas estão atentas, estão acompanhando



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo que está acontecendo no País hoje e sabem muito bem que esse Governo, para o Brasil, só representa vergonha, vergonha mundial; para o seu povo, sofrimento, e, para a política, o retorno de velhas fórmulas que já foram condenadas pela própria população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Humberto Costa.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Otto Alencar.

Eu queria dar as boas-vindas ao Dr. Carlos Wizard, ao mesmo tempo em que confesso me sentir frustrado, com todo o respeito ao senhor, por não poder aqui ouvir alguns questionamentos feitos por colegas que compõem esta CPI e, provavelmente, por mim também, que, junto com a minha equipe, trabalhamos aqui em algumas perguntas importantes para serem esclarecidas. Acredito que o STF, o nosso Supremo Tribunal Federal, mais uma vez, se equivoca, atrapalha nossos trabalhos. Ele, que mandou a gente abrir esta CPI, não deixa vir Governadores aqui para a gente poder rastrear a corrupção e, neste momento, também impede que o senhor possa falar, responder perguntas que acho que seriam muito esclarecedoras para a Nação, até para que o senhor possa, de alguma forma – eu estive pesquisando sobre a sua vida –, mostrar o seu trabalho humanístico, o seu trabalho cristão.

Muitas pessoas se arvoram para falar em Cristo aqui – não é hoje, são muitas vezes – e usam, Senador Izalci, muito da conveniência. Isso é muito grave. O que a gente planta a gente vai colher. Ninguém fala o nome de Cristo ou de Deus em vão. As mesmas pessoas que citam, que brincaram com a palavra de Deus aqui, semanas atrás, numa saudação que eu fiz, brincaram, gargalharam aqui, na palavra de Deus, hoje usam para constrangê-lo, mas o engraçado...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Girão, me permita, só quem falou aqui na palavra de Deus foi a Senadora Eliziane Gama.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É, eu estou falando de várias sessões. Nós tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, só foi ela que falou aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nós tivemos várias sessões aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Só ela.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Ela também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Só ela se dirigiu, e ela é cristã.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - É cristã.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - É evangélica.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - É cristã, é evangélica, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Só ela se dirigiu, ninguém mais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu sei. Eu sei. Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Eu, por exemplo, nunca usei e nem vou usar em vão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, estou falando do senhor, mas algumas pessoas falaram. Eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Mas ela merece respeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu não estou desrespeitando.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Até porque ela está ausente, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu não estou desrespeitando ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Ela está ausente. Só ela usou, até com muita...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Senador Otto, não use de narrativas, Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Eu vou dar o tempo de V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor costuma aqui...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Não, não. Eu estou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor costuma constranger...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Não, eu estou como Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... todo mundo que vem a essa mesa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Não, não. Estou como Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - E o senhor agora está querendo constranger, de alguma forma, a mim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Não, não, não, de jeito nenhum. De jeito nenhum. Eu estou apenas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu peço respeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Não, eu estou dizendo a V. Exa. - sempre respeitei - que a única Senadora que se dirigiu aqui ao Sr. Carlos Wizard foi a Senadora Eliziane Gama, que usou... Como ela é evangélica, ela usou, inclusive sem ler absolutamente nada, a palavra de Deus. Então, espero que V. Exa. não tenha se dirigido a ela.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu já falei que não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Porque ela...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu já falei que não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Então, ótimo, porque ela está ausente. E outra coisa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Eu respeito muito V. Exa., nunca tomei a iniciativa de nominar e adjetivar V. Exa., V. Exa. é que, uma vez, me adjetivou e eu fui repreendê-lo. V. Exa. falou uma vez aqui que eu estava mentindo, e eu não estava mentindo. Eu nunca chamei o senhor de palavra dura absolutamente nenhuma. Agora, toda vez que houver uma contra mim, eu vou repelir da mesma intensidade,...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - ... seja ela como for.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito. Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Pode continuar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - A verdade sempre prevalece. O bem sempre vai prevalecer. E essa ilação que foi feita há pouco - eu peço até que reponha o meu tempo -, eu não falei especificamente nenhum colega; eu falei que, durante sessões, nós tivemos muitas citações aqui, por colegas - por colegas - falando de Deus, de Jesus Cristo, inclusive brincando com isso. Mas, na hora, por exemplo, de investigar a corrupção, na hora de se observarem malfeitos com o dinheiro do povo, nesse momento não se lembram de Jesus Cristo, porque ele não aceitava hipocrisia. Ele chegou nos vendilhões do templo lá e mostrou a sua firmeza. Eu acredito que esta Comissão, Senador Otto, vai mostrando a cada dia a sua cara.

Mas eu vou fazer perguntas ao senhor, mesmo de alguma forma o senhor negando a resposta - é um direito que o senhor tem, mas é um direito que eu tenho também de fazer perguntas.

Em 2018, o senhor passa a atuar no projeto Brasil do Bem e vai a Roraima para apoiar as ações da Operação Acolhida. No início, o senhor demonstrou esse trabalho. Nessa atividade, consta que sua dedicação pessoal deu apoio a mais de 12 mil venezuelanos que fugiram da ditadura - repito, Senador Marcos Rogério -, da ditadura que massacra nossa vizinha Venezuela. Que ações especificamente o senhor desenvolveu lá? Qual foi a sua relação com as Forças Armadas brasileiras nesta ação específica? Seu projeto recebeu recursos federais?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) - Eminente Senador Girão, respeitosamente, devido às respostas que dei para os demais Srs. Senadores, eu permaneço em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Em 2020, pela primeira vez em sua vida, o senhor filiou-se a um partido político, tendo escolhido o PSDB, mas, em seguida, aproximou-se do Governo Jair Bolsonaro. Por que, sendo um quadro do PSDB, o senhor optou por aproximar-se do Governo do Brasil atual?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS - Permaneço em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Em 6 de junho de 2020, o G1, o *site* G1 publica a seguinte notícia - abre aspas: "Cotado para cargo no Ministério da Saúde, diz que Estados inflam dados da Covid-19 para elevar orçamento. Secretários de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde chamam fala de leviana". Pergunta que eu lhe faço de forma objetiva: o senhor fez esta afirmação? O que o levou a suspeitar que os dados da Covid-19 estariam errados?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Senador, preservo o meu direito de permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor permaneceu 30 dias no Ministério da Saúde. Que cargo o senhor iria assumir? Qual a sua ligação com o General Pazuello?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Caso o senhor assumisse um cargo no Ministério da Saúde, que ações implementaria no combate à Covid-19?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Fala-se muito em existência de um suposto gabinete paralelo no Governo Federal. Apesar de nesta CPI também haver um gabinete paralelo que deliberadamente atua, eu lhe pergunto. Nós sabemos o quanto é importante – e isto existe em vários países – que o Executivo, seja Presidente, seja Governador, seja Prefeito, de alguma forma, se aconselhe e conte com a participação de forças vivas na sociedade na construção de um projeto. Como exemplo, temos a participação do grupo Unidos pela Vacina, liderado pela Sra. Luiza Trajano, uma empreendedora respeitável da nossa Nação e com vários empresários que tiveram reuniões com o Governo para se inteirar da aquisição da vacina. O senhor conhece esse grupo liderado pela Sra. Luiza Trajano?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor participou de alguma reunião com o Governo para tratar de assuntos diversos, como o fez na Operação Acolhida?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O que o senhor pensa desta participação dos empresários na construção de uma sociedade melhor, de um Brasil melhor?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O.k. Eu tenho... Eu não vou fazer... Até por uma questão de produtividade, eu vou utilizar o tempo que me resta, pelo menos uma parte do tempo que me resta para falar aqui sobre uma colocação que fez o Relator, que agora chega aqui.

O Relator Renan Calheiros fez uma colocação com base numa audiência de que ele participou. E eu o parabeno por ter participado dessa reunião, na semana passada, com dois cientistas: um que o senhor citou aqui, o Hallal, que é da universidade lá de Pelotas; e a Jurema, que é da Anistia Internacional. O senhor falou que 400 mil vidas... Aliás, eles falaram aqui... Aliás, deram números controversos: um disse que eram 120 mil, eu anotei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Foram 120 mil no primeiro ano.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... e o outro, 400 mil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Foram 120 mil no primeiro ano.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - E esses números... Eu fiz a pergunta para eles se havia alguma coisa de comparação com países. Não sei se o senhor lembra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Lembro, claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - E eles disseram que não, que não tinha comparação com outros países, não fizeram análise nos outros países, só no Brasil. E eu quero reafirmar, Senador Renan Calheiros, a busca pela verdade, que eu acho que é um direito que nos cabe, mesmo a gente sendo aqui de alguma forma, atropelados em muitas votações, em muitos posicionamentos. Eu acredito que a gente precisa ouvir o outro lado, mesmo que o senhor se recuse, como o senhor se recusou quando tivemos aqui dois cientistas, médicos renomados que são a favor do tratamento precoce - o senhor se retirou, foi embora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Em respeito ao...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Como o senhor colocou, muitos machões que na internet falam - o senhor colocou "muitos machões" - viram gatinhos aqui, pessoalmente. O senhor colocou isso há pouco tempo. Da mesma forma, muitos machões aqui são arautos da ciência, conhecem muito a ciência e, na hora de ouvir cientistas, tiram o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

time e vão embora. Então, eu queria lhe fazer um pedido. Se o senhor puder acolher – junto com o Presidente, claro –, eu lhe agradeço. O senhor tem que ter a... O Presidente tem que deliberar sobre isso, mas eu... Para equilibrar um pouco, nós ouvimos aqui dois cientistas e médicos renomados contra o tratamento precoce, dois cientistas e médicos renomados a favor do tratamento precoce. Nós ouvimos, semana passada, dois cientistas que são contra o posicionamento que foi dado, o encaminhamento com relação a isolamento, a táticas não farmacológicas de lidar nessa pandemia. Eu queria pedir que a gente ouvisse o outro lado, para a gente pôr... Mesmo que o senhor não fique aqui, mas que a gente possa ouvir o outro lado.

Inclusive, eu quero lhe dar uma boa notícia. A boa notícia que eu quero lhe dar é o seguinte: já foi aprovado por esta Comissão, pelos colegas – e agradeço os colegas... O Dr. Antônio Jordão foi aprovado hoje na votação que nós tivemos, que tem um posicionamento diferente do dos dois outros cientistas, e Paulo Porto, Dr. Paulo Porto também já foi aprovado por esta Comissão. É só a gente marcar com essas pessoas. Eu faço esse apelo – é o que me cabe fazer: esse apelo – para que a gente possa ouvir o outro lado.

Eu acredito que nós temos aí um momento extremamente importante. A gente precisa, nesta CPI, analisar a corrupção. Concordo com o senhor quando o senhor fala de câncer da corrupção. Este é um valor que o povo brasileiro abomina, Senador Renan Calheiros: o câncer da corrupção. Nós temos que rastrear, sim. E eu aprovo todos os requerimentos para que a gente quebre sigilo, vá atrás de denúncia de propina em compra de vacina. Estou junto disso para buscar a verdade. Mas também não interessa se a corrupção é R\$2 bilhões ou se é R\$50 milhões. No caso do Consórcio Nordeste, esta Casa aqui tem obrigação moral – obrigação moral –, não pode se furtar a investigar o escândalo da maconha que aconteceu no Consórcio Nordeste.

Sexta-feira, nós vamos deliberar sobre isso aqui. E, para mim, R\$1 de corrupção é corrupção; R\$2 bilhões é corrupção; R\$50 milhões é corrupção. Qualquer valor a gente tem a obrigação de rastrear nesta Comissão, até porque esta Comissão foi instalada por dois requerimentos: um do Senador que está aqui à minha frente, Senador Renan Calheiros, que visa investigar eventuais... Perdão! Senador Randolfe Rodrigues, que visa identificar eventuais ações e omissões do Governo Federal; e outro, assinado por 45 Senadores desta Casa respeitada da República, que visa investigar, Senador Marcos Rogério, além do Governo Federal – porque no meu requerimento está o Governo Federal também –, os bilhões de reais que foram enviados para Estados e Municípios. E até agora... Até agora é um segredo esse assunto de investigar Estados e Municípios. Por que, meu Deus? Por que isso? Até quando a gente vai empurrar isso com a barriga? Sessenta dias depois! Está ficando feio. Nós não queremos buscar toda a verdade ou são narrativas que a gente quer buscar?

Então, eu queria, para encerrar a minha fala, fazer este apelo para que a gente possa ouvir o outro lado, mesmo que o senhor não fique aqui. Mas que esta CPI não se furte de ouvir Antônio Jordão e Paulo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porto, em uma audiência mais à frente, para que a gente possa entender exatamente o que aconteceu na verdade.

Antigamente, Sr. Carlos Wizard, antigamente, na época de Roma, na época do Cristo, quem era cristão era jogado para os leões; o esquema era outro. Agora, com a evolução do processo civilizatório, vem a degradação, o achaque moral, o questionamento. Muitas de certas situações aqui que foram ouvidas, infelizmente, o senhor optou por não responder, mas eu acredito que ajudaria a verdade de alguma forma a transparecer. Não concordo com a estratégia, mas é um direito que o senhor tem. E hoje em dia é isso, é isso. Mas a verdade sempre triunfa e o bem irá prevalecer, com a graça de Deus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – O próximo orador sou exatamente eu, que estou aqui presidindo a sessão. Mas eu já vi que o depoente não se dispõe a falar.

Eu acho que o senhor e também os seus advogados devem saber que, entre todas as virtudes do homem, a coragem é a principal, porque dela dependem todas as outras. O senhor não teve coragem hoje de falar, de dizer aquilo que foi perguntado aqui, embora o senhor tenha visto os vídeos em que o senhor se manifestava com muita firmeza no que falava, nas declarações todas. Lamentavelmente, isso não aconteceu.

Tenho até aqui uma declaração que eu considero de uma falta de responsabilidade muito grande, Sr. Carlos. O senhor deu entrevista ao jornal *O Globo*, dizendo que o quantitativo de mortes por Covid-19 no Brasil era fantasioso, uma vez que os Governos estaduais e municipais estariam inflando os números para receberem mais recursos federais. É uma declaração do senhor, e o senhor fez isso sem ter nenhuma base científica.

Nós estamos agora já com 516.119 óbitos, numa crise sanitária sem precedente, dolorosa para o povo brasileiro, e o senhor tomou tantas decisões incorretas, erradas nesse afã, talvez, de promoção pessoal, de não poder ver um microfone de uma televisão aberta para o senhor dar uma entrevista, de um rádio, ou de um jornal. Eu ouvi tantas declarações, todas elas sem nenhum fundamento científico! Isso levou muitas pessoas a acreditarem no senhor.

Então, eu, quando li aqui, lamentavelmente, o que estava no Aurélio, charlatão é exatamente a definição que se dá a alguém que, como o senhor, manda as pessoas tomarem medicamentos que não têm nenhuma eficácia, nenhuma comprovação científica.

E eu sou médico e sou muito honesto no que eu falo do ponto de vista científico. Eu sempre me refiro aqui à hidroxicloroquina, porque já foi comprovado várias vezes, vários estudos, inclusive, recentemente, do Einstein, mas não me refiro aos outros medicamentos que estavam lá no TrateCov,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque ainda não foram comprovados. E tem que ter comprovação pra alguém afirmar do ponto de vista da ciência, do ponto de vista científico, se houve ou não. Lá atrás, no ano passado, quando começou a doença, todas as pessoas queriam encontrar uma saída, qualquer tipo de remédio, como azitromicina, que é um antibiótico pra bactérias oportunistas do trato respiratório superior, Annita, ivermectina, que ainda está em estudo ainda - não posso dizer se ivermectina funciona não, porque ainda não tem comprovação. Agora, cloroquina e hidroxicloroquina... Já está por mais provado que não funcionam.

Creio, inclusive, que o senhor, que é um empresário vitorioso, não deve ter tratado a sua família no Brasil, deve ter tratado nos Estados Unidos, com a vacina da Pfizer ou da Janssen. Aqui ficaram aqueles que viram o senhor receitar de forma incorreta, sem nenhum embasamento médico, sem ter sentado na escola da faculdade de Medicina, estudado, lido, conhecido os fundamentos principais da Medicina, a Biologia, a Fisiologia, a Anatomia, todas essas ciências em que, quanto mais as pessoas se aprofundam, mais têm conhecimento que sabem pouco, como é o caso agora da Covid-19.

Nós não temos ainda um medicamento de escolha pra Covid-19. O senhor não pode ir à farmácia comprar nenhum medicamento... O que é medicamento de escolha? É aquele que, você comprando na farmácia, você sabe que você vai tomar e vai ficar bom. Por exemplo, H1N1 tem o Tamiflu, o senhor compra e pode melhorar dos sintomas. E qualquer outra medicação de escolha.... Então, a Covid-19 é uma doença completamente surpreendente a cada dia, com as manifestações clínicas, as sequelas que ficam... Hoje já temos, além da sequela do pulmão, com a fibrose pulmonar, com sequelas que as pessoas adquirem, insuficiência renal, que ela também é uma doença que traz problemas neurotóxicos. As pessoas ficam com problemas de ordem psicológica. Quantos profissionais da área de apoio psicológico, psicólogos, estão trabalhando hoje, atendendo pessoas que tiveram a doença e ficam com sequelas gravíssimas?

O que eu quero mostrar ao senhor é que, naquele momento, a prudência também seria uma grande virtude, ter prudência e não usar a palavra sem ter conhecimento, sem ter consciência do que está falando, porque a vida de cada um merece respeito, todas as vidas merecem respeito.

Eu ouvi aqui o senhor falando... E eu nunca uso, em nenhum ambiente como este, como falou o Senador Girão, essas questões das palavras bíblicas, não gosto de usar. Sou católico, tenho a minha igreja na Bahia, a Igreja de Nossa Senhora da Vitória, mas sempre me reservo àquilo que é do meu domínio, da minha consciência plena de que eu estou fazendo uma coisa de acordo, pois eu não posso comprometer a vida das pessoas.

Nesse período lá atrás e até hoje ainda, essa confusão que está no Brasil a respeito do tratamento da doença é uma coisa muito grave.

A questão das vacinas também é uma coisa muito grave. O Brasil, agora, está aplicando a vacina da Pfizer com a primeira dose agora e a segunda dose com 90 dias, e não é assim. A bula diz



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

textualmente: a primeira dose agora e a segunda dose com 21 dias. Por que se está fazendo isso no Brasil? Porque nós não temos vacina para dar com 21 dias e, aí, se amplia para 90 dias. A primeira dose não dá imunidade absoluta, imunidade celular, é só fazer o exame... Qualquer pessoa que tomar a primeira dose da Pfizer vá ao laboratório e peça para fazer a pesquisa de anticorpos neutralizantes: não vai dar imunidade. Então, dada a primeira dose, o paciente fica 90 dias sem cobertura, sem imunidade celular, vai tomar a segunda dose em 90 dias e, nesse intervalo, pode se expor, não usar a máscara, contrair a doença, ter a forma grave da doença, que é pneumonia virótica com microtromboembolia, e ir a óbito. Então, não se comprou vacina no ano passado, não se assinaram os contratos para comprar vacina no ano passado. Por isso, o Brasil hoje sofre com uma doença que ainda é uma grande incógnita – a Covid-19 é uma roleta-russa, ninguém sabe quem vai ser assintomático, leve, moderado ou quem vai ter a forma grave da doença e vai sucumbir a ela.

Portanto, faça uma reflexão, um mea-culpa na sua consciência, já que o senhor é cristão, e saiba que o senhor contribuiu muito para muitas pessoas relaxarem com a máscara, fazerem aglomeração, tomarem medicamentos ineficazes e irem a óbito. Faça uma reflexão e nunca mais na sua vida proceda assim! Vá na sua especialidade, na administração das suas empresas... Com as suas empresas – eu vi que o senhor tem compromisso social –, faça isso, seu compromisso social, mas não se coloque como médico, não faça isso, jamais faça isso. Não tenha a menor dúvida de que eu sei que o senhor tem uma dor de consciência muito grande. O senhor não quis fazer mea-culpa aqui hoje, não quis fazer mea-culpa, mas devia ter feito, até porque, Sr. Carlos, qualquer homem pode errar, qualquer mulher pode errar. Aliás, eu gosto sempre de usar a frase do pensador francês Voltaire. Ele diz o seguinte: os homens erram, os grandes homens assumem os seus erros. Corrija os seus erros para não continuar errando, porque permanecer no erro como muitos ainda estão permanecendo, inclusive o próprio Presidente da República, que há poucos dias disse que a hidroxiquina é medicação para curar a doença... E o senhor sabe que não é já! O senhor falou há pouco aqui, na sua explanação, que tem consciência hoje de que a hidroxiquina não funciona, até porque o senhor não deve ter dado hidroxiquina aos seus familiares. Deve ter dado a vacina, não é isso? Deu a vacina... O senhor não deu a vacina para seus familiares?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Nem isso o senhor vai responder? Eu perguntei ao senhor, por favor...

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) – Ilustre Senador Dr. Otto, me reserve o direito de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Quer dizer que o senhor nega até que tomou e indicou a vacina para os seus familiares, mas, de forma irresponsável, o senhor receitou cloroquina e hidroxiquina para os seus compatriotas, para o povo brasileiro, para os humildes, os que estão atrás



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um internamento, de uma UPA? O senhor foi muito irresponsável, Dr. Carlos, muito irresponsável e fez isso no afã de querer agradar aos donos do poder, ao dono do poder, ao Presidente da República: "Vamos fazer graça para ele. Vamos estar com ele. Vamos fazer a festa. Vamos fazer a corte", que é muito natural dos áulicos. Áulico é um termo técnico que se chamam aqueles que gostam de puxar saco dos que estão no poder.

Portanto, eu não vou lhe fazer pergunta. Fiz apenas um chamamento ao senhor, à responsabilidade do senhor.

O seu advogado está aí do lado. Inclusive, o seu advogado está muito corado. Está vendo que ele está corado, parece que tomou banho de mar, está vermelho. E o senhor, Sr. Carlos, amarelou aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON (Para expor.) – V. Exa. está absolutamente enganado. Não tomei banho de sol nem de mar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, estou fazendo só um comparativo.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – E V. Exa. está errado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu não dei a palavra ao senhor, não.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – *Data venia*, V. Exa. me referiu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Estou fazendo só uma comparação...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – V. Exa. me referiu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Estava fazendo só uma comparação, porque ele...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON (*Fora do microfone.*) – Se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu não dei a palavra ao senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...
Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pare, porque eu não lhe dei a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...
Presidente, assim...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu não dei a palavra ao senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu apenas fiz uma comparação: o senhor está vermelhinho, e ele amarelou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele amarelou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...
Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, acabou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu fiz uma comparação. O senhor... Se o senhor...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON *(Fora do microfone.)* – Então, V. Exa. pode falar e eu não posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Se o senhor não gostou...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON *(Fora do microfone.)* – Isso é de uma covardia...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu fiz...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON *(Fora do microfone.)* – *Data venia...*

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, não, senhor.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON *(Fora do microfone.)* – Ah, desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Se o senhor não gostou...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Não gostei ou deixei de gostar, isso é um problema meu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, pronto...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – V. Exa. se referiu a mim e não quer que eu lhe responda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não vou debater com o senhor...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Isso é de uma covardia, Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Não estou lhe dando a palavra...

Covardia, não! Não é covardia, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...
Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) -
Presidente, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr.
Presidente, isso não se pode admitir em uma CPI.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Eu
queria dizer ao...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - O senhor não pode me chamar de covarde aqui,
não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...
Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem, Sr.
Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Senão, eu mando lhe retirar daqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr.
Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Eu mando lhe retirar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr.
Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Eu mando lhe retirar daqui.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem, Sr.
Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Tem uma Polícia Legislativa para tirar esse
senhor daqui...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Tiro agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Espere, Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - O senhor pede desculpa ou eu lhe tiro agora daqui!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - O senhor me pede desculpa ou eu lhe tiro agora daqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não... Presidente Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - A Polícia Legislativa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - O senhor diz o que quer e não pode ouvir... O senhor diz o que quer e não pode ouvir, Senador?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente Otto...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Eu fiz uma coisa brincando com o senhor... Não quis lhe ofender...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Espere aí, Marcos.

Eu não quis lhe ofender. Fiz uma coisa brincando com o senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente Otto, deixa eu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - O senhor levou uma coisa que eu fiz aqui brincando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente Otto...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - ... e o senhor levou para essa posição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Presidente Otto... Presidente Otto, deixa eu lhe fazer um apelo. V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Olhe, eu vou mandar retirá-lo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não! Deixe-me lhe fazer um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Vou mandar retirá-lo daqui. Cadê a Polícia... Chame a Polícia Legislativa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não. Presidente, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Cadê a Polícia Legislativa? Mande tirar esse senhor daqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Mande tirar daqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, V. Exa. está na posição de Presidente fazendo discurso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Pois é. Ele me chamou de covarde!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas, Presidente, V. Exa. tinha que estar aqui, porque aí o Presidente seria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Ele me chamou de covarde! Eu não sou covarde!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... neutro para decidir a situação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - O senhor não tem direito à fala.

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ele está errado, Randolfe!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - O senhor não tem o direito à fala. Quem...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... é o Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Espere aí um pouquinho.

Como é o nome do senhor?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Como é o nome do senhor? Eu não conheço o senhor. Senhor advogado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Senhor advogado...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - O senhor só pode falar se o Presidente conceder a palavra ao senhor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Espere aí. Espere aí um pouquinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente Otto, V. Exa. estaria correto se V. Exa. estivesse aqui...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Estava faltando isso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, calma! Marcos, você me dá um tempo aí?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mas na posição de Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Você me dá um tempo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... V. Exa. não pode acusar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Estava faltando isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e depois determinar a prisão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Calma, calma, espere aí.

O senhor... O senhor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Como é o nome dele?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Estava faltando isso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Espere um pouquinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, não...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Espere aí, espere aí. Eu vou concluir.

Como é o nome do senhor, hein, senhor advogado? Ô senhor... Como é o nome do senhor? O senhor pode me responder o seu nome?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Otto, Presidente Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Espere um pouquinho. Espere um pouco.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente Otto... Vamos chamar o bom senso, Presidente Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor me responde o nome do senhor? O senhor me chamou aqui, sem eu lhe acusar, de covarde. Eu fiz uma... Ouça bem: o senhor me chamou de covarde. Eu não sou covarde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) – O senhor fez chacota... O senhor fez chacota com o advogado.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Não! Não! Isso não!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor fez chacota com o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Deixem-me conversar com ele. O senhor me chamou de covarde.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – V. Exa... V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor me chamou de covarde.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Calma!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não pode! Não pode!

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – V. Exa. se referiu a mim de forma jocosa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, não foi jocosa...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – ... a me pôr...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Eu senti assim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi, sim.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – De forma a me colocar em ridículo. E, quando eu quis responder...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - ... V. Exa. não permitiu!

Eu disse que essa atitude é de uma covardia. Foi isso que eu disse.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Não!

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - Eu tenho o maior respeito e admiração por V. Exa. Ouvi atentamente V. Exa. falar, concordando ou discordando. Estou aqui trabalhando. Conheço muitos Senadores e tenho o maior respeito por todos. Veja: eu advogo para muita gente que V. Exa., seguramente, conhece, de vários partidos, e o meu objetivo aqui é, calado, acompanhar, mas V. Exa. se referiu a mim. Conheço o eminente Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Eu não conhecia o senhor. Nem sei o seu nome.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - E eu não preciso ofender e nunca quis ofender V. Exa. Só para deixar claro isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Eu não conheço o senhor, nem sei o nome do senhor. Por isso, eu perguntei o nome do senhor.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - Alberto Zacharias Toron.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Pois não. Exato.

Então, o que eu fiz aqui, concluindo, foi uma coisa simples, o que a gente fez: eu disse que ele não teve coragem de responder e ele amarelou. Quando se fala em qualquer linguagem...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - E V. Exa. disse que eu estava vermelho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Aí, eu falei que o senhor não tinha ficado assim... Eu quis elogiar. É isso aí.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - Então, se V. Exa. me elogiou, eu não percebi assim e lhe peço desculpas por não ter percebido isso, mas só isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pronto. Tudo resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Acabou, acabou o problema.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Acabou o problema. Então, eu quero dizer ao senhor... Porque...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Sr. Zacharias, deixe-me explicar ao senhor: uma pessoa chamar a outra de covarde...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON *(Fora do microfone.)* - Eu não chamei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - O senhor disse que... Não é... Não dá!

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON *(Fora do microfone.)* - Eu não chamei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - O senhor chamar uma pessoa de covarde não dá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Porque eu não sou, Dr. Zacharias.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON *(Fora do microfone.)* - Eu sei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sr. Presidente...

(Tumulto no recinto.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...
Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Marcos Rogério, eu já atendi V. Exa. Eu já atendi V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ô Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Eu já atendi V. Exa. Já acabou o problema.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O.k. O bom senso é sempre o melhor caminho.

Agora, Presidente, eu queria aproveitar esta...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Deixe-me eu concluir primeiro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Apenas fazer um apelo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Depois eu passo a palavra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar a palavra... Ele me pediu a palavra - o Dr. Zacharias...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É isso que eu ia falar. Se não for para V. Exa., mas para servir para outros momentos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Deixe ele falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não! Ele vai falar. É só para dizer para V. Exa. que o advogado - o advogado - tem direito à fala em qualquer ambiente. Isso é garantia...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Eu sei. Eu sei disso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... constitucional e do Estatuto da OAB.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Presidente está...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu queria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Presidente está dando a palavra gentilmente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É porque já foi negada, Renan, Renan...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Senador Renan, espere aí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Já foi negada a palavra antes aqui. E essa prática não pode se tornar uma prática corriqueira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Senador... Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas agradeço a consideração.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Senador Marcos Rogério, é preciso acabar com essa prática de chamar a pessoa de covarde aqui dentro, como ele se dirigiu a mim, e mentiroso... Ninguém aqui é mentiroso! Ninguém... Nunca contei mentira a ninguém, absolutamente aqui. Nem chamar ninguém de covarde. V. Exa. mesmo teve um problema comigo e me chamou de covarde. Eu jamais chamaria V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Aqui dentro, Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Eu não vou nominar ninguém aqui agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Senador Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - É claro que você, sendo nominado, você tem que responder à altura.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Senador Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Como homem, como cidadão, entendeu?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu o cumprimento, mas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Mas, eu já me... Ele se referiu a mim que era um ato de covardia. Não. Eu fiz uma coisa que queria ser uma coisa leve e terminou sendo pesada para ele. Foi isso aí. Eu queria fazer uma coisa leve, eu lhe disse: "olha, ele está moreno, o outro amarelou um pouco", só isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Mas isso não é ofender ninguém.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Bora pra frente, Presidente, bora pra frente que o Brasil está vendo, Presidente, vamos continuar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Esclarecido, Sr. Presidente, vamos continuar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Para frente, para frente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Mas ele está me pedindo a palavra, o Dr. Zacharias, não é?

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - Toron.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Toron.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Bora para frente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - É porque o senhor está meio rosado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Então, atendendo a V. Exa., a palavra está com o advogado. Pronto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado, que bom, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está satisfeito agora?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a lei que manda assim, Presidente. Obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estão os dois vermelhos então.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a palavra o Dr. Zacharias.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON (Para expor.) – Sr. Presidente, eu queria agradecer o fato de V. Exa. me dar a palavra. Penso, depois de ouvir V. Exa., que houve, infelizmente, um grande mal-entendido. Quero reafirmar aqui o respeito, e mais do que isso, a admiração que tenho por V. Exa., homem culto, probo, profissional de gabarito e que nos dá, diariamente, grandes lições. V. Exa. se referiu a mim como estando corado, diante da falta de coragem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Não, não.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Eu entendi assim. Veja, veja, veja como são as coisas. E reagi porque entendi injusta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É um adágio nordestino, baiano.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Mas, mas, diante da fala de V. Exa., que é um homem sábio, que é um homem culto, eu me vejo com absoluta tranquilidade para dizer que tudo não passou de um grande engano e que V. Exa. não é um homem covarde. Claro que não. Está bem? É isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu acolho a manifestação de V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vamos seguir a sequência de inscritos, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, deixe-me terminar.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Nós já conversamos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos seguir, Presidente. A manifestação do advogado foi o suficiente para seguirmos a sessão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Eu acolho a manifestação do advogado. E quero dizer ao Sr. Carlos Wizard que eu não vou lhe perguntar nada. Pergunta, sem o senhor responder, vai lhe causar constrangimento. Apenas esclareci aqui o que é que eu penso, ou aquilo que aconteceu de errado, e eu tenho certeza de que o senhor sabe que errou, eu não tenho dúvida disso.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho. Rogério Carvalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, eu sou próximo, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Presidente; não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, sou eu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O Rogério tinha pedido pela ordem?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Já resolveu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Eu não pedi pela ordem. Eu pedi para seguir a ordem de inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - É Randolfe Rodrigues agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pronto, obrigado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) - Bora, Omar, tome o teu lugar aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Parabéns, todo mundo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Sr. Presidente... (*Pausa.*)

Sr. Presidente; Sr. Presidente, pode ser?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente. Meus cumprimentos ao Dr. Carlos Wizard. Ao mesmo tempo, cumprimento o Dr. Zacharias Toron e todos os advogados. Em vosso nome, cumprimento também a advocacia brasileira.

Dr. Wizard...

Presidente, quando for possível assegurar a palavra...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu queria pedir para que a gente ouvisse o Senador Randolfe.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O tempo reposto ao Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eu lhe agradeço.

Dr. Wizard, temos notícia de que V. Sa. se vacinou nos Estados Unidos. Obviamente, V.Sa. tem o direito constitucional ao silêncio, mas é inevitável fazer essa pergunta: V.Sa. sabe informar com que vacina se vacinou? Se se vacinou e com que vacina?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) - Eminente Senador Randolfe, respeitosamente permaneço em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eu iniciei com essa pergunta, eu iniciei com essa pergunta, Sr. Presidente... *(Pausa.)*

Obrigado, Sr. Presidente.

Eu inaugurei com essa pergunta, Sr. Presidente, iniciei com essa pergunta porque um dos debates que tem sido trazido a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, desde o início, é sobre as vacinas. Eu quero reiterar o que já havia dito aqui várias vezes: uma das nossas condenações à política do Governo do Presidente Jair Bolsonaro foi a omissão na aquisição de vacinas. As informações que temos é que o Sr. Carlos Wizard se vacinou nos Estados Unidos com a vacina da Pfizer, uma vacina que foi negada aos brasileiros durante todo o ano de 2020, uma vacina que teve toda a leniência por parte do Governo brasileiro de aquisição. E, veja, eu até quero testemunhar: desde o ano passado era dever de todos os agentes públicos - eu, particularmente, fiz isso - procurar todas as vacinas. Estive atrás da Coronavac, me



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reuni com os representantes da Pfizer e da Janssen, e mediamos uma reunião com o Presidente do Senado que deu origem à Lei 14.125, depois das negligências do Governo brasileiro. Só à luz dessa lei – só à luz dessa lei – é que foi possível a aquisição das vacinas da Pfizer e da Janssen. Apoiamos a aquisição de vacinas por parte do Consórcio Nordeste, em especial da vacina Sputnik, na negociação direta com o Instituto Gamaleya. Até a Covaxin conversamos. O que nós não sabíamos da Covaxin é que era esse esquema com uma intermediária chamada Precisa, que nós estamos descobrindo no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu começo, Sr. Relator, falando sobre vacinas, porque, veja, um dos assuntos que vem – amanhã iremos continuar com o Sr. Maximiano –, mas que vem à luz nesta Comissão Parlamentar de Inquérito... Eu falei ainda há pouco que nós aprovamos, aqui no Senado, a Lei 14.125, sob a resistência do Governo. Eu lembro que, quando me reuni com o Presidente Rodrigo Pacheco, junto com os executivos da Pfizer e da Janssen, e o Presidente saiu da reunião dizendo: "Vou agora conversar com o Ministro Pazuello pra convencê-lo". Convencer a ele e convencer o Governo da tramitação da lei. Foi a fórceps que essa lei foi aprovada. O que hoje estamos sabendo são as razões que levavam a postergar determinadas vacinas, como da Pfizer e da Janssen, em benefício de outras.

Agora, Sr. Relator, veja só que curioso: nós aprovamos a Lei 14.125 aqui no Senado Federal dia 23, 24 de fevereiro. Uma semana depois, ela foi aprovada na Câmara dos Deputados. O Presidente ainda demorou para sancionar essa lei.

Nesta lei, já se dizia o seguinte: vacinação pelo Programa Nacional de Imunizações com prioridade. E, subsidiariamente, quando concluir o Programa de Imunizações, aí se inicia a vacinação, aí tem a possibilidade de os agentes privados iniciarem a imunização.

Deixe estar, que, quatro dias depois que o Presidente Jair Bolsonaro sanciona a lei, somente no dia 10 março, na Câmara dos Deputados apresentam um novo projeto de lei, um projeto de lei que escancara a vacinação para os grupos privados, o PLS 948, de 2021. É esse projeto de lei, Sr. Carlos Wizard, que aparece no primeiro vídeo que o Senador Renan Calheiros apresenta aqui. Esse projeto de lei ficou conhecido como "Lei Velho da Havan", porque ele foi um dos que advogaram pela aprovação do projeto, junto com V. Sa. Esse projeto de lei, que também ficou conhecido como "projeto fura fila", foi aprovado na Câmara dos Deputados em prazo recorde e só não foi aprovado no Senado porque teve a obstrução da oposição.

Quando V. Sa. diz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – De quem é esse celular aí?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Não sei não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Quando V. Sa., no primeiro vídeo apresentado aqui pelo Senador Renan Calheiros, diz que "o Senado quer fazer CPI, mas não quer aprovar", o Senado já tinha aprovado! Já tinha aprovado a lei que possibilitou a entrada da Pfizer e da Janssen no Brasil, que estava sendo obstruída. O Senado não queria aprovar esse outro projeto. Sabe por quê? Porque esse outro projeto favorecia as clínicas privadas de vacina e a vacinação por parte da iniciativa privada. Era um "projeto fura fila".

E olhe só... Aí vou adentrar, Sr. Relator, o que nós descobrimos, Senador Humberto Costa. No dia 31 de janeiro, é firmado um contrato entre a Precisa e a associação brasileira de indústria de vacinas. A Precisa anunciava o valor da vacina, originalmente, a US\$15. Nesse contrato, que seria validado por este Projeto de Lei 948, que só não avançou porque foi obstaculizado aqui no Senado, olhe só qual era o preço, Senador Renan Calheiros: US\$40,78. Então, a Precisa oferecia, primeiro, a US\$15, e, nesse contrato do dia 31 de janeiro, validado pelo projeto de lei que tinha sido aprovado na Câmara dos Deputados e que veio para o Senado logo em seguida, o preço era de R\$40 para as clínicas privadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Quarenta dólares!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Era de US\$40 - perdão! - para as clínicas privadas.

Esse, Dr. Wizard, era um dos esclarecimentos que nós gostaríamos de ter por parte de V. Sa. É esse projeto de lei que, de fato, parou aqui, e, agora, está claro como foi acertada a decisão.

Repito: o problema não é vacina. Vacinas, eu, particularmente, estou lutando por elas! Quando o Presidente da República dizia que era para... Quando o Presidente da República e, permita-me, V. Sa. também, pelas notícias que são de conhecimento público, diziam que era para dar cloroquina para todo mundo, desde setembro a gente estava, com o Governador Doria, defendendo a CoronaVac, logo em seguida defendendo a Pfizer, defendendo a Janssen, defendendo a Sputnik e até a Covaxin, que a gente veio a descobrir aqui que é um esquema montado, um dos vários esquemas. O que nós estamos descobrindo nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é um *modus operandi* tenebroso, um *modus operandi* das trevas!

Corrupção, meu querido Senador Eduardo Girão, é de fato um dos piores crimes, e concordo com V. Exa. nisso. Corrupção, quando meio milhão de brasileiros estão morrendo, aí não tem como nominar, Presidente, aí não tem como estabelecer uma denominação para isso.

Subsidiariamente, Sr. Wizard, eu queria entender algumas coisas. Veja, tem uma entrevista sua de 17 de março. O senhor declara o seguinte, sobre o coronavírus: "Estamos numa guerra, porém sem tiros, bombas e mísseis". E o senhor diz: "Além disso, acho que muitos em nosso País ainda não se deram conta da gravidade da situação, pois continuam indo a lugares com aglomerações, como festas, praias e até



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passatas, como é o caso do Presidente da República, que desaconselhou o povo a ir às ruas, mas foi ele próprio na manifestação, abraçou e cumprimentou dezenas de pessoas".

O senhor, no dia 17 de março, faz uma crítica - correta crítica - à conduta do Senhor Presidente da República. Em seguida, o senhor tem uma posição totalmente, diametralmente oposta. Eu gostaria de saber o que aconteceu para tempos depois... E me permita, Sr. Relator Renan Calheiros, recapitular o vídeo que o senhor apresentou aí. Queria saber o que aconteceu para isso:

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pode repetir?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Repete três vezes.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - De novo. Veja!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sr. Carlos Wizard, o meu irmão morreu em janeiro de Covid, e minha família sentiu muito. Ele deixou filha, esposa... E é uma coisa muito dolorida a gente ouvir isso do senhor, para quem perdeu um ente querido. Eu recomendo... V. Exa. é uma pessoa que Deus deu tudo que um homem pode querer - sucesso, família -, mas não tenha dúvida de que essa forma como o senhor fala machuca muito as pessoas que perderam pessoas - machuca demais.

Eu peço à Mesa que recorra da decisão do Ministro Barroso em relação ao *habeas corpus* que concedeu a V. Exa. e lhe concedeu o direito de vir aqui e ler uma única frase. Iremos recorrer, fazendo um apelo ao Ministro, ao Supremo para que possamos dar como essa fala do senhor de exemplo, porque não pode ficar impune. O senhor não pode ficar impune! O senhor não pode ficar impune em nome de 516 mil vidas. O senhor não pode rir disso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, pela ordem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu não vou lhe dar ordem nenhuma. Eu estou falando, depois V. Exa. fala. Por favor! Por favor! Por favor! Uma coisa é V. Exa. querer aqui defender o Governo, o que eu respeito; outra coisa é eu estar falando aqui sobre uma brincadeira...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É, quando o ex da Globo fez isso, V. Exa. não disse a mesma coisa. Olhe a época do vídeo dele, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quem é o ex da Globo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Presidente. Quando foi soltado o vídeo aqui, V. Exa. disse que era em outro tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador... Senador, respeite a dor das pessoas, por favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, não faço aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não leve isso no plano pessoal, por favor!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas ele estava rindo de uma morte. Isso, em qualquer tempo, em qualquer momento, é muito ruim, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, para o campo pessoal podemos levar outras coisas. Isso não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, só para garantir minha palavra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Agora?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você quer levar agora?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, por favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. não vai me intimidar, não, Presidente. Se coloque no seu lugar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Que intimidar... Para com isso!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Se o vídeo fosse há dez anos, tinha o mesmo valor hoje, gente. Trata de vida!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não é o que vocês disseram...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Trata de vida! A gente não está nem falando de cloroquina, está falando de vida!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sejam coerentes, gente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Mas ele podia responder...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Está falando de vidas!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sejam coerentes!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Cinco pessoas que morreram, e eles...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Ou poderia responder agora que está arrependido. Poderia responder dizendo que se enganou, que errou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... mas ele não pode, não quer falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Tem gente nesta CPI que já defendeu coisas piores, e estão aqui hoje. E aí?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, só para garantir a minha palavra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - As pessoas que estão aqui hoje ganharam a eleição.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Apenas para colaborar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ganharam a eleição.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Mas defenderam.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ganharam a eleição!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Mas defenderam!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas defenderam o quê? Coisas piores?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Agora V. Exa. vai querer censurar alguém que fez um vídeo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Cita... Bota... Por favor, coloque o vídeo de novo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sr. Presidente, apenas para colaborar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Coloca de novo o vídeo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Senador Omar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... pode colocar. Está na internet, Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... apenas para colaborar, se me permitir. V. Exa... Eu escutei bem, mas V. Exa. disse que a princípio ia recorrer da decisão do Ministro do Supremo. O Ministro do Supremo deu, e é direito constitucional, ao Dr. Wizard o direito de permanecer calado porque ele passou de testemunha a acusado ou investigado por esta Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É isso mesmo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Então, eu sugiro que nós possamos votar o ofício tirando a condição de investigado do Dr. Wizard, passando-o novamente à condição de testemunha, e novamente vamos convocá-lo para depor, porque nós estamos perdendo uma tarde inteira de trabalhos preciosos, nós temos uma série de investigações a fazer. Tire a condição de acusado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Olha isso!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... passe para a condição de testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Um ótimo encaminhamento, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... e vamos reconvocar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... o Dr. Wizard novamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - Presidente, eu queria só garantir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou colocar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - ... rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou colocar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O Senador Randolfe está com a fala, Presidente. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eu queria só concluir. (*Risos.*)

E eu não sei nem quanto tempo eu ainda tenho, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ele está muito quietinho aqui hoje.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Agora, eu queria colocar uma questão de ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Randolfe, você está quietinho hoje.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Sr. Presidente, antes do...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Em outros tempos...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Uma questão de ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) - Presidente... Presidente, por favor, uma questão de ordem.

Nós precisamos ter um regramento de funcionamento da CPI. Eu cheguei aqui 8h30 da manhã e me inscrevi para poder falar. Ainda que o depoente não queira se manifestar, eu quero ter o direito de manifestar a minha opinião sobre a postura dele, sobre a vida dele. Eu quero exercer esse direito como Parlamentar. E o que está acontecendo é que as pessoas falam o tempo todo e não respeitam a ordem de inscrição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Então, vamos garantir a fala do eminente Senador Randolfe Rodrigues...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Bora!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... e dos inscritos. E eu peço a V. Exa., Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Diga, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... que exerça, exerça o respeito aos seus pares...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sempre exerci. Sempre exerci.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... quando os seus pares estiverem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não interrompi a fala do Senador Randolfe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Agora o senhor está me interrompendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É, V. Exa. me citou.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Não, eu estou lhe citando. Então, deixa eu terminar de falar pelo menos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Porque isso não é respeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Na sua visão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Na minha visão, não; na visão de quem está com a palavra. A gente ouve e depois a gente fala.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Então, eu estou dizendo que o senhor não exerce o respeito aos seus pares quando os seus pares estão com a palavra. Quando um Parlamentar está com a palavra, o outro respeita, espera terminar, pede uma questão de ordem, pede, de forma regimental, o direito à fala, e não me interrompe no meio...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Olha...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... porque isso é um desrespeito. O senhor está me desrespeitando de novo. (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Olha quem está falando, Presidente. Agora é a minha vez, não, Presidente? Toda hora, alguém fala.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Agora é o Randolfe, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ele não disse que era para falar depois?

Randolfe, você eu não vou interromper, você tem o direito de falar. Me desculpe.

É porque...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Senador Randolfe com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Está vendo? É isso aí, Brasil! Esta é a CPI do circo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Esse papo... É, do circo. V. Exa. é o maior palhaço que tem aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - V. Exa. é o chefe do circo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Está bom. Prefiro ser o chefe do circo do que ser o palhaço daqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, retomando o vídeo que deixamos aí, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Wizard, essa sua declaração aqui, que nós repetimos aqui exaustivas vezes e que consideramos chocante quando, no dizer de todos ou da maioria dos colegas Senadores aqui, é complementada com a sua ação quando o senhor assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde. Lá o senhor acusou todos os gestores de estarem inflacionando o número de mortos. Me desculpe, Sr. Wizard, mas eu considero isso de um desrespeito atroz. Há hoje meio milhão de brasileiros que perderam a vida.

Isso, ao mesmo tempo, explica um *modus operandi*. Não parece que foi à toa, Sr. Presidente e Relator Renan Calheiros, que agora o Presidente da República insiste nessa narrativa de tentar esconder os mortos, tentar esconder os nossos parentes, pais, mães, tios, tias, avôs, avós, irmãos, primos, amigos que perdemos. Chega a ser de uma crueldade atroz, inominável. O paralelo disso, na história humana, é igualado ao das piores atrocidades ocorridas. No meio de uma pandemia, ter a ação deliberada para esconder os nossos mortos... Já não basta a ausência deles, a lembrança, a lembrança de alguém que poderia estar convivendo conosco e poderia estar no nosso dia a dia. Se um mínimo tivesse ocorrido, as vacinas estivessem no tempo certo, se os brasileiros, Sr. Wizard, tivessem se vacinado com a Pfizer, com que o senhor se vacinou em dezembro do ano passado, segundo dados, pelo menos 100 mil deles estariam vivos.

É o irmão do Senador Omar, é um primo meu, é um parente de qualquer um dos outros nossos colegas Senadores, é o Major Olimpio, são esses. Se a vacina que foi usada no seu braço, em dezembro estivesse no braço dos brasileiros, e poderia estar... E hoje nós sabemos por que não está? Tinha uma ação deliberada em prol das outras - em prol das outras! Enquanto estávamos desesperados atrás de vacinas,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de quaisquer vacinas, até imaginando que a Covaxin fosse uma vacina honesta, correta, era, na verdade, parte de um esquema, de um *modus operandi* montado...

Sr. Wizard, o seu silêncio aqui fala muito. O seu silêncio é equivalente... O seu silêncio... Mas é que o seu silêncio acaba ofendendo o silêncio de mais de meio milhão de brasileiros que foram forçados ao silêncio eterno.

O senhor citou aqui Isaías, me permita restaurar a citação que o senhor fez. E faço isso... O Senador Girão é espírita, a Senadora Eliziane é evangélica, eu sou católico – comecei a minha trajetória, inclusive, formado na Igreja Católica, nas comunidades eclesiais de base, na Pastoral da Juventude, o anel de tucum que eu uso é por conta disso. Eu aprendi também que a palavra de Deus não é monopólio de ninguém. Aliás, Senador Girão, é Mateus 7:15 que diz o seguinte: "Cuidado com os falsos profetas: eles vêm a vocês vestidos de peles de ovelhas, mas por dentro são lobos. Pode alguém colher uvas de um espinheiro, ou figos de ervas daninhas?" – passagem de Mateus citando a passagem de Cristo conosco.

Sr. Wizard, o senhor citou aqui Isaías, literalmente o seguinte: "Não temas, porque eu sou contigo; não te assombres, porque eu sou o teu Deus; eu te fortaleço, e te ajudo, e te sustento com a minha destra fiel". É importante, Sr. Wizard, contextualizar qual é esse capítulo de Isaías e para que o Profeta Isaías escrevia isso em nome do Senhor nosso Deus. Ele escrevia isso como uma homenagem... Como uma mensagem de Deus de tranquilizar, de tranquilidade, de acalento aos hebreus que estavam no cativeiro da Babilônia. Ele escrevia isso e, mais adiante, no trecho adiante de Isaías, ele escreve uma segunda parte: "Não se afugentes com aqueles que roubam os órfãos e roubam as viúvas". É no mesmo Isaías que está isso. Eu uso o seu trecho de Isaías, como uso seu trecho de Isaías e advertindo também de quem são os falsos profetas, porque eles são muito comuns nos tempos atuais. Eles apareceriam, como é destacado no Antigo e no Novo Testamento. Eu uso Isaías para lembrar qual é o contexto de Isaías. O contexto de Isaías era de um povo que estava sendo roubado e escravizado pelos babilônicos. O contexto de Isaías era o contexto para resgatar a justiça, para dizer ao seu povo que a justiça de Deus, mais cedo ou mais tarde, chegaria, e o seu povo seria libertado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Parabéns, Senador Randolfê! Parabéns!

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero iniciar cumprimentando o brasileiro Carlos Wizard Martins, pai de família, trabalhador, homem de histórico honesto, de boa reputação e dedicado a causas humanitárias. Em seu nome, quero cumprimentar a todos os brasileiros que têm doado tempo e outros recursos para ajudar o próximo, muitos deles de forma absolutamente anônima. Não vejo no senhor também qualquer interesse em exposição pessoal, mesmo porque, em 2018, o senhor já tinha uma vida econômica e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeira consolidada, ou seja, sua participação em causas humanitárias se deu depois de sua estabilidade pessoal e familiar, como tantos outros brasileiros fazem, assim como celebridades internacionais, como é o caso de Bill Gates.

Imagino que o senhor saiba - mas quero tranquilizá-lo que, a despeito das intimidações que o senhor está ouvindo aqui hoje e de todo o cenário criado nesses dias em torno de sua participação em apoio ao serviço público federal - que há perfeita previsão legal no Brasil para esse tipo de prática. Aliás, uma prática que deveria ser muito mais comum, mas estou certo também de que a reação a que estamos assistindo aqui contribui para afastar pessoas de bem do cenário político e do cenário público, sobretudo - mais um desserviço que se presta ao nosso País.

A Lei Federal 9.608, de 18 de fevereiro 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, diz em seu art. 1º: "Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza ou à instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa".

Assim, acredito que o senhor e tantos outros voluntários merecem o nosso reconhecimento, merecem o nosso aplauso.

Em segundo lugar, eu quero manifestar meu profundo respeito aos seus valores e princípios pessoais e familiares, inclusive que o motivaram a deixar o País, o Brasil, dia 30 de março do corrente ano, antes, portanto, da instalação, Dr. Toron, desta CPI - antes. Uma pena que por aqui tenha sido criado um clima maldoso de que o senhor tenha saído do País para não depor perante esta CPI - mais uma narrativa. O senhor viajou no dia 30 de março; esta CPI foi instalada dia 27 de abril, ou seja, quase um mês depois. Em terceiro lugar, eu quero dizer que não compartilho da ideia de que no Brasil nenhuma riqueza é inocente, que nenhuma fortuna é inocente, que sempre tem vícios e deve ser o caso de V. Sa; muito pelo contrário. Um País como o nosso, que está em franco desenvolvimento, não pode retroceder ao tempo do subdesenvolvimento. Somos um país que cresce diariamente pela força dos setores público e privado e também de inúmeros empreendedores que, como o senhor, já foram pobres um dia. Talvez tiveram sonhos bem modestos, como o de serem motoristas de caminhão, cresceram, alcançaram riquezas e hoje geram emprego e muita renda para o Brasil. Não merecem, por isso, serem considerados como desonestos, tratados como desonestos.

Em quarto lugar, sua exposição inicial foi suficiente para demonstrar mais uma vez a inexistência do tal gabinete paralelo - esse, sim, tem aqui na CPI; se reúne às escondidas para decidir as coisas -, gabinete paralelo onde seus integrantes se reúnem com o Presidente em reuniões públicas, gabinete paralelo onde as reuniões são transmitidas ao vivo. Gabinete paralelo, repito, tem esta CPI com reuniões secretas para deliberações prévias. Uma CPI que até hoje não tem um plano de trabalho preparado pelo Colegiado, porque é definido nas reuniões secretas do gabinete paralelo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em quinto lugar, observo, pelas informações de V. Sa., que sua atuação junto ao Ministério da Saúde revela transparência e lisura do serviço público, que permite que pessoas do setor privado participem de comitê de análise de contratações. Deveria ser motivo de aplausos, mas aqui é demonizado, é satanizado – os mesmos que aplaudem as falcatruas que aconteceram no Consórcio Nordeste. Isso nada mais é do que reforçar as atividades de controle interno dos atos do ministério com participação de pessoas do setor privado.

Em sexto lugar, quero dizer que sei que V. Sa. e os advogados que o acompanham saberão muito bem discernir as intimidações exageradas e algumas banais que estão sendo feitas no âmbito desta CPI. Nesse sentido, aliás, compreendo sua decisão de permanecer em silêncio. A postura ou as posturas adotadas por muitos neste Colegiado quando lhes é conveniente justificam a preservação de seus direitos. Acredito, contudo, que V. Sa. não tem o que esconder e certamente exporá tudo o que for necessário se em outros âmbitos lhe for assegurado fazê-lo, respeitando o contraditório e, a ampla defesa e sem quaisquer prejulgamentos.

Aproveito esse momento para agradecer, mais uma vez, pelo reconhecimento ao direito dos advogados, que, aqui presentes, cumprem o seu papel, direito sagrado, em respeito ao que preconiza o Estatuto da Advocacia. E aqui cumprimento, uma vez mais, o Dr. Toron.

Não é favor, não é favor. Ninguém faz favor ao advogado quando lhe assegura a palavra ou a presença junto ao seu contratante. Não. Estamos aqui em um processo investigativo, com poderes próprios de autoridades judiciais, o que não retira, em momento algum, o pleno direito dos advogados na prática das atividades que lhes são privativas, inclusive, o direito de se manifestar na defesa de seus constituintes.

Aliás, diz o §3º do art. 2º do Estatuto da Ordem que, no exercício da profissão o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites da lei. Ousar ameaçar, retirar um advogado é rasgar a Constituição, é tripudiar de lei federal. É um papel sagrado que deve ser defendido com toda a força, com toda a veemência. Por isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso já foi superado pelo bom senso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... aproveito... É verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É uma afirmação tardia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É verdade... Não, não é tardia, porque em outras ocasiões já foi negada aqui a palavra ao advogado, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Não é verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É, não é verdade, na ótica de V. Exa. O Brasil inteiro está acompanhando e testemunhando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Não é verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Por isso, aproveito para agradecer a sensibilidade da Mesa da Comissão no dia de hoje, para reconhecer esse direito e assegurar o direito à fala do advogado, porque isso é fundamental para qualquer processo, inclusive em qualquer fase investigativa.

E eu queria, para concluir, fazer aqui, em nome dos brasileiros de bem, daqueles que se dedicam a causas nobres, daqueles que se preocupam com o próximo, cumprindo um mandamento do Cristo, que, aliás, é o maior mandamento - amar a Deus sobre todas as coisas e ao teu próximo como a ti mesmo -, em nome desses brasileiros, lhe peço perdão pelo constrangimento que V. Sa. e, pelo papel que exerce, V. Exa. está se submetendo no âmbito dessa CPI no dia de hoje. Brasileiros como V. Exa. deveriam ser homenageados e não tripudiados; deveriam ser aplaudidos e não expostos de maneira tão cruel como está acontecendo aqui no dia de hoje.

Eu faria algumas outras considerações em relação a esse tema, mas não vou lhe fazer perguntas. O que V. Sa. fez no início, a exposição que fez, para mim, é o bastante, é o suficiente.

Mais uma vez, que tudo isso que aconteceu aqui não lhe tire do foco, do objetivo, da missão de vida a par daquilo que Deus lhe deu: servir, cuidar. E que outros, inspirados no id do nosso mestre, possam fazer a mesma coisa sem temer qualquer tipo de violação ou de constrangimento ilegal.

Deus o abençoe! Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Obrigada, Senador Marcos.

O depoente e o seu advogado pedem aqui 20 minutos - a gente já está no horário. Então, nós vamos suspender a sessão pelos 20 minutos e retornaremos em seguida, ouvindo o Senador Luis Carlos Heinze.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Suspensa às 13 horas e 47 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 06 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Jorginho Mello com a palavra por 15 minutos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) - Muito bem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cumprimentar Carlos Wizard Martins. Quero...

Meu Senador querido, podia sentar nessa cadeira aqui só pra deixar a televisão me pegar, por enquanto, um pouquinho? Passa a bolsa pra ali.

Quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar todos os Senadores.

Hoje transcorreu aqui, Sr. Presidente, uma verdadeira demonstração de conhecimento bíblico, religioso. Isso pode servir pra acalmar os nossos corações um pouquinho.

Quero, portanto, iniciar dizendo ao Sr. Carlos Wizard: o senhor tem uma frase que diz o seguinte: "Líderes não aguardam; líderes agem". Eu também concordo com ela. Eu também concordo com ela.

Quero, portanto, cumprimentá-lo pela sua presença aqui; cumprimentá-lo pelo carinho que o senhor teve com o seu pai, porque eu sei o que é ter um pai acamado por muitos anos de sofrimento, cuidando de quem nos deu a vida, de quem nos ensinou, de quem nos ensinou a ter palavra, de quem nos ensinou: "Mesmo que seja pra se prejudicar, meu filho, fale a verdade, fale a verdade". Isso eu nunca esqueci. Então, quero cumprimentá-lo pelo carinho, pelo zelo, pelo respeito com a sua família e com seu pai.

E eu quero cumprimentar, além de V. Sa., também o catarinense Luciano Hang, porque os senhores dois lideraram o movimento para a compra e distribuição de vacina. O senhor é um empresário bem-sucedido, querendo devolver para a sociedade um pouquinho daquilo que a sociedade lhe deu - e deu para o Luciano, que é um homem, um empresário de sucesso. É um catarinense, que está lá em Brusque, que nos orgulha muito.

Quero lhe dizer o seguinte, Sr. Carlos Wizard: todos nós estamos aqui nesta CPI, eu pelo menos, com as melhores das intenções, para investigar o Governo Federal, o Governo estadual, o Governo municipal, porque o dinheiro público não pode ter marca - se é estadual, federal, municipal... É corrupção, é desvio de dinheiro. Então, eu quero cumprimentá-lo pela sua presença aqui, lhe desejar muita saúde, muita luz, para que o senhor continue se preocupando com os brasileiros.

O que o senhor foi fazer naquela missão Acolhida lá de Roraima... Porque é muito fácil a gente criticar as pessoas que abandonaram o seu País sem esperança, sem rumo, para encontrar uma mão amiga, encontrar alguém que lhe dê uma roupa, um amparo, um encaminhamento, uma palavra de conforto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o senhor, pra mim, fez um grande gesto com esse trabalho que o senhor fez junto com a sua esposa, junto com seus filhos.

Quero, portanto, cumprimentá-lo pela forma como o senhor tem contribuído com o Brasil. A CPI é isto mesmo, o senhor está vindo aqui, é um ambiente hostil, mas nós estamos aqui para cumprir a nossa missão. Então, eu quero cumprimentar, em seu nome e no nome do Luciano Hang, todos os empresários do Brasil que se preocupam com as questões sociais, políticas sociais, enfim, e em ajudar o País que o ajudou, e muito. Então, para que a gente não fique aqui divagando ou fazendo qualquer tipo de afirmação que não corresponde a este momento, eu quero aqui abraçá-lo e cumprimentá-lo, em seu nome e em nome do Luciano, dois grandes brasileiros que estão ajudando este Brasil a ir para a frente. Ainda bem que nós temos vocês!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Luciano que o senhor fala é o Luciano Hang?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Exatamente. Um grande catarinense lá de Brusque.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu não vou perguntar se o senhor conhece o Luciano Hang, porque o senhor vai dizer que não pode responder. Então, deixe. Eu vou deixar pra lá.

Senador Luis Carlos - esse aí eu conheço: Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sr. Relator, Carlos Wizard, não o conhecia - prazer! - pessoalmente. Parabéns pelas suas atitudes, pelas suas posições. Parabéns! Estou enxergando um pouco do seu trabalho, da sua vida e o que isso representa. Poucos brasileiros têm esse desprendimento de fazer o que V. Sa. fez, com a sua esposa, com o seu filho, se dedicando aos refugiados. Então, eu só queria parabenizá-lo.

Depois, aos colegas Senadores e Senadoras e ao Brasil que está nos assistindo, ontem, nós tínhamos ali 98.830.000 doses de vacinas aplicadas no Brasil e 129.720.836 doses distribuídas no Brasil. Isso é o Governo Bolsonaro, que já fez chegar a quase 130 milhões de doses. E, amanhã, o número já será maior do que 100 milhões. É o quarto país do mundo em doses aplicadas, esse é o ponto importante. Eu só queria deixar essa colocação aqui.

Depois, Senador Renan, sobre aquele número que V. Exa. colocou das cinco mortes: a letalidade - eu estou procurando aqui - lá de Porto Feliz hoje é de 1,29, de 1,36. São 122 mortes no dia 29 de junho. É uma das menores letalidades do Brasil, porque adota esse tratamento. O vídeo que o Senador Renan mostrou - eu peguei os dados de maio, e ali tinha três óbitos - pode ser de junho do ano passado. Então, é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante não dizer que isso aqui está falando sobre hoje. Eu procurei maio, que é três. Pode ser maio, junho, mas é isto aqui: hoje, a letalidade de Porto Feliz, pelo trabalho que o Prefeito está fazendo lá, muito sério... E, assim como ele, centenas de outros Municípios estão fazendo esse trabalho também. Então, não dá para desqualificar um trabalho.

Só vou registrar duas perguntas. O senhor é empresário e tramita em diversos setores. Poderia nos dizer qual a sua formação e qual o seu ramo de atividade? E por que motivo acham que o senhor conhece sobre remédios do tipo cloroquina?

Não vai responder. Eu vou só...

Atua também junto... É graduado em Ciência da Computação e Estatística. Atuou junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Saúde, onde sugeriu um melhor acompanhamento do número de óbitos por Covid...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. poderia repetir a pergunta? É que, infelizmente, eu não ouvi.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - O senhor é empresário e tramita em diversos setores. Poderia nos dizer qual a sua formação, qual o seu ramo de atividade e por que motivo acham que o senhor conhece sobre remédio do tipo cloroquina?

Sei que é graduado em Ciência da Computação e Estatística, além da empresa que V. Exa. já tem. Atuou também, por pouco tempo, junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Saúde, onde sugeriu um melhor acompanhamento no número de óbitos por Covid - esse assunto também já estava em análise junto a TCU.

O senhor também viaja bastante para fora do Brasil e também tem conhecimento de que esses tratamentos com outros remédios reposicionados estejam sendo avaliados no exterior, por exemplo, Índia, China, México, Cuba, enfim... Eu já citei aqui 28 países. Quando uma depoente estava aqui, ela me rebateu dizendo que são só 28 países, que tem 200 no mundo. O.k., mas esses 28 que adotam esse procedimento têm 54% da população mundial. Esse é um ponto também importante para registrar aqui.

E, quando falam que não tem trabalhos - ouvi aqui o Senador Otto, que é médico, o Senador Rogério -, casualmente aqui mais um, no dia 28 de junho: nova metanálise descobre uma grande redução das mortes por Covid-19, que é possível com o uso de ivermectina. Publicado agora no 28 de junho no *American Journal of Therapeutics* - 28 de junho, antes de ontem. Então, isso é a realidade desse processo que nós estamos analisando e vendo.

E eu volto a insistir, nesse embate com relação à cloroquina, que tudo vai ser esclarecido. Uma grande pesquisa, na Universidade de Harvard... Essa universidade fez pesquisa - e vou repetir, porque não me canso de repetir - em 17 países, 671 hospitais, 96 mil pacientes. E aqui estão os médicos que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizeram essa pesquisa. Com essa pesquisa, houve uma retratação, porque o objetivo claro dessa e de outras é criminalizar o uso da hidroxicloroquina, cloroquina, enfim, desse tratamento. Aqui está a retratação da revista *The Lancet*, a maior revista médica mundial, que publicou o trabalho que teve que ser retratado, porque estava errado o trabalho, que tinha um claro objetivo de criminalizar o uso da hidroxicloroquina e que foi, inclusive, a base para que a OMS mudasse o seu parecer.

Existe outra pesquisa realizada no Brasil, em Manaus. E um grupo de cientistas iguais a James Watson, que liderou um grupo inglês, um grupo de 150 cientistas que derrubaram essa pesquisa da *The Lancet*, estão agora trabalhando para a pesquisa de Manaus, publicada numa grande revista americana, JAMA, e que usou dose letal da hidroxicloroquina – dose letal. Ontem, eu citei: eram 3mm, parece que usaram 12mm, três vezes mais, e mataram 22 pacientes. Insisto, Senador Omar Aziz, que eu gostaria de um debate com um médico que cuida, que conhece desse assunto e também com um médico que possa debater com quem fez essa pesquisa.

Foi citado aqui, Senador Omar, e eu vou citar o meu caso. Eu tive Covid, a minha esposa teve Covid, tratado pela Dra. Ludhmila Hajjar. Eu usei Annita, Arita, Annita, não é? Foi a medicação que ela me deu, e não usou hidroxicloroquina, mas a minha filha e dois netos tiveram Covid e usaram este tratamento destes quatro ou cinco medicamentos reposicionados: ivermectina, cloroquina e vitaminas. Seis assessores meus tiveram Covid – seis! Todos se trataram com esse tratamento. Então, na minha família, no meu círculo direto, foram esses, que eu conheço, de que falo. Essa é uma questão que eu coloco, muito importante.

Sr. Carlos Wizard, V. Exa. é um homem experimentado, seus advogados que estão aqui, juntos. A CPI aqui tem um objetivo: político. Esta CPI...

Assim como essas duas pesquisas que eu citei aqui em *The Lancet* e JAMA fizeram mudar o curso desse medicamento no mundo inteiro... Cito e repito: Didier Raoult, um dos maiores virologistas do mundo, que adota esse procedimento até hoje na França, no seu instituto em Marselha, e o recomenda; e Satoshi Omura, Nobel de Medicina. Ontem, vi ainda Luc Montagnier num vídeo – Luc Montagnier é Nobel de Medicina. Estamos falando de craques, como Peter McCullough, nos Estados Unidos, e como tantos outros. Citei agora essa nova metanálise sobre esse trabalho. Mas, infelizmente, tem gente que nega e continua negando isso.

Senador Omar, as vacinas... Nós não somos contra vacinas. É um mercado bilionário, são algumas dezenas de bilhões de dólares para vacinar 6 bilhões, 7 bilhões de almas que existem no Planeta hoje. Alguém ganha muito dinheiro com isso. Então, esse ponto é um ponto importante que eu só ressalto, porque tem muitos outros interesses.

Certamente, Sr. Carlos, pessoas que querem analisá-lo não podem fazer essa comparação como se o senhor tivesse ido ao ministério para fazer algum esquema de corrupção. Não tem nada! Não tem interesse! Que interesse teria se o senhor, com sua esposa e com seu filho, se embrenhou em Roraima e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi fazer um trabalho voluntário sem ganhar nada?! Não tinha nada! Por quê? Para ajudar irmãos, para salvar vidas e ajudar pessoas que precisavam.

Eu insisto na questão das vacinas. Vou colocar o que eu já disse ontem. Vou repetir: o atual Governo... Essa Annita, que eu tomei, é um medicamento que foi patrocinado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministro Marcos Pontes, e hoje é um remédio brasileiro que já está registrado nos Estados Unidos, na Argentina e em vários outros países e que está salvando vidas. É um medicamento nosso. Assim também, com o Ministério da Ciência e Tecnologia, há hoje 16 vacinas em andamento no Brasil inteiro, em várias universidades. As três mais adiantadas são: a da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto; a segunda é a do Instituto de Cardiologia em São Paulo, com o Dr. Kalil; e a terceira é a da Universidade Federal de Minas Gerais. Esperamos que, em dois, três, quatro meses, no máximo, estejam prontas para serem fabricadas em escala industrial. Já passando pela última fase de testes, acompanhada pela Anvisa, enfim, que elas possam ser aplicadas!

Já estamos trabalhando - vou repetir - juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministério da Agricultura, com o Ministério da Saúde, com a Anvisa, com o Ministério das Relações Exteriores, com a Casa Civil do Governo Bolsonaro. Já fizemos reunião com 16 grandes laboratórios brasileiros, 4 de medicamentos veterinários e 12 de medicamentos humanos, que têm interesse na fabricação dessas vacinas e até, quem sabe, de vacinas estrangeiras, chinesas, indianas, belgas, canadenses, russas, enfim, para que possamos produzir essas vacinas aqui no Brasil. Isso está em curso neste instante e é muito importante.

Além da ajuda que o Governo está dando hoje para o Butantan, que vai receber mais de R\$8 bilhões do Governo em troca de vacinas e vai ter um lucro astronômico - ótimo, é um negócio; vendem vacina a um preço mundial -, assim também como a Fiocruz, com a AstraZeneca... O Governo Bolsonaro também bota mais de R\$7,5 bilhões e vai possibilitar, Senador Omar Aziz, a construção... Parece que é um complexo em Santa Cruz, que é um grande conglomerado que terá na Fiocruz, ampliando a sua capacidade. Nós precisamos, o Brasil precisa e o mundo precisa que a Fiocruz possa se ampliar. São quase R\$16 bilhões que o Governo Bolsonaro bota no Butantan e na Fiocruz.

Mesmo assim, nós entendemos que a iniciativa privada, esses 16 laboratórios que têm interesse em fabricar vacinas nossas ou até essas estrangeiras, para o Brasil e para o mundo... Seguramente, o Wizard é um empresário e sabe que, se tiver concorrência, os preços irão baixar. Hoje, botam o preço que querem: "Eu tenho vacina e boto a US\$10, US\$15 e US\$20. Quem quiser comprar que compre". Quando estes laboratórios entrarem, seguramente, muda de figura, e outros tantos entrarão. Então, esse é um ponto importante. Quero deixar esse registro para que o Brasil seja produtor de vacina para nós brasileiros e também para a exportação.

Esse é um fato que está sendo, neste instante, trabalhado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia junto a essas três universidades mais adiantadas e junto a outras treze que estão também trabalhando



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacina. E, logo, nós teremos vacinas. Até o ano que vem, todas estarão prontas e, seguramente, salvando vidas.

Senador Omar, eu ouvi a fala do Senador Renan falando em charlatões. Senador Renan, um dos médicos que esteve aqui outro dia, o Dr. Ricardo Zimmerman, junto com outros médicos estão produzindo já medicamentos, pesquisando medicamentos... São cientistas brasileiros. O Dr. Cadegiani daqui de Brasília e um grupo já estão descobrindo uma medicação para a Fase II do Covid - não é a Fase I, Fase II. Eu me orgulho. São brasileiros como nós fazendo esse trabalho pela ciência - é ciência. Esse senhor esteve aqui. Estão preparando já um trabalho com esse medicamento, que já está em fase final das pesquisas e logo será apresentado ao mundo inteiro. Então, esses são cientistas brasileiros, como esses dos Médicos pela Vida, que ajudaram a salvar 16 milhões de brasileiros, com esses medicamentos baratos, chamados muitos de charlatões. Eu disse da minha família, das pessoas que usaram, de meus assessores que usaram esse tratamento. Então, eu não desmereço ninguém. O Conselho Federal de Medicina autorizou que pudesse utilizar, e, mesmo assim, esses médicos estão sendo criminalizados. Vejam: o Ministério Público em cima de muitos desses médicos para poder prescrever aquilo que eles conhecem e sabem que deu resultado. Da vacina somos a favor, trabalhamos para que o Brasil possa vacinar toda a sua população. Não somos contra a vacina, mas também não podemos criminalizar um tratamento que deu certo e continua dando certo em vários países do mundo.

Inclusive, dizem assim: "Ah, por que a Europa não usa?". Hoje a Europa está revendo essas coisas. Existe um instituto chamado Hipócrates, são médicos e cientistas italianos, chilenos, argentinos, brasileiros, americanos que pediram o tratamento precoce do Brasil. Citei para eles a Prevent Senior, citei para eles o caso do Amapá... E eles estão pesquisando alguns Municípios brasileiros e Estados que tiveram hoje a menor letalidade do Brasil, que usam esse tratamento. Lá não tem esquerda e não tem direita.

Os médicos epidemiologistas e médicos clínicos gerais no Amapá usaram esse tratamento, e o Governador e os Prefeitos de todos os partidos, com o Ministério Público, adotam esse procedimento no Estado do Amapá.

Então, é só esse o registro que deixo. É muito importante que seja registrado esse fato. Parabéns a esses cientistas brasileiros que estão fazendo um trabalho pela humanidade.

Senador Renan, a verdade virá - a verdade virá.

Cito um caso que estamos trabalhando, com relação ao caso Fauci, que é um crime contra a humanidade. E o Senado americano está debruçado nesse tema neste instante. O caso Fauci é notícia mundial e será. Vamos lincar o caso Fauci com esta nossa CPI aqui, para que a gente possa demonstrar o que está ocorrendo por trás disso, num mercado trilionário, no mercado das vacinas. Somos a favor, trabalhamos - citei aqui o que eu estou fazendo, eu e outros Senadores, em cima dessa questão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, eu já pedi mais de uma vez aqui para que os Senadores não prescrevessem medicamentos e nem exemplos familiares ou pessoais em relação a tratamento. Nós não podemos fazer isso, até porque esse medicamento que o senhor...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não prescrevo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. está dando um exemplo...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu citei o caso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, o caso...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Citei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Luis Carlos.

Eu só queria lhe dizer o seguinte: eu respeito a sua opinião. A gente discorda, mas eu respeito V. Exa. Tenho o maior carinho e respeito pelo senhor.

Já pedi isso para outros Senadores, por quê? V. Exa. agora está sendo ouvido e visto por muitas pessoas. Uma pessoa dessa, uma criança ou um adolescente que toma um remédio desses sem um acompanhamento médico...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não recomendo isso. Recomendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É por isso mesmo que eu estou fazendo essa advertência. Não criticando V. Exa., mas, por exemplo, o Annita. Nós temos o mesmo nome de uma superpop, uma pessoa que tem uma legião de fãs no Brasil, que é a Anitta, que é cantora. A gente está falando de Annita, está falando de cloroquina... Aí, alguém vê as coisas pela metade, pode – sabe? – achar que é exemplo.

Então, eu só estou lhe falando isso, Senador, para, quando a gente tocar nesse assunto, dizer: "Olha, eu não recomendo tomar. Se tiver que tomar, procure médico. Mas eu fiz isso...". Aí, é um direito de cada um de nós, mas a gente aqui não pode estar falando sobre medicação, porque a gente incorre numa coisa que é até perigosa. V. Exa. sabe. O senhor tomou, mas foi através de medicação... Um médico prescrevendo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Todos. Todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A sua família, todo mundo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Tomou com prescrição de médico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não é uma coisa que o cara vai na farmácia, compra e toma, tá certo?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não, não. Não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Prescrição médica eu não discuto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - A minha filha, os meus netos, os meus assessores tomaram com prescrição médica. Ponto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois é. Mas é o que eu estou dizendo para V. Exa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Só para citar, porque disseram aqui que não funcionava. Estou dizendo que funciona, porque eu tive caso na minha casa e nos meus assessores, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Meu amigo, é uma coisa que é cada um. Cada um tem um tipo de organismo. Eu não vou entrar no detalhe, no mérito. Eu só estou entrando aqui no detalhe de a gente propagar isso sem a gente dizer... V. Exa. pode falar cem vezes, mas dizer: "Olha, mas não faça isso sozinho"...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Procure o médico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - "Não vá na farmácia e compre, procure um médico para lhe orientar" e tal, porque é um direito que tem. Quem quiser vá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Que a ciência não recomenda...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Essas coisas o senhor tem que dizer, até para o bem... Vai que alguém aí escuta um negócio desses, toma, e acontece alguma coisa!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - A ciência, Dr. Renan, está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - ... não recomenda porque foi fraudada uma pesquisa. E a outra vai ser esclarecida também, que vai ser revista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nós estamos doidos por um remédio para Covid. Isso é o que nós queremos mais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E às pessoas próximas a gente tem recomendado, na hora em que esta CPI estiver funcionando, preferencialmente quando V. Exa. for falar, que desligue a televisão, porque não dá para submeter criança a esse aconselhamento diário.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não, mas eu não estou fazendo aconselhamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Diário!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu estou falando a realidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Diário... Diário! Meu Deus!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - E V. Exa. chamou dois médicos cientistas de charlatães, e não são.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não conheço os médicos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Então, procure se informar antes de dizer que são charlatães. Especialistas, cientistas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O que eu falei, foi que meus ouvidos, depois dos 60 anos não toleram mais ouvir... (*Fora do microfone.*)

charlatão, seja qual for. Não as pessoas referidas - não as pessoas referidas por V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não, V. Exa. é o Relator. V. Exa. é o Relator, tem que ouvir os dois lados; não pode ter lado. Seu relatório está pronto desde o primeiro dessa desta CPI - está pronto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Infelizmente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Está pronto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Infelizmente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Está pronto.

Não pode ser assim - não pode ser assim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador Luis Carlos.

Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de começar, eu quero dizer que esses alertas feitos aqui pelo Senador Omar Aziz e pelo Senador Renan Calheiros são importantes, porque a quantidade de pessoas que acreditaram que a cloroquina ou a hidroxicloroquina preveniriam o contágio, ou a infecção, ou a forma grave da doença, a morte, não acontece. E eu peço... Eu tenho uma amiga aqui, em Brasília, e outras pessoas no meu Estado, mas me chamou a atenção uma amiga aqui, em Brasília, cujo pai era eleitor do Bolsonaro. Ele usou a cloroquina, negou a vacina e morreu de Covid-19, porque negou e porque fez o caminho que a ciência não recomenda.

Então, é importante o que se diz: alguns canais de televisão têm... Quando as pessoas falam, já corrigem na hora, "a ciência não diz isso", que é para poder evitar que a gente informe de maneira equivocada à população. O que está sobrando no Brasil são prescritores desabilitados, chamados de charlatães, no caso da pandemia e no caso do tratamento da Covid-19.

E eu queria aqui... Eu não costumo ler, mas eu queria dizer ao Sr. Carlos Wizard que, ao invés de ajudar a CPI a encontrar a verdade por trás das mais de 516 mil mortes, o senhor se reserva, com todo o direito que a lei lhe permite, a ficar calado. Uma pena e uma vergonha. O senhor... Depois de hoje, o Brasil passará a conhecê-lo, mas, infelizmente, não da forma como o senhor se autopromove nesse livro que traz consigo. Hoje o Brasil conhecerá o verdadeiro Carlos Wizard, uma pessoa que oculta a verdade, em nome de Deus, para proteger inconfessos - uma pena, uma vergonha -, interesses inconfessos.

Os Senadores que representam o povo brasileiro mostraram que o senhor fez críticas ao Senado por lutar por vacina para o povo, enquanto atuou no gabinete antivacinas e fez suposto *lobby* para compra da CanSino, a outra vacina chinesa - não é assim que vocês gostam de se referir aos imunizantes da China?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar que é uma marca do Governo Bolsonaro e dos aliados do Presidente que vieram aqui ficarem em silêncio ou mentir diante dos escândalos de corrupção revelados por esta CPI. O senhor se mantém calado até na hora de se defender, postura muito parecida com a do Presidente, que até agora está em silêncio e não desmentiu o Deputado Luis Miranda.

Agora vamos mostrar o perfil e a atuação do Sr. Carlos Wizard diante do risco de morte de milhões de brasileiros. Nós temos provas de que o senhor operou no gabinete antivacinas. No dia 4 de abril de 2020, o Presidente Bolsonaro fez uma ligação para o *Premier* da Índia, interferindo na compra do sulfato de cloroquina em favor de duas empresas privadas. Tráfico de influência. Ou seja, um *lobby*. E o Sr. Wizard, no dia 4 de julho de 2020, foi lá e articulou esse negócio que levou o Brasil a milhares de mortes com a distribuição de cloroquina. Além disso, com o gabinete antivacina, promoveu e disseminou *fake news*, como o Sr. Renan Calheiros mostrou aqui, o Senador Renan Calheiros mostrou aqui.

"Ninguém vai morrer de Covid em Porto Feliz", declaração de V. Exa. Flagrantemente mentiu para o Brasil e cometeu o crime de charlatanismo e curandeirismo por exercício ilegal da Medicina. Isso é um crime contra o povo brasileiro e contra a vida.

Temos ainda a atuação dele no gabinete paralelo, como conselheiro do Presidente Bolsonaro, para enganar a população e largar os brasileiros à própria sorte. Olha aqui a prova: no dia 5 de julho de 2020, o Sr. Carlos Wizard disse à jornalista Bela Megale que o número de mortes por Covid estava inflado. No dia seguinte, o Presidente Bolsonaro tuíta que adequou a divulgação dos dados, ou seja, tenta atrasar a informação, não comunicar a realidade. Se não fosse o consórcio de veículos de imprensa, não saberíamos a realidade dessa tragédia, tragédia sanitária sem precedentes.

Eu olho para o senhor, nos olhos do senhor, e vejo uma frieza que dói. Eu olho para o senhor e vejo milhares de famílias sofrendo a dor da perda, e o senhor impávido como se nada tivesse acontecido. De fato, o senhor estava cuidando da sua família nos Estados Unidos, com todo o conforto, mas os milhões de brasileiros que perderam os seus familiares sofrem até hoje, com 40 mil órfãos, parte deles porque seguiram a orientação de pessoas como o senhor e o Presidente Jair Bolsonaro.

Agora vamos à cereja do bolo: uma linha do tempo sobre o suposto *lobby* da vacina.

No dia 22 de março deste ano, o Sr. Wizard fez uma *live* com o empresário Luciano Hang, o Emanuel Catori da Belcher Farmacêutica, garantindo 16 milhões de doses de vacina - lembrando que a Belcher era intermediária da vacina CanSino no Brasil.

No dia 24 de março, dois dias depois, houve uma reunião de manhã do Elcio Franco com a CanSino e, à tarde, do Elcio Franco com o senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 25 de março – no dia seguinte, portanto –, o Sr. Wizard, juntamente com o empresário da Belcher, o Emanuel Catori, e o Luciano Hang promovem um movimento para a compra e distribuição de vacinas em Maringá.

No dia 26 de março, dia em que o Elcio Franco sai do Ministério da Saúde, o já Ministro Queiroga recebe quem? O Sr. Carlos Wizard, para discutir a compra de vacina pelo setor privado.

No dia 15 de abril, o Ministro da Saúde, Queiroga, recebe o ex-Ministro Ricardo Barros e o Alan Eccel, que era funcionário da Havan, mas mesmo assim garantiu 8 milhões de doses de vacina. Lembram? Lá da *live* que citamos, no dia 22 de março.

E por fim, no dia 27 de maio de 2020, o *site* Poder360 informa que um grupo de empresários liderados por Wizard e Hang, responsável pelo pedido de uso da vacina CanSino no Brasil... Só que, na mesma matéria, eles informam também que esse pedido foi feito pela Belcher Farmacêutica, ou seja, o Sr. Carlos Wizard fez *lobby* e interlocução para a Belcher Farmacêutica.

Lembro que a Belcher é investigada pela Polícia Federal sobre os desvios na compra de testes de Covid no Distrito Federal. A Belcher também intermedeia a compra de 60 milhões de doses da CanSino a US\$17 e pertence a Emanuel Ramalho Catori e Daniel Moleirinho Feio Ribeiro, filho de Chiquinho Ribeiro, amigo do ex-Ministro Ricardo Barros.

Ao que nos parece, o Sr. Carlos Wizard patrocinou médicos para enganar os brasileiros com a cloroquina, atuou em favor de duas empresas para a compra de cloroquina, orientou o Presidente a manipular o número de mortos no Brasil, participou da compra superfaturada da CanSino, ou seja: vou pedir que seja encaminhado ao Ministério Público Federal o pedido de investigação da responsabilidade do Sr. Carlos Wizard na morte de 516 mil brasileiros.

O senhor passa a ideia de um filantropo, de um missionário, mas o que nós estamos vendo é a missão de fortalecer uma tese que levou milhões de brasileiros à exposição a um vírus altamente contagioso, letal; pessoas que se infectaram, que adoeceram e que perderam suas vidas. O senhor pode não dizer que fez parte de gabinete paralelo. Não. O senhor é causa de um processo de improbidade que deve ser aberto contra o Pazuello, porque o abrigou sem cargo público e ordenou e comandou atividades do Estado brasileiro como se nomeado fosse, além de ser parte de um grupo de empresários que defendeu que os brasileiros, que os mais pobres, fossem pra rua trabalhar, pra continuar enriquecendo pessoas como o senhor, que usam da palavra de Deus pra tirar proveito, para usar da pobreza, da miséria, da desinformação. Isso é cruel. É como, e deve ser amigo do senhor, aquele que é dono da rede de restaurantes Madero, que disse que morrer 5 mil pessoas não era nada diante da economia – que não era nada diante da economia!

O senhor junto com Luciano Hang e outros são responsáveis por 516.119 mortos. Eu boto todos, porque a gente não sabe desses quem poderia estar vivo hoje.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não dormiria com essa convicção que o senhor demonstra aqui. Eu não dormiria e não teria coragem de olhar para as minhas filhas com o que o senhor carrega no coração de estímulo a uma tragédia sanitária que foi informada.

O pior de tudo, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, povo brasileiro que está nos ouvindo, é que é uma ação temerária, porque foi informado de que ela era um descaminho no controle da pandemia e, mesmo assim, ela foi implementada, virou política de Estado. O senhor foi pra dentro do ministério operar essa política. Então, tem uma ação dolosa. Exatamente, tem uma ação dolosa e continuada!

Portanto, eu peço que esta Comissão encaminhe ou que inclua V. Sa. como um dos grandes responsáveis pelo morticínio, pelo genocídio que ocorre nesta República sob os domínios de uma família e de um Presidente que está fugindo do debate que está na ordem do dia, que são seus principais assessores envolvidos em denúncia de corrupção.

Não é só a condução criminosa e genocida no combate à pandemia, é também a quantidade de negócios espúrios, fora do regramento que começam a ser revelados por esta CPI que envolvem agentes importantes do Governo Bolsonaro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho, obrigado pelas suas palavras.

Eu acabei de ler aqui que o Presidente, num evento, não explicou ainda pra quem ele mandou investigar o caso Covaxin, mas, de uma forma repetitiva, ataca membros desta CPI, chama de bandidos e de outros adjetivos. Ele não deu nenhum adjetivo ao Deputado Miranda, que o acusou de prevaricação.

Eu vou aqui mandar uma mensagem: Presidente, pare de olhar de espelho e falar com ele. Quando a gente fala para o espelho, dá nisso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpellar.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu vou ser bem breve aqui no meu tempo. Eu vou fazer até um testemunho do momento em que eu conheci o Carlos Wizard. Eu estava, em 2019, eu não me lembro o ano, mas eu tinha acabado de ser contaminado. Eu procurei um médico que tratava de idosos, porque, no meu entendimento, o médico que estava tratando de idosos era o médico com mais experiência com a questão da Covid, porque eram os idosos que mais morriam.

Bom, ele me receitou, o médico me receitou as medicações. Eu tive uma melhora expressiva, todo mundo sabe disso, tornei isso público. E, quando eu tornei isso público, fiz uma *live*, tornei isso público, o que eu tinha tomado e, por experiência própria, tinha feito uma melhora significativa, dias depois, eu fui



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contactado pelo Carlos Wizard, dizendo que tinha um grupo de médicos que estava estudando essas medicações, a Nise Yamaguchi, dentre outros, e se eu gostaria de conversar com eles, se eu gostaria de fazer uma *live* pra poderem eles explicar que pesquisas eram essas e como eram utilizados esses medicamentos.

Enfim, eu topei, fizemos essa *live*. Essa *live* teve uma repercussão muito grande, saiu na imprensa, lembrando que, naquela época, as vacinas ainda estavam em desenvolvimento, em pesquisas, não tinha nem vacinas prontas. E sempre vendo o Carlos Wizard em movimentos de ajuda solidária. Uma pessoa que tem as condições que tem, ele também tinha me dito que tinha vendido as empresas dele, tinha sido convidado pra fazer parte do Ministério na Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento. Tinha negado, porque queria ter a sua independência e seu trabalho missionário.

E assim ele seguia fazendo esse trabalho missionário. E era algo inquestionável, porque, quando não se tem interesse de estar se fazendo um trabalho que sai de coração, que você faz querendo que se beneficiem as próximas gerações, não a ele ou a quem está com ele, isso a gente sente, é notório, não precisa convencer as pessoas disso. E todo o trabalho dele sempre foi nesse sentido. Aproveito aqui e te parabeno por isso. Em todos os momentos, ficava claro esse movimento de ajuda.

Quando as vacinas ficaram prontas, você seguiu com o movimento de comprar as vacinas pra doar as vacinas, não é? Com o que você tinha, o que você tinha, você poderia estar pensando em comprar, revender, fazer ainda um intermédio, investir em bolsa, investir em bolsa do laboratório que pudesse estar desenvolvendo a vacina pra triplicar suas ações, enfim, e nada disso. Você estava ali se colocando pra comprar a vacina, para doar a vacina. Isso não era nem pra vender a preço de custo, não sei, está ali pra doar.

E eu, ouvindo os amigos Senadores, respeito a todos, tenho aprendido muito com todos, todos têm uma posição de ver, todos representam um grupo que os elegeram pra estar aqui. Então, a sociedade brasileira é bem diversa, não é? Quem dera se todos pensassem por igual, numa única direção, mas também não sei se seria positivo também, porque aí, se estivéssemos errados, todo mundo ia para o mesmo buraco.

Bom, mas eu acho que o contraditório faz a gente repensar, sim. Eu tenho certeza de que muitas vezes, nesse momento no início da CPI, como foi dito pelo Marcos Rogério, que você se ausentou do País... Nem se tinha criado a CPI, e veio o discurso de que você estava fugindo da CPI. Eu tenho certeza de que por muitas noites vocês deve ter pensado: "Puxa vida, pra que eu fui querer entrar nisso? Por que Deus me colocou nesse momento? Por que Deus pediu pra que eu fosse o precursor desse projeto, levasse esse projeto à frente?".

Às vezes eu me questiono também: por que eu fui escolhido pra ser Senador se eu nunca tinha sido nem Vereador na minha vida, nem síndico de prédio? Nunca me candidatei a síndico de prédio e, de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repente, eu sou colocado por Deus no Senado num momento tão difícil pra toda a sociedade brasileira e difícil pra toda a humanidade.

A gente está aqui lutando e, às vezes, por ver esses números de mortos, a gente não tem como ser imparcial ou achar que faz parte. E eu sei que você também não, eu sei que você se mexeu. Alguns brasileiros ficavam atrás do sofá vendo as notícias desesperadoras e dizendo que não tem o que fazer ou alguns até cometendo suicídio, tirando a própria vida por não ter esperança de nada – da vacina, não se tinha certeza; de medicação, não se tinha certeza; pessoas morrendo, os parentes próximos morrendo. E eu, como faço parte de um grupo de policiais, recebendo quase diariamente imagens de capixabas – não era nem de todo o Brasil, mas de capixabas – que quase diariamente tiravam suas vidas por não terem mais perspectiva: a doença ia chegar, não queriam morrer da forma como os parentes morreram, intubados, sem ar, sem oxigênio, como no nosso vizinho, o Amazonas.

Bom, dentro de todo esse contexto, tem aqueles que ficam paralisados, tem aqueles que apontam e criticam e tem aqueles que agem, mesmo pagando um alto preço. E eu conheci o Carlos Wizard exatamente nesse momento do caos, uns correndo, uns paralisados e uns indo pra luta, para o campo de batalha. E eu vi você neste movimento: indo para o campo de batalha.

Eu fico sem saber o que fazer pra que você não se arrependa do que fez, porque essa sua bondade precisa ser espalhada. O brasileiro precisa... Como eu tive oportunidade de conhecer, e hoje eu estou conhecendo pessoalmente... É a primeira vez que a gente está próximo, mas eu, conhecendo o seu trabalho em prol de salvar vidas... Seria muito bom se a sociedade brasileira tivesse a mesma oportunidade que eu tive.

Tem uma frase que eu guardo e que eu acho fantástica e acho que cabe pra todos aqui dentro, pra todos os Senadores, cabe pra mim e pra você, que diz o seguinte: se você nasce em um mundo em que você não se encaixa, é porque você nasceu pra ajudar a criar um mundo novo. E eu tenho certeza de que essa é a tua missão.

Ninguém disse que seria fácil. Não é fácil pra ninguém. Todos que estão aqui tenho certeza de que querem também um mundo melhor. Mas a gente precisa tornar... Eu não poderia deixar de falar, de dar o meu testemunho diferente do que eu estou escutando aqui. Não é um testemunho político, não é porque defendo ou estou com o Governo ou não, ou é porque eu sou contrário... É absolutamente isento de questões partidárias e políticas, tanto é que a gente nunca conversou sobre isso, não é? De que partido... Eu fiquei sabendo que você tem partido aqui, ouvindo o Senador Girão comentando que você se filiou. Só hoje que eu fui saber. A gente nunca perguntou sobre isso.

Mas eu quero dizer que você não está sozinho.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Posso fazer um comentário, Senador?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Claro, por favor.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) - Eu pertenci a esse partido por 15 dias, depois me desfiliei.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Então... E você vê... Era um assunto que também não se tinha tempo pra ter espaço pra se discutir isso, porque eram maneiras que você e os médicos estavam tentando encontrar pra salvar vidas. Eu fui testemunha disso. Eu sou testemunha desse movimento totalmente de coração pra salvar vidas. Em momento algum, foi me solicitado nada. Não foi me pedido nada, apoio de nada, absolutamente nada - nada. Então, eu queria deixar claro isto pra sociedade, pra todos que estão assistindo: como eu acabei te conhecendo, como eu acabei conhecendo a equipe de médicos e cientistas.

E, mais uma vez, repetindo, não tenho dúvida, a menor dúvida de uma quantidade expressiva de vidas que você salvou.

Que Deus continue te abençoando, te dê forças, porque Ele não coloca qualquer um pra uma batalha dessa, Ele escolhe. Não é a gente que escolhe querer estar; é Ele que escolhe quem está preparado para estar. E Ele escolheu você pra essa missão, pra essa batalha, pra enfrentar isso. Que Deus continue te dando força e força à sua família!

E espero que, num futuro próximo e breve, tudo seja esclarecido e que teu nome fique pra gerações futuras como o da coragem e da disposição de ajudar o próximo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Obrigada, Senador Marcos do Val.

O senhor vai falar alguma coisa, Sr. Carlos Wizard?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Tá.

Vamos passar aqui - o Senador Alessandro Vieira não está; a Senadora Leila Barros também não está - ao Senador Fernando Bezerra Coelho por até 15 minutos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, queria cumprimentar o Dr. Carlos Wizard Martins, cumprimentar os seus advogados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, eu gostaria de reiterar o firme propósito do Presidente da República, Jair Bolsonaro, de não compactuar com qualquer irregularidade, seja na relação dos órgãos do Governo Federal com a iniciativa privada, seja pela atuação de seus agentes públicos.

Não por outra razão, diante das suspeitas de oferecimento de propina na negociação da aquisição de vacinas, o Ministro Queiroga exonerou o Diretor de Logística do Ministério da Saúde, Sr. Roberto Ferreira Dias, para que a apuração da Controladoria-Geral da União possa transcorrer de forma isenta, sem interferência de qualquer natureza.

Sobre a declaração, Sra. Presidente, de Luiz Paulo Domingueti Pereira, que se autodeclarou representante da empresa Davati Medical Supply, de que teria recebido do diretor um pedido de propina de US\$1 por dose em troca de fechar contrato com o Ministério da Saúde em suposto diálogo com o Sr. Roberto Ferreira Dias, é importante ressaltar que o próprio ex-Ministro Mandetta afirmou que a indicação de Roberto foi feita no começo do Governo, num esforço do então Ministro da Saúde para tirar de áreas sensíveis da pasta indicados do PP, e que tal indicação do Sr. Roberto tinha natureza eminente técnica. Aliás, a indicação de Roberto Ferreira Dias ao ex-Ministro Mandetta foi feita pelo ex-Deputado Alberto Lupion.

Importante destacar ainda que a AstraZeneca, por meio de nota à imprensa, afirmou não ter intermediários no Brasil e que todas as doses de vacina do laboratório estão disponíveis por meio de acordos firmados com governos e organizações multilaterais, como o consórcio internacional Covax Facility e a Fundação Oswaldo Cruz, este por meio de contrato de encomenda tecnológica. Também é importante acrescentar que a AstraZeneca não disponibiliza vacinas para o mercado privado, nem para Prefeituras, tampouco para Governos estaduais.

Hoje foi divulgada uma nota pela empresa Davati Medical. Informa a nota: "Foi publicado que Luiz Paulo Domingueti Pereira" - que vai depor aqui nesta CPI - "é representante da Davati Medical Supply, o que nós negamos por meio desta. Por isso, não temos conhecimento de nenhuma discussão que possa ter havido entre o Sr. Pereira e qualquer funcionário do Governo brasileiro", diz a nota. "O Sr. Pereira não é nem um representante, nem um empregado da Davati Medical Supply. Nosso único representante no Brasil é o Sr. Cristiano Alberto Carvalho", diz a nota, em resposta a questionamentos da reportagem, assinada pelo Sr. Herman Cardenas, CEO da empresa. A empresa diz não distribuir atualmente nenhuma vacina contra a Covid-19, mas que tem sido solicitada por clientes em todo o mundo a ajudá-los a conseguir o imunizante. E também informa que entre essas solicitações estava a de seu representante no Brasil, Cristiano Alberto Carvalho.

"Em 1º de março, a Davati Medical entregou uma proposta ao Governo Federal do Brasil de compra dessas vacinas, mas o Governo nunca respondeu a nossa proposta. Então, um encontro entre o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo e um vendedor privado nunca foi feito pela Davati, e a discussão nunca avançou além da oferta", conclui a nota divulgada no dia de hoje.

Queria ainda acrescentar, em relação ao Deputado Ricardo Barros, que o Parlamentar tem reiterado sua disposição em comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para prestar os esclarecimentos devidos, o que deve ocorrer na próxima quinta-feira, conforme hoje aqui foi antecipado pelo Presidente Omar Aziz.

Em relação ao depoimento de hoje, reitero os termos da nota pública da Belcher Farmacêutica do Brasil, publicado nesse último dia 29 de junho, onde afirma não mais representar formalmente no Brasil o laboratório chinês CanSino Biologics desde o dia 10 de junho de 2021, fato esse oficializado à Anvisa em 17 de junho. A nota também esclarece que não houve interferência ou relação dos empresários Luciano Hang ou Carlos Wizard com a interface institucional realizada regulamente pela Belcher junto ao Ministério da Saúde, nem qualquer relação societária, formal ou informal. Por fim, segundo a nota pública, não há qualquer relação ou interesse comercial dos referidos empresários em face da representação no Brasil da CanSino e da vacina Convidencia por parte da Belcher Farmacêutica. O que houve foi o engajamento público do Sr. Carlos Wizard e outros empresários para discutir e implementar apoio e doações da iniciativa privada ao processo de vacinação em parceria com o SUS, em reforço ao Programa Nacional de Imunizações. Encerra a nota: "que qualquer narrativa de vinculação pode ser tida como conclusão descabida e meramente tendenciosa".

Por fim, Sra. Presidente, quero enaltecer a trajetória de vida do Sr. Carlos Wizard, de origem humilde e incontestável sucesso profissional, guiado, como bem salientou em sua manifestação inicial, pelos valores transmitidos por seu pai, caminhoneiro de profissão, bem como pelos princípios do cristianismo, que motivaram, dentre tantas outras ações sociais, sua valorosa colaboração no âmbito da Operação Acolhida, destinada a receber, com dignidade, os migrantes e refugiados venezuelanos. Nessa colaboração humanitária aos refugiados venezuelanos, o depoente auxiliou na interlocução com empresas, a exemplo da colaboração das companhias aéreas quanto à logística de interiorização de venezuelanos para o interior do Brasil. Todo o seu trabalho foi contribuição *pro bono*, de natureza voluntária e com espírito patriota.

Também como colaborador eventual *pro bono*, auxiliou na prospecção de ventiladores hospitalares junto aos empresários, no diálogo com as indústrias, para que fossem fabricados respiradores no Brasil, e na interlocução com empresas aéreas para o transporte de equipamentos de proteção individual e insumos pelo Brasil.

Eu queria, antes de encerrar, Sra. Presidente, dizer que ouvi aqui muitas críticas pela opção feita pelo Sr. Carlos Wizard, aconselhado pelo seu advogado, que é um dos maiores criminalistas do Brasil, o Dr. Toron. É uma alegria poder revê-lo aqui, no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso não pode ensejar um prejulgamento das ações e das atitudes do Sr. Carlos Wizard. Por quê? Ele está amparado aqui por uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Por outro lado, esta CPI tem como escopo também investigar eventuais desvios de recursos aplicados por Estados e Municípios brasileiros. Mas, por decisão do Supremo Tribunal Federal, os Governadores foram impedidos de comparecer a esta Comissão. Portanto, temos que ter o mesmo respeito, a mesma atitude.

É muito importante que a gente não se exceda nos comentários. Eu pude aqui testemunhar alguns comentários que considero excessivos, porque isso é um direito do cidadão brasileiro. É aquilo que está disposto na Constituição Federal, que eu assinei, de eu que participei. É a garantia individual, o respeito à garantia individual. Esse é um dos maiores valores da nossa democracia. Então, seja por qualquer objetivo político ou por qualquer objetivo ideológico, eram dispensáveis os comentários que aqui foram feitos pela opção que foi feita pelo empresário Sr. Carlos Wizard.

Sra. Presidente, eu quero encerrar. Ainda tenho quatro minutos.

Apenas já está sendo noticiado por toda a imprensa... Mas quero registrar que eu vou deixar com V. Exa. para encaminhar ao nosso Relator. Eu tenho em mão o documento que foi enviado pelo General Eduardo Pazuello ao Procurador-Geral da República, o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, em razão da petição protocolada perante o Supremo Tribunal Federal em que os Senadores Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru noticiam o cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 319 do Código Penal pelo Presidente da República.

Em breves linhas, Sra. Presidente, o General Pazuello informa no documento que, após o encontro do Deputado Luis Miranda, o Presidente da República entrou em contato com o então Ministro da Saúde logo... *(Falha no áudio.)*

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O seu microfone, Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... a fim de solicitar a realização de uma apuração preliminar acerca dos fatos relatados quanto ao contrato de compra da vacina Covaxin. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - É que está sem som, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Estou falando. Aqui está acusando que está falando.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas não estava saindo aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode falar, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - No regular exercício do poder de autotutela da administração pública - ato contínuo após ordem do Presidente da República -, o General Pazuello determinou que o então Secretário-Executivo Elcio Franco realizasse uma averiguação prévia sobre alegados indícios de irregularidades e ilicitudes, ele que foi responsável pela negociação, contratação e aquisição de todas as vacinas pelo Ministério da Saúde.

Após a devida conferência, foi verificado que não existiam irregularidades contratuais, conforme já previamente manifestado, inclusive pela Consultoria Jurídica da pasta da saúde. A notícia-crime não detém, portanto, aptidão mínima nem justa causa idônea para o seu devido prosseguimento. Aliás, incumbiria uma análise efetiva, por parte da Procuradoria-Geral da República, à série de manifestações feitas por parte de membros da CPI com antecipação de juízo de valor a respeito dos fatos apurados, inclusive pelo próprio Relator.

Em resumo, não há que se cogitar minimamente qualquer ocorrência de crime ou ato de improbidade, considerando que houve a escorreita e tempestiva adoção de providências, seja por parte do Presidente da República, seja por parte do General Pazuello.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Muito obrigada, Senador Fernando Bezerra.

Vamos então aqui... O Senador Izalci Lucas não está presente.

Senadora Zenaide Maia.

O remoto está o.k.?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Senadora Zenaide Maia, por até 15 minutos.

O Senador Izalci Lucas, na verdade, também está no remoto. Eu pediria desculpas à Senadora Zenaide Maia para passar a palavra ao Senador Izalci, porque a inscrição é um pouco antes. V. Exa. me permite, Senadora Zenaide?

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o Senador Izalci Lucas – o Senador Kajuru tem um "pela ordem" –; na sequência do Izalci Lucas, o Senador Kajuru, pela ordem; e, na sequência, Senadora Zenaide Maia.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para questão de ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu vou fazer mais uma questão de ordem, se V. Exa. me permitir. Eu estive aí, eu cheguei aí 8h da manhã, como tenho chegado, mas, como eu não sou membro, eu sou não membro, a gente acaba ficando para último lugar, penúltimo. Então, daqui a pouco começa a sessão, e tenho que orientar a votação.

Eu pediria a V. Exa., como amanhã nós temos mais uma audiência, que essa minha inscrição ficasse para depois do Relator amanhã, se V. Exa. me permitir. Eu só iria colocar uma questão hoje aqui só para dizer que essas empresas citadas aí estão também na Operação Falso Negativo aqui do DF. Mas, se V. Exa. me permitir, eu ficaria para amanhã depois do Relator ou segunda, alguma coisa assim, para que eu pudesse também ter a oportunidade de falar na CPI, Presidente – Presidente, nossa querida Senadora Eliziane Gama.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Izalci Lucas, veja bem, a questão de ordem que V. Exa. solicita já foi deferida em alguns outros momentos, por conta de que a sessão havia se iniciado, mas a sessão está ocorrendo. Da mesma forma que V. Exa. está no remoto, nós temos a Senadora Zenaide, nós temos o Senador Jean Paul, temos o Jorge Kajuru, que estão todos também na mesma sequência para falar. Então, a gente entende...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vou falar então, Presidente, mas eu quero só registrar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agora, de fato, eu queria só lembrar também que foi por isso que nós mulheres aqui nos unimos em torno disso, porque quem não é membro acaba falando lá pelo 15º, 17º, quando consegue falar, por conta da sessão. Não há dúvida de que a sua colocação é uma colocação, de fato, muito pertinente.

Mas o senhor pode falar, Senador Izalci, pelos 15 minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – É porque eu queria realmente dar oportunidade para a Zenaide e também para o Kajuru, porque, na prática, eu, como Líder do PSDB, eu poderia... Pelo menos, em todas as CPIs de que participei, o Líder sempre pode falar; não pode perguntar, mas pode falar, mas nunca usei essa prerrogativa, até para não criar precedente e confusão. Como Líder do Partido, a gente tem que orientar a votação daqui a pouco e a gente tem que ler, pelo menos, o que vai ser votado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou fazer uso dos meus 15 minutos, mas eu apelaria a V. Exa. para que a Senadora Zenaide e o Kajuru pudessem falar também.

Essa questão de ordem já foi deferida uma vez, mas eu só quero... É porque amanhã, Presidente, está muito relacionado às questões do DF, e, então, eu poderia falar porque a gente tem muito o que perguntar amanhã, mas... É uma questão de ordem que eu faço a V. Exa. Se for possível, eu agradeço. Se não, eu vou usar os 15 minutos, mas gostaria que a Zenaide pudesse falar, o Senador Kajuru e outros... Fica V. Exa. aí, como Presidente, para decidir essa questão. Faço mais uma questão para V. Exa., mais um apelo. É possível ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Senador, é porque na verdade a colocação de V. Exa... Nós temos vários outros também que estão esperando, entendeu? Então, essa é a situação. A gente está com outros Parlamentares que estão aguardando também para falar. Então...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... se abre esse precedente para V. Exa., em função de que nós estamos no curso normal ainda da CPI, os outros Senadores também pedirão para falar na sequência, após V. Exa., de amanhã. Então, fica meio complicado...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... aqui deferir essa sua questão de ordem, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Está bom, Presidente. Então, deixe-me fazer... Eu gostaria de falar pessoalmente, como tenho feito sempre. Eu tenho ido aí para falar pessoalmente. Eu não gosto, em CPI, de trabalhar virtualmente.

De qualquer forma, eu quero primeiro registrar... Eu fiquei até emocionado quando o Sr. Carlos abriu a sessão, e depois V. Exa. mesmo fez algumas colocações também da Bíblia. Eu acho que foi falado muito hoje sobre Cristo, sobre a Bíblia, tanto o Novo Testamento quanto o Velho Testamento. E eu cheguei até a me emocionar, inclusive, pela atitude, pelas ações que o Dr. Carlos fez. Eu acho louvável, parabenizo.

Agora, em todas as CPIs de que participei, Presidente, o que o Supremo normalmente determina é que o depoente não pode, em momento algum, falar algo que possa criminalizá-lo, que possa complicá-lo ou dificultar ou falar alguma coisa que possa incriminá-lo. Então, aquilo que não é... O que é de terceiro, que não afeta diretamente o depoente, pelo menos em todas as CPIs, todos falaram e responderam aquilo que não era diretamente relacionado às questões do depoente. Então, eu fico de fato preocupado, primeiro



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque quem não deve não teme; segundo porque a gente precisa esclarecer as coisas. Eu não sou contra ninguém, não sou nem de um lado nem de outro. O que eu quero é transparência. O que falta é transparência, porque esse sistema criminoso que existe nos Estados, nos Municípios, na União são coisas antigas.

Eu coloquei para todos os ministros, todos: por que é que o Sistema Único de Saúde, que envolve um orçamento de 130 bilhões, não tem nenhum controle? Por que é que não é informatizado? Aqui no DF, Presidente, sequer tem controle de estoque de medicamento. No ministério, gastam-se milhões e milhões com medicamentos de doenças raras, o que não tem nenhum controle. Tem um departamento que fala de ações judiciais, em que qualquer ação determina a compra de remédios, e quem paga a conta são os contribuintes, que não têm controle de nada. O Governo Federal não tem controle sequer daquilo que é gasto. Ele encaminha o recurso financeiro e não recebe nenhuma prestação de conta se foi gasto ou não.

E aí a gente percebe que essas empresas que estão envolvidas na vacina, na compra de medicamentos, na compra de insumos, todas elas estão envolvidas em outros Estados. Essa Precisa, cujo sócio vai estar amanhã fazendo o seu depoimento, fez parte aqui, entrou numa licitação fora do prazo com um preço dez vezes maior do que o que foi vendido para o Sesc, o dobro do preço do primeiro colocado, e ainda não entregou o material que estava no edital; entregou uma vacina que não tem nenhuma qualidade, que já foi recolhida no mundo todo, seja na Argentina, seja na Índia, em todos os lugares em que venderam essa vacina, foi recolhida exatamente, porque não tinha valor nenhum. Na Argentina, foram aplicados 1.200 testes; apenas 8 pessoas deram positivo. E aqui, em Brasília, aplicaram isso. Quantas pessoas aqui morreram porque foram ao hospital, fizeram o teste, não deu positivo, deu negativo, a pessoa foi para a casa, depois foi intubada e morreu? Quantas? Quanto é que custa isso? A vida das pessoas? Então, esse *modus operandi* é o mesmo.

Inclusive, é o que eu ia perguntar... Tem essa empresa, por exemplo, que foi citada hoje, a Belcher: também fez cobertura aqui, em Brasília, na Falso Negativo. Então, é um escândalo o que acontece nos Estados e aqui, no Distrito Federal, em especial.

Aqui, o hospital que é referência, o Hospital de Base, que já foi referência nacional, hoje sequer tem anestésico, sequer tem insumos. O hospital atendia oncologia; não estão atendendo mais, as pessoas estão morrendo por falta de atendimento oncológico! As pessoas que têm tratamento de ortopedia chegaram a ficar no hospital cem dias internadas por causa de parafuso. O Iges, que foi comandado por esse Francisco que botou essa empresa Precisa dentro do processo, com o preço dez vezes mais do que o do Sesc... Está aí, montou esse Iges, que está com a dívida de 350 milhões. Então, o que eu lamento - lamento - é que nós poderíamos pelo menos saber o que está acontecendo, quais foram as relações com esses fornecedores.

Eu fui um dos que defendi no Congresso a compra de vacina pela iniciativa privada, porque, a cada vacina que fosse comprada e doada ao Sistema Único de Saúde, eram dois a menos, um vacinado na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa e outro no Sistema Único, mas os meus colegas foram maioria de que não deveríamos aprovar essa matéria.

E agora a gente percebe...

Eu queria saber, sinceramente, quem é Daniel Moleirinho Ribeiro, que é sócio da Belcher Pharmaceuticals, se conhece ou não; se conhece o Francisco Araújo Filho, que foi realmente o nosso Secretário, indicado pelos membros aí do Governo, no Ministério da Saúde; se conhece o Governador aqui do DF, Ibaneis Rocha. Eu queria saber isso. E se conhece Emanuel Ramalho Catori e de onde? Então, essas coisas que não comprometem o depoente poderiam ser respondidas.

E aí me indagam: por que, Senador Izalci, você assinou a prorrogação da CPI? Primeiro, porque nós temos que apurar, independente de quem seja, se é federal, se é municipal, se é estadual. O que a gente não pode admitir é essa corrupção que está aí, que está matando as pessoas. Eu sou membro da Covid - da Comissão Especial - desde o primeiro dia, desde o início, desde o ano passado. Não perdi uma reunião. Todos nós fizemos esforço para comprar vacina, para correr atrás de vacina. Agora eu fui Relator, inclusive, do projeto do Senador Wellington para a gente poder usar a estrutura das indústrias de veterinária para a gente poder fazer mais vacinas. Todo mundo quer vacina. Todo mundo precisa de vacina. E a gente fica indignado quando a gente fica sabendo que tinha vacina, que pediram propina para comprar vacina, que botaram empresas que têm esquema há muito tempo. Então, a gente precisava que as pessoas que têm algum conhecimento, algum relacionamento, que já tiveram algum conhecimento que contribuíssem com a CPI. Tem gente que acha que a CPI não vai dar em nada. Eu acho que vai dar, sim, até porque agora é que nós vamos começar a fiscalizar, auditar e conversar sobre os Estados.

Eu, de fato, tenho acompanhado aqui no DF... Gente, parece que as pessoas não estão acompanhando. As pessoas estão morrendo na fila por falta de atendimento! Agora, aqui no DF, pessoas que já tomaram a vacina, CoronaVac ou a outra lá, a AstraZeneca, agora estão tomando a Janssen, porque não tem controle. As pessoas fazem manualmente. Pessoas estão tomando a vacina de novo, e não tem controle. Então, é muita incompetência, é muita roubalheira. Então, eu fico assim...

De certa forma, eu tenho admiração pelo trabalho do Sr. Carlos aí no... É um empresário de sucesso, que faz um belo trabalho social, mas precisamos da colaboração para saber as pessoas que realmente estão contribuindo para desviar recurso público, que impediram compra de vacina... Nós nunca transferimos tanto recurso para os Estados como agora! Nós aprovamos isso no Senado, nós flexibilizamos a legislação para essa compra direta, mas, óbvio, nenhum Senador, acredito - tenho certeza de que muitos, a maioria absoluta -, jamais aprovaria a flexibilização, como aprovamos, para facilitar realmente o desvio de recurso, essa corrupção que está aí. Nós aprovamos...

Tem Estados... Aqui, por exemplo, nós recebemos mais recurso do Governo Federal que arrecadaríamos normalmente se não tivesse a pandemia. Agora estão fechando os quatro hospitais de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanha, porque não pagaram os fornecedores. O Iges tem 250 milhões com fornecedores que não fornecem mais nada, porque não recebem. Cadê esse dinheiro? Foram quase 3 bilhões para o Distrito Federal! Quase 3 bilhões!

O orçamento da saúde são 132 bilhões. Esse dinheiro tem que ser fiscalizado, auditado, acompanhado.

E aí nós ainda temos outras coisas. Ainda vamos chegar à Opas. Vamos ver o que está acontecendo nessas instituições todas que compram sem licitação, com dispensa de licitação, e as pessoas morrendo por não poderem usar recurso público realmente da saúde. É criminoso!

Por isso, eu gostaria muito que o Dr. Carlos pudesse contribuir. Lamento de ele ter ficado calado. Eu sei que com muita coisa ele poderia contribuir.

Então, Presidente, amanhã estarei aí novamente às 8h da manhã. Espero que eu consiga falar amanhã também em relação ao que aconteceu aqui no DF com essa empresa que vendeu produto falso e ainda com um preço dez vezes mais do que o do mercado.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Obrigada, Senador Izalci.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia. E, na sequência, um pela ordem do Jorge Kajuru.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) - Sra. Presidente Eliziane, colegas Senadores, eu desde de manhã estou aqui ouvindo.

Sr. Carlos Wizard, eu vou fazer duas perguntas ao senhor.

O senhor tem ideia do privilégio que V. Sa. tem de estar aqui hoje por opção e ficar calado, mesmo sabendo que o senhor contribuiu para que mais de 516 mil brasileiros e brasileiras se calassem para sempre, não por opção? A primeira pergunta é essa.

A segunda pergunta. Desde de manhã, eu vejo os relatos de que o senhor medicava, estimulando as pessoas em rádios a tomarem drogas sem eficácia terapêutica comprovada, dando a falsa impressão de segurança de que não iam ter a doença e de que, se tivessem, não seria grave; ou de quando, supostamente, o senhor intermediava compras de vacinas superfaturadas, mesmo sem autorização da Anvisa. A pergunta é: V. Sa. achou que tinha esse direito baseado em quê? Ou seja, o senhor se baseou ou foi autorizado pelo Presidente da República, que se acha com esse mesmo direito de medicar sem ser médico e dar a falsa segurança às pessoas com esses medicamentos comprados com recurso público, ou o senhor se baseou no ex-Ministro Pazuello, que, mesmo como Ministro de Estado da Saúde, se calou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diante de um Presidente que não tinha o mínimo respeito, nunca teve nenhum compromisso com a vida e nem com a dignidade humana?

São essas duas perguntas que eu faço a V. Sa.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Carlos Wizard, o senhor vai responder à Senadora Zenaide?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) - Ilustre Senadora Zenaide Maia, em respeito aos demais colegas, eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Senadora Zenaide...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Sr. Carlos...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Pois não, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Só para finalizar.

Sr. Carlos Wizard, eu digo ao senhor que o senhor se inspirou em alguém que, na verdade, é um Presidente da República que em nenhum momento desta pandemia teve um olhar humano pelos milhões de brasileiros e brasileiras que se calaram porque não tiveram a opção de continuar vivos, não se calaram porque quiseram. E esse Presidente que a gente tem aí, eu continuo dizendo, não tem nenhum compromisso com a vida e muito menos respeito pela dignidade humana.

Era só isso, Sra. Presidente, que eu tinha a falar.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Obrigada, Senadora Zenaide.

O Senador Jorge Kajuru faz um pedido de "pela ordem"? (*Pausa.*)

Pois não, Senador Jorge Kajuru.

Na sequência, Senador Alessandro Vieira.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) - Sim, Presidente.

Presidente amiga e minha referência Eliziane Gama, o Senador Renan Calheiros não está na Mesa Diretora, porque ele, como Relator, creio, responderia a essa pergunta na hora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho ódio de ninguém. Agora, a sessão de hoje causou nojo em função do silêncio. Eu penso, creio que como a senhora, que o contrário do amor não é o ódio, é o desprezo, a indiferença. Então, é isso que eu ofereço a esse senhor que aí está.

A pergunta é a seguinte, para a Mesa, no caso, ocupada a presidência neste momento pela senhora: todo mundo sabe que nada é de graça na política, quando se envolve empresário milionário com o Presidente da República e passa a ter grande amizade e grande intimidade, que é o caso desse senhor que está aí, com o Presidente Bolsonaro; que é o caso, por exemplo, daquele Luciano Hang ou Hung, sei lá. A gente viu, no Brasil inteiro, empresários como o dono das Casas Bahia e outros que demoraram tanto tempo para que suas empresas virassem uma potência. Já esse Hang virou uma potência em tempo recorde, a partir do momento da relação dele com o Presidente Bolsonaro. Então, imagina como é que é a vida tributária desse homem, se você puxar a "capivara" dele.

Então, a pergunta para a senhora, Presidente, é se há essa informação sobre a CPI ter feito um pedido da vida tributária desse homem bilionário que aí está.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Senador Jorge Kajuru, eu acho que V. Exa. faz a pergunta referente à questão das quebras do sigilo, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - Do sigilo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Já já confirmo a V. Exa. quais sigilos foram deferidos em relação às quebras. Antes, porém, passo aqui a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) - Obrigado, Sra. Presidente. É sempre importante reverenciar a presença da mulher na função de Presidente, seja da CPI, seja do próprio Congresso.

Sr. Carlos Wizard, boa tarde. Eu tive o cuidado de acompanhar ou pelo menos tentar acompanhar a sua vida. O senhor tem uma vida muito bonita, uma história de vida bonita. Eu tenho absoluta convicção de que sua participação nesse processo todo se deu na melhor das boas intenções, mas existe um problema sério no que a gente vive hoje aqui.

O senhor tem condições financeiras notoriamente elevadas. Isso lhe permitiu ter acesso a uma extraordinária banca de advogados, que merece nosso respeito, e através dela ter acesso a um *habeas corpus* diferente dos demais humanos que sentaram nessa cadeira. O senhor ganhou o direito de não responder a absolutamente nenhum questionamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, sem nenhuma pretensão de conhecer a religião como conhece V. Sa. e nossa Presidente Eliziane, eu me lembro só de uma pequena frase, que diz que a humildade precede a honra. Humildade é uma palavra que está faltando nessa etapa da sua jornada.

Eu peço, Sra. Presidente, se puder passar um vídeo que foi encaminhado pela equipe e pelo pessoal da internet, para que a gente possa só contextualizar o que eu estou falando.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Enquanto organiza o vídeo, Senador Alessandro Vieira, V. Exa. me permite responder aqui ao Senador Kajuru, que faz a pergunta sobre as quebras. Na verdade, sigilo telefônico, telemático, fiscal e bancário.

De fato, foi apresentado a esta CPI e deferido, mas o advogado do Wizard acaba de informar que o sigilo bancário e fiscal será entregue espontaneamente a esta CPI.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Aguardando apenas o vídeo, Sra. Presidente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Esse vídeo contextualiza, Sr. Carlos, o que eu mencionei: absoluta falta de humildade.

O senhor, seguramente, imagina que o seu patrimônio lhe coloca numa condição suficiente de fazer troça, de fazer brincadeira com a vida das pessoas, dando uma recomendação que não corresponde àquilo que a ciência diz, baseada numa crença individual, baseada num processo que é de profunda vaidade e desrespeito ao ser humano.

Essa postura é incompatível com a vida que eu li. E eu acredito que a vida que eu li é verdadeira, mas eu faço um pedido a V. Exa. que reexamine sua consciência e se imagine se foi para isso que o senhor se preparou uma vida inteira, para chegar, num momento deste, diante do Brasil, ao Senado da República e não ter a capacidade de se manifestar para explicar e defender a sua posição, que eu repito, acredito que foi sempre na melhor das boas intenções, mas eivada de desconhecimento, desrespeito, dentro de um Governo que também, em si, é eivado de desconhecimento, ignorância, desrespeito...

Se o Brasil tivesse seguido, Sr. Carlos Wizard, apenas o padrão de conduta do resto do mundo, nós teríamos centenas de milhares de mortes a menos. Não é nada além disso. Se tivesse o Brasil seguido aquilo que o resto do mundo fez, nós teríamos salvado centenas de milhares de vidas. E eu tenho certeza de que essa é a sua intenção. Tenho certeza. Mas faltou-lhe humildade, faltou-lhe respeito pela vida dos outros, e o senhor pode ter certeza de que o seu patrimônio, a sua condição, a sua história lhe asseguram o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor assessoramento jurídico, tenho certeza de que a melhor proteção em todos os tribunais, mas também tenho certeza de que o tribunal que mais lhe importa não leva em consideração patrimônio, leva em consideração exemplo de vida. E, nessa quadra, o seu exemplo foi o pior possível.

Não vou constrangê-lo de perguntar alguma coisa, para fazê-lo mecanicamente repetir o mesmo que já disse, mas deixo esse apelo: reflita. Não é para isso que o senhor se colocou na vida.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Muito obrigada, Senador Alessandro Vieira.

Vamos então passar aqui a palavra ao Senador Fabiano Contarato, pelo remoto.

V. Exa. está *online*? (*Pausa.*)

Não está, não é?

Vamos então passar a palavra... A Senadora Soraya pede para ser a última... Senadora Simone Tebet.

Nosso Vice-Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, desculpe, se a Senadora Simone me permite, em um minuto.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Mas é claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É um rápido pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Todo minuto do mundo, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - É rápido. Serei bem breve, Presidente, até porque quero ter o maior prazer em ouvir a Senadora Simone Tebet.

Sua Excelência, o Presidente da República, em mais um ataque a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, proferiu impropérios, agora em um evento, se eu não me engano, em Curitiba.

Causa espécie, estranheza, Senadora Simone, o Presidente da República insistir nos ataques a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e, cinco dias após os irmãos Miranda terem prestado depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a esta CPI, ele não ter dito nada em relação a isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que esta Comissão Parlamentar de Inquérito quer é saber do Senhor Presidente da República e saber do Governo qual a responsabilidade que tem nesta fraude, por exemplo, de R\$2 bilhões em vacinas. O que esta CPI quer é assegurar vacina a todos os brasileiros, vacinas essas que foram omitidas pelo Presidente da República, e vacinas sem superfaturamento e sem esquema.

É só, em nome desta CPI, considere importante, mais uma vez, e acho lamentável, mas eu considere importante, mais uma vez, responder às agressões gratuitas do Sr. Presidente. O Sr. Presidente deveria se inspirar, já que a gente citou tanto a Bíblia hoje aqui, no versículo que ele mais aprecia e mais cita: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará".

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - "E a verdade vos libertará." Muito bem lembrado, Senador Randolfe.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato, que não está *online*. Então, com a palavra a Senadora Simone Tebet, nossa Líder da Bancada Feminina.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - Obrigada, Presidente Eliziane. É uma honra muito grande falar nesta CPI, tendo V. Exa. presidindo esta Comissão tão importante para o Brasil.

Eu pergunto antes a V. Exa. se o depoimento dado pelo Dr. Wizard foi feito por escrito e vai ser anexado ao processo da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Você fala a primeira... Você está perguntando ao...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sim. As apresentações iniciais.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - V. Exa. permite que eu responda?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não. Era só para dizer sim ou não. Não tem problema. Não vou perguntar mais nada para ele. Pode ficar tranquilo que eu não vou vir para, de forma alguma, colocá-lo em constrangimento. Eu gostaria apenas de saber porque tem uma frase que eu.... Ele pode dizer sim ou não, se vai anexar.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O que ele está colocando, Senadora, é que tem partes...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Eminente Senadora, só para auxiliar V. Exa... Uma grande parte está escrita e a gente pode fornecer a V. Exa. e à egrégia Comissão, mas outra parte ele falou de improviso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de saber da parte onde ele fala exatamente da questão que ele não tem, que ele não é da área, que não tem experiência na parte de medicamentos, que não receitaria ou não pode receitar. Eu queria rememorar porque eu, realmente, perdi um pouco as palavras. Acho que só o favorece, porque isso é que eu estou... V. Exa. conhece. Eu, como advogada, não tenho interesse nenhum em constrangê-lo, mas apenas aqui fazer... E a parte, também, em que ele fala que a imunidade de rebanho escapa ao seu conhecimento. Isso só favorece o depoente. Eu queria saber se foi isso mesmo o que eu ouvi.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Senadora, agradeço o seu depoimento nesse sentido. Eu posso entregar a esta Comissão a parte escrita.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, foi realmente isso que foi colocado, não é?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que a imunidade de rebanho seria um termo que escapa ao seu conhecimento e que também, em função de não entender... Não sei se você falou medicina, eu que estou falando de medicamentos.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Eu falei da área da saúde.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É. Na área da saúde. Então, que não poderia estar prescrevendo medicamentos. Está certo. Não tem nenhuma pegadinha no processo.

Obrigada.

Bom, Sra. Presidente, o depoente avoca o seu direito de permanecer calado. Está munido, embaixo do braço, de um HC e nós temos que respeitar. Eu já havia feito uma indagação ao Presidente Omar Aziz sobre se não seria o caso de transformá-lo, de novo, de investigado em testemunha, para que, no momento oportuno, se precisássemos trazer aqui qualquer esclarecimento, ele pudesse vir. Com isso, obviamente, não teria aí nenhum... Nós não teríamos mais nenhum direito sobre a quebra de sigilo, mas também é uma forma de contribuir com quem iria contribuir com esta Comissão. Então, deixo esse apelo à Comissão e também para a reflexão do advogado.

Eu sei que o senhor tem o direito de permanecer calado, mas nós temos a obrigação de falar. O ouvido agora é do senhor e a fala é minha.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu confesso, assim, que fiquei um pouco na dúvida. Por isso é que eu gostaria realmente que o senhor tivesse a oportunidade de poder responder minimamente a algumas das questões que não comprometessem a linha de defesa do seu advogado, para que eu pudesse definir exatamente quem é o personagem e quem é a pessoa, porque eu entendo um pouco como é que funciona a política e como é o assédio das teses, das ideias e das ideologias.

O senhor veio de uma família muito humilde, e eu quero encontrar aí a pessoa do Sr. Wizard.

Para mim, a pessoa do Sr. Wizard é aquele, filho de um caminhoneiro, que disse exatamente que aprendeu os princípios que aprendeu com o seu saudoso pai, com o seu pai ainda vivo, embora já de idade, que passou esses ensinamentos para os seus filhos, que seus filhos, a exemplo do senhor e de sua esposa, hoje são missionários. Então, quando o senhor fala que resolveu servir e que quis ajudar na compra de vacinas e não quis financiar nem ganhar em cima disso – estou diante dessa pessoa que eu acredito que esteja –, eu digo que acredito no senhor. Eu acredito que a pessoa seja essa.

O problema, Sr. Wizard, é que, no meio do processo, pelo senhor vir da iniciativa privada, pelo senhor, embora bem intencionado, ter se cercado de uma política que hoje infelizmente não é escrita com "p" maiúsculo, é uma política que infelizmente hoje é muito mais aficcionada em posições ideológicas não partidárias, com um Governo infelizmente reacionário, autoritário, que não acredita e não aceita a voz do contraditório, mas apenas a voz de si mesmo, que rejeita a ciência, acaba por trazer pessoas de bem pra próximo de si...

Então, o que eu percebo é que eu vi um personagem nos vídeos e nos áudios e vejo uma pessoa, uma pessoa com a mais boa intenção, porque não é possível alguém que fala em nome de Deus, que quer servir ao senhor, não querer servir ao Brasil. Só que o senhor estava ou está equivocado nessa forma de servir ao Brasil, ficando calado ou tendo tido cometido certos impropérios – me desculpe – como cometeu.

Eu sei que os holofotes, eu sei que, muitas vezes, no público, a gente acaba se envolvendo porque está num grupo. A gente sabe o que é pertencer a uma tribo. Agora é o momento dessa redenção. É o momento de dizer exatamente o que o senhor disse aqui: "Olha, eu não sou médico, eu não sou cientista. Eu não posso falar de medicamentos. Eu não acredito, eu não sei o que é imunidade de rebanho". Então, eu não posso pregar a imunidade de rebanho por contaminação, e não por vacinação, que levou à morte... Quatro a cada cinco brasileiros morreram acima da média mundial. Então, não é possível que o Brasil esteja certo, matando tanta gente, e o mundo errado porque está tirando máscara e está se abraçando neste momento.

Então, eu gostaria muito que a Comissão revisse a sua posição, não de acusado ou investigado, mas de testemunha, pra que o senhor viesse fazer esse mesmo testemunho, ainda que não respondesse sobre outros assuntos. Mas eu acho que é importante, é fundamental para a linha de defesa, inclusive, do seu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogado perante os fóruns criminais e civis – se é que vai haver algum processo contra o senhor; eu não sei se há.

Então, nesse sentido, fica aqui realmente um apelo de uma mãe e de uma filha que ficou sensibilizada com a sua história e a história da sua família. Eu não tenho, de nenhuma forma, condições de provocá-lo, depois de ouvi-lo falar de Deus, da Bíblia, sabendo que o senhor tem família, em rede nacional, sabendo que o senhor vai ficar calado.

Então, todas as perguntas que eu ia fazer, não são essas aqui, mas eu quero dizer que eu as rasgo. Eu as rasgo em referência à sua família, não em relação ao senhor, porque eu acho que o senhor está cometendo um grande equívoco em ficar calado. Mas, de qualquer forma, o senhor veio pra trazer, pelo menos, uma luz pra esta Comissão. Quando nós falamos aqui em gabinete paralelo, nós temos que aqui começar a falar, Vice-Presidente, Senadora Eliziane, em gabinetes do Governo Federal.

Existe o gabinete oficial, que é feito pelos ministérios, ali de onde deveriam sair todas as documentações, as decisões do certo ou errado, um gabinete paralelo, que é aquele de simpatizantes, que, infelizmente, de boa-fé, são contaminados por conceitos equivocados, reacionários, autoritários, que, repito, estão levando à morte milhares de cidadãos brasileiros, mas há algo mais. Há o gabinete do ódio, que é o das redes sociais. Depois que nós sairmos daqui, vamos estar todos contaminados. Essa rede do ódio é que decidiu formar, num núcleo do gabinete paralelo, uma ideia de que é preciso contaminar todo mundo – "Vamos deixar todo mundo se contaminar rapidamente pra voltar ao mercado de trabalho." –, negando a ciência, negando a vacina, imputando a utilização de um remédio ineficaz porque não tem comprovação científica, dando uma falsa sensação de segurança para as pessoas.

Agora, eu estou falando aqui, eu vou dormir e vou estar com a minha família. Quantos pais, quantos avós, quantos filhos se perderam prematuramente? Nós não estamos falando nem de pessoas – e já seria muito triste – da idade do seu querido pai. Nós estamos falando de jovens, nós estamos falando da massa de trabalhadores na faixa de 30, 40, 50 anos de idade.

Então, esse gabinete do ódio imputou, de alguma forma, uma ideia dentro desse gabinete paralelo, de que V. Sa., de alguma forma, fazia a parte, de que era importante falar em cloroquina, de que não era importante comprar vacinas.

E aí, por fim, veio a constatação, por tudo que está aqui, já que o senhor se defendeu em relação àquele contrato – e até esqueço os nomes, porque são tantos os nomes – do laboratório lá da China, da CanSino, no valor de R\$5 bilhões, numa dose de US\$17, em que o senhor teria o seu nome envolvido, o que agora, parece-me, já foi retificado. E aqui gerou-se o quê? Um gabinete da propina.

Então, nós temos o gabinete oficial, nós temos o gabinete paralelo, nós temos o gabinete do ódio e agora está muito claro que nós temos o gabinete da propina. E sabe como ele surgiu, Dr. Wizard? Baseado em cima da inocência de pessoas como o senhor, que acreditou nesse Governo, como eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acreditei, baseado na boa índole, na vontade dos senhores e de tantos de verem vacina no braço do povo brasileiro. "Vou ajudar a comprar vacinas. As empresas privadas querem comprar vacinas para colocar de graça no Sistema Único de Saúde." Só que, enquanto isso, nós temos aqui, pelo menos... Já de sexta-feira, conseguimos, esta Comissão conseguiu arrancar o nome do Líder do Governo como estando no núcleo desse propinoduto.

E nós estamos falando já de três vacinas, que, sem comprovação científica de validade, sem autorização da Anvisa, uma já contratada antes de ter lei permitindo a contratação, superfaturada, com graves indícios de tráfico de influência, de prevaricação, de peculato, de corrupção ativa, de corrupção passiva e, como existem mais de dois no meio, de organização criminosa. Nós estamos falando de uma primeira vacina no valor de 1,2 bilhão, em que foi oferecida, a princípio, nós vamos investigar, propina para alguém não delatar. O segundo, que é esse da CanSino, de R\$5,2 bilhões, em que se fala de propina também e de não sei quantos centavos de dólar por unidade. E, por fim, até a AstraZeneca, já regulamentada e que já está no Brasil, na mesma data da assinatura do contrato da Covaxin, teve um servidor de nome Roberto Dias, que foi exonerado pelo Governo e que teria - nós estamos atrás das investigações - pedido... Eu quero que o senhor escute bem, porque eu acho que nem o senhor tem esse patrimônio: US\$1 por dose. São 400 milhões de doses que foram oferecidas para o Brasil comprar. Nós estamos falando de uma propina, apenas para um núcleo desse Governo, de R\$2 bilhões.

Então, por tudo isso, Dr. Wizard, como eu disse, eu rasguei as perguntas, porque eu não quero constrangê-lo. Eu quero, ao finalizar, dizer que eu mesma respondo quem é a pessoa e quem é o personagem. Eu quero muito acreditar e vou acreditar, pelas palavras iniciais do senhor - e foi por isso que eu perguntei se estavam por escrito -, que o personagem estava ali, que a pessoa humana e cristã está aqui, que tem família.

Então, eu peço, realmente, se não hoje, que o senhor reconsidere, que, de repente, possa vir aqui na função de testemunha, se o advogado assim o permitir, apenas para que elucide como é que eram essas conversas que aconteciam com essas pessoas - alguns de bem, outros não, outros muito mal intencionados - quando o senhor, das raras vezes que tinha oportunidade, encontrava essas pessoas, em nome não dá vida dos brasileiros, mas em nome daquelas 500 mil cruzeiras que estão espalhadas pelo caminho da vida, espalhadas pelos 27 Estados da Federação brasileira, daquelas 500 mil pessoas que hoje não vão ter direito de estar aqui conosco jantando, dormindo, participando de tudo aquilo que nós temos, que é aquilo que nós mais prezamos na vida, que é estar ao lado do ente querido, mas, principalmente, em nome de todos os familiares que hoje choram, que hoje sentem dor, que hoje têm um buraco imenso no peito, uma saudade que nada cura, porque não há como curar uma saudade quando um ente querido vai prematuramente, sabendo que só está indo por negligência, por imprudência, por imperícia, por omissão, por dolo daqueles que eles elegeram e que tinham a obrigação - no plural, porque é o Governo - de cuidar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aqui a minha consideração, o meu desabafo ao senhor, com todo respeito que possa ter.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Muito obrigada, Senadora Simone Tebet, V. Exa., como sempre, brilhante nos seus posicionamentos.

Vou passar aqui a palavra ao Senador Fabiano Contarato, que está aqui no Plenário. Na sequência, o Senador Jean Paul Prates. Meu querido Jean, que Deus te abençoe.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) - Obrigado Presidente, obrigado pelo comparecimento, Sr. Wizard; ao advogado que está aqui a minha deferência à Ordem dos Advogados do Brasil. Eu, como inscrito na OAB, tenho muito orgulho dessa instituição tão importante na defesa da democracia e daquilo que eu chamo, que é a espinha dorsal do Estado democrático de direito.

Eu queria... Diferentemente do que eu já ouvi, eu não acreditei nesse Governo Federal, desde o início, porque o Governo Federal que fala que uma mulher tem que ganhar menos porque engravida, eu não posso ser favorável a ele. Um Governo Federal que diz que se você tem um vizinho que é *gay*, o seu imóvel tem a diminuição do valor, eu não posso votar nele. Um Governo Federal que diz que não corria o risco de ter uma nora negra porque os filhos foram bem educados, eu não posso votar nele. Essas pessoas, que não são minoria, são maiorias minorizadas, têm que ter um amparo pela legislação.

Agora, aqui, eu quero também deixar claro para a população brasileira que esta CPI, Sra. Presidente, já provou muitas coisas. Ela provou, por exemplo, a difusão de tratamento precoce, negou a ciência e a utilização de ivermectina e hidroxiclороquina. Isso é crime de charlatanismo, previsto no art. 283 do Código Penal.

Esta Comissão também provou que houve uma ação deliberada para a chamada imunidade de rebanho. Isso é crime de epidemia qualificada com resultado morte, que dá uma pena de 20 a 30 anos, conforme determina o art. 267, §1º, do Código Penal.

Também provou aqui nesta CPI a existência desse gabinete paralelo. Isso é usurpação de função pública, prevista no art. 328 do Código Penal.

Provou-se também o crime de prevaricação, previsto no art. 318, na demora da compra da vacina, sobretudo, da Pfizer: cento e uma ofertas, e o Presidente negou vacina aos brasileiros.

A crise em Manaus: mais uma vez, a prevaricação expressa no art. 318.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando você faz aí... Indício de irregularidades no contrato da Covaxin, nós temos ali o crime de corrupção passiva, previsto no art. 317 do Código Penal e, para o particular, o crime de corrupção ativa, previsto no art. 333; que tudo isso, esses crimes, ambos, dão a pena de reclusão de dois a 12 anos.

Quando o Presidente não utiliza máscara e difunde a não-utilização do distanciamento social, isso é infração sanitária, é uma medida de infração sanitária preventiva, prevista no art.268.

Por tudo isso, eu quero falar para o senhor que já está mais do que evidenciada - e essa não é uma fala de um Senador que é do partido a, b ou c, porque contra fatos não há argumentos - a digital do Presidente da República, dos seus ministérios e de quem, de qualquer forma, concorreu para esse agravamento da pandemia, com 516.119 mil famílias que estão enlutadas. Quanto que vale a vida de um pai, de uma mãe, de um filho, de um irmão, de sobrinho? Essa digital está no Presidente da República e nos seus ministros da saúde, está no ex-Chanceler do Ministério das Relações Exteriores, está em quem, de qualquer forma, concorreu para o agravamento, seja a título de dolo, seja a título de culpa, seja a título de ação, seja a título de omissão, porque a omissão é penalmente relevante quando a gente tenha, por lei, obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Então, isso para mim já está mais do que evidenciado. Mas o que mais chamou a minha atenção aqui hoje, Sr. Wizard e Sra. Presidente, eu vou falar para vocês: é que o senhor afirmou aqui hoje, nas poucas palavras que o senhor deu, que respondeu ao convite do Ministro Pazuello com as seguintes palavras - olha, essa palavra que eu vou falar aqui é do senhor, Sr. Wizard -, aspas: "Quero servir como voluntário, sem qualquer vínculo com a Administração" - fecha aspas.

Aqui, eu não tenho dúvida e falo como delegado de polícia por 27 anos: isso é uma confissão de culpa. E eu vou falar porquê. A Lei de Improbidade Administrativa, que é a Lei 8.429, de 1992, conceitua o que vem a ser agente público. E quem que é agente público, no Brasil? Aspas: "Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior."

Ora, a razão de ser do gabinete paralelo é justamente a ausência de vínculo com a Administração Pública e a responsabilidade dos agentes pelos seus atos. Saiba, Sr. Wizard, que, mesmo buscando agir às sombras, sem vínculo com a Administração Pública, o senhor exerceu a função; o senhor, veja bem, o senhor exerceu a função de agente público e está sujeito à responsabilização.

A fala que te responsabiliza, em que o senhor confessa essa participação no gabinete paralelo, já foi dada, Sr. Wizard. O silêncio agora é um ônus para a sua culpabilidade. O senhor tem aqui a chance de esclarecer a essa Comissão, ao povo brasileiro, a sua participação nessa tragédia sanitária que enfrentamos. Eu faço esse apelo a V. Exa.: tenha a hombridade, use isso!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu observei que o senhor iniciou sua fala citando um versículo bíblico. E aqui eu quero falar também, no mesmo instrumento eu vou falar, não como Senador agora, aqui tão somente, mas também como um cristão, que em Lucas 21:15 diz: "Pois eu lhes darei palavras e sabedoria a que nenhum dos seus adversários será capaz de resistir ou contradizê-lo." Ele lhe dará a palavra para que ninguém o possa contradizer. Exerça o seu direito! Exerça isso e fale, acima de qualquer... de qualquer determinação constitucional. Como é uma garantia constitucional se preservar em silêncio, permanecer calado, acima de qualquer ordenamento jurídico, Sr. Wizard, eu aprendi com o meu pai, que também era motorista de ônibus, que não tem nenhum ordenamento jurídico que não seja sedimentado em cima de um comportamento ético e moral.

E isso fala muito mais.

Eu queria que o senhor tivesse a hombridade para, quando chegar em casa, poder olhar para os seus filhos; na rua, para os seus funcionários, para as pessoas, porque esta é uma oportunidade de dizer: olha, a minha participação foi essa. Do contrário, esse silêncio do senhor como será interpretado pela população brasileira?

Então, eu acho que, quando a gente não tem nada a temer, quando a gente está com a verdade, essa verdade se sobrepõe, essa verdade é muito maior, essa verdade vai se perpetuar no tempo e no espaço. Eu posso falar uma coisa para o senhor aqui hoje: se eu estiver com a verdade, eu vou repetir essa mesma coisa em qualquer lugar, em qualquer circunstância. Então, é óbvio que, se eu estivesse aí, eu não me furtaria em dizer, eu não me furtaria em dizer: "olha, isso eu não sei, isso eu não tenho conhecimento, disse eu não participei, agi de boa-fé". Do contrário, é esta Comissão que vai analisar esse comportamento do senhor.

Aí, eu volto a falar que, quando o senhor fala que contribuiu para o Governo, e essa contribuição, servindo voluntariamente, sem vínculo com a administração, isso tem repercussão na Lei de Improbidade Administrativa, volto a frisar, na Lei 8.429, de 1992.

Então, a minha fala aqui é nesse sentido.

Mais uma vez, sabendo que o senhor vai efetivamente continuar permanecendo calado, que é uma garantia constitucional, mas eu volto a falar que não tem nenhum ordenamento jurídico, nenhum, nenhum, nem mesmo a Constituição Federal, que seja sedimentado se não for em cima de um comportamento ético e moral. E o comportamento ético e moral é que nos proporciona a falar a verdade do a quem doer. Eu sei que pode ser difícil, às vezes, estar sentado aqui, ser inquirido pelos colegas Senadores e Senadoras e ter essa serenidade de responder ou não responder. Claro que com respeito nós temos que tratar todas as pessoas. Eu, por 27 anos como delegado, sempre tratei com respeito a pior pessoa que eu estava indiciando, porque eu aprendi que essa é a premissa constitucional.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isto que eu almejo enquanto Senador: que nós tenhamos, efetivamente, um Estado democrático de direito em que se valorizem as instituições, mas eu não posso deixar de fazer esse esclarecimento ao senhor, que veio com um versículo bíblico. E eu lhe digo que isso também tem como o senhor falar quando o senhor está diante da verdade, com esse comprometimento com a verdade, olhando para a sua família, para os seus filhos e assim sucessivamente.

Então, eu vejo que o senhor pode, sim, ter um comportamento mais proativo, em defesa, como foi muito bem-dito aqui, da população brasileira, porque nós estamos falando aqui da violação do principal bem jurídico, que é a vida humana.

Olha, eu aprendi isto no banco da faculdade, mas isto tem que ser dito a todo mundo, a todo momento, em qualquer lugar: por que, no Código Penal, no abre-alas, vêm os crimes contra a vida? Porque o principal bem jurídico que tem que ser protegido é a vida humana. Então, está sendo agravado: esta pandemia que está aqui, com 516.119 mortes, pessoas que perderam a vida. Isso não tem dinheiro que pague. Não tem dinheiro que pague o luto dessas famílias. E não só delas, porque as pessoas que sobreviveram estão com sequelas irreparáveis.

Mas nós não podemos deixar de reconhecer que este Governo acreditou na imunidade de rebanho, acreditou no tratamento precoce, difundiu a utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica, nega a ciência, é contra o distanciamento social, é contra a utilização de máscara e recusou 101 ofertas da Pfizer. E é o mesmo Governo que faz um contrato com a Covaxin com 1.000% acima daquele valor, sem autorização da Anvisa. É o Governo que, a pretexto de retardar, sempre falou: "olha, preciso da autorização da Anvisa", mas, para essa específica Covaxin não houve necessidade.

E, aí, quando eu vejo pessoas como o senhor, que fizeram parte direta ou indiretamente desse cenário dantesco, porque não há que se falar... Como foi dito aqui, esta CPI provou que os ministros não tinham autonomia no Ministério da Saúde, porque existia ali a existência de um gabinete paralelo. E isso é grave, isso é usurpação de função pública, isso tem que ser coibido.

Agora, eu não tenho... Eu saio daqui hoje com minha consciência tranquila como cidadão, como Senador, de que eu vim aqui preparado para te inquirir, para te perguntar, para que o senhor tivesse a oportunidade de falar efetivamente qual foi a participação do senhor nesse cenário quando teve o compromisso de participar, de servir como voluntário, como o senhor bem disse, sem qualquer vínculo com a administração pública. Eu não tenho dúvida de que, para mim, isso é uma confissão de culpa - volto a frisar -, porque a lei de improbidade administrativa é clara: todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente e sem remuneração, é considerado agente público. E isso o senhor confessou aqui. E, nessa simples confissão, o senhor tem a atribuição de que agora só vai ser analisada a culpabilidade, a culpabilidade como pressuposto de aplicação de pena para o cometimento da violação da lei de improbidade administrativa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Obrigada, Senador Fabiano Contarato.

Vamos agora, pelo remoto, com o Senador Jean Paul Prates; na sequência, a nossa querida Soraya Thronicke, que será a nossa última Senadora a participar dessa oitiva.

Senador Jean.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) - Obrigado, Presidenta.

Eu queria pegar, das palavras do Senador Contarato, das palavras da Senadora Simone, e trazer para quem está nos assistindo também a situação que nós estamos vivendo e com que eu, particularmente, estou intrigado e até muito decepcionado, porque, apesar de estar na política há menos tempo que todos vocês, eu venho acompanhando a trajetória do Sr. Carlos Wizard há muito tempo, no setor empresarial, é um exemplo para muita gente, e, na verdade, essa posição nos decepciona um pouco.

Sei e prezo também, como advogado, a evocação do silêncio, baseado num *habeas corpus*, mas quero explicar aqui que essa situação, para quem é leigo, no Direito, se destina basicamente a evitar que um depoente se autoincrimine, ou seja, que ele tenha cometido alguma coisa e, ao falar daquela coisa, ao depor sobre aquela conduta, eventualmente ele agrave a sua situação diante de uma acusação de crime.

Nós estamos falando aqui de uma pessoa que já disse claramente que é responsável, foi colocado como responsável - isso em vídeos, com a cara, com a voz, inequivocamente, do próprio depoente -, responsável pelos grandes fornecedores, especialmente os estrangeiros - dito aqui num filme mostrado -, e depois que foi - e isso também noticiado e oficializado -, que ocupou, por um tempo pequeno, mas ocupou uma posição no Governo, onde, através dela, tentou alterar infrutiferamente os números e conceitos da pandemia, a tal ponto que nós até hoje somos o único País que ainda tem números oficiais dados por um consórcio de imprensa que se reuniu naquela época para compensar a confusão que foi causada pela presença e pelas sugestões, não só do Sr. Carlos como de outros, em determinado momento, que nós temos presente na memória e registrado no noticiário vasto do País, tal a confusão feita naquela época em relação aos números da Covid. Então, a confusão foi feita naquela época em relação aos números da Covid.

Também perguntas seriam naturais de se responder, como, por exemplo, se tentou, de fato, alterar esses números? O que foi tentado naquela época? Qual o mal de explicar isso? Em que isso incriminaria o depoente? Em que incriminaria ele responder ao Senador Humberto, por exemplo, sobre se participa ou participou de grupos de empresários que financiaram ou financiam campanhas digitais a favor do Presidente? Pode ser que não tenha nada demais disso. Ou a favor das suas ideias e conceitos? E, aí, sim,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teremos alguma coisa agravante. Qual o problema de responder que não? Certamente porque seria mentira; certamente porque é sim, não sei. Permito-me concluir. Ainda mais diante das provas autoincriminatórias, digamos assim, como esses vídeos que foram mostrados à farta aí.

Portanto, quero lamentar, evidentemente, que o depoente não esclareça, não traga à luz e até de uma certa forma explique comportamentos. Eu não acredito numa má-fé integral nesse processo. Acho que isso advém também um pouco da crença exagerada, do sentimento que eu chamo de pseudoliberal, aquele em que os empresários ou o mercado se colocam em assessoria ao Governo gratuitamente. Isso é basicamente antitético a brocardo liberal bem conhecido – o Senador Kajuru evocou aí de forma indireta, do Milton Friedman: *There is no free lunch*, em inglês, homenageando aí os cursos de inglês do Sr. Carlos Wizard, quem sabe até recentemente. *There is no free lunch* quer dizer não existe almoço grátis, ou seja, o universo dos negócios e o universo em geral, segundo Friedman, seria um sistema fechado em si mesmo. Então, nada do que você faz se faz de graça. E basicamente é o que se quis dizer aqui com essas assessorias informais ao Presidente: "Eu vou ajudar, vou fazer alguma". Eu acredito que possa até ser de boa-fé, mas, diante do outro brocardo do *There is no free lunch*, a gente fica sempre na dúvida e, por isso, traz aqui o depoente para esclarecer.

Há muita... Não temos muita abertura nem justificativa para considerar ou deixar de considerar como verdadeiras e legítimas todas essas colocações públicas e atitudes, principalmente nas alegações, ou sob alegações de que seriam mal-entendidos ou invencionices, ou colocadas fora de contexto. Está claro. Todas as declarações estão muito claras, não estão sendo explicadas, estão no contexto devido da sua temporalidade.

Enfim, eu quero apenas expressar que, diante de uma realidade onde nós todos Parlamentares, Senadores, Deputados, temos aí, de todos os matizes, destinado recursos, emendas, prioritariamente para a saúde, para a Covid, como disse o Senador Izalci, para as cirurgias eletivas, para insumos, para a saúde em geral, porque as pessoas não deixaram de ficar doentes de outras coisas ou de terem necessidades médicas, e saudar o fato de que nós tenhamos conseguido realmente viabilizar esta CPI este ano, porque, enquanto a pandemia ainda mata 1,5 mil a 2 mil pessoas... Ontem foram mais de 1,9 mil pessoas, de novo, em 24 horas. A cada hora de trabalho desses Senadores e Senadoras, aqui nesta CPI, estamos salvando vidas. Sabem como? Constrangendo, sim; impugnando, sim; bloqueando; impedindo práticas criminosas. E, mais, garantindo, como listou bem aí o Senador Contarato, que provas e depoimentos não se percam no tempo, na natural euforia, até, da volta às atividades normais. Naturalmente vamos vivendo. Então, estamos congelando e tratando desses assuntos agora, salvando vidas agora.

E, por fim, dizer que é muito saudável que a gente não naturalize os desastrosos indicadores, os escabrosos resultados da negligência, da teimosia, da burrice, e, agora, também está provado, da má-fé, dos objetivos oportunistas, escusos, da deliberada intenção, dolosa mesmo, de que se apossou aí de toda essa atuação governista na pandemia para se locupletar e para prevaricar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu queria, já que se falou tanto na Bíblia, isso aqui hoje parece até um culto, eu quero também colocar o versículo da Bíblia de Provérbios 12:13-14, que fala exatamente sobre o silêncio: "O mau se enreda em seu falar pecaminoso, mas o justo não cai nessas dificuldades. Do fruto de sua boca o homem se beneficia, e o trabalho de suas mãos será recompensado". Falar não incrimina ninguém que esteja de bem com a sua própria atuação.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Muito obrigado, Senador Jean Paul.

Senadora Soraya Thronicke, a sessão do Senado acaba de começar, V. Exa. quer fazer alguma intervenção ainda?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) - Senadora, apenas e tão somente para esclarecer sobre ontem.

Eu queria destacar a responsabilidade do Legislativo estadual do Amazonas, já que consta na Constituição do Estado o seguinte trecho, art. 28: "É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: XXI - processar e julgar o Governador e o Vice-Governador, nos crimes de responsabilidade, e os Secretários de Estado, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles", é da competência exclusiva da Assembleia Legislativa!

Então, ontem, quando o Deputado Fausto Junior me disse que havia feito uma interpretação extensiva da Constituição estadual para defender o entendimento de que a Assembleia Legislativa não tinha poderes para investigar, para investigar, não, para convocar, para denunciar, enfim, para ouvir o Governador do Estado, eu gostaria de deixar destacado que não precisamos ter uma interpretação extensiva, apenas uma interpretação simples e literal de quem sabe ler e já nos deixa aqui, sem sombra de dúvida, muito claro, que a responsabilidade é da Assembleia Legislativa, como é das demais, nas 27 unidades da Federação. Então, o alerta aqui é para que os Legislativos estaduais e municipais cumpram a sua obrigação de investigar os recursos federais que estão sendo enviados para o combate à pandemia.

E, por fim, começou a Ordem do Dia, o silêncio do depoente falou alto, o silêncio respondeu muitas perguntas. No silêncio dizemos muito, o silêncio não é ausência de linguagem, na verdade, ele é um instrumento do dizer.

E é óbvio que o silêncio não pode importar confissão, como bem determina o parágrafo único do art. 186 do Código de Processo Penal. E ele nem pode ser interpretado em prejuízo da defesa, da defesa do depoente. Mas eu gostaria de alertar aqui que o depoente, Sr. Carlos Wizard, é maior de idade, é responsável pelos seus atos, e os atos de responsabilidade do Sr. Carlos Wizard não podem ser ligados com os atos de responsabilidade de absolutamente ninguém.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós queremos aqui... E eu peço vênias em discordar - hoje, quando estamos aqui homenageando o Dr. Toron, falando muito da advocacia -, eu discordo da estratégia de defesa; não da sua, não; a sua, a que o senhor está, em relação ao seu cliente... Eu discordo muito em relação aos meus colegas governistas, aqui, da estratégia de defesa adotada. Nós temos que tirar, extrair do depoente aquilo que se destina à descoberta do fato determinado desta CPI, apenas isso.

Então, às vezes, uma defesa apaixonada faz com que percamos a razão. Quando a... Como é que é? Quando a paixão entra pela janela, a razão sai pela porta, uma coisa assim. Tem que ter razão, temos que ser racionais, porque essa cegueira pode levar à responsabilidade objetiva do Chefe do Executivo. E, na vida pública, eu entendo que o cargo mais difícil de ser exercido é o de Chefe do Poder Executivo.

As estruturas brasileiras são pesadas, comportam um número considerável de ministérios, secretarias, que são dirigidas, obviamente, por pessoas, por seres humanos, que erram. Na estrutura federal, Sra. Presidente, nós temos 22 ministérios e cerca de 600 mil cargos - entre esses cargos, muitos ordenadores de despesas. Não há como o Chefe do Executivo controlar tudo, realmente, mas quando não identificamos os responsáveis diretos pelos atos, nós corremos o risco de englobar e colocar todos no mesmo saco, no mesmo balaio!

Então, muito se fala aqui: "Ah, eu não sabia de nada", não é isso? Mas não tem, realmente, como você saber de tudo. Por isso - por isso! -, há necessidade de uma estratégia jurídica responsável, correta. E, aí, há minha divergência com os colegas: eu quero alertar aqui, com toda a vênias, eu quero alertar, mais uma vez, para não se dizer que eu não disse, que a estratégia está equivocada, com todo o respeito, porque ela não visa apontar as responsabilidades diretas. E, aí, nós corremos o risco de ter responsabilidades indiretas sendo consideradas culpadas. Então, essa é a minha preocupação, em homenagem à ciência jurídica.

E quero dizer que eu espero que a justiça seja feita. Para a justiça ser feita, temos que adotar estratégias jurídicas corretas, porque não podemos ser culpados por isso, errar por omissão; eu não quero errar por omissão aqui! E, como essa é a minha área, Dr. Toron, dela eu posso falar. Não sou da área médica, dela não posso falar. Eu falo daquilo que diz respeito à minha formação, por isso respeito a estratégia do senhor. Não sei o que vai acontecer amanhã. Entendo, com todo o respeito, que o depoente poderia ter respondido questões como: "O senhor se vacinou?", coisa simples, porque o que eu estou recebendo de mensagens aqui... As pessoas estão agoniadas, ficaram em dúvida, por quê? Nós temos fatos, temos vídeos, que não nos deixam duvidar. Não podemos dizer que aqueles vídeos não existiram, que não eram o depoente falando ali. Não podemos fazer isso. Então, num confronto dos fatos, nós vamos ter problemas sérios.

E aí, o que deixou-se aqui no ar de que há uma ligação direta... Eu tenho certeza que o Presidente da República não pediu diretamente para o Sr. Carlos Wizard dizer o que diz. Ele, o Sr. Carlos Wizard, é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsável pelos próprios atos. Então, cada um que responda pelos seus atos. Infelizmente, aqui, nós temos... está acontecendo essa confusão de responsabilidades.

E dizer também que quando a gente vai inquirir alguém, a gente não pode ir para o lado pessoal. Nós lidamos com fatos. Nós julgamos... nós não julgamos aqui, mas eu fui assessora, muito tempo, de juiz e de desembargador, e advogada também. E juízes que eu considero muito sempre me disseram assim: olha, nós julgamos o fato, e não a pessoa. Quando nós atacamos a pessoa com falta de educação, com xingamentos, nós deixamos de apurar os fatos que, aqui dentro, são o que mais nos interessa em busca de uma resposta, em busca de uma justiça verdadeira.

Muito obrigada, Sra. Presidente. Muito obrigada a todos pela paciência.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Senadora Soraya, muito obrigada pela sua participação.

Nós vamos então aqui fazer o encerramento desta CPI.

Antes, porém, havendo número regimental coloco em votação as Atas n^os 27 e 28 da reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de finalizar, nós estamos encerrando esta sessão de hoje, Senadora Soraya com apenas dois Parlamentares, Senadoras. Então, duas Senadoras. Hoje, aliás, esse dia foi bem diferente. Foi uma sessão onde a gente teve por diversas vezes, praticamente, todos os Parlamentares fazendo referência a citações bíblicas. O depoente não falou, não respondeu as perguntas, mas esteve até o final desta sessão e, portanto, quero encerrar, Sr. Wizard, cumprimentando ao senhor pela sua presença aqui nesta Comissão e destacando que o senhor tem uma história pessoal de superação muito forte, né? Do início da sua caminhada até hoje, a gente vê uma progressão significativa e aí a gente percebeu, não parece que o senhor chegou a essa sua posição por nenhum tipo de apoio, acompanhamento político. A sua decisão política surgiu de fato agora, ou seja, mérito e naturalmente um trabalho que o senhor fez desde a sua infância, inclusive acompanhando também os seus pais. E fica muito claro que o seu pecado foi exatamente nessas alianças, Sr. Wizard, com um grupo que, infelizmente, não valoriza a vida, não prestigia as populações mais excluídas de fato deste País. Eu queria fazer esse registro aqui em relação à sua trajetória de superação, à sua luta em relação a essa visão empreendedora que o senhor tem.



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada amanhã, às 10h da manhã, para ouvirmos Francisco Maximiano.

Declaro, portanto, encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 25 minutos.)